

Maria Lygia Quartim de Moraes

Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro: tomo II



UNICAMP
IFCH

Coleção Trajetória 9

TRAJETÓRIA

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

ISBN: 978-85-86572-62-3

Reitor: Prof. Dr. Marcelo Knobel
Diretor: Prof. Dr. Jorge Coli
Diretor Associado:
Prof. Dr. Jesus J. Ranieri

Comissão de Publicações
Coordenação Geral:
Prof. Dr. Jesus J. Ranieri

Representantes Docentes
Prof. Dr. Jesus J. Ranieri
Prof. Dr. Márcio Augusto D. Custódio
Prof. Dr. Frederico N. R. de Almeida
Profa. Dra. Fátima Évora
Profa. Dra. Tirza Aídar
Profa. Dra. Mariana Chaguri
Doutoranda Flávia Paniz
Colaboradora:
Profa. Dra. Guita Grin Debert

Representantes Docentes e Discentes
Revista Temáticas, Revista RURIS, Revista
CEMARX, Cadernos AEL, Revista RHAA,
História Social, CPA, alunos de Pós-Graduação
e Graduação

Representantes de funcionários
Maria Cimélia Garcia
Samuel Ferreira

Projeto da Capa: Cleo Nehring Dobberthin
Produção Editorial, Finalização e Divulgação
Setor de Publicações do IFCH/Unicamp

Impressão
Gráfica do IFCH /Unicamp

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau – CRB 8/3387

M791m Moraes, Maria Lygia Quartim de, 1943-
Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro. /Maria Lygia
Quartim de Moraes. -- Campinas, SP : UNICAMP/IFCH,
2017.
2 v. (Coleção Trajetória, 9)

1. Marxismo. 2. Psicanálise. 3. Feminismo. I. Título. II. Série.
III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas.

CDD - 335.4
- 150.195
- 305.42

Para

Marta, Cleo e Sofia

Agradecimentos

Cleo Maria Nehring Dobberthin
Margareth Rago e Rubens Naves

Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq
Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – FAPESP
Fundação Carlos Chagas de Pesquisa

Apresentação

A Coleção **TRAJETÓRIA** mantém seu objetivo de estimular os professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP a reunir e submeter à crítica acadêmica escritos dispersos que expressem, a critério exclusivo do autor, os momentos fundamentais de sua formação intelectual.

A exemplo dos volumes publicados até agora, compete ao autor selecionar, organizar e apresentar textos, em obediência à sua versão original, transferindo para a introdução as observações que considerar necessárias para posicionar-se quanto ao estado atual de suas reflexões sobre a(s) unidade(s) temática(s) incluídas no volume.

Direção do IFCH

TOMO II

MOVIMENTOS SOCIAIS, CIDADANIA E DEMOCRACIA NO CONE SUL

SUMÁRIO

1. o golpe de 1964	11
2. Breve história do feminismo brasileiro na década da mulher	41
3. A imprensa feminista dos anos 1975/1980	169
4. Cidadania e a luta pelos direitos da mulher	209
5. Direitos humanos e o movimento de mulheres no Brasil	235
6. Feminismo, movimentos de mulheres e a (re)construção da democracia no Cone Sul	255
7. Direitos humanos na era da globalização neoliberal	283
8. Entrevista à revista Brasileiros	299

**O GOLPE DE 1964:
TESTEMUNHO DE UMA GERAÇÃO¹**

À memória de Norberto Nebring

Depois do fato consumado parece inútil perguntar como seria o Brasil de hoje sem o golpe de 1964. Mas, em compensação, é possível avaliar as consequências do golpe militar que iniciou um

¹ Este texto utiliza dados pesquisados e coletado pelo projeto *Documentos e Memórias da Repressão Militar e da Resistência Política – Brasil: 1964-1982*, que coordenei, com a inestimável colaboração de vários alunos e pesquisadores, especialmente Mário Augusto Medeiros da Silva e Alessandra Bagatim. A realização do projeto tonou-se possível graças ao decisivo apoio do CNPq.

dos períodos mais sinistros da história brasileira. Na verdade, golpes de estado não eram novidade nem na história do Brasil nem da América Latina. Naquele momento, o Brasil encontrava-se numa encruzilhada, da qual a crise econômica era a expressão mais visível das profundas contradições da nossa sociedade, dadas as diferenças de direitos e de renda entre as classes sociais, bem como as disparidades regionais. A solução dos problemas sociais e regionais seriam as famosas “reformas de base” apregoadas pelos intelectuais da CEPAL e pelo ministro de economia, Celso Furtado.

Isto numa conjuntura em que o país se “modernizava”, ou seja, entrava em contato com outros valores e costumes, principalmente por meio do cinema e da imprensa especializada: o pós II Guerra Mundial introduziu o consumo de massas e a idealização dos Estados Unidos. Os quadrinhos de Walt Disney chegaram ao país no começo dos anos 50 e a inovadora revista *Claudia*, da Editora Abril, surgiu em 1961. Toda uma geração urbana foi educada indo ao cinema ver musicais, *westerns* e filmes de guerra que transmitiam os valores e o *american way of life*. O velho modelo da rigidez católica ibérica começou a ruir para as classes médias e altas.

Na década dos anos 60 observou-se um fenômeno novo: o aparecimento, em várias partes do mundo ocidental, de uma juventude extremamente politizada e militante. Em sua maioria, estudantes secundaristas e universitários. Eles foram os novos atores coletivos dos anos 60 e as principais vítimas da repressão político-militar. Pois se as instituições democráticas permitiram um relativo compromisso com as reivindicações juvenis, a presença na América Latina de ditaduras militares levou à radicalização do movimento estudantil e sua intensa participação na resistência armada. Na Argentina, cerca de setenta por cento dos quase 30 mil desaparecidos políticos tinham entre 16-30 anos. No Brasil, encontramos uma proporção semelhante, como veremos em seguida. Uma outra característica nova – compartilhada por todos os países da América

Latina – é a presença feminina na vida política, especialmente no movimento estudantil e na luta armada dos anos 70.

1 – Os anos 60

Entre os anos 60/70, o tipo de organização que Immanuel Wallenstein (2003, p. 179-84) denominou de “nova esquerda” tinha uma forte representação entre os estudantes, que constituíam uma força política importante. Por isso é que, nessa época, ditaduras do mundo todo adotaram como uma de suas medidas iniciais invadir universidades, colocar na clandestinidade as centrais estudantis e prender professores e alunos. Isso quando não foram massacrados, como aconteceu no México² e na Indonésia.

No Brasil, a juventude de esquerda também desempenhou um papel preponderante na crítica ao imobilismo dos partidos comunistas oficiais.³ Nos anos 1960, a falta de liberdade política nos países socialistas e outras degenerescências já eram rechaçadas por muitos jovens, homens e mulheres, que aderiram à luta armada,

² Em julho de 2004 o ex-presidente Luis Echeverría (1970-6) foi indiciado pela acusação de genocídio ao autorizar o assassinato de estudantes em protesto ocorrido em 10 de junho de 1971, na Cidade de México (FSP, 24/07/2004, A11).

³ No Brasil, as correntes políticas de direita e esquerda desenvolveram-se no interior da universidade pública brasileira, importante formadora da elite intelectual e profissional, que constituiu um monopólio quase completo do ensino universitário até os anos 70. A Universidade Católica, por sua vez, detinha a hegemonia entre as privadas. A luta entre direita e esquerda sempre foi muito forte nas faculdades de Direito, que constituíam uma espécie de escola formadora dos políticos paulistas e brasileiros. A esquerda, por sua vez, dividia-se grosso modo entre católicos e comunistas, que se enfrentavam especialmente na luta pela hegemonia das grandes centrais universitárias :as uniões estaduais e a união nacional dos estudantes.

precisamente egressos dos partidos de esquerda oficiais. A vitória das teses guevaristas, no seio dos partidos comunistas tradicionais, partiu de um compromisso político entre militantes comunistas e trotskistas e o movimento estudantil, que foi se radicalizando no decorrer dos anos.⁴

Por outro lado, se observarmos a cronologia dos acontecimentos que levaram ao confronto armado, fica claro que a resistência política nos anos 1965 a 1968 deslocou-se principalmente para a esfera intelectual e artística. Em artigo que discute a introdução das obras de Lukács no Brasil, Celso Frederico argumenta que o fechamento da participação política institucional após o golpe de 64 tornou a esfera cultural um espaço de resistência à ditadura. Diz ele:

A efervescência artística do pré-64, expressa no cinema novo, na bossa nova, nos Centros Populares de Cultura, desdobrou-se, após o golpe, num amplo movimento de resistência cultural contra os novos governantes, a censura e o chamado “terrorismo cultural”. A contestação inicial do regime foi feita basicamente pela *intelligentzia* radicalizada, num momento dramático em que donos do poder não ousavam estender a repressão para as classes médias intelectualizadas. É este o contexto de onde surgirá um aguerrido movimento estudantil que, a partir de 1966, ocupou as ruas das principais cidades do país, desafiando a ditadura (FREDERICO, 1995, p. 188).

2 – A morte dos sonhos de uma geração

Para muitos de minha geração, o golpe militar de 1964 foi uma grande tragédia política, com dolorosas consequências em

⁴ A Ação Libertadora Nacional, que uniu os comunistas “históricos” Carlos Marighela e Joaquim Câmara Arruda com jovens universitários uspianos é o melhor exemplo desse encontro entre militância política da “velha esquerda” e os egressos do movimento estudantil, além de muitos intelectuais e artísticas..

nossas vidas pessoais. O primeiro sinal veio pelas rádios que, uma vez tomadas, passaram a reproduzir as declarações “revolucionárias”, com seu corolário de ameaças e cassações, concretizando o fato de que os militares tinham tomado o poder. Quando o então governador Ademar de Barros, posteriormente cassado por corrupção, ameaçava “caçar os comunistas como ratos em suas tocas”, meu marido e eu estudávamos na Universidade de São Paulo-USP, pertencíamos ao Partido Comunista do Brasil-PCB e nossa filha era recém-nascida. Ao longo dos meses seguintes o horizonte se estreitou, as violências contra os estudantes se intensificaram, a faculdade na qual estudava foi invadida, meus colegas presos e espancados. Os militares se instalaram dentro na Universidade de São Paulo e iniciaram seu Inquérito Político-Militar para expulsar “os elementos subversivos”.

A grande imprensa aderiu imediatamente aos desmandos golpistas, especialmente a *Folha de S.Paulo*. O grupo Frias especializou-se na bajulação aos novos detentores do poder, colocando seus furgões à disposição da repressão militar. O cronista social José Tavares chegou a pusilanimidade de se auto-intitular “Zé corneteiro” e a tomar a elite militar e suas digníssimas famílias como personagens de sua conhecida coluna social. A violência, o moralismo, a subserviência e a intimidação constituíram a indelével marca do período.

A repressão da ditadura transformou-se rapidamente em terrorismo de Estado. A partir de 1969, uma poderosa rede ilegal encarregou-se do sequestro, tortura e morte de oponentes políticos. O horror legado pelos relatos e pelas fotos dos corpos torturados, dos olhos arregalados de pavor, das evidentes sevícias que atormentaram à exaustão centenas de opositores da ditadura militar, cristalizou a dimensão bárbara e imperdoável do terrorismo de Estado nos anos da ditadura militar. Deita raízes até hoje a dinâmica que resultou na polarização entre “torturados” e “torturadores”, uma vez que estes não só foram anistiados como ainda permanecem em postos de confiança, vide o caso do funcionário público “Calandra”, torturador do hoje Secretário de Direitos Humanos, o deputado Nilmário Miranda do PT-MG.

Sem deixar de lado essa importante dimensão, é necessário também nomear as forças “auxiliares” que, com seu apoio, complementaram o dispositivo repressivo. A pesquisa que realizamos nos documentos do Tortura Nunca Mais e os depoimentos de testemunhas revelam a presença de médicos legistas, membros da justiça militar, de civis sádicos que participavam das sessões de tortura, além dos importantes contribuintes da Operação Bandeirantes – OBAN: empresários e banqueiros, dentre os quais avulta Pery Igel, do grupo Ultra, e o banqueiro Gastão Vidigal, sem se falar do importante apoio da mídia.⁵

O depoimento da jornalista Rose Nogueira, presa em sua casa no dia 4 de outubro de 1969, com um bebe de 2 meses de idade, é o melhor exemplo do tipo da zelosa contribuição das empresas na perseguição aos ex-presos políticos:

Vinte e sete anos depois, descubro que fui punida não apenas pela polícia toda-poderosa daqueles tempos, que me absolveu depois de me deixar por nove meses na prisão, pela luta entre vida e antívida nesse período. A ordem não-escrita, na época, era não nos deixar trabalhar, não deixar sobreviver. Um dia após ser absolvida, em 71, voltei ao meu trabalho na Editora Pini. Todos os jornais cobriram o julgamento. Não me deixaram subir. O porteiro nem me permitiu entrar. Foi logo dizendo: “eles disseram que estavam correndo risco com a senhora aqui e nem sabiam porque a senhora é terrorista.” Demissão sumária. Esse foi só um caso. Ao buscar, agora, nos arquivos da *Folha de S. Paulo* a minha ficha funcional, descubro que, em 9 de dezembro de 1969, quando estava presa no DEOPS, incomunicável, “abandonei” meu emprego de repórter do jornal. Escrito à mão, no alto: ABANDONO. E uma observação oficial: “Dispensada de acordo com o artigo 482 – letra ‘T’ – da CLT – abandono de emprego”. (...) Como é que eu poderia abandonar o emprego, mesmo que quisesse? Todos sabiam que eu estava lá, a alguns quarteirões, no

⁵ O livro de Beatriz Kushnir constitui um dos mais lúcidos relatos sobre o papel da grande imprensa e dos jornalistas na deturpação das notícias sobre as perseguições e mortes políticas. *Cães de Aluguel* traz a público e a cumplicidade da grande imprensa na veiculação da versão oficial com relação às vítimas da repressão.

prédio vermelho da praça General Osório. Isso era – e continua sendo – ilegal em relação às leis trabalhistas e a qualquer outra lei, mesmo na ditadura dos decretos secretos. Além do mais, nesse período, caso estivesse trabalhando, eu estaria em licença-maternidade (FREIRE et alii, 1971, p. 151).

Os Exames necroscópicos e as Certidões de óbito trazem os nomes dos médicos legistas responsáveis. Estes nomes, por vezes, sofrem pequenas variações de um documento para outro. Os casos mais significativos são: Dr. Isaac Abramovitch/Abramovict/Abramovitch; Dr. João Pagenotto/Pagennoto; Dr. José Alves Assunção/Assumpção/de Assunção; Dr. Antônio Valentin/Valentini/Valentine. Com eles, torna-se possível analisar detalhadamente quais locais eram mais utilizados para práticas de torturas; os nomes dos principais torturadores; quais eram suas funções e suas patentes dentro do organograma do aparelho repressivo do Estado.

3 – Recuperação da memória: uma homenagem aos mortos e desaparecidos políticos

Desde então, uma série de trabalhos de pesquisa deu corpo ao longo processo de revisão histórica, de início empreendido por ex-militantes e famílias das vítimas, que vem se desdobrando de forma mais sistemática desde meados da década de 1980. O processo ao longo do qual estes fatos começaram a ser reconstituídos teve diversos marcos. Em 1985, sob a iniciativa da Arquidiocese, na figura de D. Paulo Evaristo Arns, e da Promotoria Pública de São Paulo, reunindo advogados defensores das vítimas e o Dr. Hélio Pereira Bicudo, foram finalizados os tomos e processos do projeto *Brasil: Nunca Mais*, hoje aos cuidados do Arquivo Edgard Leuenroth –

(AEL), situado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP⁶.

No ano de 1995, também sob a pressão de familiares e de grupos de direitos humanos, e com o apoio do Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, foi promulgada a Lei n. 9.140/95 criando a Comissão Especial de Desaparecidos Políticos, que ficou encarregada de analisar as evidências contidas nos dossiês apresentados pelas famílias, uma vez que as vias comuns da justiça não estavam habilitadas a apreciar processos resultantes de um regime de exceção. A princípio restrita aos chamados “desaparecidos”, a lei teve sua abrangência ampliada de forma a contemplar também os mortos cujos corpos

⁶ O projeto *Brasil: Nunca Mais* consistiu na compilação e cópia de todos os processos arquivados pelos Superiores Tribunais e Auditorias Militares, em que advogados ligados à defesa dos Direitos Humanos atuaram na defesa dos réus acusados de crime político, entre os anos de 1979 e 1984. Estes advogados, receosos de que as fontes pudessem desaparecer, fotocopiaram as peças processuais, de maneira evidentemente clandestina, conseguindo assim remontar depoimentos, organizações, motivos de prisão, laudos de corpo e delito e obituários, entre outros. O trabalho foi organizado em 12 tomos, versando sobre torturas, relação de mortos, explicação da pesquisa, relação dos agentes dos aparelhos de Estado etc. Os documentos originais foram ajuntados aos tomos e posteriormente distribuídos para várias instituições públicas, nacionais e internacionais. Em 1995, foi editado, pelo Governo do Estado de Pernambuco, o “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964”, de autoria conjunta da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e dos Grupos Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e de Pernambuco. O livro resultou do trabalho militante da Comissão dos Familiares que, durante anos, ajuntou provas esparsas, percorreu delegacias e, finalmente, descobriu no Instituto Médico Legal um farto material que comprovou vários assassinatos e a ocultação dos corpos. Também foi decisiva a criação do grupo Tortura Nunca Mais, que até hoje denuncia personagens daquele passado que ainda permanecessem em atividade na esfera do Estado. O *site* do grupo (www.torturanuncamais.org.br), suas publicações e arquivos disponíveis são de grande valia a pesquisadores e interessados. A pressão exercida por grupos e movimentos em prol da verdade obteve, no final da década de 1990, uma vitória expressiva com a abertura, para visitação e consulta pública dos arquivos, dos DEOPS do Rio de Janeiro e de São Paulo.

foram devolvidos aos familiares. Para tanto foi criado um conceito novo, o de “dependências policiais e assemelhadas”, de forma a compreender as mortes em sítios clandestinos, execuções sumárias e emboscadas.

Em março de 1996, como forma de pressionar o Estado a acelerar a criação da Comissão Especial de Justiça, realizamos um amplo seminário na Unicamp, com a presença do secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., dos então deputados José Genoíno e Luiza Erundina e representantes de organismos internacionais de defesa dos Direitos Humanos, entre outros.

Nos últimos anos foram promulgadas novas leis de reparação, tanto em âmbito federal quanto estadual, que compreendem não apenas os casos de morte e desaparecimento, mas também as seqüelas de tortura. Em São Paulo a Lei 10.726, de 9.01.01, autorizou o Estado de São Paulo a efetuar o pagamento de indenização, a título reparatório, às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade ou guarda dos órgãos públicos do Estado de São Paulo ou em quaisquer de suas dependências.

O relatório de 20 meses de atividades (fevereiro de 2002 a setembro de 2003) da Comissão Especial que, presidida por Belisário dos Santos Jr., analisou mais de 100 casos e está levantando novas comprovações das arbitrariedades da ditadura militar. Nesse sentido, documentos obtidos na Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo revelam que, em 2 de abril de 1970, o Estado Maior do II Exército, em São Paulo, expediu documento confidencial para desencadear a “Operação Tarrafa”.

Os comandos subordinados deveriam identificar opositores do regime militar e prendê-los, de forma rápida e simultânea, “mesmo que aparentemente não houvesse motivos a determinar a prisão”. Outros nomes poderiam

ser acrescidos à lista, “de acordo com as conveniências próprias de cada executor”. As organizações identificadas no documento como co-participes na Operação Tarrafá (II Exército, 4ª Zona Aérea, Força Pública e DEOPS) eram sintomaticamente chamadas de “organizações coatoras”, em misto de atentado à língua pátria e de reconhecimento do constrangimento ilegal que se concretizaria.⁷

Em âmbito federal, os prejuízos causados à vida profissional também foram contemplados na reparação por demissões e tempo de exílio. Criada pela Medida Provisória n. 2.151 e instalada pelo Ministério da Justiça, no dia 28 de agosto de 2001, a Comissão da Paz está analisando os pedidos de indenização formulados pelas pessoas que foram impedidas de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política, de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988. Espera-se que cerca de 40 mil casos devam ser julgados.

⁷ O já mencionado convênio entre a Unicamp e a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, efetivado pela autora deste projeto, estabeleceu os parâmetros de uma estreita colaboração com os trabalhos da Comissão Especial, que avalia pedidos indenizatórios de ex-presos políticos torturados no Estado de São Paulo, durante o período da ditadura militar. De acordo com os termos do acordo, ficou estabelecido que a cooperação técnica e científica da UNICAMP seja efetivada por meio dos Projetos “Documentos e Memórias da Repressão Militar e Resistência Política: Brasil – 1964/1982” e “Brasil: Nunca Mais”, onde existem denúncias de tortura e maus tratos com nomes e circunstâncias detalhadas. Em contrapartida, a Secretaria da Justiça se comprometeu a subsidiar tecnicamente, por meio da Assessoria de Defesa da Cidadania, as ações e eventos de divulgação do disposto na Lei Estadual n. 10.726; bem como disponibilizar as informações pertinentes à execução do Termo de Cooperação no seu site na Internet e partilhar com a UNICAMP as informações sobre os trabalhos da Comissão Especial, criada pela Lei Estadual n. 10.726 de 2001.

4 – Os perseguidos pela ditadura militar através do dados do Brasil Nunca Mais – BNM

A repressão policial-militar pós golpe de 1964 iniciou-se pela prisão, perseguição e, em muitos casos, morte de dirigentes sindicais e de militantes comunistas. Chegaram à justiça militar cerca de 307 processos, a esmagadora maioria atingindo sindicalistas (vide especialmente os processos no Brasil Nunca Mais 259, 261, 262, 283 e 286). Os principais atingidos são os militantes sindicais e os militantes políticos (entre eles, militares). Temos aí os principais inimigos do novo regime.

Os dados fornecidos pelo “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos”, enumera 13 mortes políticas ocorridas no ano do golpe, entre as quais: Albertino José de Oliveira, presidente das Ligas Camponesa de Vitória de Santo Antão em Pernambuco, desapareceu após o golpe militar, Alfeu e A. Machado, coronel aviador, foi fuzilado em 4 de abril de 1964, Astrogildo Pascoal Vianna era dirigente do PCB e portuário de Manaus, foi torturado até a morte por agentes policiais no Rio de Janeiro, sendo que o *causa mortis* apontada foi “queda”. O mesmo destino teve Dilermano Mello de Nascimento (44 anos), preso que respondia a um Inquérito Policial Militar (IPM) presidido pelo Cel. Waldemar Turola, no prédio do Ministério da Justiça. A versão oficial justificava o fato como suicídio. No entanto, o laudo pericial concluiu que ele foi obrigado a saltar pois não havia elemento que comprovasse o suicídio. “Nem mesmo foram encontradas as marcas no parapeito da janela, de onde saltou a vítima o que não ocorre em casos de suicídio puro e simples” (Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, p. 45). Assim, as vítimas elencadas são os dirigentes sindicais e militantes políticos além de militares indesejáveis foram presos, mortos na tortura e/ou jogados na prisão.

5 – Do movimento estudantil à luta armada

A permanente perseguição aos militantes sindicais, às lideranças estudantis, aos intelectuais e aos ativistas da oposição em geral levou ao que se chamou de “refluxo do movimento de massa” nos anos seguintes ao golpe. Mas, em 1968, novas lideranças sindicais e a extrema politização do movimento estudantil tomaram as ruas, desafiando o regime. Marcelo Ridenti ao analisar a esquerda armada nos meios intelectuais comenta:

Foi notável a presença de estudantes nos grupos de esquerda em geral (24,5% dos 3.698 processados, com ocupação conhecida, por ligação com grupos de esquerda), e particularmente naqueles que pegaram em armas (30,7% dos 1.897 denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas típicas). Isso reflete a extraordinária mobilização estudantil, sobretudo nos entre 1966 e 1968 (p. 115).

Analisando a faixa etária dos acusados, o mesmo autor observa que cerca de 52% dos 2.645 tinham menos de 25 anos de idade quando processado, sendo que em algumas organizações a presença de jovens entre 19-21 era muito grande (como foi o caso da CORRENTE). Isso em contraposição à composição etária dos processados do PCB em 1964 (que, militares de carreira, políticos conhecidos e sindicalistas com longos anos de atuação, eram pessoas já “estabelecidas”, com família, etc). Esses números podem ser melhor compreendidos se nos reportamos ao contexto de tais prisões e nas características das principais vítimas. Mas a dimensão histórica da presença dos jovens e das mulheres entre as vítimas da ditadura militar, só fica clara em vista do conjunto de circunstâncias que produziu o encontro dos ideais da nova esquerda europeia com a politização da juventude universitária, por sua vez uma das dimensões da ampliação das classes médias no Brasil.

Do ponto de vista da história política do Brasil, trata-se da radicalização da classe média intelectualizada frente a um operariado

atrelado a um sindicalismo dócil, ao qual somou-se e a participação decisiva da juventude estudantil. Fenômeno esse que também se verificou no Uruguai e na Argentina. Por volta de 1968, o simples fato de alguém ser universitário já era considerado suspeito, especialmente se fosse aluno de ciências sociais, filosofia ou física. A grande maioria dos estudantes de esquerda secundaristas foi vítima das violências política dos militares porque politizara-se enormemente, chegando a constituir um fator de resistência à ditadura.

6 – A participação das mulheres

O elemento novo trazido pela militância feminina foi o fato das mulheres romperem também com o padrão da moça bem comportada, virgem, futura mãe de família. Encontrar pílulas anticoncepcionais na bolsa de alguém tinha o valor de “prova documental”, como é fácil recuperar pelas primeiras páginas dos jornais que mostravam os subversivos do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo–CRUSP. O pano de fundo da participação política das jovens estudantes reside na diversificação do capitalismo, na ampliação da presença feminina no mercado de trabalho e nas transformações dos valores e instituições. O acesso à instrução superior constituiu uma das vias preferenciais da emergência do ativismo político das jovens de classe média. Os limites da vida burguesa e acanhada foram alvos de sua revolta, mas a partir da experiência universitária as restrições impostas pela ditadura militar tornaram-se seu alvo privilegiado.

Esta é uma dimensão de “gênero” na questão do comportamento político e na relação com a própria experiência. O levantamento da literatura de testemunho revela um fato interessante: são raríssimos os livros escritos por mulheres, não obstante a significativa participação feminina na luta armada e as torturas, mortes e desaparecimentos de corpos. Muitas das

que sobreviveram à tortura e à prisão são jornalistas, professoras universitárias e intelectuais acostumadas a escrever. No entanto, quarenta anos após, poucos são os livros em que as mulheres são o sujeito do discurso.

O registro da experiência das mulheres deverá ser procurado, assim, nos inúmeros livros construídos a partir de depoimentos ou de reconstrução histórica. O primeiro deles foi organizado por quatro mulheres muito próximas ao tema do exílio, dentre as quais Albertina de Oliveira Costa, presa e torturada pela equipe do famigerado delegado Fleury. O livro *Memória (das Mulheres) do Exílio* foi editado em 1980. Outro livro pioneiro foi o *Iara: Reportagem Biográfica* (1992), de Judith Patarra. Nesse caso, a autora busca recuperar a biografia da jovem psicóloga Iara Iavelberg, companheira de Carlos Lamarca, morta ao ser presa na Bahia.

Jovem, aluna da USP e personagem da rua Maria Antonia, Iara simboliza a mistura de romantismo, idealismo e inexperiência destes rapazes e moças que fizeram a opção radical da luta armada. Iara também foi homenageada pela professora de literatura da USP, Valnice Galvão (1979, p. 19-31), numa das primeiras homenagens públicas às guerrilheiras, que lhe dedicou o texto “Frequênciação da Donzela-Guerreira”.

7 – Caracterização das mulheres atingidas pela repressão político-militar

A transgressão feminina era maior porque ser mulher e criminosa constituiu uma dupla transgressão. A mulher que extrapolou seu universo doméstico e feminino para “agir como homem” recebe uma estigmatização adicional por desafiar o “código de gênero de sua época”, tal como sucedeu com as mulheres que

participaram da resistência armada. Em *Tiradentes, um presídio da ditadura*, a ex-presa política Dulce Maia relata o seguinte:

Tendo sido a primeira mulher sequestrada com envolvimento direto em ações de luta armada, era-me concedido um tratamento duplamente “especial”. O primeiro, aquele mesmo tratamento que dispensavam a meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e intolerância do regime ilegítimo dos militares. O segundo, pela minha condição de mulher, atrevimento duplo (FREIRE, 1997, p. 77).

A partir dos dados coletados pelo Projeto Brasil Nunca Mais comprova-se a juventude dos principais presos, principalmente das mulheres. Quase 90 das acusadas de São Paulo tinham entre 20-29 anos, muitas eram estudantes de graduação ou pós-graduação, muitas da USP.

A cronologia das mortes também é ilustrativa das diferenças de gênero no que concerne à participação política da mulher: de 1964 a 1968 todos os mortos políticos são do sexo masculino, a primeira vítima mulher é uma jovem morta numa passeata, em 1968. A partir daí o movimento estudantil transformou-se em militância política, com a opção pela via armada aumentaram as prisões e os assassinatos. Foram 11 os mortos em 1968; 18 em 1969 (entre eles, Carlos Marighella ex-dirigente do PCB e líder da Ação Libertadora Nacional – ALN). Em 1970, 22 militantes morrem, todos ligados à luta armada. Mas foi em 1971, com a intensificação da repressão e da política de extermínio dos grupos armados, que o número de mortos subiu para 34, entre os quais Iara Iavelberg, 27 anos, psicóloga e professora universitária (que militava no MR-8, mas tinha pertencido anteriormente à VPR) e Mariele Villas-Boas Pinto, 22 anos, estudante de Psicologia e militante da ALN. Presa ferida, foi torturada até a morte no DOI/CODI/RJ.

As duras condições da clandestinidade e o grande número de prisões fizeram com que as lideranças revolucionárias fossem cada vez mais jovens. Assim, Alex de Paula Xavier Pereira, chefe

do Grupo Tático-Armado da ALN foi fuzilado por policiais aos 21 anos, em janeiro de 1972. Seu irmão Iuri, dirigente da ALN, foi emboscado e morto aos 23 anos de idade, em agosto do mesmo ano. Em 1972 o registro das mortes alcança 38 casos. No ano seguinte evidencia-se o desfecho da resistência armada com 28 casos arrolados pelo Dossiê dos Mortos e Desaparecidos no Brasil. Todos militantes das organizações revolucionárias. As vítimas do sexo feminino foram: Anátalia de Souza Alves Melo, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi presa em Pernambuco, torturada e morta aos 28 anos de idade; Pauline Philipe Reichstul, 26 anos de idade, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) também morreu em Pernambuco, sob tortura, nas mãos da equipe do facínora e delegado Sérgio Paranhos Fleury. Juntamente com Pauline Reichstul foram assassinados mais 5 militantes, todos denunciados pelo agente infiltrado conhecido como “cabo Anselmo”.

Finalmente, o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos no Brasil aponta cerca de 140 nomes de militantes políticos que foram “desaparecidos”, entre os quais 13 mulheres. Muitas militavam no Partido Comunista do Brasil (Pcdob) e foram mortas na Guerrilha do Araguaia, como Dinaelza Soares Santana Coqueiro, 25 anos de idade; Dinalva Oliveira Teixeira, 29 anos, Luiza Augusta Garllippe, 33 anos, Maria Célia Corrêa, 29 anos e sua cunhada Telma Regina Cordeiro Correa, 27 anos; Jane Moroni Barroso, 26 anos; Maria Lucia Petit da Silva, 22 anos e Walkíria Afonso Costa, 27 anos. Outras pertenciam ao Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e foram mortas em Goiás, como Maria Augusta Thomaz, 26 anos de idade. Outras eram ex-estudantes da USP, como a atriz Heleni Telles Ferreira Guariba, assassinada na “Casa da Morte” que a repressão mantinha em Petrópolis, em julho de 1971.

8 – Sobreviventes: A experiência do exílio

Após o golpe de 1964, o exílio passou a ser uma realidade para muitos dos perseguidos pela ditadura militar. Lideranças políticas e sindicais asilaram-se, com alguma frequência, em países do Cone Sul. Tomamos o Chile como caso exemplar por uma série de motivos: foi uma das opções dos intelectuais, por sua relativa tradição democrática e pela presença de uma série de organismos e instituições como a CEPAL e a FLACSO. A partir de 1969, também foi o refúgio de remanescentes de grupos armados e de pessoas cujas atividades estavam sob a mira da repressão político-militar, como jornalistas, estudantes e professores universitários. O fluxo em direção ao Chile cresceu com a eleição de Salvador Allende e a perspectiva de um governo popular num país tão próximo ao Brasil.

Depois do golpe de Estado no Chile, os exilados e perseguidos políticos latino-americanos ficaram sem refúgio no continente e deslocaram-se para a Europa. A França acolheu, a partir de 1973, não somente os asilados brasileiros como também chilenos, argentinos e bolivianos. Esta experiência européia foi sobretudo importante entre as exiladas, que entraram em contato estreito com o movimento de mulheres e feminista franceses, que nos anos 70 estavam no seu auge político. A importância do exílio europeu, na formação do feminismo latino-americano, é um tema presente nos relatos e testemunhos de exiladas chilenas, brasileiras e argentinas.

Existe hoje uma volumosa bibliografia latino-americana sobre o tema da memória e do exílio, especialmente no Chile e Argentina, o que permite observar alguns temas recorrentes, como a constante referência ao país natal nas atividades e no dia-a-dia dos exilados e asilados. A “terra”, como o Brasil era conhecido no código dos militantes que passaram por Cuba (que, por sua vez, era a “ilha” que deu nome ao *bestseller* de Fernando Morais) era a meta, a referência, a falta. Ao mesmo tempo, o exílio foi também uma fonte de novas

experiências e vivências. Os asilados na Suécia, como foi o caso de Fernando Gabeira, conheceram de perto uma democracia de bem-estar social e maior igualdade entre os sexos.

O exílio afetou diferentemente aos fugitivos, segundo sua classe social e grau de responsabilidade familiar. A sangrenta derrubada do governo Allende provocou um êxito mais dramático, pois o Chile representava a única opção da esquerda latino-americana, depois do fracasso da luta armada e da escala da Guerra Fria. Alguns países foram mais generosos, como o caso da França e, com o tempo, Paris e suas cercanias passaram a ser o centro mais ativo do militantismo dos exilados. Por isso não é de se estranhar a importância do feminismo francês na formação das brasileiras, especialmente com a constituição do Circulo de Mulheres composto por exiladas e estudantes brasileiras no Exterior. Ademais, a experiência do exílio significou inicialmente um estranhamento com respeito ao país de abrigo. Para os banidos e os exilados com condenação no país, a única e remota perspectiva de retorno seria uma anistia. E foi em torno dela que os exilados se organizaram com apoio internacional, ao mesmo tempo em que eram impelidos a integrar-se à vida cotidiana nos países de exílio.

Boa parte dos exilados percorreu Cuba, Chile e algum país da Europa, o que propiciou uma rica experiência. O impacto dessa experiência foi especialmente forte entre as mulheres que, no encontro com o feminismo europeu, passaram a refletir sobre sua própria situação. A dimensão subjetiva foi finalmente reconhecida e fez sua – ainda tímida – entrada no rol das questões políticas.

9 – Dá para concluir?

A luta armada nos levou a um beco sem saída. A maior parte da esquerda armada entendeu isso bem depressa, mas não o suficiente para escapar ao aniquilamento. Nesse sentido, vale a auto-crítica da guerillheira argentina Marta Diana:

Nosotros creímos en un desarrollo progresivo de la conciencia popular que nos llevaría hacia el socialismo, y pensamos que la dictadura militar iba acelerar ese desarrollo.

¿Por qué no lo logramos?

Pienso que el sentirnos dueños de la verdad nos produjo una sensación de omnipotencia, y fue tan ilusorio pensar que podíamos resolver el problema de los demás como creer que sabíamos cual sería la respuesta de ellos.

Si hubiéramos sido capaces en aquel momento de integrarnos a un gran movimiento político, no violento, seguramente habríamos tenido una respuesta mucho mayor, pero el sectarismo y haber pretendido aplicar dogmáticamente otras experiencias a nuestro país nos perdió (1996, p. 141).

Por outro lado, a convicção de que tínhamos de encontrar caminhos não violentos unificou o feminismo brasileiro e as demais forças da oposição nas lutas pelas liberdades democráticas, a partir de meados dos anos 70. Nesse sentido, como bem observa Rosalina Cruz:

São as feministas juntamente com os setores organizados e progressistas que trouxeram, por meio dos jornais, as questões das mulheres para a cena pública, fortalecendo as ações políticas sem traços macro-sociais, como a luta pela anistia, pelo restabelecimento do estado de direito, posicionamento nas eleições etc, de um lado, e, de outro, apoiando as mulheres das camadas populares, para que trouxessem para a cena política as questões sociais e econômicas do seu cotidiano, melhoria na qualidade de vida dos bairros populares, dupla jornada, discriminações no trabalho etc. O trabalho dos grupos feministas voltados basicamente para a formação política das mulheres, do ponto de vista feminista, buscava uma

transformação não só social e econômica da sociedade, mas de valores culturais.⁸

A auto-crítica da luta armada e a reorganização das esquerdas nas décadas seguintes confirmou a vocação política da maior parte daqueles que foram jovens radicais e sobreviveram aos anos de chumbo. Para muitos, a adesão à luta armada foi drástica e irreversível mas, para outros, o destino abriu novas possibilidades e horizontes. Fica a afirmação de projetos de vida que eram de participação, de criação de um mundo novo. Nesse sentido, faço minhas as considerações de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes:

No Brasil dos anos 60, o militante é alguém que se consolidou como sujeito de seu desejo, isto é, alguém que decidiu apostar no que achou que valia a pena. Não sabia, contudo qual era a pena nem supôs o quanto valia sua aposta. Juntou suas energias, na alvorada da vida adulta, e, instigado pelos ideais externos de liberdade, de autonomia política e de independência nacional, aliados aos ideais internos de compromisso com o novo e com o pleno, se pôs ombro a ombro com os que, como ele, faziam o mesmo. (...) Foi assim que, pela vida psíquica, as necessidades do novo, do revolucionário, do radical e do risco permanente encontraram fértil acolhida no militante que apostou na vida a serviço de uma idéia, a serviço de um projeto que não fosse individual e que servisse a muitos e à seu país.

⁸ Cruz, Rosalinda. da PUC/SP. Título da tese: “A Imprensa Alternativa Feminina no Pós-Luta Armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres”. 31 de maio de 2004.

Bibliografia

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *A subversão do eu*. Disponível em: <www.estadosgerais.org/historia/subversao.ahtml>.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher na ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 157.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres—militância e memória*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FREDERICO, Celso. A presença de Lúkács na política cultural do PCB e na Universidade. MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil*. Vol. II. Os influxos teóricos. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p. 188.

FREIRE, A. Almada, I. Ponce J. A. de G. (org.) *Tiradentes, um presídio da ditadura*. Memória de presos políticos. São Paulo. Scipione Cultural, 1997, p. 99.

GALVÃO, Valnice Frequentação da Donzela-Guerreira. In: *Almanaquejên*. 10 São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 19-31.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. In: *Cadernos Pagu* (8/9) Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, 1997.

NESTROVISKY, Arthur e SILVA, Marcio. *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 1999.

PATARRA, Judith. *Iara*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1993.

SADER, Eder. (1988) *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Anexos**1. Mortes – Mulheres**

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Alceri Maria da Silva	180	02	São Paulo	Comerciária	27 anos	1970

Exame Necroscópico

“Examinamos e necropsiamos hoje, no Necrotério do Instituto Médico Legal do Estado, um corpo que nos foi apontado como sendo de Alceri Maria Gomes da Silva, feminina, branca, vinte e sete anos, brasileira, natural de Porto Alegre – RGS, comerciária, filha de Oscar da Silva e Odila Gomes da Silva, que residia na rua Caraguataí, centro e trinta e quatro – Tatuapé (...) Conclusão: Do observado e exposto, concluímos que a examinada sofreu quatro disparos de uma arma de fogo. Os projéteis lesaram órgãos vitais, como os pulmões e a aorta, determinando abundante hemorragia interna e externa com anemia aguda e conseqüente morte (...)”

Médicos Legistas: Dr. João Pagenotto e Dr. Paulo Augusto de Q. Rocha

Data do Laudo: 18 de maio de 1970

Órgão: IML – SP”

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Ana Maria Nacinovic	168	07	SP-CODI	Estudante	25 anos	1972

Exame Necroscópico

“(…) Examinamos e necropsiamos às vinte horas e vinte minutos de hoje, no Instituto Médico Legal, um cadáver que nos foi apontado como sendo o de Ana Maria Nacinovic, sexo feminino, branca, vinte e cinco anos, casada, brasileira, filha de Mário H. Nacinovic e de Anadyr de C. Nacinovic, residência ignorada. Histórico: atingida por disparos de arma-de-fogo ao travar tiroteio com os órgãos de Segurança, na rua da Móoca, altura do número três mil (...) Discussão e Conclusão: concluímos que a examinada faleceu em virtude de lesões traumáticas crânio-encefálicas (...)”

Médicos Legistas: Drs. Isaac Abramovite e Abeylard de Q. Orsini

Local de óbito: Rua da Móoca, altura do n. 3000 – S. Paulo

Data do óbito: 14 de junho de 1972

Local de exame: IML – SP

Data do exame: 20 de junho, 1972

Certidão de óbito – Local: SP – BNM: 653

Causa Mortis: Lesões traumáticas crânio encefálicas

Sepultamento: Cemitério Guanabara

Médico Legista: Isaac Abramovite

Local do óbito: Rua da Móoca, altura do n. 3000

Data do óbito: 14 de junho de 1972

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Aurora Maria Nascimento Furtado	651	21	Rio de Janeiro	Doméstica	26 anos	1972

Certidão de óbito

Causa mortis: dilaceração cerebral

Sepultamento: Cemitério do Estado de S. Paulo

Médico Legista: Dr. Elias Freitas

Data do falecimento: 10 de novembro de 1972

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão	68	49	SP-CODI	Estudante	21 anos	1972

Exame necroscópico

“(…) Examinamos e necropsiamos hoje, às dezoito horas, no necrotério do Instituto Médico Legal, um corpo que nos foi apontado como sendo de Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, sexo feminino, branca, vinte e um anos de idade, casada, brasileira, natural de Alagoas, estudante, filha de João de Castro Beltrão e Zoráide de Carvalho, residência ignorada. HISTÓRICO: segundo consta, trata-se de elemento terrorista que faleceu ao travar tiroteio com os órgãos da Segurança, por volta das onze horas de hoje, na esquina da Rua Inglês de Souza e Coronel Diogo (…). CONCLUSÃO: concluímos que a examinada faleceu em virtude de anemia aguda traumática (…).”

Médicos-legistas: Drs. Isaac Abramovite e Walter Sayeg

Local do exame: IML – SP

Data do exame: 22 de janeiro de 1972

Certidão de óbito

Causa Mortis: anemia aguda traumática

Sepultamento: Cemitério de Perus

Médico-Legista: Dr. Isaac Abramovite

Local do óbito: Rua Heitor Peixoto com R. Inglês de Souza

Data do óbito: 22 de janeiro de 1972

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Helenira Rezende de Souza Nazaré	43	56	Não consta	Ex-dirigente da UNE	Não consta	Não consta

Morte: Declarações de Elza de Lima Monnerat

“(…) Helenira Resende de Souza Nazaré, ex-dirigente da UNE que, ao ser atacada por dois soldados, matou um deles e feriu o outro. Metralharam-na nas pernas e a torturaram barbaramente, até a morte (…)”

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Iara Iavalberg	42	59	Bahia	Estudante	27 anos	1971

Atestado de óbito

Local do óbito: Quando transportada para o Hospital Getúlio Vargas – Salvador – BA.

Causa imediata: anemia aguda

Devido a: hemorragias interna e externa

Causa principal: Transfixação do coração e pulmão esquerdo por projétil de arma de fogo

Causa da enfermidade: morte violenta (suicídio?) (...)

Data do falecimento: 20 de agosto de 1971

Local de sepultamento: S. Paulo

Médico legista: Dr. Charles Pittex

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Ísis Dias de Oliveira	-	60	-	-	-	-

A folha referente a ela está em branco no tomo V volume 4 do Brasil: Nunca Mais. A página do grupo Tortura Nunca Mais sugere a consulta ao DOPS/PB – Prontuário de Ísis Dias de Oliveira.

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Lígia Maria Salgado da Nóbrega	673	87	Rio de Janeiro	Estudante	24 anos	1972

Certidão de óbito

Causa mortis: ferida penetrante no crânio com hemorragia das meninges e destruição (ileg.) tórax

Sepultamento: Cemitério São Paulo

Médico legista: Dr. Eduardo Bruno

Local do falecimento: Av. Suburbana, 8985, casa 72

Data de falecimento: 29 de março, 1972

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Maria Auxiliadora Lara Barcelos	63	106	Berlim	Não consta	31 anos	Não consta

Telegrama

“(…) Atenção termos telegrama NR DCN/544 VG informo VSA que a acusada Maria Auxiliadora Lara Barcelos VC Ex BANIDA VG, segundo matéria publicada no caderno especial da edição de 14 de janeiro 79 VG sob o título “Os Banidos estão chegando” do Jornal do Brasil VG faleceu em Berlim a primeiro de junho de 1976 VG vítima de atropelamento ferroviário (ileg.) Dr. Joseh de Holanda Carneiro Juiz Auditor Substituto em exercício pleno Audmil 4A. CJM PT (…).”

Certidão de óbito()*

Local do óbito: Berlim – Charlottemburg

Data do óbito: 01.06.1976

Data e local da tradução: Juiz de Fora – MG – Brasil

(*) Esta certidão de óbito foi traduzida para o português tendo como Perito tradutor: Prof. João Pinto de Rezende.”

Nome	BNM	Nº	Local	Profissão	Idade	Ano
Maria Petit da Silva	224	107	-	Não consta	Não consta	1976

Morte: Declarações de Elza de Lima Monnerat

“(…) Maria Lúcia Petit da Silva, abatida ao se aproximar de uma casa de camponeses; (…).”

Segundo o Grupo Tortura Nunca Mais, Maria Lúcia Petit da Silva era militante do PCdoB e morreu na Guerrilha do Araguaia em 1972, ao se aproximar da casa de um camponês, fuzilada pelas tropas do exército chefiadas pelo General Antônio Bandeira, da 3ª. Brigada de Infantaria. Suas ossadas ainda não foram identificadas.

2 – Denúncias de torturas: identificação do torturador

Para os Declarantes, tem-se que:

Contagem de Nome verdadeiro / encontrado		Contagem de Função	
Nome verdadeiro/encontrado	Total	Função	Total
Aílton Joaquim	1	1º Tenente	1
Ary Pereira Carvalho		Capitão	2
Atílio Rossoni	1	Capitão	2
Azanbuja	1	Capitão	5
Benoni de Arruda Albernaz	2	Capitão da cavalaria do EB	1
Benoni de Arruda Albernaz	1	Cabo	1
Benoni de Arruda Albernaz		Capitão/Membro do Conselho de Justiça	1
Carlos Mendonça	1	Não Consta	22
Celso Lauria	1	Capitão da Infantaria	1
Confúcio	1	Capitão da Infantaria/ 4º Regimento/ 2º Exército	1
Dalmo Luiz Cirillo	1	Capitão	4
Édson Antônio Mendonça	1	Capitão do campo de instrução de Gericinó	1
Francisco Antônio Coutinho e Silva	1	Capitão da PM	1
Gaeta	1	Delegado	2
Hilton Paulo Cunha Portela– Vulgo Dr. Joaquim	1	Coronel	1
Homero César Machado	1	Investigador do DOPS	1

Tabela 11a: Continuação da tabela anterior

Homero César Machado		Tenente coronel	1
João Luiz de Souza Fernandes	1	Não Consta	18
Maurício Lopes Lima	2	Delegado	2
Maurício Lopes Lima	1	Tenente	1
Não Consta	12	Juiz auditor	1
Não Consta	18	Tenente coronel	1
Não consta	20	Não Consta	18
Não consta	21	Não Consta	
Nélson da Silva Machado Guimarães	1	Não Consta	11
Paulo Bordini	1	Sargento	1
Paulo Roberto de Andrade	2	Sargento da PM	2
Raul Ferreira ou Raul Nogueira (vulgo “careca”)	1	Sargento	1
Sérgio Fernando Paranhos Fleury	1	(em branco)	
Sérgio Paranhos Fleury	1	(em branco)	
Thomaz	1	(em branco)	1
Waldir Coelho	1	(em branco)	1
Total Global	104	Total Global	104

Tabela 11b Continuação da tabela anterior

Contagem de Local 1		Contagem de Local 2	
Local 1	Total	Local 2	Total
MG-PM-G2	1	Não Consta	22
Não consta	7	RJ-PE-DEOPS	1
RJ	2	SP - Codi	1
SP	1	SP-Oban	1
SP-Codi	1	Uruguai	1
SP-Deops-Oban	1	(em branco)	
SP-DOI-	1	Total Global	26
SP-DOPS	4		
SP-Oban	4		
SP-Oban	1		
SP-Oban-Deops	1		

**BREVE HISTÓRIA DO FEMINISMO
BRASILEIRO NA DÉCADA DA MULHER**

É melhor”, pensou, “estar vestida de ignorância e pobreza, que são os obscuros ornamentos do sexo feminino; é melhor deixar a outros o governo e a disciplina do mundo; é melhor estar livre da ambição marcial, do amor ao poder e de todos os desejos varonis, desde que se possam fruir em toda a plenitude de os mais sublimes arrebatamentos do espírito humano que são”, disse em voz alta, como era seu costume quando estava profundamente comovida, “contemplação, solidão, amor”. “Graças a Deus que sou mulher”, gritou (...). (Virginia Woolf, 1978, p. 89).

Introdução

Mulheres são essenciais e insubstituíveis; não podem, por esta razão, ser exploradas da mesma maneira que outros grupos sociais. São fundamentais para a condição humana, sendo, contudo, marginais em seus papéis econômico, social e político. Precisamente esta combinação – fundamental e marginal a um só tempo – que lhes tem sido tão fatal (Mitchell, 1967, p. 5).

A decisão de descrever a experiência feminista, no quadro do movimento de mulheres em nosso país de hoje, originou-se da constatação de que seria impossível separar o produto do processo de produção e que a mera comparação dos conteúdos expressos da imprensa feminina versus imprensa feminista deixaria de lado o próprio momento político que propiciou seu aparecimento. Além disso, dispondo de um acervo considerável de documentos sobre a questão, pareceu-me que seria importante “socializar” tanto a experiência vivida quanto o arquivo pessoal cuidadosamente acumulado.

Uma das grandes dificuldades com que se depara a nova geração em uma frente de luta específica é o desconhecimento do passado, explicável tanto pela ausência de uma memória registrada e confiável, quanto pela tendência (infelizmente presente entre as feministas) das “veteranas” em ignorar, até mesmo deliberadamente, iniciativas e conquistas que não foram de “seu” grupo. E ao fazermos tábula rasa das experiências do passado estamos sujeitos – às vezes em um pequeno intervalo de tempo – a repetir as mesmas propostas ou, o que é grave, cometer os mesmos erros. Assim, dar início ao estudo sistemático de nossa história feminista corresponde a um trabalho (prazeroso como pode e deve ser a atividade laboral) que considero importante e para o qual me sinto profundamente motivada.

Se a luta da mulher por sua libertação tivesse durado cinco anos nem por isto o tema mereceria ser deixado de lado. Ora,

a verdade é que ela vem crescendo nos últimos cinco anos (1975/80), acumulando-se os fatos e acontecimentos de maneira a tornar cada vez mais difícil desenredar o fio da meada, de se refazer a história utilizando-se da memória contemporânea. Dos pequenos grupos de ontem as massas expressivas do ponto de vista numérico: o aumento da quantidade influencia evidentemente a qualidade do movimento. Está encerrada a fase das “catacumbas” em que o simples ato de assumir a designação “feminista” era, ao mesmo tempo, profundamente corajoso e comprometedor.

Também faz parte de minha decisão a não omissão da verdade vivida, apesar dos previsíveis dissabores que tal opção possa acarretar. Ter medo da verdade, considerar nossos interlocutores incapazes de entendê-la ou apreciá-la devidamente constitui atitude concomitantemente elitista e preconceituosa. Supõe, implicitamente, que aos “mais preparados” incumbe zelar pela difusão e acesso às informações aos “menos preparados”. A questão fundamental, assim, é: a quem interessa camuflar o cotidiano real – por isto mesmo cheio de passagens em que as deficiências, os ressentimentos e a miopia predominaram – a nossa história tal e qual ela foi vivida? Para que – por que – maquiá-lo nosso dia-a-dia de maneira a torná-lo mais glamuroso ou menos sofrido do que ele realmente foi?

As páginas que se seguem apresentam, portanto, uma análise baseada em: (a) material acessível a todos, como as coleções dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*; (b) documentos e manifestos de acesso mais difícil e que, na medida do possível, apareceram transcritos na íntegra e/ou em anexo; (c) minhas observações pessoais, através da memória e do registro dos acontecimentos por escrito: anotações, cartas, etc. Tratarei, evidentemente, de esclarecer sempre ao leitor a qualidade do material que inspirou/fundamentou tal ou qual observação.

1 – A Atual Conjuntura

Impossível comprar nas bancas de jornais exemplares da imprensa feminista. Mas sua ausência não se explica pela proibição, imposta por forças para-policiais que aterrorizam os proprietários de bancas, tal como sucede com as publicações da imprensa alternativa, a partir de meados de 1980. A verdade é que, sob a pressão mais sutis das distribuidoras que se recusavam a trabalhar com a imprensa feminista e dos militantes que não pagavam os jornais vendidos, a imprensa feminista morreu à míngua, em doses homeopáticas.

No entanto, o movimento de mulheres tem demonstrado uma força política e uma capacidade mobilizadora considerável. Só em 1980 assistimos à reunião de cerca de 4 mil mulheres por ocasião do 2º Congresso da Mulher Paulista, em março; ao lançamento (primeiramente no Rio de Janeiro e depois em São Paulo) do movimento pró-liberalização do aborto; o Primeiro Encontro da mulher da Baixada Fluminense, em junho; à criação do Núcleo de Apoio às Prostitutas, cujas atividades têm sido noticiadas pela grande imprensa; à formação de um movimento em defesa da vítima de; à impressionante manifestação/passeata, realizada em agosto em São Paulo, em apoio às mulheres argentinas (da plaza de Mayo), na qual mais de quinhentas mulheres desfilaram de negro (em um silêncio quebrado pelo ruído das matracas, sempre que a marcha parava por um curto intervalo); a criação da Casa da mulher em Recife e, finalmente, ao movimento de apoio as vítimas da machista, como foi o assassinato frio de mais duas mulheres por seus maridos “ciumentos” em Belo Horizonte.

A questão feminina passou a ser discutida também nas rádios; onde as feministas começam a conquistar horários próprios; na televisão e através de todos os meios de comunicação de massa. Foi-se o tempo do silêncio repressor ou da ironia/desrespeito que

tentava infantilizar a luta das mulheres e/ou reduzi-la a um capricho de burguesas desocupadas e intelectuais descompromissadas. O tratamento dispensado ao tema pela grande imprensa, inclusive, demonstra o intuito do pensamento liberal em recuperar o feminismo, em domesticá-lo e transformá-lo em movimento de “modernização” como se depreende das observações de uma revista “futurista”:

É natural, portanto, que o processo de emancipação feminina tenha sido deflagrado com o espírito equivocado de uma grande vingança contra os homens. Iniciado nos Estados Unidos na década de 60, teve na feia, quase truculenta Betty Friedman seu profeta mais famoso. Como país importador de ideias geralmente mal-absorvidas, o Brasil recebeu o eco das campanhas feministas nos Estados Unidos com distorções semelhantes às registradas nas agrupações políticas esquerdistas. (...)

Os tempos são outros. Para alguns recalcitrantes da esquerda que ainda defendem a vida franciscana de antigamente, o metalúrgico Luis Ignácio da Silva deu uma lição exemplar, recentemente, ao visitar o Congresso Nacional vestindo impecável conjunto de terno e gravata. (...)

Neste sentido, mudaram também as militantes feministas, as mulheres emancipadas que lutam pela igualdade social e sexual. Nos congressos e palestras que promovem mulheres tem-se bem ou com calculado desleixo. Trocaram sapatos de salto alto e outras vestimentas que sacrificavam a comodidade por roupas mais confortáveis e nem por isso menos elegantes. Nos eventos políticos as mais bonitas são mais notadas, como sobressaiam-se antigamente as adolescentes mais vistosas nos bailes de formatura. (*Brasil Século 21*. n. 3, p. 61)

O potencial criador do feminismo evidencia-se também na expansão da produção teórica, artística e cultural cujo eixo temático é a questão da mulher. São pesquisas e estudos que abordam novos aspectos da realidade, colaborando para reescrever a história do Brasil a partir de novas perspectivas mais abrangedoras. A mulher, enquanto objeto de reflexão teórica, tem significado não

somente um fértil campo de pesquisa como a reformulação do instrumental analítico. Além disso, o feminismo propõem-se como ideologia anti-autoritária, aliando-se a outras correntes e grupos discriminados, como aconteceu com o movimento homossexual. E os valores “femininos” são cantados na música popular brasileira por compositores da qualidade de Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque.

Poderia, desta maneira, parecer paradoxal que a ampliação do movimento de mulheres – e o da corrente feminista – se processasse concomitantemente à informação de que o *Brasil Mulher*, no seu 16º número, encerrava suas atividades, exatamente dois anos de pois do *Nós Mulheres* (então no seu 89 número). O paradoxo é apenas aparente. De fato, o que desaparece, junto com o *Brasil Mulher*, é um tipo de imprensa feminista (ou para feminista) que a própria evolução do movimento de mulheres tornou obsoleta. A questão que *Nós Mulheres* levantara três anos antes – por ocasião das discussões internas acerca dos rumos do jornal – mostrou-se verdadeira, na prática posterior: o período do feminismo envergonhado já tinha passado. Cumpria produzir uma publicação com outros supostos e objetivos, partindo dos interesses imediatos das “produtoras” e não mais voltada para a defesa exclusiva daquilo que considerávamos os interesses da(s) Outra(s): A Operária.

Aos eternos problemas de comercialização e à indefinição/definição equivocada da “leitora privilegiada” – dramas permanentes da imprensa feminista no período 1975/80 – veio somar-se uma outra ordem de razão também justificadora da dificuldade em se dar continuidade aos nossos jornais. Em outras palavras, a ampliação das “frentes de luta” do movimento de mulheres – que hoje sustenta tanto o movimento por creches – a formação de departamentos femininos nos sindicatos; a ocupação de um espaço político nos partidos em formação, quanto à pesquisa de uma nova linguagem; o estudo da sexualidade feminina e a prática da reflexão em pequenos

grupos – comprovou que a ubiquidade é um dom divino. Ou seja, à medida em que os esforços dos primeiros grupos feministas, fundamentalmente em São Paulo, passaram a espalhar-se por objetivos diversos, tornou-se mais complicado levar adiante a imprensa feminista independente, tal como a concebíamos em meados da década dos setenta.

A emergência do especificamente feminismo – em síntese, poder falar do desejo, da vida doméstica e coisas no estilo, ao invés do exclusivo problema salarial – criou um espaço novo de militância, provocando adesões para as quais a redação de um jornal não constitui a alternativa almejada. Além disso, a maior autonomia do movimento – que não deve ser reduzida ao isolacionismo proposto por algumas tendências, que confundem a necessidade das mulheres encabeçarem suas lutas, evitando que seu movimento se transforme em correias de transmissão de partidos e/ou dóceis instrumentos de certas políticas sindicais, com o enclausuramento das mulheres em pequenas seitas/grupúsculos infantilizados pela presença de algumas “mães” que protegem suas filhinhas dos perigos do “mundo externo” – impede a existência de direções centralizadas que poderiam atrelar a luta das mulheres a um ou outro objetivo exclusivo.

A partir do momento em que os grupos deixaram de ter sua existência orientada e disciplinada por uma tarefa em particular – fazer um jornal, prestar assessoria a tal ou qual grupo de base e, especialmente, no momento que novos grupos apareceram, cansados das brigas internas dos primeiros, o espaço da militância feminista ampliou-se de tal maneira que, hoje, uma reunião realmente representativa do movimento de mulheres no Brasil exigiria o Maracanã como local apropriado. Concomitantemente, as forças políticas que atuavam em praticamente todos os grupos feministas – tornando-os, muitas vezes, palco de disputas encarniçadas concernentes ao caráter mais ou menos socialista da revolução ou disputa doutrinárias do estilo – co-atuaram no sentido de reforçar o

sectarismo grupal que terminava por repelir ou impedir a entrada de novos elementos. Assim, o que termina, junto com o *Brasil Mulher*, é também o período da tutela política que pesava praticamente sobre todos os grupos feministas.

O feminismo de hoje não tem necessidade de líderes, nem de tutelas paternas ou maternas, nem de tribunais de inquisição sobre maior ou menor proletarismo de suas posições. Se todos os grupos que, em 1979, foram responsáveis pela organização do 1º Congresso da Paulista, resolvessem agora fechar suas portas pode-se prever que o impacto sobre o movimento de mulheres seria até positivo. A prática tem demonstrado que é necessário estimular a criação dos grupos de reflexão como momento essencial da tomada de consciência de nossa opressão específica, ao mesmo tempo em que demonstra a eficácia da união (incluindo, então, homens) de todos em torno de objetivos precisos de luta. E a compreensão das questões e impasses com que atualmente defronta o feminismo no país passa também pelo conhecimento de suas raízes e trajetórias que, no fundamental, confundem-se com a história de três grupos ainda atuantes do movimento de mulheres. Por ordem alfabética: Centro de Desenvolvimento da Brasileira (que adotará, no começo de 1980 o nome de Centro da seção São Paulo); Grupo *Nós Mulheres* (e sua cisão de 1978, conhecida como Associação de Mulheres) e o grupo *Brasil-* (com presença em outros estados do país).

2 – 1975: O Ano Internacional da Mulher

Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista

A ONU batizou 1975 com o título de Ano Internacional da Mulher. Este fato propiciou para a oposição brasileira – após

as duras perdas ocasionadas pela repressão aos movimentos de contestação à ditadura militar – um espaço político que foi ocupado principalmente pela corrente política comunista “ortodoxa” (seguidora das orientações do Partido Comunista Soviético), que tinha sido relativamente poupada do terror repressor, justamente por sua oposição à luta armada, não desprezava, como equivocadamente o fez a nova esquerda por um determinado período, as oportunidades legais de trabalho político.

Assim, dado o esfacelamento da nova esquerda (cujo feminismo desenvolvia-se no exílio, principalmente na França) a oportunidade criada pelas comemorações do Ano Internacional da Mulher foi basicamente aproveitada pela tendência ortodoxa. A questão feminina era, na ocasião, praticamente ignorada no país e fora o grupo de reflexão feminista de intelectuais paulistas, só se falava de mulher como tema de tese acadêmica e, assim mesmo, pouco valorizado pela intelectualidade brasileira.

A cúpula que organizou o Encontro tomou todos os cuidados no sentido de evitar quaisquer desvios ao estilo pesado e acadêmico dos trabalhos. Uma vez obtida a anuência da Cúria Metropolitana – faz parte do anedotário da época a impaciência de D. Paulo Evaristo com a insistência da comissão organizadora em enfatizar o aspecto de “diagnóstico” da reunião. Sua Eminência, a uma certa altura, teria comentado: “o diagnóstico está mais do que claro, mas não se pensa nada no sentido da ação”? Tal reação é tão mais irônica quando se recorda que a prudência nas palavras e análises, entre outras razões, era recomendada pela cúpula para “não assustar a Igreja” – processou-se a escolha do local da reunião, evitando-se, a duras penas (por parte de feministas independentes) a inclusão da do governador na lista dos convidados de honra.

Assim, realizou-se na Câmara Municipal de São Paulo, em outubro de 1975, o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista (o próprio tema lembra a influência médica no diagnóstico) tendo como debatedores a Dra. Maria Eugenia Raposo da Silva

Telles, representante da Associação dos Advogados de São Paulo; a Profa. Dra. Marly Cardone (Faculdade de Direito/USP), a Dra. Guiomar Namó de Mello, o Dr. Renato Rua de Almeida (Frente Nacional do Trabalho), o Dr. Almir Pazzianotto Pinto e outros. Como era – e continua ainda – hábito, o tema (a) foi esquartejada em pedaços denominados “a mulher e o direito”; “a mulher e a educação” e, finalmente “a mulher e a saúde”. Também como era e continua sendo um acordo implícito, o tema mais político escondia-se sob o título “a mulher e a participação na sociedade” que, coincidentemente, teve no vereador Antonio Resk o porta-voz privilegiado:

Expostas as principais Ideias apresentadas no debate ‘A MULHER E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE’ podemos sintetizar nas palavras do vereador Antonio Resk o apelo contido em todos os depoimentos: é preciso que se sensibilize cada vez mais mulheres em nossa cidade, no nosso país, não importa o grau de cultura, para que elas percebam que não poderemos sobreviver senão estando todos unidos, homens e mulheres, os mais e os menos conscientes. Para isto a terá de romper os grilhões que ainda a prendem à superstição, ignorância, herdadas do passado. Precisamos preparar uma nova geração, um novo amanhã, em que a deve surgir como companheira em igualdade de condições, igualdade de sentimentos, igualdade de cultura, igualdade de participação.⁷

Para tanto propomos:

1. traçar, em conjunto com os representantes das sociedades amigos de bairros, sindicatos, entidades de pesquisa, associações em geral e pessoas interessadas, um programa específico para cada entidade, cujo objetivo principal será o de estimular a participar cada vez mais da vida associativa (ex: criação de departamentos femininos nos sindicatos, sociedades, etc.);
2. estimular um relacionamento cada vez maior entre pesquisadores, estudiosos e a comunidade, fazendo com que as associações, sindicatos e entidades em geral possam contar com seu trabalho para a realização de levantamentos e estudos que lhes propiciem um conhecimento mais profundo dos problemas que afetam sua categoria, seu bairro, etc.;
3. constituição de um grupo de estudos constituído por especialistas e interessados no assunto que tenha por objetivo fazer um trabalho de reavaliação e reformulação

dos meios de comunicação dirigidos e referentes à mulheres.

Digamos que a comunicabilidade não é o forte do texto, sem se falar da “constituição de um grupo constituído”... Mas as concepções e métodos de trabalho da “ortodoxia” estão aí perfeitamente exemplificados. Assim, as es (que são as menos conscientes, como se depreende do discurso de Resk) terminam por serem culpabilizadas por sua não participação satisfatória na sociedade. Elas são tratadas como um bando de ignorantes que precisam ser estimuladas e romperem com os “grilhões” e, assim, poderem “surgir como companheiras em igualdade de condição” aos homens. Não existe opressão específica da mulher: trata-se apenas do subdesenvolvimento feminino que pode ser rompido pelo esclarecimento que tornará a mulher apta a... torna-se um homem. O esclarecimento, será obtido através de instrumentos especiais (os departamentos femininos) concebidos como uma forma de tornar acessível às menos preparadas (as mulheres) o universo masculino.

Tratar a questão feminina como o “despreparo feminino” – remetendo as soluções para cursos de capacitação – constitui a essência da concepção ortodoxa, levando com que o trabalho político com as mulheres fosse considerado uma penitência pela maior parte de suas militantes. Promover festinhas pela paz universal; comemorar o dia da criança e reduzir a militância no movimento de mulheres a ocasiões festivas (do dia internacional da mulher ao dia internacional do trabalho) constituem outras características da proposta ortodoxa de conscientização feminina.

O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira/O Brasil Mulher e o Movimento Feminino pela Anistia

A divulgação dos resultados do Encontro deu-se paralelamente à criação “de uma entidade que sirva de polo para a mulher paulista”,

vale dizer, ao Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), em novembro de 1975. Os objetivos do CDMB da data de sua fundação aos dias de hoje, continuam os mesmos, como se pode observar pela comparação de documentos de distintas épocas. Apesar da lista de mais de uma centena de associadas, funcionou sempre com um máximo de 30 pessoas, grande parte delas sob a influência política declarada da tendência ortodoxa, sendo que 4 ou 5 mulheres tornaram-se, na prática, as porta-vozes oficiais do Centro. Dado o nível de generalidade de seus objetivos estatutários, as representantes do Centro eram mais “femininas” ou “feministas” segundo as circunstâncias.

I. O centro tem como finalidades principais; o conhecimento e a divulgação da condição da mulher, brasileira em geral e, em particular, da mulher de São Paulo.

II. Contribuir, dentro das diretrizes da Carta-Proposta – resultado, do ‘Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista’ – para que a mulher de São Paulo se conscientize dos seus direitos, ao lado das demais mulheres brasileiras, com vistas à igualdade de condições socioeconômicas e jurídicas entre homens e mulheres.

III. Contribuir para uma participação cada vez maior das mulheres brasileiras no desenvolvimento econômico, político e cultural do nosso País.

IV. Fazer com que as mulheres brasileiras contribuam cada vez mais na construção da Paz Mundial.

V. Promover o intercâmbio com outras organizações afins.

VI. Promover e solidarizar-se com todas as iniciativas que venham ao encontro dos objetivos e finalidades do Centro.

VII. Promover e desenvolver em sua sede, ou fora dela, atividades culturais, recreativas e esportivas, palestras, cursos, conferências, pesquisas, etc.

Art. 4º – O Centro não fará distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa.

Mas não só o *Centro* resultou do “Encontro para o Diagnóstico”: algumas feministas, que tinham participado do Encontro, desgostosas

com a atuação do grupo dirigente do *Centro* preferiram construir outra alternativa de trabalho. De fato, as próprias notícias que chegavam do Rio de Janeiro, onde o *Centro da Mulher Brasileira* conseguira reunir um número mais expressivo e representativo de mulheres, ajudaram a convencer as “dissidentes” de que era necessário um espaço de atuação mais flexível. As “dissidentes” terminaram por se encontrar com mulheres que lutavam pela instalação de creches na Universidade de São Paulo, dando origem ao grupo “Mulheres em Questão.”

Enquanto isto, o Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio, promovia uma festa intitulada “Realidade da Mulher”, no Museu de Arte Moderna, em dezembro, comemorando o fim do Ano Internacional da Mulher. Composto e impresso no Paraná, sob a direção de quatro jornalistas, surge o Brasil Mulher

n. 0 – um tablóide de 8 páginas, com uma grande foto em branco e preto na capa : uma mulher negra, grávida, rodopiando com uma menina, ambas pobres, de pés no chão fazendo as seguintes afirmações no editorial:

BRASIL MULHER

Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres.

Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por Incapacidade de participação ao débil mental.

Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana.

A época do beicinho está definitivamente para trás, porque milhares de mulheres em todo o mundo fazem jornada dupla de trabalho, num esforço físico que faz com que uma jovem mãe de 30 anos pareça estar com mais de 50; mulheres, que desejam trabalhar, e serem independentes economicamente de seus maridos, são

obrigadas a levarem uma vida ociosa, sem nenhuma perspectiva de serem consideradas como seres que pensam: a prostituição aumenta constantemente a é a única salda para as moças que chegam do interior para a cidade. E finalmente porque o homem já desceu na Lua e, portanto, nada mais lógico que reivindicar uma vida mais justa aqui neste planeta Terra. Queremos usar a inteligência, informação e conhecimento em função da igualdade e, desde já a propomos, como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude. Finalmente, *Brasil Mulher* deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio a batalhas, o Brasil vê surgir. Teremos um número mensal e a sustentação desta proposta de comunicação depende unicamente daqueles que com ela se identificarem.

Este é bem o estilo direto, claro e coloquial de Joana Lopes. O jornal fora concebido por uma pequena equipe, tendo Joana Lopes como principal inspiradora, sendo composto por uma capa em que uma foto de mulher ocupa a maior parte do espaço; pelo editorial (na página 2) e seções fixas como o Brasil/Correio, Na Rosa dos Ventos etc. com enorme destaque para a questão da anistia. As páginas centrais do número 0, por exemplo, é constituída por entrevistas – ilustrada por uma foto – de Terezinha Zerbini, em que se narra o recente surgimento do Movimento Feminino pela Anistia. Foi no jornal *Opinião*, na edição de 30 de maio de 1975, que apareceu a primeira notícia de que um grupo de mulheres iniciara “amplo movimento pela anistia aos presos políticos do Brasil”. Já a Igreja se manifestara a respeito quando, por ocasião da Páscoa, o arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, incluía entre as orações da Semana Santa um pedido especial: “Anistia generosa para os presos políticos de nossa Terra”. Estas informações são prestadas ao lado do Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia (MFA) que todos os grupos de mulheres se encarregaram de obter assinaturas de apoio:

Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da Mulher, assumimos nossa responsabilidade de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, neste Ano Internacional da

Mulher, nós nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade imperiosa da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a Unidade da Nação.

O movimento feminino pela Anistia, além da inquestionável importância da sua bandeira específica, colaborou significativamente para o avanço do movimento de mulheres. Com sede em vários estados, com especial destaque do núcleo de Belo Horizonte, o movimento despertou ou possibilitou um espaço de militância para mulheres que foram, com o tempo, aproximando-se do feminismo. Em São Paulo, a presença muito ativa de Terezinha Zerbini – que nunca disfarçou a pouca importância que concedia a luta feminista – nem sempre facilitou a convivência unitária, como se evidenciou no episódio de sua saída do *Brasil Mulher* e, posteriormente, em 1978, com a retirada do MFA da frente unitária de mulheres em São Paulo, quando a maioria dos grupos optou por incluir a questão do aborto entre suas bandeiras de luta, como veremos adiante.

Estas são, portanto, as circunstâncias históricas em que é dada a partida ao feminismo brasileiro enquanto alternativa de massa. A pluralidade de iniciativas – da Anistia à opressão da mulher *tout court* – demonstra que nosso movimento é também um dos frutos mais expressivos da luta dos setores mais avançados da sociedade pela conquista das liberdades democráticas. A paralisia imposta pela repressão político-militar dificultava a expressão das contradições por intermédio dos canais tradicionais, em uma sociedade democrático-burguesa, como os partidos; o jogo parlamentar; os sindicatos e as manifestações de rua. Assim, ao longo refluxo imposto no período Médici, segue-se o tímido degelo de Geisel e o florescimento de métodos e espaços novos de luta. É chegada a hora e a vez das organizações comunitárias; dos pequenos grupos em que todos se conhecem, do “trabalho de formiga”. Logo, é chegada a hora da mulher, através do MFA, dos Clubes de Mães, das Associações de

MOVIMENTO MEJ 2

28/6/46

Nós, mulheres, quem somos?

Um grupo de feministas de São Paulo (com colaboradoras de outros Estados) acaba de lançar o primeiro número de mais um jornal em nome da mulher brasileira

Uma das provas mais evidentes de que a situação confortável de certas pessoas (os homens) está edificada sobre a posição bastante desconfortável de outras (as mulheres), é que sempre que essas últimas falam em seu favor, os primeiros entendem que elas estejam se levantando contra eles. Não é a toa que, muito contra a sua vontade, todas as vezes que uma feminista vai explicar o conteúdo de sua luta, precisa começar justificando: ninguém aqui é contra os homens, ou tem qualquer intenção de dominá-los. O que se pretende, é por um fim à dominação inversa.

Para não fugir à regra, o editorial do *Nós, Mulheres* contém a mesma explicação "... não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação". Justificativa que ainda terá de se repetir à exaustão, até que os próprios homens (e mesmo muitas mulheres) se convençam de que, combatendo as feministas, estarão simplesmente colaborando para ocultar inimigos mais perigosos — e muito mais atuantes.

Mas além de não ser um jornal contra os homens que seria, sem dúvida, ridículo, *Nós, Mulheres* também está bem longe de ser o resultado de um trabalho feito por menininhas de vida mansa, em reuniões e chazinhos vespertinos. (Outra acusação feita aos movimentos feministas, tentando caracterizá-los como simples expressão da falta de assunto das mulheres de classe média).

Embora redigido — no sentido literal do termo — por universitárias, professoras, etc., ou seja, por mulheres de vida *relativamente* mais fácil do que a maioria, o *Nós, Mulheres* é feito quase integralmente em torno de donas de casa da periferia, operárias, empregadas domésticas, varredoras de rua. Pessoas localizadas no ponto de confluência de dois grandes problemas sociais: o da mulher, e o do trabalhador. Dessa maneira, *Nós, Mulheres* demonstra na prática (e a partir do conteúdo dos depoimentos) a relação intensa e necessária, no modelo social dito ocidental, entre essas duas posições. E confirma a afirmação de Ana (operária) no debate da última página sobre o trabalho feminino: "não pode ser individual, entende. A mulher, sozinha, não pode deixar de aceitar, senão passa fome. Tinha que ser algo mais coletivo". (Maria Rita Kehl)



"Oha, vocês que sabem das coisas precisam chegar aqui e contar (não des)..."

CAROLINA - Agora o problema e fazer com que elas percebam que não vamos ser nós que vamos mostrar nada pra elas, né? Elas dizem: "Vocês sabem das coisas" mas nós também não sabemos nesse nível, entende?"

JANY - Mas de certa forma, o que elas dizem, serve como diretriz pra gente...

INES - Era a primeira vez que elas se viam num jornal, entende? E as reações delas eram valiosas para nós...

JANY - Inclui-se, no número 2, a despeito de eu ter alguns grilos com ele, houve uma preocupação maior com a linguagem. Enfim, tínhamos a preocupação de um jornal mais bonito, mais alegre, mais leve. O primeiro estava um tijolo, né? O comentário delas foi: "esse jornal saiu mais fácil de ler, mais gostoso". Em termos de linguagem, a gente conseguiu simplificar um pouco mas em detrimento de um aprofundamento maior. Eu, particularmente, acho o nº 2 muito superficial.

Iza - É difícil conciliar, né? JANY - É justamente a discussão que tivemos hoje. A gente tende a simplificar mas superficializa; quando a gente aprofunda, a gente complica.

SOLANGE - Mas esse é o problema de toda imprensa nova.

Glória - Eu queria saber a repercussão dessas matérias sobre prostitutas, passas e prostitutas na periferia. Elas se interessam?

SOLANGE - O assunto é tabu, né? Elas se interessam mas é tabu. Até mesmo para mulheres que estão abertas para discutir o jornal mas têm uma moral muito arraigada. Uma disse: "Duvido que isso seja verdade. Não pode ser". E os homens? Também bastante abertos pra discutir o jornal mas dizem: "Eu detesto esse tipo de mulher".

CAROLINA - O importante nessa matéria foi justamente o enfoque que quisemos dar, mostrando uma mulher que trabalha, que é prostituta...

Cica - Mas as mulheres da periferia também tiveram dificuldade em aceitar, né?

JANY - Não só o problema da prostituição. Sexo, por exemplo. Tentei puxar por essa linha mas elas não se

sentiam muito à vontade pra conversar sobre isso. Comecei a falar de aborto, e a reação foi a mesma. Uma série de assuntos são tabus e a gente vai precisar de tempo...

Eládia - Onde foi a discussão? JANY - Num Igreja presbiteriana que é politicamente extremamente aberta para discutir certas coisas mas extremamente fechada para assuntos morais.

SOLANGE - Um outro exemplo. Uma grande porcentagem das prostitutas de São Paulo são ou foram empre-

"O Pasquim é um jornal extremamente crítico em relação ao feminismo e no entanto dá apoio a nossos jornais." (Solange)

gadas domésticas. Mulheres como nossas capacidade de profissionalização e tal e que acabam fazendo as duas coisas ao mesmo tempo. Agora, a coisa mais difícil - nós conversamos com a Associação de Empregadas Domésticas - a coisa mais difícil é uma empregada aceitar esse fato. Uma questão de defesa porque se sentem ameaçadas se isso ficar estabelecido, se começar a contusão ou paralelo entre a profissão de doméstica e a de prostituta.

CAROLINA - Daí a necessidade de se discutir sempre o problema. De forma a que elas mesmas possam compreender, aceitar de mulher para mulher...

Glória - Vocês já discutiram essa do nº 3 com alguém?

SOLANGE - Um troço importante a respeito dessa matéria. É um conto que recebemos de um homem que mora na periferia, leitor do jornal. Um conto chamado "O Parto" e imaginado a partir da matéria do nº 2. Ele começa sua carta assim: "Sou um leitor daqueles que estão com raiva das mulheres" e termina assim: "Desse jornal que é nosso e do povo..."

Iza - Mas o conto é maravilhoso. Vocês receberam?

SOLANGE - Nada, foi direto como veio. Um texto lindo, simples, elogiado por todo mundo...

INES - Uma mulher chorou quando leu. Uma prostituta...

SOLANGE - A gente recebe muita carta de apoio. Lá de longe lá, de Mato Grosso: "Recebi o jornal das mulheres", dizem eles. E a gente está sempre tendo surpresas.

INES - Independente das diferenças de classe, o jornal tem leitoras em todas as camadas.

Glória - Você acredita que tem mesmo? Qual a repercussão, por exemplo, entre a mulher da classe média, grande leitora da imprensa feminina, aquela que diz: "Deus me livre, feministas,

essas mulheres horríveis, eu adoro mens".

INES - Não tô falando destas. Estas a gente nem tem contato, falando das bancárias, secretárias, e também tem Capricho, Nova, M. São realmente difíceis de serem tratadas, são ideologicamente perdidas. Mas mesmo aí a gente tem penetração.

JANY - Nosso interesse é aqui trabalhadora, que produz e é explorada. É uma assalariada. Certo que com mulher proprietária, da alta burguesia...

SOLANGE - As vezes o apoio vem onde menos se espera. Por exemplo gratifica muito saber que o PASQUIM um jornal extremamente crítico e relação ao feminismo, um jornal chamado de machista, dá apoio a N Mulheres e Brasil Mulher desde o primeiro número e ainda manda entrevistar a gente. De repente, olham pra gente e dizem: "Pô essas mulheres s: sérias e são feministas".

Iza - Pois é. O PASQUIM está mandando. Um dia desses, por exemplo entrevistamos uma mulher an feminista, uma mulher-objeto. Ziraldo Jaguar e eu. Num determinado momento, que ninguém percebeu, Ziraldo e Jaguar criticavam a inércia da mo dizendo: "Mas você aceita ser objeto? Por que não reage? Por que você aceita?" Nem eles tinham percebido a a tude que adotavam. Ai, eu peguei microfone e disse: "Atenção leitores quero comunicar que Ziraldo e Jaguar estão virando líderes feministas" (riso geral).

Glória - Oha, aqui em São Paulo nos primeiros debates, eu achei tu muito descentralizado. Tinha uns mil grupos, um de cada tipo. Ai, eis a pista no Rio um Centro da Mulher Brasileira, eu disse Brasileira (riso). Essa é a pergunta: Por que lá no Rio f forte o suficiente para criar um Cent e aqui em São Paulo não foi? Por out lado, por que aqui foi suficiente pa organizar dois jornais e no Rio não? Aqui existem dois jornais a um metr um do outro, todos dois com problez de salas, de redação, de distribuição. Por que não se unem?

SOLANGE - O Brasil Mulher com ou em Landrina e depois é que vai pra cá. Agora, nada diz que não exist possibilidade de unificação. No Bra



O time completo de "Nós mulheres" retratado por Cahu: 1 - Carol, 2 - Bia, 3 - Laura, 4 - Solange, 5 - Ya, 6 - Leda, 7 - Marly, 8 - Jane, 9 - Rita, 10 - Ines, 11 - Ines, 12 - Suzana, 13 - Cida, 14 - Cahu.

3 – 1976: Nós Mulheres

Desde que nascemos, *NÓS MULHERES*, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que *NÓS MULHERES* não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa pra homem. Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir esta função que dizem a função natural da mulher – mãe e esposa. *NÓS MENINAS*, devemos sempre andar limpinhas e brincar (de preferência dentro de casa) de boneca, de comidinha, de casinha. E os meninos podem andar sujos e brincar na rua porque são moleques e porque devem se preparar para tomar decisões, ganhar a vida e assumir a chefia da casa. Além disso, aprendemos que sexo é um pecado para *NÓS MULHERES*, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação. Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para podermos conseguir marido. Ao mesmo tempo, vemos todos aplaudirem as conquistas amorosas e as forças de nossos irmãos. E muitas vezes não entendemos porque eles podem ter liberdade que para nós é considerada pecaminosa. Quando vamos procurar um emprego, porque o salário do marido ou do pai não dá pra viver, ou porque queremos sair um pouco da solidão das quatro paredes de uma casa, sempre encontramos mais dificuldades que o homem, por que somos mulheres. Dizem-nos que não seremos boas trabalhadoras porque traremos para o serviço o cansaço do trabalho de casa e a preocupação com nossos filhos. E quando, com muita dificuldade, conseguimos um emprego (às vezes, nossos próprios pais ou maridos não nos deixam trabalhar pois foram acostumados a pensar que os homens devem sustentar a casa) sempre ganhamos menos que os homens, mesmo fazendo o mesmo trabalho que eles. E, neste emprego, nossos cargos são sempre subalternos. Até nos acostumamos a pensar que os chefes devem ser homens *NÓS MULHERES* somos oprimidas porque somos mulheres. Mas mesmo entre nós existem diferenças. Um grande número de mulheres cumpre uma dupla jornada de trabalho: o trabalho fora

de casa e o trabalho doméstico. Outras cumprem só as tarefas domésticas. Mas, entre as próprias donas-de-casa, persistem diferenças. Existem aquelas que não são obrigadas a passar o dia inteiro fazendo o trabalho de casa porque tem dinheiro para contratar alguém que faça este serviço por elas. Além disso, podem dar uma boa alimentação, uma boa escola, brinquedos, roupas a seus filhos. A maioria das donas-de-casa, porém, é obrigada a passar o dia todo lavando, passando, arrumando, cozinhando, cuidando dos filhos, num trabalho que não acaba nunca. Muitas não podem sequer dar a seus filhos uma boa alimentação e uma escola. Muito menos brinquedos e roupas. Queremos mudar esta situação. Achamos que *NÓS MULHERES* devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. É possível que nos perguntem: “Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos? Nós responderemos: o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos são trabalhos necessários, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais. Mas não é só. *NÓS MULHERES* queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação. *NÓS MULHERES* decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções. Sua colaboração é muito importante. São poucas as tribunas democráticas que a mulher (e não só a mulher) encontra hoje em dia para poder expressar sua opinião tanto em relação

aos problemas gerais da sociedade quanto ao seu problema específico de mulher. Queremos que este jornal seja mais uma destas poucas tribunas. É por isto que quanto mais cartas, críticas, artigos, sugestões, informações você mandar, estará ajudando a contribuir este nosso instrumento de conscientização e luta. É claro que neste número não poderia caber tudo o que queríamos mostrar. Pretendemos retomar nos próximos números os assuntos que tratamos neste e outros, falando por exemplo da vida da secretária, da mãe solteira, da enfermeira, da desquitada, de *NÓS MULHERES*, enfim. Finalmente, queremos agradecer a gentileza de Ruth Escobar, a quem devemos o financiamento deste primeiro número. E a todas as mulheres que contribuíram com seu depoimento para o nascimento do jornal *NÓS MULHERES*.

O Primeiro Editorial

A reprodução por completo justifica-se pela importância que este editorial tem na história do feminismo brasileiro. Não se trata, simplesmente, de constatar, o tom direto e pouco doutrinário, no que se refere à descrição da opressão da mulher. Retrata com simplicidade o cotidiano da mulher jovem, principalmente a de classe média, que brincou de casinha, ficou com inveja da liberdade do irmão mais velho, revoltou-se com a frase que a mãe lhe dizia, enquanto fazia apertadas tranças que arrancavam lágrimas dos olhos: “quem quer ser bonita padece!”

Não é só o tom evocativo – em que as pessoas concretas estavam ainda visíveis por detrás do discurso – que quebra com a rigidez formal das publicações da oposição. Além disso, este editorial é importante pela afirmação categórica de que somos oprimidas porque somos mulheres. E, mais ainda por denunciar a dupla moral sexual e a repressão sexual, como por ter sido a primeira publicação de feminismo brasileiro contemporâneo em declarar-se feminista.

O editorial apresenta, também, as formulações teóricas e bandeiras que se tornaram posteriormente nas principais formulações e bandeiras de todo o movimento de mulheres. Assim, notemos que ele toca na questão dos papéis sexuais e da redução, “naturalista”, da mulher as funções (sociais) de mãe e esposa. Enfatiza sua importância para a reprodução da família; seu caráter necessário. Levanta a bandeira da luta “por trabalho igual, salário igual” e pela socialização do trabalho doméstico. Defende, com argumentos que hoje seguramente já não seriam os nossos, a igualdade entre os dois sexos, chegando mesmo a sugerir (esta sugestão, hoje, é colocada simultaneamente com a da socialização do trabalho doméstico, quando não a antecede, isto é, trata-se de dividir o trabalho doméstico desde agora em casa, sem esperar o socialismo) a divisão da responsabilidade doméstica entre o casal.

As influências teórico/ideológicas presentes nestas ideias exprimem melhor do que nada o comprometimento do editorial com a dialética materialista. Assim, incorpora-se o conceito de trabalho necessário, tal como é entendido em “O Capital” (a diferença, estabelecida por Marx, entre trabalho produtivo e trabalho necessário no capitalismo), levanta-se a bandeira (de maneira bastante análoga à fórmula de Engels, em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, da socialização do trabalho doméstico, ao mesmo tempo que se aponta para a necessidade de profundas transformações sociais e a ligação entre a luta feminista e a “luta de todos, homens e mulheres, por sua emancipação”).

Apesar do editorial corresponder a uma produção coletiva em que todas tiveram algum grau de participação, a influência mais notória é exercida pelas militantes que já haviam passado por uma experiência de exílio/e/ou/estadas no exterior, conhecendo mais profundamente a moderna literatura feminista. Juliet Mitchell, Simone de Beauvoir, Engels, Wally Secombe constituíam leitura obrigatória do “Grupo de Brasileiras no Exterior” uma das matrizes mais

importantes dos atuais grupos feministas. O editorial faz referências, tal como já se encontra no número de lançamento do *Brasil Mulher*, a luta da imprensa democrática neste período. Aliás, uma das passagens que as editoriais mais gostavam e aquela que diz da construção do jornal como “nosso instrumento de conscientização e luta”.

O Processo de Produção

A memória é curta. Tão curta que fica difícil refazer, recriar o espírito, o clima e as intenções de acontecimentos passados há menos de cinco anos. É por isso que a documentação escrita, a memória gravada nas letras, páginas e cores das publicações – é tão rica e insubstituível. Seria difícil contar a história recente do feminismo se não pudéssemos lançar mão do recurso dos nossos textos e das próprias notícias que gerávamos na grande imprensa. Assim, os jornais de São Paulo cobriam sistematicamente nossos encontros, por mais que possamos discordar da abordagem de tais coberturas. Mas, de qualquer maneira, nos damos conta de como o tempo histórico é radicalmente diferente do tempo vivido: afinal, nossas publicações constituíam apenas parcelas de nossas atividades, de nossa militância intensa e eis que, anos depois, só por ela provamos nossa existência.

Quando estávamos em processo de “fechamento”, vale dizer, na fase final de preparação de um número, o ritmo de trabalho se intensificava, podíamos varar a noite em cima das laudas, das ilustrações lendo, correndo, acertando. Mas em “tempos normais” as reuniões realizavam-se nos sábados pelas manhãs (mais tarde transferidas para os domingos à noite). A primeira sede do *Nós Mulheres* situava-se na rua Capote Valente, em Pinheiros, no porão da casa em que a revista *Versus* era editada. Tínhamos três ambientes contíguos que, pouco a pouco, dado o crescente sucesso de *Versus*, fomos perdendo. Mas, apesar de algumas queixas, a convivência com o *Versus* foi sempre cordial.

Esta cordialidade, diga-se de passagem, era regra na imprensa alternativa, mesmo porque muitos jornalistas escreviam para praticamente todos os “nânicos”. Os jornais feministas, ademais, não estavam sob censura prévia, podendo, assim, utilizar o farto material sempre censurado no *Movimento*, por exemplo. O *Nós Mulheres* podia, pois, funcionar sem praticamente nenhum arquivo e com um material muito rudimentar, apesar de que até a diagramação ficava por nossa conta sem se falar do acompanhamento do jornal na gráfica e de sua entrega muitas vezes às próprias bancas. De fato, como nunca conseguimos senão esquemas de distribuição de pequena monta (30% de nossa edição total, em regra) a maior parcela das vendas era realizada diretamente, em São Paulo, através de sucursais do jornal *Movimento* (até a cisão interna que originou o *Em Tempo*) e através de grupos feministas em Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro.

Assim, o sistema era artesanal em todas suas fases. E aos trabalhos acumulados em ser repórter, editora, datilógrafa e copy-desk, adicionava-se o de vendedoras. Durante um longo tempo, inclusive, éramos obrigadas a vender uma cota mínima que, não raras vezes, acabava sendo paga por uma de nós. Apesar dos custos dos jornais se reduzirem aos gastos com papel e impressão, pois fazíamos todo o trabalho gratuitamente, assim como não existia nenhum tipo de retribuição financeira para nossos solidários colaboradores, enfim, apesar dos custos baixos o jornal vivia endividado, com as vendas raramente cobrindo metade dos gastos... Ruth Escobar, no primeiro número. Elis Regina em outro, e inúmeros anônimos em quase todos, colaboravam decisivamente para que o jornal fosse o órgão mais independente do jornalismo brasileiro.

Nenhuma figura concentrava qualquer tipo de ascendência notável. O grupo não tinha, sabidamente, nenhum tutor político que impusesse diretrizes e, nas horas difíceis, proporcionasse um auxílio mais forte. Era a concordância com nossas ideias e/ou simpatia por nossas posições que levava a colaboração estreita. E nosso estilo era direto. Em uma dada reunião alguém levantava a hipótese de se ir

pedir X coisa para Y pessoa. Discutíamos quem deveria compor a comissão e o resto era uma questão de cara e coragem. Assim, entramos em contato com o cartunista Henfil, que, prontamente, passou a fazer propaganda do *Nós Mulheres* e compôs uma tira da Graúna especialmente para nós.

Ao mesmo tempo, dentro de uma oposição que ficara ainda mais rígida e desconfiada com os anos do terror político, o grupo *Nós Mulheres* era considerado independente demais para o manual de “bom tom político” imperante. Éramos, na prática, as primeiras e únicas a trabalhar com a mais absoluta autonomia dentro (ou fora) de quaisquer disciplinas ou hierarquias. O grupo não tinha nenhuma espécie de direção pois o poder de decisão estava exclusivamente nas mãos das produtoras.

As matérias não eram assinadas e o mesmo texto poderia ser feito *n* vezes. Chegamos a modificar uma capa na gráfica, através de um processo de consulta e eleição de todas as responsáveis.

O conselho editorial, que terminou funcionando como órgão de definição da linha editorial, era composto exclusivamente pelas pessoas que tinham participado com grande empenho da produção do número. Senão, o nome aparecia sob a rubrica “colaboração”.

Deste período anárquico/artesanal, desta experiência única, pois o funcionamento do *Brasil Mulber*, em suas diversas fases sempre esteve mais próximo das normas vigentes na imprensa alternativa de modo geral, o *Nós Mulheres* fez o seguinte balanço, em junho de 1979:

O grupo reunido desde 1976, em torno do jornal *NÓS MULHERES*, optou por uma organização do trabalho que comportasse uma democracia interna, a mais ampla possível partindo da igualdade de direitos e deveres de cada uma de suas participantes. A nossa preocupação era atingir uma flexibilidade dos papéis de responsabilidade que despertasse as potencialidades criativas de cada uma. Nossos editoriais eram feitos por qualquer uma de nós, as matérias sugeridas pelas participantes e as decisões mais importantes tomadas em conjunto. O grupo, portanto, lutou persistentemente contra estratificações no seu interior, buscando uma rotatividade de funções.

Esta forma de trabalhar fugia às regras de um jornal tradicional e permitia que todas acompanhassem o processo de realização de nosso trabalho, desde a feitura dos textos até a distribuição do jornal, o que nos dava a sensação gratificante de que o produto do nosso trabalho nos pertencia. Este tipo de organização criou muitas dificuldades. A produtividade era, em certo sentido, baixa e equivalia a um grande esforço. Às vezes, existia um acúmulo de trabalho, outras vezes, excesso de pessoas para uma mesma tarefa. E finalmente, resultava que algumas de nós acabavam sobrecarregadas. A não-hierarquia trazia velhos vícios de comportamentos – produto de nossa vivência em uma sociedade organizada segundo moldes autoritários, éramos idealistas ao pensar que nosso simples querer era suficiente para alcançar a mudança. Éramos idealistas, mas o que propúnhamos tem fundamento: a democracia a partir do trabalho. E mais que isso, uma luta interna e externa contra as relações de poder (sempre negadas, mas sutilmente introduzidas), as hierarquias que separam, de antemão, as “mais experientes”, “mais preparadas” das “menos experientes e preparadas”. Neste momento, o desafio se mantém: como nos organizarmos, com uma divisão de trabalho justa e igualitária, sem uma prática, impositiva e autoritária, coerente com nossa concepção de feminismo.

As Produtoras

Consultando o expediente do *Nós Mulheres* e o *Livro de Ouro* do grupo, onde estão registradas a grande maioria das reuniões internas, observa-se uma estabilidade relativamente alta entre os militantes do jornal. De fato, o primeiro número agradece uma lista de trinta nomes dos quais dezoito consolidam-se como conselho editorial no número dois. A partir do segundo número passamos a distinguir as produtoras diretas das colaboradoras (que enviam uma matéria ou foto ou, ainda, davam uma ajuda nos fechamentos do jornal). Das dezoito, quatorze caminham juntas até o número 6, de agosto/setembro de 77, sendo que dois nomes não aparecem em alguns números por razões ligadas à ameaças que vinham sofrendo por parte de órgãos para-policiais.

O número sete do *Nós Mulheres* já é resultado de intensas discussões e balanços cujo saldo, entretanto, indica a saída de quatro pessoas e a passagem de outras para a colaboração menos intensa. De qualquer maneira, existe também uma tendência ao retorno com pessoas reaparecendo em números posteriores. É preciso notar que este é o período em que começa se articular a *Associação de Mulheres*, que passaria a ser o centro privilegiado de atuação de algumas das mulheres antes figurando no conselho editorial do jornal, seu órgão dirigente. As discussões internas a respeito dos caminhos do grupo e o processo que culminou com a saída de metade das militantes do *Nós Mulheres*, que passaram a atuar sob o nome de *Associação de Mulheres*, são aspectos do maior interesse mas que exigiriam um capítulo especial, sob pena de empobrecermos seu sentido político-ideológico.

Para traçarmos um perfil da produtora, tomamos seu corpo editorial mais estável e constituído pelas 10 mulheres que compõem o conselho editorial do número 7. A idade média gira em torno dos 26 anos, sendo que a caçula entrou no *Nós Mulheres* com 17 anos. Naquele momento, quatro das mulheres eram solteiras, duas morando fora do lar paterno; duas estavam separadas dos maridos, vivendo sós com os filhos; uma vivia uma relação estável sem coabitação e, finalmente, três encontravam-se casadas com o mesmo marido, duas eram realmente monogâmicas e uma terceira vivia a experiência do casamento aberto. Das dez, nenhuma tinha um emprego estável, coisa que se modificou bastante posteriormente, muito em função da nossa própria autoconscientização. A esmagadora maioria era constituída por estudantes (de psicologia, de comunicações, de história) e sociólogas (metade das mulheres já eram sociólogas diplomadas) e uma jornalista profissional. Em termos socioeconômicos tínhamos as filhas de famílias ricas; as casadas de classe média e algumas profissionais da pequena burguesia.

A caracterização/individualização das produtoras é importante para a explicação do porquê de dois jornais feministas, quando

unificação teria possibilitado uma concentração mais racional de esforços.

Na realidade, após a comemoração do 8 de março de 1976, o grupo *Nós Mulheres*, em plena preparação do seu primeiro número, reuniu-se para discutir se não valeria a pena propor uma unificação com o *Brasil Mulher*. Pois do momento em que Joana Lopes assumia o feminismo como bandeira, o jornal ampliava-se para além dos limites impostos pela luta a favor da anistia. Sem se dizer que *Brasil Mulher* deslocara-se totalmente de Londrina para São Paulo, o que facilitaria a unificação.

A oposição ao projeto foi feita pela própria Joana Lopes, que muito sinceramente expôs suas dúvidas sobre a conveniência de um “casamento” de dois grupos tão díspares. As responsáveis pelo *Brasil Mulher*, argumentou Joana Lopes, eram amigas que tinham atravessado juntas períodos muito duros; mulheres mais maduras, de experiências muito distintas da maioria do *Nós Mulheres*. Elas já tinham o hábito de trabalharem juntas, eram jornalistas profissionais, com um projeto definido. Ademais, não passavam de 4 ou 5 pessoas que ficariam meio perdidas na dinâmica anárquica da massa de mulheres que circulava pelo *Nós Mulheres*.

A posição de Joana Lopes foi perfeitamente entendida não ficando nenhum rancor ou ressentimento após este episódio. Na verdade, enquanto a equipe que dirigiu o *Brasil Mulher* permaneceu a mesma de origem, as relações entre os dois grupos foram excelentes com trocas de amabilidade, reforçadas por uma convivência propiciada pela proximidade geográfica das duas redações.

As maiores dificuldades de convivência passaram a se dar na segunda fase do *Brasil Mulher*, em que Joana Lopes perde a direção e se retira, com o antigo núcleo, do jornal que ajudara a criar, como trataremos posteriormente.

4 – 1977: NOVOS PROBLEMAS

8 DE MARÇO EM SÃO PAULO

Será realizado na Penha, às 14 horas, rua Santo Afonso, no Salão do Santuário da Penha, um encontro organizado pela coordenação da promoção humana da região Leste-2. Serão feitos depoimentos de mulheres de diferentes profissões, além da apresentação dos grupos femininos de São Paulo. Haverá uma reunião organizada pelos seguintes grupos: Jornal *Brasil Mulher*, Centro de Desenvolvimento da Mulher (São Paulo), Clubes de Mães da Zona Sul e Leste, Movimento Feminino pela Anistia e Jornal *Nós Mulheres*. Serão também apresentados depoimentos de mulheres trabalhadoras, dos grupos femininos, havendo, após, abertura para debates com a plateia.

Este convite aparece na edição de março-abril de 1977, no *Nós Mulheres* n. 4, exemplificando a unidade de ação existente entre os chamados “grupos de base”(associações de caráter apolítico, reunindo mulheres em torno de sua condição de mãe e/ou de dona-de-casa, sob explícita influência da Igreja) e os grupos “femininos”, assim intitulados para se diferenciarem das “feministas”, consideradas radicais e partidárias “da luta contra o homem”. Desta maneira, a presença comum nos atos comemorativos não conseguia impedir um certo medo em se comprometer com os objetivos feministas por parte dos grupos ditos “femininos”, sempre preocupados em dar demonstrações de idoneidade política às demais forças que compunham a oposição democrática nesse período. Frente a todas ordens de dificuldades, as feministas souberam comportar-se com maturidade mas não conseguiram impedir, por outro lado, que muitos dos preconceitos antifeministas contaminassem nossos próprios grupos e práticas.

Na verdade, uma das maiores barreiras que os grupos feministas encontraram para desenvolver novas alternativas de participação política residiu exatamente na dificuldade das feministas em se assumirem com o sujeito da opressão, ao invés de só falarem

em nome das operárias e trabalhadoras de modo geral. Enfim, cheias de preconceitos contra os “grupos de reflexão” – que nos pareciam uma espécie de réplica do difamado chá das cinco das ricas ociosas – demoramos muito para reconhecer a nossa reflexão feita na prática. As longas conversas após o expediente regular, quando falávamos de nossa vida pessoal, de nossas frustrações e medos, não passavam de formas espontaneas de reflexão. Mas por usarmos as “outras” como álibi, isto é, falarmos do aborto *delas*; dos anticoncepcionais *delas* (as operarias, as mulheres de periferia, etc.) terminávamos por esquecer que vivíamos os mesmos problemas e que poderíamos ser personagens de matéria sobre os nossos abortos, anticoncepcionais, etc. Não eram só as outras que tinham problemas sexuais, que aturavam maridos prepotentes e relações deserotizadas, que dependiam financeiramente dos pais e maridos, etc.

E um dia, após tanta resistência em fazermos uma matéria sobre aborto – pois havia a pressão da Igreja, o risco de romper uma aliança importante num período de recém começada abertura – e argumentos no gênero, a explosão sucedeu. Alguém argumentou que já não aguentava mais ficar ouvindo que nossas reivindicações não eram importantes e, então, ficar imaginando que as mulheres pobres (as católicas, inclusive) não fazem abortos. Vamos enfrentar o fato de que a maioria entre nós já fez ao menos um aborto, transformando a questão em algo realmente significativo. E, assim, fizemos também um aprendizado (anônimo) de como as questões reais terminam se impondo na prática e da importância em saber enfrentá-las.

Em outras palavras, não sendo capazes de nos enxergarmos como representantes de uma certa camada social, logo, também como um público a ser satisfeito/trabalhado ideologicamente, sempre fizemos uma imprensa para “elas” e não para “nós”, apesar do nome do jornal. Ora, na base desta oposição agente/sujeito, esta o didatismo preconceituoso que caracteriza a imprensa que os “mais” (experientes; civilizados, etc.) fazem para os menos (experientes; civilizados, etc.). Aí está o ponto em comum da imprensa dos

oprimidos: crianças, mulheres, etc.: cria-se uma linguagem/forma de expressão que os produtores consideram satisfazer ao desejo do “outro”, ou, então, estar “à sua altura”, vale dizer, no seu nível de compreensão.

A atuação das feministas, durante um ponderável período de tempo poderia se resumir em: a) ter a operária como bandeira e leitora principal (“porque é a mais explorada de todas as mulheres por ser duplamente oprimida, etc. e tal”) mas, na prática, trabalhar com mulheres donas-de-casa (da periferia); b) passar horas discutindo o jornal com analfabetas e nunca ter realizado um trabalho na universidade; c) falar o tempo todo dos problemas econômicos da mulher de suas duras condições de vida – mesmo sabendo que a leitora estava justamente querendo falar de sua vida sexo-afetiva; enfim, cometia-se o típico equívoco doutrinário.

Com dificuldade cada vez maior em fixar objetivamente sua leitora, *Nós Mulheres* (e o *Brasil Mulher* com muito mais intensidade) transformou-se em um jornal no limbo. Em outras palavras, nenhuma bandeira específica era levantada, pois as reivindicações que fazíamos ou apareciam na forma de denúncia (falta creche pois nunca se discutiu “que tipo de creche”) ou diziam respeito a condições gerais de vida (terra a quem trabalha; combate à alta do custo de vida, etc.) ou, então, eram completamente doutrinárias (“socialização do trabalho doméstico”). Nenhuma luta específica – assistência médica/aborto/ contra a sexual/pelo descobrimento do assassino da menina Ana Lídia – era proposta mas, em compensação, introduzimos a questão da “autonomia do movimento de mulheres” exatamente como estava sendo discutida na França e Itália.

Falando de Nós

Em 1977, a equipe do *Nós Mulheres* publicou, após a mornice editorial dos últimos números, dois editoriais importantes do ponto de vista da definição do campo de atuação do feminismo. Estes editoriais, conjuntamente com a qualidade das matérias de depoimentos com operárias, etc., tornam o 5º e 6º número do jornal no melhor produto do feminismo-economicista. Preocupando-se exclusivamente com as condições mais materiais de vida (casa/comida/salário) deixávamos de lado a esfera do lazer/prazer, reduzindo nossa leitora/interlocutora em um “homo economicus”. Mas, ao mesmo tempo defendíamos, com argumentos mais convincentes ainda porque extraídos na vida real, a) a tendência feminista e b) o feminismo como luta radical/transformadora da sociedade. E, pela primeira vez, falávamos de nós, explicávamos para as centenas de pessoas que colaboravam com o jornal quem éramos, qual nossa ligação com o jornal:

Depois de um longo período de silêncio, por volta de 1973 novos grupos se formaram em torno de ideias democráticas, voltando a exercer o direito à crítica social. Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, o debate, em torno da opressão da mulher começou a crescer. E foi nesse clima de nascente entusiasmo, que em maio de 1976, faz um ano, preparávamos o primeiro número de *NÓS MULHERES*. Era a primeira vez que fazíamos um jornal, daí o clima de confusão e insegurança. Mas mesmo em meio à confusão nosso objetivo se manteve claro, fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e a dona-de-casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual. Um jornal de frente onde coubessem todos os interessados em discutir abertamente a opressão da mulher. Um jornal que debatesse a situação da mulher estava destinado ao fracasso, segundo alguns, ao ridículo, segundo outros. Mesmo entre nós havia reservas ao nos afirmar feministas, palavra tão desgastada. Pois às vezes pode parecer mais fácil fechar os olhos à opressão e contentar-se com as migalhas de liberdade que nos oferecem. Ou então buscar soluções individuais, falso raciocínio de que há mulheres oprimidas, mas nós já superamos o problema.

O grupo de *NÓS MULHERES* formou-se em torno da ideia de criar um jornal feminista. Muitas de nós sequer nos conhecíamos, como não conhecíamos o que significava feminismo para o resto do grupo. Aos poucos, porém, num processo muitas vezes doloroso, fomos nos conhecendo. Respeitar opiniões diferentes das nossas, aceitar a lentidão das decisões que tinham de ser tomadas por todo o grupo; formar um sistema de trabalho. Foi um processo longo em que algumas mulheres saíram, outras se aproximaram. Deixamos um porão frio e úmido e viemos para a sala clara e arejada onde agora trabalhamos. Um bebê nasceu, outros dois estão a caminho. E, como um recém-nascido, as maiores dificuldades foram vencidas no primeiro ano de vida. Estamos aprendendo a caminhar. (*NÓS MULHERES*, editorial do n. 5 maio/junho de 77).

As maiores dificuldades provavelmente não tinham sido ainda superadas mas a verdade é que aprenderamos a caminhar. Em outras palavras, o feminismo se tornara a nossa maneira de fazer política, de intervir nos rumos do destino social. Cada vez era maior disposição de nos organizarmos em torno de nossa opressão específica: o que permanecia confuso era *como* fazê-lo corretamente. Nesta medida, as discussões que envolvem as militantes do *Nós Mulheres*, de meados de 1977 até a cisão no final do ano seguinte, concernem: *a)* o destino/linha editorial do jornal; *b)* às nossas relações com os outros grupos feminino/feministas existentes e *c)* nosso trabalho de “ampliação” junto a outras mulheres.

Os três temas encontram abundante referência nas páginas do *Livro de Ouro*, que se tornou espécie de diário de bordo/registro de atas das reuniões do grupo. Em relação ao jornal, as reuniões de crítica de cada número, incluindo relato da apreciação que nossas leitoras da periferia faziam sobre as matérias – terminavam por questionar a linha editorial ou, então, a definição do “público privilegiado”. Esta discussão, diga-se de passagem, era geral nos jornais da imprensa alternativa pois compartilhávamos todos do mesmo desejo de servir aos mais explorados. O difícil era decidir como tornar esta defesa a mais eficaz possível. Radicalizando as exigências e a linguagem?

Através do doutrinário do tipo “depois da conquista do poder pelas forças revolucionárias”?

Além do registro sumário das intervenções nas reuniões, no estilo “Ta/Inês: proposta de estrutura interna” (reunião de 20/11/77), existia o hábito de se fazer propostas por escrito. Assim, cinco militantes, refletindo a diversidade de pontos de vistas internos ao *Nós Mulheres*, produziram laudas e laudas de crítica ao jornal; propostas de organização; crítica e auto crítica ao autoritarismo, etc. Datado de 21 de outubro de 1977, um trecho de um longo balanço dos seis primeiros números do *Nós Mulheres*, citava os “grandes temas ausentes”:

- I. O grande, debate do feminismo (de suas questões mais candentes) está ausente no NM (*Nós Mulheres*);
- II. O jornal não reflete nem mesmo nossas discussões pessoais sobre o feminismo, sobre a condição da mulher, etc. Para um grupo significativo do jornal todo este período foi muito rico no sentido da assimilação pessoal da questão feminina: nada disso transparece no jornal. Tem razão o Henfil que esperava encontrar um grupo de chatas...
- III. A luta ideológica [pois da política já se falou] é tratada com muita pobreza e simplismo. Nunca abordamos a questão do aborto; nossa visão do divórcio (como em outras questões, aliás) ficou no “tirar a média”. Nunca discutimos um filme, por exemplo, quando o “Por um destino insólito” mereceu tantas discussões entre nós mesmas. Cadê as análises sobre aquilo que todas as leitoras gostam: as telenovelas? Isto é, nunca partimos das condições concretas devida das mulheres trabalhadoras (que envolvem tanto as relações de trabalho quanto as familiares, expectativas frustradas, sexualidade, afetividade, etc. e os diversos mecanismos do “sonho”, entendido como evasão do real.

O documento, ademais, distinguia o “público privilegiado” do “tema privilegiado”, argumentando que “podemos fazer um jornal *voltado para a defesa dos interesses das trabalhadoras* mas nem por isso, numericamente, serão elas nossas leitoras principais”. Neste sentido, preconizava a mudança da linha editorial, tendo em vista a leitora potencialmente feminista: “Ademais, encontraremos apoios a esta

tinha editorial entre outras camadas e classes: nos mesmas somos exemplo disso (há alguma operária?). Assim, trata-se de poder atender às aspirações de leitura de setores importantes na luta feminista, tal como as estudantes, intelectuais, assalariadas das camadas médias e da pequena burguesia, etc.”

A Associação de Mulheres/A Coordenação

Mas não só no jornal centrávamos nossas preocupações. Há muito tempo que o grupo vinha cogitando em organizar melhor seu trabalho de “ampliação”, de forma a poder dar uma alternativa de militância a mulheres que, isoladamente, chegavam ao *Nós Mulheres*, ao mesmo tempo que obteríamos reforço para o trabalho de “base”, vale dizer, as nossas idas mais ou menos sistemáticas aos clubes de mães da periferia, onde discutíamos com as mulheres matérias do jornal. Mantínhamos também contatos esporádicos com trabalhadoras metalúrgicas e bancárias, além de outras mulheres que vendiam pequenas quantidades do jornal. As reportagens, sempre feitas *in loco*, incluíam sempre o estabelecimento de relações mais próximas com as entrevistadas e explicação dos objetivos das feministas.

Para efeitos legais o jornal aparecia como órgão da “Associação de Mulheres”, entidade sem fins lucrativos. Isto é, legalmente estávamos constituídas de maneira a poder nos dedicarmos a outras atividades não-lucrativas. Assim, decidimos aproveitar o nome “Associação” para expandir o processo de incorporação de mulheres à luta feminista. A discussão em torno dos princípios e objetivos da Associação terminaram por camuflar, no período final do primeiro grupo *Nós Mulheres*, violentas disputas pelo poder grupal. Mas, antes disso, testemunham a dificuldade dos primeiros passos de um movimento que surgia realmente autônomo, fruto do trabalho das feministas.

Concomitantemente, discutia-se a questão da unidade das feministas e “femininas” em síntese, das diversas correntes e tendências que compõem o movimento de mulheres em cada momento histórico. Esta questão, na época, foi levantada através de um questionário, respondido por escrito, por algumas militantes e discutido em conjunto, composto das seguintes perguntas: “a) como concretizar o jornal como tribuna democrática de mulheres; b) como estabelecer este contato e com que grupos”. Neste momento, a expressão “frente democrática de mulheres” é utilizada como sinônimo de movimento de mulheres e a questão que estava subjacente era a do papel do *Nós Mulheres*, órgão feminista, dentro do movimento de mulheres ainda incipiente no país.

(...) Por ser um jornal não profissional e defender a bandeira do feminismo ele cabe, dada a própria fragilidade, do movimento feminista em nosso país, numa frente de mulheres, indiscutivelmente. No entanto, a questão de fundo é saber exatamente o que é esta frente (ou melhor, o que poderá ser). Por enquanto, a nível nacional, temos 2 jornais que se dizem feministas (NM e BM) agrupando um número reduzido de mulheres; alguns ‘grupos de reflexão’ (no estilo do existente em São Paulo); o Centro de Desenvolvimento da Mulher (SP) de pouco fôlego até o momento; os Centros em outros Estados (Rio, Bahia, Minas); o Movimento Feminino pela Anistia (com um jornal e um objetivo bem específico: a anistia). Além desses grupos de natureza diversa existem outros, mais antigos, com os quais não temos contato, no estilo da Sociedade para o Progresso da Mulher etc. citados por uma carta de uma velha senhora. Finalmente, como grupos de mulheres (mais femininos, na maioria) temos os Clubes de Mães; as Associações de Donas de Casa, etc. (ademais, temos os organismos femininos do MDB com os quais não me parece difícil chegar a um programa mínimo). Fundamentalmente seriam estes os grupos e agrupamentos que poderiam unir-se em torno de alguns objetivos comuns. A questão subsequente é, pois, quais seriam estes objetivos que, uma vez definidos, dariam o próprio peso político dessa frente e o seu alcance. Os objetivos democráticos - que definem o nome da frente - teriam de ser explicitados, isto é, a bandeira de lutas

pelas liberdades democráticas tem de materializar-se em propostas que traduzam, concomitantemente, a nossa especificidade: frente de mulheres.

Este é o teor do ponto de vista de uma militante do *Nós Mulheres*: enfatiza a necessidade da definição de um programa mínimo em torno do qual se uniriam as forças representativas do movimento de mulher, dando origem a frente democrática de mulheres. A enumeração destas forças representativas demonstra bem que em São Paulo, excluindo-se o *Brasil Mulber*, não existia outro grupo feminista. A mesma situação aparece também descrita em outra contribuição ao debate interno do *Nós Mulheres*, demonstrando a pobreza do panorama político em matéria de alianças em torno dos objetivos feministas:

O primeiro ponto a ressaltar é que o nosso contato com grupos de mulheres não pode se dar no ar, a partir da mera concordância tácita com os princípios explicitados através do jornal. Não é possível uma solidariedade ideológica que não se vincule a uma luta política concreta. Por isso, acredito que o nosso propósito deva ser o de lutar pela constituição de um forte agrupamento de mulheres dos setores democráticos, capaz de levar adiante a luta contra a opressão da mulher e a luta pelas causas populares em geral.

Este trabalho é lento e longo. Acredito que a proposta a curto prazo deva ser a de levar um esboço de documento para discussão nos grupos de mulheres já organizados (prioritariamente nos sindicatos onde exista participação ativa das mulheres, nos clubes de mães, associações de donas-de-casa, etc. É claro que o documento deve ser também discutido com o BM, com as mulheres do MDB. (Com o Centro e com a Zerbiní tenho dúvidas).

Na proposta, a ser encaminhada deveriam ser incluídos os seguintes itens: 1) análise, da conjuntura política atual; 2) importância da organização de mulheres frente a essa conjuntura; 3) questões políticas fundamentais em torno das quais as mulheres devem se organizar. O primeiro passo, portanto, seria redigir a proposta e levá-la para discussão nos diferentes grupos; o segundo passo seria a redação final do documento, feita por uma comissão

mista dos grupos. Da redação final deveria constar um programa mínimo de trabalho comum, incluindo reivindicações para lutas específicas. Posteriormente, formar-se-ia uma Coordenadoria Geral com participantes dos diferentes grupos (os grupos não perderiam o seu caráter individual, embora o documento conjunto também passasse a nortear os seus trabalhos específicos). A função da Coordenadoria, em princípio, deveria ser a de analisar os trabalhos específicos desenvolvidos pelos grupos (para que se pudesse garantir o mínimo de unidade) e de propor e encaminhar as questões mais gerais.

A ideia de um organismo que unificasse os esforços dos diversos grupos atuando no movimento de mulheres – a Coordenação, como ficou posteriormente conhecida – já era, portanto, defendida pelo *Nós Mulheres* em fins de 1977, assim como a aprovação de um programa mínimo de lutas que permitisse expandir a unidade para âmbitos maiores do que as assinaturas em documentos de protesto, como muitas vezes acontecia. Mas o maior problema que enfrentávamos dizia respeito às nossas dificuldades em estabelecer relações mais sinceras com outros grupos, evitando ao mesmo tempo ter de tomar uma posição definida diante da dinâmica tomada pelas lutas internas no movimento das mulheres. Assim, nunca chegamos a propor uma discussão com o coletivo de trabalho do MFA, cometendo o equívoco de aceitar uma única interlocutora. Problema análogo enfrentamos por ocasião da tomada do *Brasil Mulher* por uma frente de tendências políticas semi organizadas, processo que culminou com o afastamento de Joana Lopes do jornal que ajudara a criar. As participantes do *Nós Mulheres* assistiram caladas à reprodução dos mais autoritários métodos de atuação política, com o emprego de maiorias eventuais cuja única razão de ser era garantir maior expressão numérica para uma dada corrente política, além do processo de suspeição e expurgo das “minorias”.

A evolução do *Brasil Mulher*, neste sentido, exemplifica bem os métodos de ocupação de espaço políticos abertos anteriormente, na base da entrada em massa de militantes cuja filiação era mantida

em segredo não somente devido aos riscos relacionados à repressão política vigente como, principalmente, para não revelar os verdadeiros propósitos de sua presença: conquistar o poder dentro do jornal, garantindo a defesa do programa político de sua preferência. O jornal vinha enfrentando problemas análogos aos do *Nós Mulheres*, relativamente à comercialização, definição de público, etc., além de contar com uma menor base de apoio, o que tornava cada vez mais difícil sua produção regular. Por estas razões, não causou espanto a notícia de que após seis meses sem aparecer – o último número saíra em dezembro de 76 – o *Brasil Mulher* número sete apresentasse ponderável modificação em seu expediente. Do pequeno grupo inicial restava Joana Lopes, que não mais aparecia como editora e sim como uma das vinte e um figurantes da equipe de redação. Tudo indicava que outras feministas tinham decidido incorporar-se ao projeto de Joana Lopes e que o *Brasil Mulher* ultrapassaria sua crise de crescimento. Mas a posição tomada pelo editorial que selaria a nova unidade não deixou dúvidas quanto a concepção de feminismo que passaria a dominar:

A luta pela emancipação da mulher não está em nenhum momento desvinculada da luta pelas soluções dos problemas mais gerais na sociedade. Por isso nos unimos a manifestação coletiva por melhores condições de vida, de trabalho, por uma anistia ampla e irrestrita, por liberdades democráticas.

Rezava o primeiro parágrafo. E, no parágrafo final, vemos de novo a mulher reduzida a uma problemática de segunda ordem; sua emancipação sendo defendida de maneira utilitarista: vamos conscientizar a mulher para que em troca ela lute pelo socialismo.

A partir deste número, o *Brasil Mulher* enveredou pela linha da defesa dos “interesses populares” e “pelas liberdades democráticas”, tratando as questões de maneira tão genérica quanto o *Movimento* ou *Em Tempo*. Consolidou-se no espaço da “revista para mulheres que tendo menor consciência que os homens não conseguem entender os alternativos “masculinos”. Em outras palavras tornou-se uma

espécie de braço auxiliar da política “masculina”. Este foi o período em que os representantes da UNE e outros organismos estudantis utilizavam-se do movimento de mulheres para tentar impor uma orientação. Na verdade, os universitários, naquele momento, não desenvolviam nenhum trabalho específico com mulheres, nem incluíam esta questão em seus programas ou objetivos de luta. Mas, para captar apoio para suas iniciativas, ao mesmo tempo em que esperavam exercer o controle político do movimento das mulheres, enviavam estudantes do sexo feminino para virem conversar e votar em todos os acontecimentos organizados pelos grupos de mulheres.

Arvorando-se em porta-vozes dos interesses de milhões de trabalhadores e, em seu nome, os “iluminados” defendiam a democracia por métodos pouco democráticos. Ao comparecerem em nossas reuniões mais amplas, supostamente representando as “mulheres” estudantes, as participantes do movimento estudantil – bem como outras que faziam a mesma “representação” em nome dos professores, dos trabalhadores da Sabesp ou qualquer outra sigla no gênero – estavam ensinando para as mulheres menos experientes politicamente métodos e formas de comportamento típicos da ética capitalista: os “mais vivos”; o “dar o golpe”; “levar a assembleia”; fazer um conchavo”.

O processo que culminou com a saída de Joana Lopes e a primeira equipe do *Brasil Mulher* do jornal que haviam criado tem muito a haver com o dito anteriormente. De fato, sem entrar no mérito da própria entrada no *Brasil Mulher* daquelas que assumiriam a direção depois do expurgo de Joana Lopes, permanece a crítica à condução da assembleia que culminou com sua demissão. Pior ainda foi o desrespeito ao leitor que, completamente desinformado e à margem do que realmente sucedia nos bastidores do *Brasil Mulher*, foi informado da grave crise através desta pequena e lacônica nota, publicada acima do expediente do jornal:

Em assembleia geral do dia 21.07.77 da Sociedade Brasil Mulher desligou-se da mesma um grupo de pessoas que

participou da elaboração deste nº8 e que por esse motivo pediram que seus nomes não constassem do expediente (*Brasil Mulher* n. 8, agosto de 77).

5 – 1978: A Politização do Movimento de Mulheres

Convite

os grupos femininos de, São Paulo convidam para o ato de comemoração do dia internacional da mulher, 8 de março de 1978, às 20 horas, na câmara municipal, de São Paulo
Viaduto Jacareí – Centro

A comissão

A julgar pelo texto do convite e o local, o ato não teria passado de mais uma comemoração típica da oposição: reúnem-se pessoas conhecidas, para as quais outras pessoas conhecidas refazem o discurso de sempre: as Mães dos Presos políticos clamando pelos filhos; o MFA pela anistia, o Movimento do Custo de Vida dando o seu recado. Só que o ato na câmara correspondia apenas a um momento das comemorações do dia da mulher. No sábado anterior, nas dependências da Universidade Católica (no Tuquinha e salas adjacentes) os grupos feministas e femininos de São Paulo haviam organizado um encontro de mulheres, na base de subgrupos que discutiam um tema específico (mulher e trabalho); (mulher e família) (mulher e participação política), etc. As conclusões a que chegavam eram resumidas e votadas pelo conjunto, na Assembléia Geral, melhor dizendo, votada pelas representantes oficiais (aonde incluíam-se representantes da UNE, ADUSP, etc.) do movimento de mulheres.

O encontro correspondeu a um esforço muito grande do *Nós Mulheres*, interessadas que estávamos em estabelecer um programa mínimo e uma Coordenadoria para os grupos de mulheres em São Paulo. Este programa, podemos já adiantar, foi discutido praticamente o ano inteiro pelas mulheres dos vários grupos e pessoas interessadas pois, como se sabe, 1978 foi o ano de eleições para a Câmara e o Senado.

O *Nós Mulheres* n. 7, comemorando o 8 de março de 1978, traz na capa uma livre interpretação de Conceição Cahu do quadro de Delacroix “A Liberdade Guiando o Povo”. Uma única “chamada de capa” anuncia o teor do número: As Mulheres em Busca da Liberdade e, na ilustração, a bandeira conduzida pela Liberdade tem estampado o signo feminino. Editado em 8 páginas, o jornal dedica suas páginas centrais a uma seção intitulada *Organizações de Mulheres*, e uma página inteira à notícias/entrevistas acerca do Dia da Mulher. O título da matéria foi retirado da letra de *Cio da Terra*, de Chico Buarque e Milton Nascimento e diz:

(...) e fecundar o chão

Da primeira greve das operárias, em 1857, às manifestações de hoje, o Dia da Mulher reflete o avanço em nosso nível de organização.

Oito de março de 1857: a polícia reprime violentamente as operárias têxteis de Nova York numa das primeiras greves de mulheres do mundo.

Em 1910, a socialista alemã Clara Zetkin propõe que a data passe a ser comemorada em todo o mundo como o Dia Internacional da Mulher. No Brasil, a partir de 1976, grupos de mulheres se unem para comemorar publicamente o Dia da Mulher.

Em 8 de março de 1976, cinco grupos promoveram uma amostra de fotos e filmes sobre a mulher no Museu de Arte de São Paulo, expondo suas primeiras experiências como grupos organizados para um público de 400 pessoas.

O 8 de março de 1977 foi comemorado à tarde no Santuário da Penha por mais de 500 mulheres dos Clubes de Mães e Associações de Donas-de-Casa da Zona Leste de São Paulo. À noite, no auditório da Fundação Getúlio Vargas, mulheres de diversos setores – bancárias, operárias, empregadas domésticas

– deram o seu depoimento sobre as discriminações que sofreram no trabalho. Os grupos que organizaram o encontro apresentaram documentos lembrando o Dia Internacional da Mulher, mostrando os avanços e dificuldades da organização de mulheres. Este ano, por volta de dez grupos organizados de São Paulo, programaram dois dias de atividades. No sábado, de março, na PUC – Pontifícia Universidade Católica –, um dia inteiro de debates sobre a situação da mulher na família, no trabalho (dentro e fora de casa) e na sociedade, com a intenção de elaborar um programa comum de luta, contendo os pontos que unificam o maior número de mulheres, organizadas ou não. Dia oito, à noite, esses grupos estarão na Câmara Municipal de São Paulo comemorando junto a outras entidades e a população em geral O DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS. Será lido o programa comum de luta tirado no dia quatro e diversas entidades e setores profissionais presentes serão convidadas a se manifestar sobre o tema do dia.

A lista das entidades responsáveis pela realização esclarece a falta de homogeneidade existente entre elas – ajuda a comprovar a dificuldade em caminhar unitariamente sem, ao mesmo tempo, perder de vista seus interesses particulares. A Associação dos Docentes da USP (ADUSP); Associação de Mulheres; *Brasil-Mulher*; Centro Brasileiro de Estudos sobre a saúde (CEBES); Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira; Clube de Mães da Zona Sul; Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos; Movimento Feminino do MDB; Movimento Feminino pela Anistia e *Nós Mulheres* apareciam assinando convocatórias conjuntas para a comemoração. As feministas tinham dispendido grandes esforços para unir a todos, pois algumas querelas separavam alguns destes grupos entre si, e o programa comum elaborado (tal como foi publicado em encarte no *Brasil Mulher* n. 11), apesar de não conter quaisquer alusões a pontos conflitivos, como a legalização do aborto, por exemplo, continha a maior parte das reivindicações propostas pelas feministas.

Ao mesmo tempo, a ideia da criação de grupos para a discussão dos temas do dia quatro de março abriu o caminho no sentido de

fixar uma dinâmica nova de trabalho político: grupos mistos (das feministas às donas-de-casa da periferia, passando por bancárias, estudantes, etc.) funcionando à base do depoimento pessoal e do estreito contato entre os participantes e criando laços de solidariedade muito rapidamente. Finalmente, diversificando o temário para a inclusão da problemática da família, as feministas começaram a deslocar a ênfase dada à questão do trabalho (o que explica, em grande medida, o economicismo/obreirismo então ideologicamente predominante) levando a questão da opressão, da mulher à sua esfera mais específica: a privada (familiar).

As páginas centrais do *Nós Mulheres* n. 7 foram utilizadas pela seção *Organizações de Mulheres*, cuja ilustração foi uma foto de sorridentes e combativas feministas manifestando-se na França, em 1910. A matéria é interessante por várias razões, a começar pela manifestantes: havíamos decidido combater as mulheres chorosas e infelizes, sempre aparecendo como vencidas, que costumeiramente ilustram precisas sobre data. A partir de matérias sobre feminismo e informações de mulheres atuantes no Brasil, perfis fornecidos pelos próprios grupos, os leitores de *Nós Mulheres* travam conhecimento com os grupos que estão:

ABRINDO CAMINHO

Feministas ou femininos, estes grupos se definem claramente pela necessidade de lutar pela democracia e pela emancipação da mulher.

Assim, desfilam a *Associação das Donas de Casa* – “Além de aprender trabalhos manuais, as donas de casa fazem pesquisas sobre as necessidades mais prementes do bairro e vão coletar assinaturas pedindo por creches, postos de saúde, etc.” –; o *Centro da Mulher Brasileira* (RJ), que neste momento absorve o obreirismo paulista ao declarar enfaticamente “cada vez mais nos distanciamos do aspecto sexista da luta da mulher, para privilegiar a problemática da mulher trabalhadora” –; *Pró Mulher* (surgindo em fins de 1977 e pouco ativo até então); *Associação de Mulheres e Jornal Nós Mulheres* (a partir do

começo do ano de 1978 passamos a utilizar a dupla qualificação, para começar a torna reconhecida a Associação); *Clubes de Mães* – “*Unidas para um mundo mais justo*” é um dos lemas desses grupos organizados nos bairros de periferia de São Paulo. Geralmente vinculados à paróquia, eles existem há muito tempo, inicialmente patrocinados por mulheres que vinham de bairros fora da periferia, dedicando-se a obras assistenciais. Embora ainda haja clubes que mantenham essa forma de trabalho, grande parte deles (por volta de 100) seguem uma nova orientação, surgida no início da década de 1970, e que levantou a necessidade de participação ativa da mulher, onde ela se valorizasse como tal e atuasse na resolução dos problemas do bairro e da sociedade em geral. Nas reuniões semanais, as mulheres se encontram para conversar, aprender trabalhos manuais e discutir problemas relacionados à sua vida como mulher, à comunidade e ao país. O que as une é um forte sentimento de solidariedade, como diz uma mãe da zona sul: “os clubes de mães ajudam a mulher a ser gente. Achamos que é preciso repartir tudo: há uma enorme ajuda mútua. Temos inclusive uma caixinha comum para os momentos de maior dificuldade desta ou daquela pessoa da família”. A maior parte das mulheres que participam dos clubes de mães são empregadas domésticas e algumas donas de casa, que não trabalham por não ter onde deixar os filhos. Como donas de casa e moradoras dos bairros de periferia, elas sentem muito de perto o problema do custo de vida: a sacola volta cada vez mais vazia da feira. Foi de uma conversa dessas mulheres que surgiu a primeira ideia do Movimento do Custo de Vida, que vem crescendo dia a dia e que luta pela elevação dos salários acima do nível do custo de vida e pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Ao lado da ação na comunidade e na sociedade, os clubes de mães pretendem dar à mulher maior abertura e informação, através de cursos, e possibilitar a ela a aprendizagem de uma profissão.”

O artigo citava ainda a existência da *Nova Mulher Editora*, constituída por pessoas demitidas do *Brasil Mulher* (a editora não

chegou a se concretizar, apesar de ter conseguido organizar, através da correspondência mantida entre Joana Lopes e “centenas de mulheres que escrevem e que até agora estão desconhecidas”, um respeitável fichário de mulheres interessadas na questão feminina. A Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, organizada em 1977 como proteção aos estudantes presos em manifestações, figurava na relação dos grupos femininos se bem que seus objetivos fossem “a) defesa das juntas reivindicações de nossos filhos; b) volta ao Estado de Direito, única forma legítima de defesa dos Direitos Humanos; c) trabalho para o bem comum da comunidade a que pertencemos”. A Sociedade Brasil Mulher (nome legal do grupo Brasil Mulher); o Movimento Feminino pela Anistia e o Movimento Feminino do MDB completavam a lista dos grupos conhecidos em São Paulo. Deste último agrupamento, na verdade, pode-se dizer que correspondia mais a uma sigla do que a um trabalho real. Neste momento, a impressão que o “movimento feminino” do partido de oposição dava era de um espaço para as mulheres dos políticos emedebistas, sem nenhuma expressão própria. Os únicos períodos de atividades, evidentemente, relacionavam-se aos períodos eleitorais e este era o caso de 1978, como se sabe.

As Feministas e o Movimento Operário

Iº CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA

Foi exaustivo o dia, mas de grande alegria.
Mulheres unidas se encontrando num diálogo primeiro,
mãos calosas, e verdade, esta é a nossa realidade. Muita
atenção e emoção a todas envolvia. Foi com espanto
e interesse que ouvimos, não eram sós..
Momento de união, abaixo a exploração.
Juntas viam surgir, entre as asperezas de nosso tempo,
o brilho da confraternização pelos mesmos ideais.
As partículas e os átomos locomovem-se em grande
movimentação, num contínuo movimento universal;
mesmo com as explosões, o Sol oferece-nos vitaminas
em suas partículas solares. O calor estafante, suor nos

rostos, de mulheres falantes num diálogo primeiro, demonstrando maturidade, capacidade, dizendo duras verdades, reivindicando!

As denúncias foram muitas, de coisas absurdas, todas sofrendo caladas, mudas, numa era de tecnologia avançada, os séculos idos ficando no passado, e ela fala de reivindicações sentidas pela dura lida do nosso cotidiano. Não há creches! Condições de segurança e higiene! Queremos redução da jornada de trabalho! Não aceitamos o horário noturno! E as reivindicações se estendem ao longo das nossas necessidades. Nestes últimos dez anos, a mulher foi quem mais sofreu mudanças em toda a sociedade. Hoje começa um amadurecimento de verdade. Se opondo contra pressões de empresas que usam dos mais diversos subterfúgios para impedir sua participação, disseram elas, não! Participamos da sociedade, queremos igualdade, somos contra toda discriminação. Não queremos igualdade dos machos, mulheres endurecidas pelas máquinas, pela vida mas mulheres que, em sua total intuição sensibilidade e amor, lutam pelo bem comum, com trabalho dedicado, e quando num mundo conturbado se fizer necessário, derrame lágrimas sobre este chão e que neste gesto, ainda que de resto, diga tudo.

(*Nós Mulheres*, n. 7, março de 78)

Em janeiro de 1978 realizou-se o 1º Congresso da Mulher metalúrgica de São Bernardo e Diadema, sob a inspiração e tutela da então diretoria do Sindicato. As feministas organizadas, apesar das ligações que mantinham com operárias e a própria importância de nossa imprensa para a divulgação das lutas sindicais, sofreram todo o tipo de restrição para poderem se aproximar do local e da preparação. De qualquer maneira, conseguiram estar presentes na condição de jornalistas, como se depreende do n. 11 do *Brasil Mulher* e do n. 7 do *Nós Mulheres* (ambos de março 78), acompanhando de perto a evolução do Congresso.

No ponto de vista dos patrões, o Congresso era um péssimo antecedente o que explica as pressões exercidas sobre as mulheres mais ativas, culminando com dispensas intimidatórias. Esta pressão pesou decisivamente para a redução do número de participantes: das 800 inscritas restaram cerca de 300 para participarem efetivamente do

Congresso. O Sindicato, por sua vez, tinha todo o empenho em obter sucesso nesta iniciativa pioneira e, na medida do possível, tentou dirigir a reunião para seus objetivos próprios. Assim, surpreendidos pela própria dinâmica dos grupos de trabalho (foram utilizados os pequenos grupos de discussão que, colocando as mulheres frente a frente, serviu para a “auto reflexão”), a diretoria se viu às voltas com a verdadeira opinião das metalúrgicas que, levando a sério o Congresso, formularam suas reivindicações.

A sessão de encerramento, formalizada como não seria de esperar numa entidade sindical, comprovou a misoginia e cegueira da então diretoria do Sindicato: cassou a palavra de Terezinha Zerbini¹; formulou acusações falsas às feministas e, o que é mais grave, recusou a principal reivindicação das mulheres: um espaço próprio para sua militância sindical, ou seja, o departamento feminino. Para variar, a recusa foi formulada em nome do risco de rompimento da unidade dos trabalhadores.

O Congresso das Metalúrgicas constitui o primeiro de uma série e, pouco a pouco, as categorias profissionais com forte presença feminina passariam a se organizar em torno da discussão da questão feminina. A reação das diretorias sindicais também era parecida: tentar conter o movimento das operárias nos limites do maior economicismo possível, tentando ganhar sua adesão para o sindicato (como força auxiliar) mas nunca para sua luta específica de mulher. As feministas, por sua vez, defendiam a criação de departamentos femininos como instrumento indispensável à luta da trabalhadora contra a superexploração de que é vítima. O fato das metalúrgicas,

¹ T. Zerbini, tinha pedido a palavra para ler uma mensagem do movimento Feminino pela Anistia, o que lhe foi negado pela direção da mesa. Da platéia, na assembleia final, pede a palavra aos gritos. Termina por obtê-la e, então lida a mensagem, passa a criticar a diretoria sindical como manipuladora e cupulista. Ora, apesar das manobras internas as metalúrgicas identificavam-se com seu congresso e sentiram-se também atingidas com o teor das acusações permanecendo solidárias à direção da mesa.

assim como as químicas, depois as bancárias, etc. reivindicarem o departamento feminino, tão temido pelas lideranças sindicais, não demonstraria maior sensibilidade das feministas no tocante a problemática real da trabalhadora?

De qualquer maneira, a organização da operária – a partir do seu despertar enquanto explorada/oprimida – deu força renovada ao movimento de mulheres. Na verdade, são operárias algumas das feministas mais radicais e brilhantes da nova geração de militantes, tal como iríamos testemunhar no 1º Congresso da Mulher Paulista, comprovando a importância da experiência operária/trabalhadora (a comunhão de destinos com milhares de outros trabalhadores) para a conscientização do absurdo da condição feminina. As mulheres que trabalham fora de casa são as primeiras a sentirem na carne as consequências do “naturalismo” que atribui as funções domésticas ao sexo feminino. Submetida ao ritmo do capital – que absorve suas energias e vitalidades – e as imposições da família/marido, a trabalhadora sabe, melhor do que ninguém, de que se *Deus fez primeiro o homem, a mulher veio depois. É por isto que a mulher trabalha pelos dois* (Livre interpretação da letra de Edu Lobo).

Diversificando os objetivos

O acúmulo de tarefas que a expansão do movimento de mulheres tornou o ano de 1978 em uma verdadeira maratona de atividades. Convidadas para discutir o jornal com clubes de mães de diversos bairros periféricos de São Paulo, assim como a dar palestras ou participar de debates sobre a questão feminina em inúmeras faculdades, escolas, etc., tínhamos todo o interesse em continuar mantendo um contato permanente com as operárias, bancárias, participantes da associação das donas de casa que já constituíam um público fiel de imprensa feminista.

A diversificação do movimento de mulheres influenciava a vida interna do *Nós Mulheres*, exigindo um esforço de militância que se acentuou ainda mais nas proximidades das eleições de novembro de 78. Aí, passamos a receber solicitações de diversas correntes políticas, todas interessadas em ganhar nossa adesão para sua causa ou candidato. As atas das reuniões neste período registram a agitação política e a discussão interna sobre os rumos da Associação de Mulheres e do jornal.

Ainda no primeiro semestre de 1978, a proposta formal da Associação ficou pronta e seu conteúdo revela a profunda convergência existente no grupo acerca da ligação entre luta pela democracia e luta pela emancipação da mulher, assim como a convicção de que as mulheres deveriam conduzir suas próprias lutas. Na primeira parte da *Carta-proposta*, sob o título “o que é a Associação?”, eram dadas as seguintes explicações:

O grupo de mulheres que há dois anos consecutivos vem se reunindo para realizar o jornal *Nós Mulheres*, tinha, desde o início, o objetivo de fazer um jornal e de ativar a Associação das Mulheres, na qual uma série de atividades diversificadas poderiam ser concretizadas. No entanto, por uma série de motivos, dentre os quais a falta de clareza do que deveria ser esta Associação, nos levou a canalizar todas as nossas energias para a feitura do jornal. Pelo próprio tipo de trabalho que desenvolve, um jornal não consegue aglomerar um número ilimitado de pessoas. Por isso, muitas mulheres que se aproximaram de nosso grupo por se identificarem com ele através do jornal, não puderam ser absorvidas. Na verdade, muitas dessas mulheres demonstraram o interesse de realizar outros tipos de trabalho que não a feitura do jornal e acabaram se afastando. Este foi um dos motivos que nos levou a repensar a questão da necessidade e concretizar a Associação.

O outro motivo apresentado, e justificado a partir das considerações expressas no editorial do n. 6, concerne à necessidade de se avançar na organização do movimento de mulheres. A proposta da Associação deixava claro que não se propunha a ser

o *núcleo aglutinador* das mulheres e sim um dos grupos, disposto a se unir a outros, na luta da mulher. A *Carta Proposta* fazia referência aos objetivos da Associação – trabalho de base junto a trabalhadoras; trabalho de assessoria; pesquisas sobre a condição da mulher, etc. – que, na verdade, correspondiam aos objetivos genéricos de todos os grupos de mulher. Naquele momento, eram oferecidas quatro possibilidades de trabalho: *a) grupo de trabalho de base (assessorias, projetos de creches, etc.); b) grupo de pesquisa; c) grupo de cinema; d) grupo de publicações (Nós Mulheres e boletins)*. Mas, na verdade, continuavam existindo apenas dois tipos de trabalho; o de base e o do jornal *Nós Mulheres*, envolvendo ambos a quase totalidade das participantes do *Nós Mulheres*: poucas pessoas definiram-se por trabalhar exclusivamente no jornal ou na Associação.

A longa discussão sobre a Associação e o jornal, subjacente à produção da *Carta Proposta*, havia revelado as divergências internas, explicitando a presença de um pequeno núcleo de mulheres de dupla militância e colocando a questão das decisões que extravasavam o âmbito do próprio grupo. O problema não estava no compromisso político com um partido ou organização de caráter partidário, mesmo porque sempre se defendeu no *Nós Mulheres* a liberdade (e a necessidade) de participação na vida partidária. O problema residia no fato de que, militando juntas em duas entidades de caráter distinto, criaram entre si uma solidariedade cujas raízes estavam além do grupo. Hoje, a relativa liberdade de organização permite que as mulheres se apresentem como sendo da “convergência socialista” ou “do PMDB”, como se nota pela assinatura das “convocatórias” de atos unitários. Mas a presença de um só grupo dentro de um espaço em que não existia dupla militância e seu sectarismo político ocasionaram problemas acerca das “forças ocultas” que regiam tal ou qual decisão.

E, para complicar ainda mais a convivência, alguns casos de amor criaram profundas mágoas entre nossas militantes, assim como o estilo pessoal de muitas (mais agressivo e autoritário) também

causava um mal estar generalizado. Incapazes de *nomear* o problema e enfrentá-lo com todas suas consequências, optamos pela hipocrisia nas relações e o grupo se dividiu, na prática, em dois. Para a adesão a qualquer um deles muitas razões poderiam ser evocadas mas a *verdade*, em toda sua complexidade, terminou soterrada por questiúnculas e falsos pretextos. Ao grupo que permaneceu no *Nós Mulheres* uma justiça seja feita: lutou mais para colocar o pessoal nas discussões, encontrando férrea oposição do pequeno núcleo das “políticas” (assim denominadas por manifestarem sempre receios pelos possíveis desmandos que as outras, não submetidas a uma disciplina partidária, poderiam provocar) que, depois das eleições de novembro, estavam firmemente dispostas a romper com o *Nós Mulheres*.

As Eleições

As mulheres organizadas na sua luta denunciam:

A dupla opressão e exploração a que estão submetidas enquanto membros da classe menos favorecida e enquanto membros do sexo feminino e, reivindicam: Direitos iguais para homens e mulheres.

A dupla jornada de trabalho (o trabalho fora do lar e mais as tarefas domésticas) e, reivindicam: Creches; escolas maternas, parques infantis e escolas em período integral com refeições.

A desigualdade no salário e, reivindicam: salário igual para trabalho igual.

Iguais oportunidades de trabalho para homens e mulheres.

Garantia de aprendizado profissional para a mulher.
Garantia de oportunidade e estabilidade de emprego para a mulher que se casa, para a gestante e a lactante.

A falta de assistência médica gratuita e, reivindicam: Assistência no período pré-natal e durante o parto. Fim

do programa de prevenção a gravidez de alto risco, que distribuí massivamente, pílulas anticoncepcionais sem assistência médica.

Por ocasião do 8 de março, fora aprovado o documento *Por Liberdades Democráticas* (publicado na íntegra como encarte especial do *Brasil Mulher* n. 12) e a ideia de uma coordenação dos grupos passou a orientar o trabalho unitário. A Coordenação, como já fizemos referências, foi recebida com muita suspeita por todos os grupos, que aprovaram o “espírito” da proposta mas ficaram esperando para ver o que iria suceder para, então, realmente passar a integrá-la, tornando-a uma realidade concreta. Até então nossas propostas permaneciam no papel, servindo mais como referências doutrinárias do que como bandeiras de luta.

Com as eleições de novembro de 78 o panorama político modificou-se visivelmente. Aumentou o interesse dos candidatos em discutir com as feministas e, pouco a pouco, consolidou-se a seguinte proposição: as feministas, reunidas com todas as mulheres dispostas a participar das eleições a partir de sua condição de sexo oprimido, elaborariam um programa para a mulher a partir do qual discutiríamos com os candidatos. Depois, cada uma faria, individualmente, a campanha de quem escolhesse pois o *Nós Mulheres* não tinha candidatos e sim um programa de lutas a propor.

As atas das reuniões, realizadas na sede do *Nós Mulheres*, demonstram a grande participação de cerca de trinta mulheres que terminaram por participar da aprovação de uma “Carta dos Direitos da Mulher”. Este documento retomava pontos que já tinham sido aprovados pelos grupos, na comemoração do 8 de março anterior, o que garantia a sua aceitação geral, salvo num ponto delicado, que tinha sido introduzido: a legalização do aborto.

O aborto, naquele momento, era o divisor de águas entre as mulheres e Terezinha Zerbini deixara claro que retiraria a assinatura do MFA caso esta questão figurasse no documento. Sua colocação pareceu-nos inteiramente razoável, mesmo porque não tínhamos

dúvidas quanto a oposição cerrada da Igreja a este respeito. Mas nossa argumentação era simples: as feministas têm de propor a questão e ir ganhando adeptos para esta luta. Ninguém pode ignorar a importância do aborto em um país onde as estimativas ultrapassam a cifra de 3 milhões anuais de mulheres atingidas pela necessidade de realizá-lo, em condições médicas e psicológicas péssimas, dada a própria clandestinidade do ato. As militantes do *Nós Mulheres* fizeram certa pressão para que o aborto figurasse, diferentemente do que tinha sucedido até então. E conseguiram a adesão do *Centro*. Como argumento foi utilizado até o fato de que no atrasado Portugal esta já era bandeira de luta de todas as correntes de esquerda, tal como nos foi revelado por um documento do movimento democrático de mulheres. É por esta razão que, na *Carta dos Direitos da Mulher* a fórmula é idêntica a do documento português:

abolição da legislação repressiva com relação ao aborto,
que deve ser encarado como último recurso face a uma
gravidez não desejada.

Nenhum candidato aceitou defender abertamente esta questão, mas vários prometeram o máximo de apoio quando ela aparecesse sustentada por outras forças. De qualquer maneira, foi um passo importante propor a liberalização do aborto em nosso programa de luta e tê-la discutido com os candidatos².

² Não é difícil imaginar as razões de tanta resistência à questão do aborto, quando se leva em conta, por exemplo que a Igreja distribuiu as seguintes recomendações para seus fiéis, por ocasião do pleito de 78, como testemunhei na região episcopal Oeste (que abrange os municípios de Osasco, Carapicuíba e outros): “Alguns critérios positivos para a escolha de candidatos;
— aqueles que defendem e promovem a justiça e o verdadeiro bem da população, principalmente dos mais necessitados;
— aqueles que se preocupam com os bairros da periferia, lutando para que seus moradores tenham melhores condições de vida;
— aqueles que se empenham por melhores salários e mais equitativa distribuição da renda;

6. 1979 – Movimento de Mulheres: em busca de uma identidade

MULHER! ABRA OS OLHOS

(...) As mulheres que participaram do Congresso, em sua maioria, tinham já alguma experiência anterior em organizações femininas, como bem o demonstrou, a grande afluência de associadas de Clubes de Mães. Questões como as relacionadas com o custo de vida e condições de vida e trabalho constituíam, pois, assuntos mais conhecidos. For isto, a maior soltura e os depoimentos mais “do fundo do coração” foram despertados pelo tema da sexualidade e por aquilo que elas chamavam de “realização afetiva”.

– A mulher sofre muito com os problemas do sexo. Eu me casei com 14 anos de idade, meu pai pôs nos documentos que eu tinha 3 anos a mais. Estou vivendo com meu marido faz trinta anos. Às vezes me revolto e pergunto porque casei. Quando as filhas nasceram eu dormia com elas, depois da trabalhadeira do dia todo. Ele nunca me ajudou, dormia num outro quarto. Aí, quando

– aqueles que promovem e defendem a justa e digna moradia do povo assalariado;
– aqueles que não se deixam levar pela corrupção, mas defendem a verdade e a justiça.

Mais algumas considerações:

Será que todos os candidatos que se dizem católicos e buscam a reeleição, foram fiéis, no exercício de seu mandato àquilo que para nós é sagrado e inviolável?

Por exemplo: quem foi fiel por ocasião da votação do divórcio. Quem votou a favor? Quem votou contra? Quem fugiu da responsabilidade da votação, não comparecendo?

Certamente virão outras propostas contra a ‘ordem divina’ do direito que todos têm à vida, principalmente, os pequeninos que estão por nascer e não tem condições de se defender das mãos assassinas: o chamado ABORTO... ‘Com os olhos fixo no Evangelho, devem os pastores da Igreja animar os que procuram criar melhores condições de vida para o povo. Devem também denunciar os que, na comunidade humana, agem contra os planos de Deus’. (CNBB, Igreja e Política, p. 45).

as meninas estavam quietas, e que ele vinha me procurar: ele se realizava e pronto. Eu, nunca. Sei que sempre sufoquei esta parte, o sexo. Mas foi por minhas filhas que aguentei tudo. Eu vivo para elas – contava uma senhora cercada pelo silêncio compreensivo e solidário de seu grupo.

Então, apareceu a opressão sexual; a dupla moral que tudo permite ao homem, desobrigando-o na prática da monogamia compulsória, e pune a mulher na base do estigma da mãe solteira; do sadismo de médicos de Hospital da Clínicas (entre outros) que praticam curetagem a frio, sempre que desconfiam ter sido provocado o aborto da paciente, internada com hemorragia. A existência do machismo espelhada na violência física que sofrem muitas mulheres e na própria existência de categoria profissional conhecida como prostituição – ou seja, em mulheres que vendem o próprio corpo encontrando quem conheça satisfação sexual em um ato praticado em tais condições. O machismo que impõe o peso da contracepção à mulher, que a utiliza como objeto sexual, como artigo de cama e mesa.

E se as mulheres apontavam as condições de existência – incluindo a moradia, sem um quarto exclusivo para o casal como uma das causas de frigidez da mulher, assim como o excesso de trabalho a (canseira em que o homem e a mulher chegam do trabalho) e outras razões mais relacionadas com a condição econômica. Não esqueceram também de mencionar o machismo: (“O homem se realiza e não se importa com o prazer da mulher”); o medo à gravidez; a educação preconceituosa que receberam; o moralismo e (por que não?) a falta de carinho e de amor com que são tratadas.

Inúmeras foram, então, as propostas apresentadas: elas refletiram a necessidade da revolução cultural, complemento inseparável da transformação econômica. Declarando que a brasileira não tem nenhuma garantia

quando fica grávida, dada a carência alimentar, a ausência de atendimento e acompanhamento médico, muitas no Congresso declaravam que a brasileira não tem direito de escolher e que frente a uma gravidez indesejada o aborto clandestino, realizado pelas curiosas, no caso das mulheres sem recursos (ou seja, a esmagadora maioria das brasileiras) ou então em clínicas que cobram uma exorbitância, alimentando a ganância dos abutres que desrespeitam a profissão médica, aparece como única alternativa. “Não se trata de ser a favor ou contra o aborto – afirmava uma das oradoras mais aplaudidas – e sim de legalizar o que hoje é praticado com 3 milhões de mulheres. E para que todas as mulheres possam realizá-los dentro das melhores condições médicas, exigimos que o aborto seja também gratuito”.

A capacidade em criar este clima de entusiasmo, solidariedade e confiança, de também tocar nas emoções das participantes (nos grupos em que isto sucedeu levou à exigência espontânea de que “não podemos agora dizer adeus, umas para as outras esperar pelo próximo Congresso: precisamos continuar juntas”.

Neste sentido, foram apresentadas propostas em favor da formação do Movimento de Mulheres de São Paulo, na base da definição de um programa comum de lutas, a sair do Congresso, e da unificação dos diversos grupos, associações e Instituições femininas e feministas em uma coordenadoria.

É provável, portanto, que 1979 transforme-se num ano memorável no calendário das lutas feministas. E que o 8 de Março deste ano seja comemorado com o avanço do movimento de mulheres, refletido ao nível de um programa e de uma organização unitários. Esta é a esperança deixada pelo 1º Congresso da Mulher Paulista (*EM TEMPO*, março, 79).³

³ Artigo de minha autoria, publicado no jornal. *Em tempo*, março 79.

A Nova Realidade

Do ponto de vista político *strictu sensu*, o 1º Congresso da Mulher Paulista constitui um marco fundamental na história do feminismo. De fato, organizado pelas mulheres, independentemente das forças políticas atuantes hoje no país, o Congresso evidenciou uma presença popular surpreendente para todos que, subestimando o feminismo, esperavam apenas os discursos e manifestações de um pequeno setor social. Assim, este é o momento em que o movimento de mulheres em São Paulo (com evidentes repercussões nacionais) adquire uma nova qualidade frente à “classe política”, em geral, e à esquerda em particular. A passagem dos pequenos grupos das catacumbas para as arenas públicas; a ocupação de novos espaços de atuação e um respeito novo dos seus aliados dentro da oposição: eis algumas das aquisições evidentes ligadas ao acontecimento.

Para as feministas, as razões de maior alegria relacionam-se a uma constatação muito simples: as mulheres colocaram-se como sujeitos da ação/reflexão, desvendando rapidamente o “enigma” de sua opressão. E, ao fazê-lo, deslocaram o eixo temático da discussão para o campo de ação especificamente feminino: a família/o privado.

Politizar as relações pessoais, travando combate com o autoritarismo aonde ele estiver, até mesmo nas nossas fantasias mais profundas; nas perversões mais escondidas e caladas. Tudo considerar; tudo examinar; tudo falar/deixar fluir. A busca de uma identidade – outra que a dona-de-casa-com-marido-e-filhos – pressupõe uma pesquisa sumamente enriquecedora e o estudo minucioso de nosso cotidiano, tão e tantas vezes dissecado, catalogado e qualificado que a versão acadêmico-doutrinária acabou por se impor à empírica.

A grande novidade trazida pelo 1º Congresso da Mulher Paulista, retornando ao nosso tema, foi justamente a reafirmação – por outras vozes de mulher – do discurso das metalúrgicas, proferido no ano imediatamente anterior. As mulheres, ao comparecerem nas

salas do Teatro Ruth Escobar, apesar de terem sido levadas (ou chegarem) através dos clubes de mães, sindicatos e outras entidades similares, falavam por si mesmas, a partir do momento que os pequenos grupos de reflexão romperam com praticamente todo o controle extramuros. Longe dos olhos do patrão, do marido, do contra mestre, do professor, do tutor político, etc., as mulheres desabavam, deixando aflorar com fluidez o até então silenciado.

E o aspecto mais dinâmico – aquilo que garantiu a permanência, por dois longos dias, de mais de 500 mulheres, em condições de pouco conforto – do 1º Congresso da Mulher Paulista foi exatamente o da descoberta da identidade – vale dizer, da compreensão da sua experiência como testemunho de uma situação mais geral. É a descoberta do feminino, tal como entendido por Mindlin (1975, p. 58).

Num mundo patriarcal e produtivo, há sempre repressão de experiências emocionais, de sexualidade, de sentimentos. A cultura espera da mulher um comportamento tradicional; e não deixa que ela viva como mulher num sentido verdadeiro. Adulta, movendo-se entre valores masculinos, duvida de si como mulher, pois não viveu como mulher. Mas também é comum sentir, trabalhando, que “brinca” de ser homem, que aquilo não corresponde à sua natureza profunda, que se trata de um jogo (e um jogo necessário, já que ter um papel na sociedade é um desejo natural), que é personagem de uma farsa. Mulheres-Diadorim, embaçando a feminilidade, sem poder mostra-se aos homens-cangaceiros a não ser como companheiras. Ou, para afirmar o lado feminino, eliminam preconceitos e fronteiras, arrancam a mulher de uma casca de homem e a exibem. Em nenhum dos casos conseguem ser ainda mulheres inteiras. E esse é só um dos exemplos do que as mulheres sentem como forma de opressão e em geral concordam que são oprimidas.

Foi uma experiência totalmente pioneira – tanto para as organizadoras do Congresso quanto para suas convidadas – a discussão travada pela base: centenas de mulheres podendo, simultaneamente nos vinte e muitos grupos formados, falar de si;

descobrir-se enquanto identidade político-social. Na realidade, havia uma certa seriedade no ar, pois as presentes no Teatro Ruth Escobar sentiam que presenciavam um ato marcante.

A grande participação que caracterizou o 1º Congresso veio, assim, a reafirmar o fenômeno observado no Congresso das Metalúrgicas, no ano anterior. Em ambos os casos, por detrás da simpatia/estímulo certas direções sindicais: políticas, etc. – existia a clara determinação de se impor a linha “justa, ampla e correta” para o movimento de massa. Mas a forma de desrespeitar as expressões legítimas das operárias, no primeiro caso, e das mulheres de variadas classes, no 1º Congresso, foi um pouco diferente. Enquanto a diretoria do Sindicato das Metalúrgicas negou sua reivindicação por departamentos femininos, o documento final do 1º Congresso (síntese de acordos e conchavos entre as “cúpulas”) simplesmente escamoteou (quando não adulterou) as resoluções que tinham sido tiradas dos subgrupos.

Em outras palavras, enquanto o *processo de discussão* foi amplo e fecundo, garantindo-se a palavra a cada uma das mulheres, presentes, nos subgrupos de 15 a 20 pessoas, a elaboração do documento final, a cargo das cúpulas, implicou nos “acertos políticos”, que excluía, por exemplo, a inclusão da luta pela legalização do aborto, não obstante ter sido defendida por ampla maioria.

O Encontro Nacional de Mulheres

A opressão da mulher precede ao capitalismo, em outras palavras, o patriarcado e a submissão do sexo feminino ao masculino, assumindo formas diferentes segundo cada sociedade concreta e cada período histórico, acompanham a história da humanidade. A mulher, mesmo desfrutando de direitos iguais ao homem, como trabalhadora e como cidadã, continuará oprimida enquanto a sociedade não for renovada para uma revolução cultural. É preciso uma nova moral sexual, baseada na igualdade entre os sexos, onde a agressão sexual (do gracejo ao beliscão no traseiro,

das pequenas violências cotidianas ao estupro) seja considerada tão selvagem como o canibalismo. Mas esta revolução cultural não supõe, apenas, a luta ideológica; a situação social é determinante importante da consciência de cada homem. Enquanto houver miséria na existência humana, haverá também a, incluindo esta de caráter sexual. Logo, a garantia de nossa liberdade é também a garantia do fato que nenhum homem será explorado por outro, de que terminou o reino da miséria. É por isto que o feminismo, objetivamente interessado em uma série de reformas sociais, luta, ademais, por uma transformação radical da sociedade.

Neste sentido, o movimento de mulheres integra-se à luta dos explorados e oprimidos pelos objetivos mais avançados a se colocarem para a humanidade. Ao mesmo tempo, o feminismo defende a bandeira do fim da opressão da mulher pelo homem, problema cuja resolução e condição *sine qua non* para que as relações sociais mudem de qualidade.

E a compreensão da perspectiva radical do feminismo, e da amplitude de seus objetivos transparece já no documento do 1º Congresso da Mulher Paulista, quando fala que as mulheres querem mudar a sociedade “porque temos um interesse concreto e real nessa mudança, e não apenas por solidariedade com os demais explorados e oprimidos.” E esta foi a grande contribuição das paulistas ao Encontro Nacional: uma plataforma de lutas que, por iniciativa dos grupos aí representados (*Nós Mulheres, Centro de Desenvolvimento da mulher, Associação das Donas de Casa e Associação das Mulheres*) foi apresentado como proposta de ação para o movimento de mulheres em todo o país. Ou seja, as resoluções do 1º Congresso da Mulher Paulista, síntese das aspirações e reivindicações de milhares de mulheres, transformaram-se nas bandeiras de luta das mulheres brasileiras (MORAES, Escrita/Ensaio n. 5, 1979, p. 154).

O tom triunfalista do comentário não condiz, verdade seja dita, com a pouca expressividade de significados da adesão, por parte dos diversos grupos reunidos no 1º Encontro Nacional de Mulheres, às resoluções do congresso paulista. A pequena bancada paulista, ainda sob o impacto das emoções dos dias anteriores, chegou ao Rio de

Janeiro com uma expectativa otimista que dificilmente poderia deixar de ser decepcionada.

Apesar da organização que cercou o Encontro – as convidadas recebendo pastas com material sobre o Centro da Mulher Brasileira, atividades preestabelecidas; etc. – a falta de entusiasmo, afora nos embates políticos-ideológicos, foi a tônica predominante. Muitas das paulistas tinham perdido a cerimônia de encerramento, na noite do dia 8, para estar presente à abertura das comemorações no Rio de Janeiro, tal era a ânsia de viver – “nacionalmente” – o encontro de São Paulo.

As hospedeiras, este era o problema, enfrentavam a divisão de seu grupo, dilacerado por profundas divisões internas, a mais importante das quais opondo feministas da linha “ortodoxa” (também conhecida como “reforma”) as feministas independentes, vale dizer, sem filiação orgânico-partidárias. Esta divisão se fazia em cima da crítica a orientação estreita tomada pela prática do Centro da Mulher, muito próxima da concepção “feminina” dos ortodoxos. Assim, vinte das mais conhecidas feministas do Rio de Janeiro retiraram-se do Centro, assinando um documento (04/03/79) em que afirmavam a necessidade dos grupos de reflexão (sempre desprezados pela esquerda tradicional); de novas formas de prática política e do necessário respeito à diversidade do movimento feminista:

Paraná, o feminismo implica uma nova visão da sociedade, baseada em relações não autoritárias, o que permitirá a cada um – homens e mulheres – viver livremente sua opção. Assim, o feminismo é político na medida em que enfrenta o debate sobre a especificidade da opressão feminina e suas causas, tirando as mulheres do isolamento e da passividade em que têm sido mantidas secularmente, levando-as a contestar vários pilares da sociedade em que vivemos. Como todos os oprimidos do mundo, as mulheres tem sido divididas e mantidas em estado de rivalidade e competição, fechadas em suas casas, em suas cozinhas, em relações com os companheiros, em sua solidão, e até em suas pequenas conquistas no terreno da libertação individual.

O papel dos grupos de reflexão e de consciência – tão pouco compreendido no Brasil – é justamente o primeiro passo da possibilidade de mudança das relações interpessoais a partir do intercâmbio de experiências vividas por nós: a sexualidade, a contracepção, a violência, os diversos tipos de discriminação e de opressão que sofremos.

Através desses grupos é que podemos perceber que essa opressão é específica e se encontra profundamente vinculada aos papéis que nos foram atribuídos há séculos, assim como todos os condicionamentos que recebemos e que tem por objetivo primordial a perpetuação desses papéis.

A compreensão do conteúdo dessa opressão específica, e de e como ele se exerce no interior de cada classe social, une as mulheres e cria uma nova solidariedade entre elas, um tipo de relação até então inexistente, levando à contestação coletiva desses papéis e de tudo que veicula esses condicionamentos. A reflexão coletiva e o debate conduzem a uma prática que possui um enorme potencial revolucionário na medida em que contesta e busca substituir valores básicos da sociedade em que vivemos:

– a família, onde a mulher é esposa, reprodutora de crianças e valores sociais, mantenedora da força de trabalho, sem que o trabalho doméstico seja considerado como um trabalho produtivo, indispensável à manutenção da sociedade capitalista;

– a inserção profissional, pois a mulher ocupa, geralmente, os empregos menos remunerados, mais repetitivos, menos qualificados, onde as leis não são aplicadas (a trabalho igual, salário igual; obrigatoriedade de creches em locais de trabalho com mais de 30 mulheres, etc.);

– legislação discriminatória criada e posta em prática pelo Estado;

– a ideologia transmissoras dos valores veiculada pela escola e reforçada pelos meios de comunicação (os estereótipos sexuais);

– os padrões e as normas que regem a disposição de nossos corpos e nossas opções sexuais de parceiro;

- a violência cotidiana considerada “natural” que se abate sobre as mulheres: os preconceitos, a segregação, as agressões, os espancamento, o estupro, as imposições, os limites institucionais para determinadas atividades;
- o autoritarismo, em todas as suas manifestações, desde as relações interpessoais, passando pelas relações de trabalho, a vida dos grupos e organizações políticas que sempre relegam a segundo plano as questões específicas da condição feminina.”

O documento das mulheres que, em seguida, formariam o *Coletivo de Mulheres* (uma confederação de grupos de reflexão/ação com absoluta autonomia), continha tanto estes quanto uma série de outros questionamentos de máxima importância para a luta feminista. Mas, diante de um plenário composto por mulheres de vários Estados (com experiências totalmente distintas, em termos de luta feminista) e da pressa das paulistas em socializar seu programa, as feministas cariocas não puderam nem avançar na discussão das divergências nem fortalecer efetivamente os laços com o movimento de mulheres em outras partes do país. O Encontro Nacional, neste sentido, valeu pelo primeiro contato de alguns grupos e da troca de documentos e endereços que seriam úteis mais tarde. A aprovação do documento das paulistas, por sua vez, significou tanto o reconhecimento de problemáticas idênticas (o que é extremamente positivo) quanto a incipiência do feminismo em outros Estados pois não se deveria aceitar, tão rapidamente, a tutela paulista.

As resoluções do 1º Congresso

O Congresso se encerra no Dia Internacional da Mulher, (8) quinta-feira, às 20 horas, no Teatro Ruth Escobar. Nesta noite deverá ser votada a formação de uma frente de Mulheres, com uma sede, a Casa da Mulher Paulista, congregando os vários grupos, entidades e mulheres independentes que participaram do Congresso” (*Folha de São Paulo*, 6/3/79).

As mulheres presentes foram convidadas a participar de uma reunião dia 19 às 19 horas, no Sindicato dos Bancários, rua São Bento, 65, para discutir o encaminhamento da luta por creches. É anunciado-se uma outra reunião, daqui a um mês, entre as entidades organizadoras do Congresso para se definir como dar continuidade ao Congresso. (...) Agradecendo a homenagem e dando seu apoio à luta das mulheres, Clarice Herzog encerrou o Congresso. Todas leram juntas, então, as suas reivindicações. Resta saber se a união proclamada será sólida e duradoura. Pois a maior expectativa do Congresso, a formação da frente de Mulheres, não foi concretizada. Ela poderá surgir, entretanto, no próximo dia 19, na reunião na sede do Sindicato dos Bancários (*Folha de São Paulo*, 10/3/79).

O último comentário da *Folha de São Paulo* demonstra como a/o jornalista foi mais sensível aos anseios do público presente do que a cúpula organizadora do Congresso. Enquanto as mulheres – numa unidade espantosa de estados de ânimo – exigiam a continuidade daquele processo de conscientização/identificação, reivindicando a frente das mulheres e seu local, as “massistas”, dado seus compromissos com os movimentos tuteladores das mulheres (setores da Igreja, alguns sindicalistas, tendências políticas sexistas, que negam a opressão específica da mulher, como esta que se expressa no jornal *A Hora do Povo*), rebaixaram o nível político do acontecimento, forjando um documento paupérrimo de reivindicações.

De fato o documento do 1º Congresso constitui a peça mais informativa sobre o hibridez ideológica da cúpula do movimento de mulheres. E, mais ainda, não dá nem mesmo para nos espantarmos com a expressão “cúpula do movimento de mulheres” porque, nos momentos de decisão política, forças inominadas impunham posições rígidas e doutrinárias às suas militantes feministas. Este desrespeito ao trabalho e à capacidade de uma militante foram responsáveis registre-se de passagem pelo enorme refluxo de mulheres das organizações da esquerda radical. Mas, infelizmente, muitas vezes femininas, no 1º Congresso, repetiram fórmulas doutrinárias de

organizações que, na verdade, temiam a organização das mulheres a partir de opressões muito profundas, como a da sexual, por exemplo. Assim, desencorajaram tanto a nível do programa de lutas quanto ao da organização imediata em torno de um objetivo/instrumento de unidade, como Casa da Mulher Paulista, as manifestações de desejo mais claras das 800 mulheres que foram comemorar o encerramento.

E porque neste Congresso, pela primeira vez e juntas, conseguimos, em público, conversar mais íntima e profundamente sobre o nosso dia-a-dia, percebemos o quanto esse cotidiano é comum a todas nós. E sentimos o despertar da solidariedade e da força que pode ter a nossa união diante de nossos problemas.

De repente, pela primeira vez, sentimo-nos orgulhosas de nossa condição de mulher – já não mais mulheres isoladas e impotentes ante a situação que nos é imposta, mas mulheres decididas a mudar sua sorte.

Estes trechos do documento constituem as expressões mais diretas dos efeitos causados nas mulheres pela reunião ampla que fora o Congresso. Ao mesmo tempo, confirmando o doutrinário de forças políticas atuantes – cujo antifeminismo só se revelaria claramente por ocasião dos enfrentamentos do 2º Congresso – o documento evita, para satisfazer temores que a palavra feminismo causa na esquerda tradicional, quaisquer referências às organizações feministas:

Por isso, achamos que devemos reforçar os movimentos que lutem por uma verdadeira mudança da sociedade, para melhor. Por isso, decidimos fortalecer os movimentos mais consequentes da sociedade não mais para aumentar apenas o número de pessoas que eles agregam, ou para desempenhar as tarefas de interesse geral, que “os outros” não tem tempo de fazer: propomo-nos, daqui para frente, atuar ainda mais nos grupos femininos, nos bairros, nos sindicatos e associações, levando também para dentro deles nossas reivindicações específicas e fazendo com que seus componentes assumam e lutem também pelas creches, equiparação salarial, iguais oportunidades de trabalho e de formação, socialização do trabalho doméstico.

Em que exatamente estas formulações estão incorretas? A impressão é de que o essencial foi dito e reafirmado pois não estão aí as reivindicações de equiparação salarial, iguais oportunidades de trabalho e creches e até mesmo a socialização do trabalho doméstico?

A resposta é que precisamos distinguir exatamente as reivindicações que afetam toda uma classe social – a operária, no caso – daquelas que dizem respeito exclusivamente às mulheres, independentemente de sua classe de origem. Em outras palavras, as discriminações em relação a menores salários; profissionalização, etc. afetam também os interesses dos operários de sexo masculino. O operário está objetivamente interessado no fortalecimento de sua categoria laboral, única garantia de resistência aos desígnios expropriadores da acumulação capitalista. Ora, quando as mulheres (respondendo a lógica expansionista do processo de produção capitalista, que tudo incorpora e transforma segundo suas necessidades) passam a ser mais de 30 por cento da população oficialmente considerada como economicamente ativa, toda classe trabalhadora será afetada por esta presença crescente.

Desta maneira, ao defender as reivindicações de maior justiça dentro da classe operária, os trabalhadores estão defendendo seus interesses imediatos: não se trata, portanto, de “generosidade” ou “solidariedade” às reivindicações femininas. O mesmo acontece, no caso das creches. Quando o salário da mulher participa de maneira importante no orçamento doméstico e nasce uma criança, mais uma boca, o que fazer? Poderia a mulher permanecer em casa e usufruir de descanso? Ou, então, poderia ela (ou o pai) permanecer em casa, cuidando do bebê, como garantem as legislações natalistas, de alguns países europeus? As creches, assim, são do interesse de todos, quando ambos os membros do casal exercem atividades fora do lar.

A questão se complica no tocante aos outros trabalhos: domésticos, da limpeza da casa ao preparo dos alimentos. Este trabalho, apesar de beneficiar *ao casal* sempre termina sendo executado exclusiva ou principalmente pela mulher. Aí, então, a palavra de

ordem correta seria: socializar o trabalho doméstico, transformá-lo em mais um ramo industrial. Mas, enquanto não chegamos lá trata-se de, agora, dividi-lo no interior da família, tal como vimos no código civil cubano. Pois, sejamos modestos, se Cuba ainda não socializou o trabalho doméstico, apesar de reconhecer sua importância., tratando de diminuir a carga discriminatória sobre a mulher através de uma medida que afeta as relações (ditas “privadas”) domésticas do casal, por que não começaríamos também por aí?

Também aqui a resposta é simples. Por que, no caso da divisão *do trabalho doméstico entre o casal*, os interesses masculinos sofrem prejuízo pois, em nossa sociedade, praticamente todos os homens exploram as mulheres, sobrecarregadas com uma dupla jornada de trabalho. Assim, se o Estado fizer, amanhã, o que as mulheres fazem sozinha hoje: muito bem. Mas, dividir o trabalho dentro de cada casa: aí as resistências pessoais são enormes como confessaram sinceramente alguns operários.

É claramente este o primeiro ponto em que os interesses imediatos de operários e operárias se dividem: elas querem a resolução do trabalho doméstico. Eles estão de acordo, desde que isto não signifique aumentar sua carga diária de trabalho. Nesta ocasião, desmistifica-se o “natural” e o “agradável” que é o trabalho doméstico: os homens não querem dividir por ele ser cansativo, exigir habilitação (aprendizado) e dedicação. E quem quer trabalhar além da estafante jornada industrial?

Por isto, o documento do Congresso não avançou efetivamente nas vias propriamente femininas da questão, como sói acontecer quando organizações masculinas estão controlando a condução dos debates. Assim, o documento de 8 de março de 79 não chegou muito em termos de reivindicações que tocassem o âmago da questão: a opressão da mulher pelo homem e não simplesmente, pelo “sistema” ou “capitalismo”. E, coerentemente, só pode propor em termos de organização das mulheres – a maior participação nos sindicatos,

organismos de base, etc. e nos “grupos femininos”, vale dizer, tutelados pela Igreja; partidos ou tendências políticas antifeministas.

Silêncio sobre a organização das mulheres, a partir delas mesmas, de suas necessidades concretas (e não do discurso sobre tais necessidades proferidos por homens). As feministas, neste sentido, foram cúmplices – por ingenuidade ou falta de convicção – do tutelado. Muitas já defendiam a “autonomia” do movimento: mas a conciliação que proporcionaram com o antifeminismo fez com que passassem a defender a uma palavra “feminismo” despida de conteúdo. É, ao abdicarem de quaisquer exigências programáticas junto a seus “aliados” as feministas escancararam ainda mais as portas para invasão de tutelas de todo o tipo.

1979: Se é o Ano Internacional da Criança, é o ANO DA CRECHE

Com este título o *Brasil-Mulher* n. 15 (abril de 79), nas páginas centrais do jornal, trata das creches (da falta de), convidando os leitores a participarem do Movimento por Creches, criado por iniciativa da Coordenação saída do 1º Congresso. Em outras palavras, a partir da definição de que a luta por creches interessava objetivamente a todas as mulheres, as entidades e pessoas reunidas na Coordenação do 1º Congresso passaram a convidar os grupos comunitários que já encaminhavam, isoladamente, reivindicações por creches, assim como todos aqueles que tinham intenções de fazê-lo, para reuniões no Sindicato dos Bancários.

A organização do Movimento por Creches constitui o único trabalho unitário em que os grupos feministas paulistas participaram no ano de 1979 e é bem exemplificador do pouco que inovaram em termos de convívio político. Vários aspectos, na verdade, transformavam uma questão aparentemente simples – a luta por creches – em um problema quase insolúvel. Em outras palavras,

o único ponto de acordo existente era a necessidade de creches pois detalhes mais precisos, referentes ao tipo de creche (a qualidade das instalações; a orientação pedagógica; a responsabilidade pela gestão, etc.), praticamente não haviam sido pensados. Além disso, o Movimento ambicionava centralizar iniciativas muito díspares, dizendo respeito a grupos que reivindicavam creches em circunstâncias distintas (ligados a trabalhos comunitários em bairros da periferia da cidade), sendo difícil equacionar o problema em termos de poucas variáveis. A este quadro complexo adicionava-se o “movimento de mulheres”, representado por delegações oriundas da Coordenação e por voluntárias de todos os grupos.

As reuniões propiciavam espetáculos caóticos, em que – houve momentos – centenas de pessoas falavam coisas diferentes, às vezes simultaneamente, cada qual querendo contar sua experiência; suas necessidades. As feministas, desorientadas, compareciam às reuniões sem saber o que propor exatamente. Terminaram por se tornar uma espécie de escribas, especialistas em redigir convocatórias e panfletos. Seu contato com a questão restringia-se, pois, ao aspecto burocrático-administrativo e, na ausência de temas saído diretamente do processo de constituição de grupos de pressão local, as divergências se restringiam à questões de caráter político-pessoal, em que o status político era avaliado pelo número de contatos/conhecimentos entre a “base”. Isto é, na falta de um trabalho próprio (as feministas não estavam reivindicando por creches nos seus locais de trabalho e residência), o poder era disputado através da exibição de uma maior “clientela” entre as mulheres da periferia.

A Coordenação, na qual conviviam feministas de diversos matizes e representantes de tendências políticas de esquerda, absorveu rapidamente todos os vícios do “cupulismo” político. As participantes ostentavam – com alguma ou nenhuma razão – insígnias das “massas” e decidiam em seu nome tornando a Coordenação um Supremo Tribunal do Movimento de Mulheres.

Aquelas que percebiam o trágico-cômico da situação terminaram por se ausentar das reuniões, tanto do Movimento por Creches quanto da Coordenação, percebendo a inutilidade da crítica a esta prática viciada. As feministas que permaneceram foram obrigadas a assumir decisões e, principalmente, a conviver em termos de manobristo representativo. O exemplo da atuação da Coordenação no Movimento de Creches é categórico a este respeito: a Coordenação aparecia como uma das entidades constitutivas do Movimento mas, ao mesmo tempo, os grupos que a formavam (cerca de quinze) também apareciam individualizados nas reuniões, havendo nítida superposição de representações para efeitos de votação/decisões.

A desorientação do Movimento de Creches representa, assim, o espelho da falta de unidade real do movimento de mulheres nesta questão. Porque as feministas não estavam reivindicando creches para si mesmas e sim para as “outras”. Além disso, como já foi assinalado, pouco tinham para prestar como contribuição do ponto de vista da qualidade de creche; o que equivale a dizer que não estavam maduras nem por necessidades objetivas, tão pouco por uma reflexão aprofundada da questão. E esta irresponsabilidade de tratamento dos pontos unitários de luta – esta permanente superficialidade no tratamento das questões – é em grande medida fruto da concepção “massista”, na qual o sucesso é medido pelas adesões dos elementos mais manipuláveis. Ora, não é difícil conquistar a confiança das mulheres quando falamos a mesma linguagem e prometemos defender os mesmos interesses. Difícil é trabalhar com pessoas que estão social e culturalmente fora do universo político-ideológico dominante.

A crítica à atuação da Coordenação não deve encobrir, evidentemente, a responsabilidade de quase todas as tendências – dos católicos socialistas aos comunistas – na reprodução desta luta pelo poder através de métodos antidemocráticos e altamente manipuladores. De fato, o convívio com o monolitismo

político, que pode até utilizar métodos que incluem a calúnia, a adulteração de resultados eleitorais e mesmo a física para a conquista de postos-chaves nos sindicatos, partidos e movimento de massa, colaborou bastante para que mulheres não questionassem a qualidade da prática política da Coordenação. O desrespeito dentro do próprio movimento de mulheres, neste sentido, reproduz a prática manipuladora/tuteladora de meia dúzia de tendências/organizações políticas brasileiras que disputam – nas palavras – as denominações de socialistas e comunistas e que – na prática – comportam-se como pequenos chefetes das “massas atrasadas”.

Assim, sempre disposto a marcar e comandar manifestações; sempre pronto a aderir às eventuais maiorias ou forças de pressão mais bem sucedidas, sempre falando em nome de grandes (e ausentes) massas, o grupo “massista”, que congrega uma dúzia de mulheres, tem empobrecido/banalizado todos os acontecimentos em que participam. Mas, enquanto o feminismo não partir da transformação das relações entre as próprias mulheres, impedindo que o autoritarismo impere, assistiremos às cenas que vão da tragédia à comédia; de mulheres identificadas com as opções políticas da *A Hora do Povo* transformando-se em leões de chácara, como aconteceu no 2º Congresso, até as “gafes” de militantes desinformadas, como sucedeu em relação ao Movimento de Creches. De fato, entre o anedotário do feminismo uma das peças que provocou risadas foi a experiência de uma mulher, que se integrou ao *Nós Mulheres* após o 1º Congresso, e que tendo ido participar do Movimento de Creches, após ter comparecido a uma reunião da Coordenação, ingenuamente entregou à assembleia do Movimento resoluções “secretas” (os chamados “encaminhamentos”) tiradas na reunião prévia da Coordenação. A graça não está no gelo causado por sua revelação e sim no fato de que a criticada foi ela, por falta de habilidade, e não a Coordenação, por “cupulismo/conchavismo”...

O Congresso das Metalúrgicas

A política de arrocho salarial do Governo há 15 anos vem penalizando toda a classe operária. Mas a mulher trabalhadora tem necessitado exercer um duplo esforço para sobreviver: o extenuante trabalho doméstico depois que sai da fábrica. Ninguém desconhece as discriminações indignas que se praticam contra as mulheres: inferiorizadas desde pequenas, humilhadas nas empresas, impedidas de se profissionalizarem, ganhando menos do que o homem (ainda que fazendo o mesmo serviço), a falta de creches, obrigadas a fazerem horas extras, as “cantadas” dos chefes, a falta de higiene nos banheiros, a proibição de tomar água e ir ao banheiro e um mundo de injustiças a mais. Tudo isso foi denunciado e discutido no 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo. Mas a coisa vai mudar. As companheiras falaram. E palavra de metalúrgico não volta atrás. Os pontos de luta estão aqui, assinalados em vermelho (*O Metalúrgico* n. 171 – setembro/79). Joaquim dos Santos Andrade.

Durante três dias (31 de agosto, 1 e 2 de setembro) duzentas metalúrgicas de São Paulo reuniram-se para discutir, em grupos de trabalho, seu cotidiano nas fábricas, as discriminações e sofridas, enfim, sua condição de mulher trabalhadora. A partir da radiografia da “sexualização” da exploração da força de trabalho, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que, através das guias de imposto sindical de todas as trabalhadoras metalúrgicas das 13 mil empresas da Capital, provou que as mulheres ganhavam, em média 42% a menos que os homens, ficava difícil negar a super exploração da qual a mulher é vítima. A comparação entre homens e mulheres revelou, ademais, que 83% das mulheres ganham menos do que Cr\$ 28,35 por hora, e que nessa faixa de salários se encontram 51% dos homens. Provou, ainda, que apenas 11% das mulheres ganham entre Cr\$ 28,35 e Cr\$ 47,25 por hora (enquanto 25% dos homens estão nesta faixa) e que apenas 2% das mulheres ganham mais de 10 salários por mês’. (*O Metalúrgico*, n. 271).

Apesar da presença de um conhecido “pelego” à testa do Sindicato, apesar também do antifeminismo da tendência política que se expressa na *Hora do Povo* e da ambiguidade paralisante da tendência “ortodoxa” ou “reformista” – enfim, não obstante o pequeno alcance político das forças que dirigiam então o Sindicato dos Metalúrgicos – as mulheres foram capazes de expressar claramente seus interesses, discutindo a jornada de trabalho dentro da fábrica e a dentro de casa. Desta maneira, trataram tanto das reivindicações relacionadas a igualdade de salário, profissionalização, etc. como a criação de departamentos femininos, concebidos para: *a) incentivar a participação da mulher na vida sindical. b) Organizar as mulheres nas suas lutas específicas. c) Realizar simpósios, congressos e seminários da mulher metalúrgica.* Ademais, denunciaram as torturas praticadas nos hospitais contra as mulheres, referindo-se ao bárbaro tratamento imposto as mulheres, no Hospital das Clínicas, nos casos de complicações provenientes de aborto.

Solidárias com os resultados do 1º Congresso da Mulher Paulista, as metalúrgicas encamparam tanto as palavras de ordem que lhes diziam respeito mais diretamente, como “salário igual por trabalho igual” e creches, quanto a absolutamente descabida palavra de ordem de “ser contra o programa de prevenção da gravidez de alto risco”. Cada louco com sua mania, diz o ditado. Para os “ortodoxos”, frente a quase que infinita variedade de aspectos negativos da política de saúde governamental, o moinho de ventos predileto é constituído pelo Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco que, se é parcial, equivocado ou coisa equivalente não merece, por sua absoluta ineficácia, maior atenção. Assim, por imposição “ortodoxa” este ponto passou a figurar em todas as reivindicações do movimento de mulher, apesar de ninguém conhecê-lo ao certo. Na verdade, incapazes de concentrar-se em uma palavra de ordem positiva – lutar pela garantia de assistência ginecológica a mulher, principalmente no concernente à utilização de anticoncepcionais – os “ortodoxos” desperdiçaram as suas energias no combate a um programa fantasma.

De qualquer maneira, a relativa pobreza dos documentos oficiais reflete a própria concepção que preside à redação de tais peças, que são usadas, por todas as correntes políticas, como provas de que “as massas estão com as ‘nossas’ concepções”. Tais deformações, apesar das barreiras que colocam a luta da mulher por sua identidade sócio-política, não são suficientes, de qualquer maneira para tirar a força destes primeiros congressos das mulheres trabalhadoras.

A repercussão na grande imprensa

Uma das formas mais simples de aquilatar o impacto das comemorações do dia internacional da mulher em 1979 em São Paulo é a leitura da cobertura realizada pela *Folha de São Paulo*, garantindo o registro da atuação do movimento de mulheres, em inúmeras páginas do jornal, ao mesmo tempo em que, na maior parte dos casos, noticiava, o evento na *Folha Ilustrada* e não nas partes reservadas à política local.

Deste extenso noticiário penso ser importante seleccionar alguns temas, como índices da qualidade assumida pelas diferentes comemorações. Assim, chamaremos a atenção para: a) a quantidade dos atos comemorativos; b) a convergência dos atos (com a exceção do pronunciamento sectário de Terezinha Zerbini, opondo o ato realizado na Câmara Municipal ao ato de encerramento do 1º Congresso); c) depoimentos colhidos *in loco*; d) a grande expectativa de que a descoberta da identidade comum a vontade de prosseguir juntas tornasse factível a criação da Casa da Mulher Paulista e a organização da Frente de Mulheres.

a) as comemorações:

Folha de São Paulo, terça- feira, 6 de março de 1979.
VOZES DO CONGRESSO DAS 500

“Cantando ‘Olé mulber rendeira, olé mulber renda, tu me ensina a fazer renda que eu te ensino a reclamar’, as 500 mulheres da Grande São Paulo que se reuniram no 1º Congresso da Mulber Paulista, durante este fim-de-semana, no Teatro Ruth Escobar, levantaram as seguintes propostas: homenagem à Clarice Herzog e à esposa de Manoel Fiel Filho, mortos na prisão em 1975, em memória a todos os homens e mulheres que sofreram a repressão do governo militar; mudança na definição de mulber no dicionário Aurélio Buarque de Hollanda; uma “Semana de Estudos da Sociedade Machista” (proposta por 25 homens que participaram do encontro); luta contra a repressão ao aborto; luta imediata por creches em todos os bairros de São Paulo, sustentadas pelo Governo e orientadas pelos pais; uma comissão de mulheres para acompanhar o Inquérito Parlamentar sobre a violência contra os menores na FEBEM; uma comissão para denunciar o projeto do deputado Gilvan Rocha do MDB, que quer proibir o uso do DIU, método anticoncepcional intrauterino; um convite à participação no ata Público que será realizado dia 12 na Câmara Municipal em protesto à posse de Maluf; e solidariedade à luta dos povos latino-americanos contra os governos militares, ao povo vietnamita e ao da Nicarágua e a luta da mulber no Irã.

Trabalhadoras no Cinema

Como mais uma forma de comemorar o Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de março, será realizado uma amostra de filmes sobre a situação da mulber no Brasil, hoje e amanhã, às 20:30 horas, no MIS-Museu do Imagem e do Som – Av. Europa, 15

Hoje, dia 6, serão exibidos três curta-metragens: “Menino Menina”, de Eliane Bandeira, que mostra os diferenças na educação das crianças com base nos preconceitos sobre o papel da mulber e do homem dentro da sociedade; “Vida de Doméstica”, da mesma autora, trata da questão da empregada domestica,

a profissão mais marginalizada entre as chamadas “profissões femininas” e “As Metalúrgicas”, de Olga Futema e Renato Tajajós, revela os problemas específicos que a mulher metalúrgica enfrenta em seu trabalho na fábrica, mostrando os resultados do 1º Congresso da Trabalhadora Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, realizado no ano passado.

Amanhã, dia 7, será exibido uma longa-metragem sobre a prostituição. Haverá debate organizado por Nós Mulheres”. A entrada é gratuita.

Folha de São Paulo, quarta-feira, 7 de março de 1979.

Ato Comemorativo

O Movimento Feminino pela Anistia, a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, o Movimento Renovação Cristã e o Diretório do MDB de São Paulo realizarão amanhã às 20 horas, no Auditório “Pedroso Horta” da Câmara Municipal, um ato comemorativo do “Dia Internacional da Mulher”.

Ontem, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, dona Terezinha Zerbini, esteve na Câmara Municipal convidando os vereadores para o evento, lembrando que a data já foi comemorada em São Paulo, em 1976, 1977 e 1978. Disse também que a reunião tem a finalidade de permitir “uma reflexão sobre a função da mulher como agente transformador na sociedade, dando prioridade ao enfoque do menor, por estarmos no “Ano Internacional da Criança”.

O tema central da campanha deste ano será desenvolvido pela professora Sílvia Pimentel, da PUC. Terezinha Zerbini aproveitou para destacar a distinção existente entre o ato marcado para a Câmara Municipal e outro que será realizado no Teatro Ruth Escobar, na mesma ocasião. O primeiro, segundo ela, tem um caráter político mais abrangente, ligado à necessidade de transformação do país numa democracia real.

Folha de São Paulo, quinta-feira, 8 de março de 1979.

Mulheres Comemoram seu dia Exigindo uma Transformação

A principal manifestação brasileira do Dia Internacional da Mulher, que hoje e comemorado em todo o mundo, é o encerramento do 2º Congresso da Mulher Paulista, no Teatro Ruth Escobar. As conclusões dos debates do Congresso serão apresentadas na forma de um documento, com as reivindicações propostas por todas as mulheres. Cada grupo participante, porém, vai se manifestar a respeito de seu trabalho particular e de suas propostas.

“Mulheres do povo, que tiveram participação ativa no Congresso, falarão sobre seus anseios e medos do que está para vir.” como informou Eneida de Castro Solero, representante da frente Nacional do Trabalho. A maior expectativa do encerramento do Congresso, que devera contar com a presença de Clarice Herzog e da esposa de Manoel Fiel Filho, é quanto à formação da frente de Mulheres, que dará unidade e força a luta de todas as mulheres da região de São Paulo.

Na Igreja de São Miguel Paulista, às duas e meia da tarde, mulheres que estão organizadas em Clubes de Mães farão uma reunião comemorativa do 8 de Março, falando de suas propostas e reivindicações.

Os clubes de Mães são grupos formados principalmente pela Igreja, em torno de trabalhos como crochê, bordado, tricô. Sobre isso, disse uma mulher no Congresso. “Precisamos de uma profissão. Em vez de as levarem nos Clubes de Mães um saco de feijão, que acaba, levem um profissional que possa nos ensinar um ofício.

O programa da Xênia, na TV Bandeirantes, esta convocando todas as mulheres interessadas a irem hoje a sede da estação no Morumbi, para debater entre as três e quatro e meia da tarde, com mulheres do povo de líderes feministas convidadas.

A Femina, uma central de prestação de serviços, especializada em fornecer assessoria e orientação feminina, promove hoje, a partir das 14 horas, um ciclo de palestras abordando assuntos específicos.

Em São Carlos, a filial da Sociedade Brasil Mulher, do Movimento Feminino Pela Anistia, a Associação dos Servidores da Universidade Federal de São Carlos e a União Municipal dos Estudantes de São Carlos, convidam para uma mesa redonda que será realizada na Câmara Municipal, Praça Coronel

Salles, às 20 horas, com a intenção de levantar uma série de questões para a “libertação total da mulher”.

“Mulher na Bahia” é o tema do painel que o Núcleo Baiano do Movimento pela Anistia promove hoje e com o qual pretende levar ao público, a experiência de vida de diversas mulheres que participam ativamente da sociedade baiana. No painel participarão nove mulheres, entre as quais uma juíza do trabalho, uma artista plástica, uma socióloga, uma cobradora de ônibus e uma professora de dança.

No Rio de Janeiro, abre hoje na Faculdade Cândido Mendes o congresso da Mulher Carioca, com o lançamento dos temas para discussões que terão início na tarde de amanhã e irão de manhã à noite, até o domingo. Nas noites de sábado e domingo haverá exibição de filmes e leitura de peças que colocam a situação da mulher em nossa sociedade.

b) A tônica do discurso das mulheres

Folha de São Paulo, 6 de março de 1979.

“O trabalho doméstico é trabalho?”. Com esta pergunta, o 1º Congresso da Mulher Paulista abriu as discussões deste sábado, dia 3 de março, reunindo as mulheres presentes em 23 grupos além de um grupo só de homem, que acompanharam suas esposas ou vieram sozinhos. Aparecida Kobec, responsável pela Associação das Donas de Casa, casada e com três filhos, introduziu o tema, falando da falta do recebimento social do trabalho doméstico.

– A gente lava, passa, dá forças ao marido para que ele enfrente o trabalho do dia seguinte e produza seu tanto, e ninguém dá valor a isso. A mulher não quer ser a “rainha do lar” apenas no dia 8 de março, para no resto do ano ser uma “escrava do lar”. Queremos condições justas já está na hora de se estudar soluções coletivas para o trabalho doméstico: em casa, com a participação total do homem nas tarefas e na rua, através da socialização do trabalho doméstico. Ou seja, que os órgãos competentes instalem creches, lavanderias e restaurantes públicos.

Cida, como é mais conhecida pelas mulheres da Zona leste, propôs a união de todas as mulheres, como a única saída para a situação em que as donas de casa se encontram. “A sociedade nos educou para resolvermos os problemas individualmente e isso não é certo. Se nos unirmos e o sistema capitalista nos oferecer as mesmas condições que o homem desfruta, tenho certeza que nós, as donas de casa, não seremos mais chamadas de burras.”

A posição defendida por Cida durante sua exposição representa bem os anseios da mulher paulista. Isso ficou bastante claro após as discussões em grupo e da conclusão, exposta por uma relatora geral, efusivamente aplaudida pela plateia:

“O trabalho doméstico é pesado, cansativo, monótono e ininterrupto. A gente não tem descanso durante o dia, trabalhamos nos fins-de-semana e também nas férias escolares das crianças. Mas como o trabalho em casa não produz lucro, é desvalorizado socialmente. Só que sem o trabalho doméstico, como farão os homens? Como donas de casa nós interferimos no processo de produção indiretamente, é bem verdade, mas isto tem uma importância fundamental.

Entre as conclusões chegadas estão a luta pelas creches e, a longo prazo, também a criação de lavanderias e outros serviços públicos que maximizariam o trabalho dentro de casa. Quanto à reunião de mulheres em torno de clubes de mães, associações e outras agremiações, ‘ela é importantíssima, pois congrega as mulheres e, a partir dessa união, fica mais fácil reivindicar por necessidades e problemas do próprio bairro. Os mutirões também contam com o apoio geral, embora ele possa representar uma arma perigosa’ na medida em que passa para o povo a solução de problemas, cuja responsabilidade é apenas do Estado.

Um dos assuntos mais problemáticos, sem dúvida, foi a institucionalização dos serviços domésticos, através de um salário específico a dona de casa. A falta de conhecimento sobre o assunto levou a opiniões mais variadas, como a de Maria Pessoa, que acha “importante um salário para amparar minhas despesas” ou de Orlando Maia, “que é a favor do Salário porque assim a mulher também teria o direito à previdência social”.

Mas as conclusões finais do congresso foram completamente desfavoráveis ao salário doméstico, como relatou uma das responsáveis do grupo:

– Se a gente, tivesse, que receber um salário, ele seria muito alto. Porque nós, donas de casa, exercemos as funções de lavadeira, passadeira, cozinheira,

faxineira e além disso temos que cuidar dos filhos, e somos também babás.

O trabalho da mulher fora do lar foi discutido após um lanche rápido cedido pelo próprio congresso. Os assuntos debatidos foram: A dificuldade encontrada pela mulher para se profissionalizar, a desvalorização das profissões ditas femininas, as garantias que as mulheres deveriam ter em seus empregos e como encaminhar uma luta conjunta por creches.

A participação política das mulheres também serviu como tema para que a metalúrgica do Sindicato de Santo André, Léia Aparecida de Oliveira fizesse um inflamado discurso sobre o assunto.

A luta da mulher ao lado do homem começou praticamente agora, na última greve dos metalúrgicos em 78. Quando o Governo bradava sua instalação contra a nossa greve, as mulheres negociavam com os sindicatos e com os patrões. Nossos próprios companheiros ficaram espantados com a nossa força. E também fomos nós que os instigamos a prosseguir na sua luta por um salário melhor.”

Segundo a economista Maria Moraes, o último censo registra como as quatro profissões que reúnem maior número de mulheres as de empregada doméstica – “que vive num quartinho apertado e é obrigada a utilizar o elevador de serviço” – a mulher que trabalha na roça – “esta rainha do lar é verdadeiramente uma trabalhadora da enxada – a professora primária – “a segunda mãe obrigada a aceitar um salário baixo pelo amor ao trabalho” – e a operária – “que trabalha em péssimas condições, às vezes com máquinas desenhadas para os homens”.

Todas essas mulheres reunidas no congresso trouxeram entre as conclusões sobre a profissionalização, diversos preconceitos, da sociedade, sentidos na própria pele diariamente.

– Nós temos dificuldades em nos profissionalizar. Os cursos são caros demais para um salário baixo que recebemos. Na verdade, não deve interessar ao sistema oferecer condições para que nos fortaleçamos como classe, que tem consciência e que não aceita mais os salários inferiores aos recebidos pelos homens; por uma mesma atividade.

Entre as denúncias trazidas pelas mulheres está a de Aparecida Malavasi, uma metalúrgica de São Paulo que foi obrigada a ser registrada como solteira “porque a empresa onde trabalho não quer ter preocupações com mulheres

casadas”. Outra mulher diz que num curso realizado pelo Senai de Guarulhos, ela conseguiu ser aprovada no curso “dito masculino” de Controle de Qualidade, mas como era mulher acabou não sendo aceita. Uma das alegações feita pelos responsáveis foi que a empresa não tinha banheiro para mulheres.

Na verdade, a tradição dos serviços domésticos sempre coube a mulher e as famílias sempre deram maior oportunidade ao homem para seguir uma carreira. Com a crescente desvalorização de determinadas profissões, como a dos professores, as mulheres passaram a ocupá-las recebendo e submetendo-se a salários mais baixos.

Quanto à falta de garantias nos locais de trabalhos, as mulheres apontaram a atitude machista de certos chefes que utilizam-se de suas funcionárias sexualmente, impondo-lhe como condição essencial para uma melhoria de cargo. Uma das mulheres disse para a plateia, recebendo palmas entusiasmadas: “A mulher sai com seu chefe quando ela quer e não quando o chefe exige.

A falta de garantias para a mulher grávida, os salários diferentes para funções iguais em relação aos homens, a inexistência de creches, e a participação política através de sindicatos e comissões de trabalho foram as propostas básicas das mulheres.

– A mulher tem que perceber seu peso político - resumiu uma das relatoras do congresso. Até agora sua participação tem sido praticamente nula e se não houver uma união dessas mulheres será difícil levar nossas reivindicações aos órgãos competentes. As mulheres tecelãs, por exemplo, provaram através das recentes greves que temos condições de readquirir nossos direitos e é isso que devemos fazer.

A Mulher e a repressão sexual

Inês Castilho e Denise Natale

Folha de São Paulo, 7 de março de 1979

“De que me vale ser filho da santa, melhor seria ser filho da outra, outra realidade menos morta, tanta mentira tanta força bruta”. Estes versos de *Cálice*, música de Chico Buarque e Gilberto Gil, visa a dupla moral que, há séculos vem confinando a sexualidade, feminina: a mãe de família assexuada, e a prostituta, mulher, que é identificada com a sujeira. Essa moral, que vem negando o prazer sexual à mulher sob vários pretextos é pela primeira vez questionada publicamente por mais de 500 mulheres (e mesmo alguns homens) que participaram dos trabalhos do 1º Congresso da Mulher Paulista, no Teatro Ruth Escobar. Mulheres de classe média e da periferia, a maioria com família de formação cristã, aplaudiram a proposta de um dos grupos de trabalho de se cortar o hímen da menina logo ao nascer (uma réplica da circuncisão) para se acabar de vez com o tabu da virgindade. Falaram de masturbação, da falta que sentem do carinho masculino, de vergonha e medo do marido. Da educação cristã repressora, do cansaço pelo trabalho excessivo, do uso que a propaganda faz do sexo e que deveria ser substituída pela informação sobre a sexualidade. Da tensão criada pelo medo de engravidar, do sexo contido antes do casamento, das dificuldades financeiras.

Essas questões foram levantadas em torno da pergunta “quais as causas da frigidez feminina?”, introduzida por Valse Beker, há sete anos médica psiquiatra do Serviço de Orientação familiar, que falou de uma pesquisa feita em 1971, entre 4000 mulheres de baixa renda familiar, entre as quais 50% eram frígidas, ou seja, não sentiam nenhum prazer na relação sexual. Alguns depoimentos dessas mulheres. “Sou fria porque tenho medo de ficar grávida, meu marido não me faz carinho e não me dá dinheiro”. “Ele não me agrada, só eu que agrado ele só eu evito filho, ele só quer saber de boa vida”.

Entre as mulheres presentes ao Congresso, as ideias eram as mesmas: *É por causa da educação que a gente recebe, tem curso de sexualidade que fala que o homem faz xixi dentro da gente. A gente tem que servir ao marido, ele casa só para ter de graça algumas tarefas, e na cama é a mesma coisa. A gente tem muito sentimento de culpa e de vergonha. Eu tinha vontade mas não conseguia, quando ficava nervosa não adiantava que não conseguia, tinha muita coisa pra fazer, muito com que me preocupar. Acho que a gente tem é*

que falar qual o jeito que a gente prefere: porque ele tem que adivinhar, coitado? A educação diz que sexo é sujeira e pecado, não é coisa de mulher direita. A brasileira não tem direito a desejar um homem nem liberdade nenhuma, daí demorar muito para ter prazer.”

c) A palavra do homem

Folha de São Paulo, 7 de março de 1979

“A estrutura do sistema capitalista também não está do nosso lado. O trabalho noturno e as horas extras nos deixam tão exaustos, no fim do dia, que nem queremos ouvir falar dos problemas da casa. Além disso, quase sempre surgem problemas de ordem sexual. As esposas reclamam, e com razão”.

“Quando casei, pela educação que recebi, era só chegar lá, subir em cima meter bronca e acabou. A própria companheira começou a travar uma intensa luta, dizendo assim também não dá, meu chapa, eu também que entrar nesse processo, aí tive que mudar”.

“Qual de nos conhece a curva de prazer da mulher?” “Precisamos impulsionar ao máximo sua libertação. Tem que ter carinho, dialogar sobre os problemas sexuais. A gente vive dentro de uma sociedade machista e impõe à mulher esse comportamento. Vamos fazer um chamado público contra toda a exploração sexual da mulher, que é objeto de gozo, mercadoria para a TV, o cinema, a publicidade. Vamos chamar todos os jornalistas e artistas para colaborarem nesta campanha.”

“Dentro do sistema capitalista, o que importa é o vigor, a posse e o poder. Para que? Para consumir. A mulher entra apenas como mais um objeto de consumo.”

“Há gente da oposição falando de libertar o proletariado e se esquecendo de libertar em suas relações pessoais: são oprimidos e estão oprimindo também.”

7 – A Violência Contra a Mulher

Mulher, pobre mulher

Qual dentre vos foi a primeira a consentir que o homem egoísta vos lançasse a canga ao pescoço, as algemas às mãos e a péia aos pés?

Eis aki a vossa geração: mães desgraçadas, esposas humilhadas, solteironas martirizadas, meretrizes tripudiadas

(Ercília Nogueira Cobra, *Virgindade inútil*, 1927, p. 54)

Mas estamos aqui hoje para falar desta violência Impune que se volta exclusivamente contra a mulher. Ela é sempre “de alguém”: do pai, do marido ou do patrão. E todos acham natural que ela obedeça e se submeta. Se não o fizer, merece punição. É essa relação de posse do homem sobre a mulher que faz com que o espancamento e o estupro de uma mulher não provoque maior indignação; que sua morte seria justificada porque teria “manchado” o nome do marido. Nós, mulheres, protestamos contra essa situação. Não queremos ser vistas como propriedade, não queremos mais ser vítimas. Queremos o amor sem ódio. E agora, juntas, falemos:

QUEM AMA NÃO MATA!!!

**MULHER NÃO É PROPRIEDADE NEM DO PAI,
NEM DE MARIDO, NEM DE PATRÃO:**

**CONTRA TODAS AS FORMAS DE
DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA À MULHER!**

(Carta Aberta a População, manifestação feminista contra a violência, São Paulo, 3/10/80)

Os preparativos para o 2º Congresso da Mulher Paulista em 1980

A história do 2º Congresso pode ser contada de várias maneiras e, entre os inúmeros episódios que poderiam ser escolhidos para dar início a esta reconstituição histórica, a entrada em cena das lésbicas

organizadas em uma tendência feminista, parece-me o índice mais significativo da diversidade que o movimento de mulheres estava apresentando em São Paulo. As feministas paulistas mantinham contatos solidários, mas muito esporádicos com homossexuais ligados ao jornal *Lampião* e ao grupo *Somos*, mas as relações com as homossexuais só começaram a se aprofundar no episódio do estupro sofrido por Marisa Nunes em novembro de 1979. Ela pertencia ao grupo *Somos* e sua decisão de denunciar o culpado propiciou um movimento conjunto de denúncias contra a violência sexual.

Como nesta ocasião já estavam ocorrendo as reuniões da Coordenação para a preparação do 2º Congresso, o Nós Mulheres convidou as feministas lésbicas para participarem destas discussões. A entrada em cena da Ação Lésbica Feminista provocou um certo rebuliço: estávamos em dezembro, quando a Coordenação ainda podia se reunir em locais pequenos (um mês depois, as reuniões passaram a contar com mais de uma centena de participantes) e se realizavam na sede do Centro da mulher. As cadeiras estavam dispostas em círculo; havia um certo “formalismo-manobrismo” no ar, com duas personagens autoritárias dirigindo a sessão. As feministas lésbicas chegaram em um pequeno grupo – jovens e vestidas com simplicidade - que passaria despercebido se não fosse o processo de identificação obrigatório. Aí, quando se tratou de enunciar o grupo de origem houve um visível espanto: Lesbos o que? Afinal de contas, a última apresentação tinha sido de uma participante do sindicato das químicas...

Ao final da reunião uma das “dirigentes” (que presidira a sessão) veio sondar as representantes do Nós Mulheres: o que achávamos da participação dos Lesbos? Ela acreditava que as mulheres da periferia ficariam contra e, por esta razão, também se opunha. Indignadas respondemos que a participação das lésbicas era para nos uma questão de princípios e que os incomodados que se manifestassem aberta e declaradamente. Marcou-se, então, uma reunião extra (entre os grupos feministas) para a discussão da questão. As lésbicas foram informadas

e acreditando se tratar de um encontro para explicações aparecerem em massa. Frente a candura desta posição as feministas que não viam com simpatia a entrada da Ação Lésbica na Coordenação ficaram na difícil situação de ter de cara-a-cara justificar porque excluí-las da organização do Congresso. Ao final da reunião, portanto, mais uma entidade participava da Coordenação. E, ao que se sabe, sua entrada não provocou a reação negativa das “massas da periferia” às quais as “lideranças” conservadoras sempre atribuem, em óbvio processo de transferência, seus próprios medos e fantasmas.

Superada esta questão, o ponto de divergência mais importante permaneceu sendo o temário. As feministas eram de opinião que o Congresso deveria ter um tema central – a violência – com seus desdobramentos (a violência dentro da família; nas ruas; no local de trabalho), de forma a permitir uma reflexão/discussão mais aprofundada. Os “capitães” e algumas representantes de entidade de periferia estavam em desacordo. A cada reunião, novos grupos e novas propostas iam sendo colocadas e no momento que a Coordenação passou a se reunir na Frente Nacional do Trabalho, com o horário rígido obrigatório (por causa do fechamento do prédio) das 20 às 22 horas, o Congresso passou a ser “administrado”, vale dizer, os expedientes organizativos, do tipo de “levantamento de fundos”, “local”, “ônibus”, “creches”, etc. tornaram-se predominantes e as discussões de caráter político - o que pretendíamos com o Congresso, que propostas levar, etc. – foram soterradas pelas atribuições e cobranças de tarefas.

No entanto, o material mais significativo, do ponto de vista da realidade da organização do Congresso, concerne aos critérios de participação na Coordenação, estabelecidos pela necessidade de se coibir o “inchaço” político representado por pessoas que se afirmavam “representantes do clube de mães de tororó” ou da “oposição sindical da Telesp”.

1. Participam da Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista todas as entidades ou grupos organizados que tenham trabalho com mulheres ou em fase de organização. Entende-se por fase de organização um grupo já constituído, empenhando esforços para a organização das mulheres. Entretanto, seria importante contar com a participação de todas as pessoas interessadas na liberação da mulher em todas as comissões de trabalho.
2. O critério preferencial de decisão é por consenso e, em último caso, votação.
3. Cada entidade terá direito a um voto.
4. As representantes das entidades nas reuniões da Coordenação serão de, no máximo, três pessoas, com direito a voz.
5. As representantes dos Movimentos “Carestia”, “Creches” também seguem os critérios anteriores enquanto movimentos unitários e não por zona. Este critério também se aplica a Frente Nacional do Trabalho, Ação Católica Operária e Associação das Donas de Casa.
6. Não há número de participantes nas comissões de trabalho de infraestrutura, tanto por entidade como individualmente.
7. A participação de entidades na Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista foi fechada no dia 31 de janeiro de 1980. Outras entidades que queriam participar poderão engrossar as comissões de trabalho.
8. Todas as entidades que participam da Coordenação devem, necessariamente, participar das comissões de infraestrutura.

As feministas paulistas sabiam de antemão que o 2º Congresso deveria reunir mais de duas mil mulheres o que explica, inclusive, a escolha de um local grande, como a Universidade Católica. E as expectativas, nas duas semanas anteriores, com reuniões da Coordenação que poderiam chegar a duzentas mulheres, aumentaram ainda mais quando a questão passou também a ser tratada pela imprensa, rádio e televisão. Discussões sobre temas do feminismo foram realizadas nas universidades e um enorme trabalho de coleta

de fundos (shows e festas) também contribuíram para a rápida mobilização em torno do Congresso.

O 2º Congresso da Mulher Paulista

A chegada à rua Monte Alegre, na manhã do dia 8 de março, causava um forte impacto: centenas de pessoas nas ruas próximas; dezenas de militantes das diferentes correntes da esquerda apregoando seus jornais; bancas distribuindo material, vendendo posters e coisas no estilo; ônibus apinhados de mulheres e crianças vindas dos pontos mais longes da cidade e do subúrbio; feministas com braçadeiras identificando seus nomes, grupos e funções; uma enorme fila para as creches (que atenderam mais de 900 crianças) e uma algazarra de dia de festa. Ver mulheres de todas as idades e classes sociais entrando nas salas para participar das primeiras comemorações, que incluíam peças teatrais, apoiadas por homens que se encarregavam das creches e auxiliavam no serviço da infraestrutura, já era uma comprovação da vontade e disposição de discutir a questão feminina. Pois, apesar do lanche e da condução garantida para as mulheres da periferia o desconforto da participação era enorme dada a precariedade de recursos.

A ampla participação – e a importância em termos políticos da reunião estavam garantidas: o 2º Congresso passaria para a história, mas a clara tensão no ar indicava que as razões pelas quais ele ganharia tanta notoriedade talvez não fossem as mesmas que a chegada à Universidade Católica pareciam indicar, naquele matutino sábado. Acontecimentos anteriores explicavam alguns incidentes iniciais, como a agressividade dos representantes da “Hora do Povo” contra as feministas que pediam que não colocassem cartazes pois tínhamos nos comprometido a não permitir propaganda política dentro do recinto do Teatro da Universidade Católica (Tuca), onde se realizavam as assembleias gerais. De fato, as correntes políticas contrárias à

organização específica da mulher – perfeitamente identificados como os partidários da “Hora do Povo” e setores majoritários do dividido Partido Comunista Brasileiro – já tinham manifestado suas intenções de impor pela força uma resolução “feminina” para o encerramento. Em outras palavras, mascarada de diversas maneiras (desde a questão da discussão do temário até o rápido inchaço sofrido pela Coordenação, tomada de assalto por grupos que se diziam representar x ou y trabalhos dos quais ninguém ouvira falar e sem que houvessem condições de apurarmos sua veracidade) as contradições entre feministas e antifeministas estourariam no 2º Congresso quando os confrontos foram diretos.

Neste sentido, é interessante seguir a cobertura realizada pela imprensa, especialmente a alternativa, para detalhamento dos incidentes. Já no dia 28 de fevereiro, por ocasião de uma entrevista coletiva, o clima era tenso o suficiente para que *Em Tempo* (nº 101, 6 a 19 de março de 80) comentasse, sob o título “Nos bastidores a luta pelo poder”, que a “Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista não poderia ter imaginado que a tal entrevista viria “a se transformar num campo de batalha” e que “das cinquenta entidades participantes da Coordenação, pelo menos 20 participaram da querela. O tumulto começou quando a TV Cultura convidou duas mulheres para falar dos objetivos e dificuldades do II Congresso. Todas as entidades queriam falar e aparecer no vídeo. Os jornalistas presentes se perguntavam se a preocupação dos grupos era com o que viesse a ser divulgado pela imprensa, ou com o estrelato que lhes acenaria a aparição num noticiário no vídeo”.

Além do lamentável e grotesco espetáculo de “líderes” acotovelando-se para aparecer na televisão, existiam razões um pouco menos personalistas para o individualismo de cada entidade. Em outras palavras, a unidade da Coordenação estava mais do que comprometida pela divergência de fundo quanto ao caráter do 2º Congresso: feminista e tirando a resolução do estímulo à organização específica das mulheres, ou então antifeminista, negando

tal necessidade - à qual se sobrepunha a vaidade pessoal de mulheres ansiosas pelo reconhecimento público que aparentemente lhes garantia aparecer na T. V. Neste sentido, é precisa a análise de Olga Nascimento e Maria Tereza Verardo no *Em Tempo* (nº 101):

De todo modo ficou claro que as divergências entre os diversos grupos eram muitas e se baseavam principalmente na definição: o Congresso será feminista ou feminino. Se feminista, a preocupação maior e a discussão dos problemas específicos da mulher, não importando sua classe nem sua área de atuação. Neste caso, as lutas gerais são importantes e devem ser incentivadas enquanto possibilidade de organização das mulheres, mas sem que sua militância, nestas lutas, as faça esquecer de sua condição de mulher, conseqüentemente oprimidas duas vezes: enquanto mulheres e enquanto classe. Se feminino, a preocupação central é discutir a importância das lutas gerais (água, esgoto, luz, creche, etc.) e a participação da mulher nessas lutas. A especificidade da luta feminina não é importante diante da luta de toda a sociedade.

As divergências, na verdade, alcançavam níveis ainda mais profundos pois tratava-se, também, da direção do movimento de mulheres. Todas as tendências políticas tinham interesse na manutenção da Coordenação, desde que a linha de atuação fosse a sua. O que explica que militantes da Hora do Povo, através de algumas entidades (reais ou fantasmas) que dominavam, estivessem super representados na Coordenação – órgão unitário e autônomo do movimento de mulheres – para tentar impor uma linha política antifeminista, vale dizer: as mulheres devem se organizar mas exclusivamente nos organismos mistos, como os partidos e sindicatos. Se esta era a posição da Hora do Povo, outras correntes, também lutando pelo poder dentro da Coordenação, defendiam a autonomia do movimento de mulheres. E esta acirrada disputa – que chegou a lances de violência física – demonstra a dificuldade da esquerda, ao menos de ponderável setor da esquerda brasileira, em respeitar o espaço político do movimento de massas, ao mesmo tempo que

indica a importância assumida pelo movimento de mulheres do ponto de vista das tendências políticas organizadas.

A importância concedida por todas as tendências políticas organizadas – dentro do amplo espectro na esquerda – também pode ser avaliada pela ampla distribuição de material e seu conteúdo diferenciado. Assim, enquanto “Mulheres Militantes do PT” assinavam um documento que apoiava 2º Congresso, afirmando, ademais, que “o movimento de mulheres como um todo não deve se filiar a nenhum partido mas ser um movimento independente e unitário para todos aqueles que se disponham a levar, suas bandeiras de luta” a Unidade Sindical, dentro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, justificava sua adesão ao Congresso nos seguintes termos:

No Brasil de hoje, a mulher ocupa um lugar cada vez mais destacado na vida econômica e organiza-se em entidades de bairro, começa a construir departamentos femininos nos sindicatos, participa dos movimentos culturais e políticos afirmando sua condição de ativa participante na transformação da sociedade. Hoje, mais do que em qualquer época anterior, fica claro que sem a participação das mulheres não se conquistará uma sociedade mais justa e humana.

A diferença é visível para quem já se acostumou a ler nas entrelinhas: para a Unidade Sindical a “ativa participação” da mulher deve se resumir a reforçar os homens, e sua perspectiva, na luta política e sindical. É como se o espaço de atuação da mulher já existisse aquele que o homem domina. Nega-se, então, a perspectiva feminina que distingue suas reivindicações das dos homens. As mulheres, em geral queixam-se do desrespeito masculino, que vai das passadas de mão à cantada declarada, nos locais de trabalho: eis um pequeno exemplo da contradição de perspectivas. Quando não existe contradição temos diferenciação: as mulheres ganham menos do que os homens pelas mesmas tarefas mais tal fato é encoberto por uma série de estratégias que elas, enquanto principais interessadas estão denunciando. É claro que seus companheiros

de trabalho as apoiam genericamente falando. Mas, na prática, no entanto, as pequenas conquistas femininas foram fruto de sua luta específica.

Todas estas questões estavam no ar, nos momentos da inscrição para a participação no 2º Congresso. As quatro mil mulheres poderiam, em princípio, optar por um dos temas das discussões – a discriminação da mulher: 1) enquanto mulher; 2) enquanto mãe; 3) enquanto dona-de-casa; 4) enquanto trabalhadora. As “lideranças” preocupadas em demonstrar a maior relevância dos seu tema tentaram impor sua escolha para as “lideradas”. Neste sentido, as mulheres que tinham sido convidadas (ou participavam) através dos clubes de mães eram conduzidas a optar pelo tema “enquanto mãe”; as operárias deveriam permanecer discutindo o tema 4) e assim por diante. Tal prática, na verdade, não só era autoritária e impositiva como também contraproducente. As mulheres que lá compareceram, afinal, tinham sido convocadas por um documento que perguntava: Quantas mulheres você é? Uma mulher que trabalha fora... Outra que cuida de casa... Uma mulher que é mãe... Outra que é esposa. Uma que se conforma... Outra que se revolta... Vamos juntar os pedaços, mulher? Ou seja, quando a proposta era juntar os pedaços não fazia sentido dividir as mulheres entre “profissões” e temas.

Na verdade, tal procedimento terminou sendo desmascarado pelas mulheres “lideradas” que diziam: “vou mudar de grupo, discutir sobre mãe já estou cansada, quero e falar da relação homem-mulher”. E, no final das contas, tal como tinha sido previsto pelas feministas, “a discriminação da mulher enquanto mulher”, incluindo questões sobre educação sexual, sexualidade, violência sexual e outros no gênero constituiu o tema de maior interesse e participação.

Assim, a enorme disposição em participar efetivamente de seu congresso levou com que as mulheres repudiassem as pretensões hegemônicas de representantes do jornal “Hora do Povo” e congêneres que, diga-se de passagem, haviam tomado a força

crachás de coordenadoras de grupo, cujo poder era grande por serem as responsáveis pela transmissão das resoluções chegadas. O fato das coordenadoras terem sido escolhidas de antemão, na base de um rateio entre as entidades organizadoras do 2º Congresso, já era um antecedente antidemocrático pois elas, legitimamente, deveriam ser da escolha de cada subgrupo, como acontecera no 1º Congresso. Ora, o roubo de crachás e as duplicatas de coordenadoras (causando cenas ridículas) terminaram por desmoralizar ainda mais a atuação da tendência antifeminista. Mas, no dia seguinte, em que as discussões se dariam em torno das questões mais polêmicas, ou seja, em torno do caráter do movimento de mulheres, a violência terminou imperando, com cenas de pugilato entre as diversas tendências em pugna no plenário (principalmente a que opunha membro da Convergência Socialista a outros do Movimento Revolucionário MR8, dada a atuação deste último no movimento sindical). Sob o título de “Começa a Pancadaria”, o jornal *Movimento* (nº 246, 17 a 23/3/80) assim descreve os incidentes:

As propostas e reivindicações desses grupos de discussão reunidas em quatro relatórios finais sobre cada um dos temas, foram lidas no domingo pela manhã, quando começou o tumulto. Nair, uma participante, subiu ao palco e pediu a palavra, em nome do grupo D, que discutia a questão da mulher como trabalhadora assalariada. Uma outra questionou sua legitimidade como coordenadora e as vaias começaram. Aos gritos de “fura greve” e “pelega” dirigidos para Nair (segundo suas conhecidas, já foi de oposição mas hoje e ligada à atual diretoria pelega do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) começaram os tapas e empurrões nas primeiras filas, envolvendo muita gente.

Um grupo de mulheres tentou separar mas acabou, apanhando. Um outro grupo formou barreira de segurança para impedir que mais gente brigasse, mas foi furado por cotoveladas nos seios, dadas por valentes rapazes, identificados como pertencentes ao grupo minoritário e antifeminista do PMDB, embora, contraditoriamente, seja esse o único partido que possui um departamento feminino, devidamente inscrito no congresso.

Algumas feministas, olhando de cima do palco do TUCA o pandemônio em que se transformara a assembleia geral do 2º Congresso, não tiveram outra reação senão chorar. Em seguida, convocaram uma reunião de urgência, decididas a abandonar o segundo Congresso, declarando em alto e bom som as razões de sua decisão. Nós Mulheres, Brasil Mulher, Associação de Mulheres, Grupo 8 de Março, Centro da Mulher, Pró Mulher, Frente de Mulheres Feministas, Ação Lésbico Feminista, Associação das Donas-de-Casa, feministas de Campinas foram os grupos que se reuniram para discutir esta proposta. Terminou vencendo a resolução de se escrever um documento, a ser lido no encerramento, em que se avaliava o comportamento da tendência antifeminista.

Os fatos vieram a demonstrar que esta atitude foi a mais criteriosa: assumindo sua identidade enquanto feministas estes grupos demonstraram contar com o apoio da esmagadora maioria do Congresso. E se este, no seu final, encerrou-se em meio a brigas, sendo impossível votar qualquer resolução, o documento assinado pelas feministas e endossado por quase todas as entidades pertencentes a Coordenação foi o claro aviso de que estava terminado o período da unidade a qualquer preço.

Desdobramentos do 2º Congresso: O encontro em Valinhos

Uns acentuam o significado positivo de um congresso dessa amplitude. Dizem que a unidade é fundamental para derrubar as forças inimigas. Parece haver um otimismo atávico nos militantes. Algo com que se nutrem. Tudo bem, mas o que ficou provado nesse congresso é que essa unidade pode ser facilmente desfeita, porque ainda não tem bases muito sólidas. Claro, e fantástico poder reunir tanta mulher para falarmos de nós mesmas. Mas será que foi isso mesmo que aconteceu? A interferência de grupos externos (organizações e partidos políticos) foi a causa de todo o tumulto. É quase impossível convencer os militantes desses grupos da imperiosa necessidade de autonomia do movimento de mulheres. Eles estarão

sempre ali, obstinados, tentando conquistar espaço, falando fora de hora. Quanto mais crescer o movimento de mulheres, mais correrá o risco de infiltrações. O jeito é nos defendermos. Isso significa conter a invasão, impedi-la. O único meio é que haja uma força vinda do próprio movimento de mulheres que, pela sua abrangência e atualidade, se sobreponha às outras. Mas esse movimento parece mais preocupado com a unidade – formal – do que com o conteúdo em torno do qual se unem as mulheres (Cynthia Sarti; *Lampião* n. 23).

As feministas reuniram-se, dias depois, para fazer o balanço do II Congresso e discutir perspectivas de atuação frente aos acontecimentos. Cerca de cinquenta mulheres, dos grupos já citados, fizeram a crítica mais ou menos radical da atuação daquelas forças políticas e dispuseram-se a dar continuidade as reuniões mistas com o intuito de fortalecer a unidade entre grupos feministas. Ao mesmo tempo, marcaram para junho um encontro de feministas, que deveria ser realizado dentro da maior discrição, no sentido de evitar a repetição dos problemas vividos no 2º Congresso.

Para as 120 mulheres que, durante todo um fim-de-semana, de junho, estiveram discutindo, falando de si mesmas, comendo, dormindo, cantando e dançando juntas o Encontro de Valinhos será sempre uma lembrança inesquecível. Num convento, com freiras do velho estilo do hábito, momentos de verdade e liberdade foram vividos. Foi este encontro, diga-se de passagem, que criou um base positiva para o trabalho unitário à seguir. Pois as tais reuniões mistas para discussão só estavam servindo de palco para acerto de conta e reprodução de sectarismo entre as próprias feministas. Era necessário um outro espaço - este, dos pequenos grupos de reflexão, - para que a solidariedade se fizesse a partir de laços mais sólidos.

A discussão do temário sobre os principais impasses e saídas para o movimento feminista permitiu que se estabelecesse um acordo geral quanto a importância de traçarmos alguns objetivos concretos para o trabalho conjunto. Houve o reconhecimento geral da fragilidade dos grupos e da necessidade de somarem-se esforços em

torno do planejamento familiar, da luta por uma imprensa feminista e da criação de um órgão de defesa da mulher vítima de violência sexual. Assim, nasceu o SOS MULHER que inauguraria uma nova concepção de trabalho feminista, ao diluir a hierarquia dos grupos em plantões compostos por voluntárias das mais diversas origens sociais e políticas.

Enquanto isto, a Coordenação continuava a se reunir, tendo decidido pela expulsão das entidades responsáveis pelos incidentes do 2º Congresso, “Foi aprovado ainda a elaboração de uma carta para ser enviada a Comissão Pró Departamento Feminino do PMPB, Diretório do PMDB de Vila São José, Diretório do PMDB do Barro Branco, Departamento Feminino do DCE-livre da USP e Comissão Pró Departamento feminino do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comunicando a expulsão de suas representantes na Coordenação do Congresso da Mulher Paulista, devendo as entidades Indicarem suas substitutas” (*Movimento* n° 246).

A crise detonada pelos incidentes do II Congresso não se limitou, evidentemente, à expulsão de algumas mulheres e à lua-de-mel de Valinhos. Acostumadas a fortalecer e prestar apoio decidido a todas as iniciativas da esquerda as feministas, no momento que definiam seus objetivos prioritários, viram-se sozinhas no esforço de sua concretização. Verdade é que contavam com o apoio de mulheres saídas do movimento de massa, como a Associação das Donas-de-Casa, algumas operárias e clubes de mães. Ao mesmo tempo, o crescimento do feminismo como força política abrangia outras mulheres, setores sociais e espaços de atuação além dos criados na fase pioneira, de metade da década dos 70.

A amplitude tomada pela questão feminina, legitimando e dando respeitabilidade ao tema mulher, enquanto objeto de estudo e sujeito de ação, tornou mais fácil as adesões: de repente tornou-se moda o “assumir seu lado feminino”, entre homens de vanguarda principalmente, e declarar-se feministas para mulheres até então afastadas de quaisquer lutas pela igualdade de direitos.

Os meios de comunicação de massa absorveram rapidamente as mudanças sociais, criando programas na televisão, rádio e imprensa. As revistas femininas também sofreram o impacto da atuação feminista, passando a introduzir novos temas e abordagens, sobre o sexo, o aborto e outros itens até então proscritos. Novos grupos se criaram; mais pessoas passaram a se sensibilizar com a questão e, ao menos do ponto de vista extensivo, o feminismo tornou-se assunto corrente entre pessoas familiarizadas com os temas da atualidade. Os partidos políticos em rearticulação, à exclusão do partido do governo, introduziram em seus programas alguma referência a esta questão; alguns organizando no seu interior diretórios femininos ou comissões de mulheres. Os encontros dos intelectuais acadêmicos do país, das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – aos encontros anuais da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais demonstraram que não existe ciência social neutra e que o questionamento dos valores dominantes supõe a crítica de todas as formas de manifestação da hierarquia baseada na opressão de um setor classe, sexo ou raça.

Em síntese, o 2º Congresso tornou-se principalmente o marco de passagem do feminismo dos pequenos grupos, do período 1975/80 para o feminismo como movimento social mais amplo a partir de 1980. O crescimento rápido provocou problemas novos pois o discurso e prática dos oprimidos tem de se diferenciar do discurso e da prática dos opressores. As mulheres não se organizaram, em seus primeiros grupos, somente para descobrir e denunciar sua opressão: elas têm um programa, que envolve a proposta de novas relações entre homens e mulheres, no quadro de uma sociedade em que não exista a propriedade privada dos meios de produção. E o feminismo avançou na própria medida em que foi capaz de transformar nossa concepção de mundo ao mesmo tempo em que nos ensinava a conviver diferentemente com outras mulheres; a fazer política de maneira nova; a entender as diversas ramificações da luta pelo poder e, de maneira geral, a combater o

autoritarismo. Este foi um processo lento que justamente impede otimismo exagerados frente à novas adesões e ao próprio interesse que as forças políticas agora demonstram em relação ao movimento de mulheres. Ao mesmo tempo, só “caindo na vida” o feminismo poderia amadurecer e frutificar, escapando à sina de reduzir-se simplesmente em mais uma seita.

8 – Cronologia dos congressos e encontros dos movimentos de mulher

Situando os fatos em seus contextos

O Ano Internacional da Mulher de 1975 facilitou não somente a criação de grupos e agremiações, como também favoreceu o encontro daqueles grupos de mulheres que viviam na periferia, especialmente sob a proteção (e interferências) da Igreja Católica com os nascentes grupos de mulheres das classes médias e intelectuais. O grupo Nós Mulheres formou-se a partir deste espaço aberto com o compromisso oficial da ditadura militar em respeitar uma comemoração da ONU. O primeiro número do jornal foi fruto de intensas discussões e serviu como suporte para a institucionalização do grupo com o fim de obter financiamento internacional para nossos projetos de “conscientização da mulher”.

Dada a repressão explícita e o terrorismo utilizado contra os oponentes, era preciso muita coragem e determinação para seguir em diante. Eu mesma, quando colaborava como jornalista do Movimento, fui vítima de cartas de ameaça da AAB (Associação Anticomunista Brasileira) endereçada à economista Maria Moraes, na redação do jornal. Razão pela qual durante algum tempo não assinei com meu nome matérias na imprensa alternativa.

Mas o processo de reorganização da esquerda e da oposição democrática em geral crescia inexoravelmente : em 1977, a PUC SP sediou dois importantes encontros, não obstante a repressão militar e em 1978 foi possível organizar o primeiro congresso dos grupos femininos e feministas.

Nadir Gouvea Kfourri e a PUC-SP como espaço de liberdade: 1977



Arquivo Pessoal

Nadir Kfourri, reitora da PUC. Foto histórica do acervo familiar. Nadir Kfourri, minha tia, foi escolhida pelo então cardeal Paulo Arns, um paladino dos direitos humanos, para ser a primeira

reitora da PUC, em 1976. É um momento solene e atrás, de cabeça inclinada, está sua irmã Lygia. Nadir transformou a PUC no espaço universitário de vanguarda, aberto para as reuniões de intelectuais e de estudantes, ao mesmo tempo que conseguiu democratizar as rígidas estruturas de uma universidade católica. Feminista sem alardes, ela criou imediatamente uma creche para as crianças das funcionárias e estudantes da PUC. Democratizou os órgão de poder da instituição e conseguiu instaurar eleições para o cargo de reitor, com a participação de professores, funcionários e estudantes. Foi eleita por quase 8 mil votos em 1980.

Na sua gestão a PUC acolheu docentes demitidos das universidades públicas como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Maurício Tragtenberg (Ciências Sociais), Paulo Freire (Educação), José Arthur Gianotti e Bento Prado Jr. (Filosofia) e Paul Singer (Economia).

Reunião da SBPC na PUC

Também na sua gestão a PUC abriu suas salas, de 6 e 13 de julho de 1977, para a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que tinha sido proibida pela ditadura e que nenhuma universidade pública aceitou sediar. A sociedade (inclusive a não acadêmica) se mobilizou para que o evento ocorresse, opondo-se à atitude da ditadura.

Foi nessa reunião da SBPC que as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas organizaram debates sobre o tema da mulher.



Jornal da PUC

A reorganização do movimento estudantil



Jornal da PUC

No dia 22 de setembro de 1977, por volta das 21h, alunos faziam um ato público na porta do Tuca para celebrar a realização do 3º Encontro Nacional de Estudantes, proibido pela ditadura. Este encontro fazia parte do processo de reorganização do movimento estudantil e da União Nacional dos Estudantes (UNE), colocados na clandestinidade. “Naquela hora, tropas da Polícia Militar – chefiadas pessoalmente pelo coronel Erasmo Dias, então secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo – chegaram ao local. Os policiais atiraram bombas sobre os manifestantes e entraram no campus, prendendo membros da comunidade. Na operação dentro da PUC-SP, foram utilizadas bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral. Além da violência inerente ao ato, inúmeros danos materiais foram causados à Instituição.”

Avisada da invasão, Nadir Kfoury foi imediatamente para a PUC. Quando chegou, o general Erasmo Dias estendeu a mão para cumprimentá-la. Minha tia, indignada, virou-lhe as costas ao mesmo tempo em que dizia “Não dou a mão a assassinos.” Cerca de 900 estudantes foram presos, 25 estudantes estavam feridos, três com fortes queimaduras.

A luta pela anistia

O Movimento Feminino pela Anistia, criado em 1976, foi um primeiro e fundamental passo na organização da luta pela revogação das leis de exceção, retorno dos exilados e liberdade para os presos políticos. Em fevereiro de 1978 foi formado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia que congregou esforços de diversas entidades e personalidades contra o regime de exceção. Na luta pelos direitos humanos, a ênfase dada foi à luta pela anistia, à luta contra as perseguições políticas, as prisões e as torturas. O Comitê lutou

pela extinção das leis repressivas, como a Lei de Segurança Nacional, e pelo dismantelamento dos órgãos e aparelhos de repressão, como o DOPS e a polícia política.

Os grupos Nós Mulheres e Brasil Mulher (que tinha sido nos seus primeiros números um jornal do Movimento Feminino pela Anistia) apoiaram e divulgaram a bandeira da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita



A comemoração do 8 de março de 1978:

O primeiro ato público de comemoração do Ano Internacional da Mulher, em São Paulo, foi realizado na Câmara Municipal, no dia 08 de março de 1978. O convite era realizado em nome dos “grupos femininos de São Paulo” e assinado pela “Comissão” (representantes dos grupos femininos e feministas responsáveis pela organização). Afinal, a ditadura ainda exercia seus poderes arbitrários, os sequestros de militantes continuava transformando cada ato público num momento de risco.

**convite**

**os grupos femininos de são paulo
convidam para o ato de
comemoração do
dia internacional da mulher,
8 de março de 1978, às 20 horas,
na camara municipal de são paulo
viaduto jacarei - centro
a comissão**

As eleições de 1978 para a Câmara e o Congresso

As eleições de 1978, não obstante todas as restrições impostas pela ditadura militar, propiciaram muitos encontros e discussões entre aquelas e aqueles que tinham como bandeira comum o

retorno das “liberdades democráticas”. O grupo Nós Mulheres era intransigente com respeito à autonomia do movimento de mulheres. Nesse sentido, defendia a participação partidária mas não se filiava a nenhuma corrente. Já nas eleições de 1974, que o MDB teve expressiva votação, as correntes de esquerda decidiram participar das eleições com a bandeira do “voto programa”. Quando voltei ao Brasil, no ano seguinte, já conhecia o deputado federal Airton Soares, eleito pelo “voto programa” que aceitou defender o programa das feministas (exceto a descriminalização do aborto). Sua propaganda tem a bela foto da greve vitoriosa das trabalhadoras do setor de vestuário (no caso, De Millus) contra as revistas físicas a que eram submetidas sob alegação de que poderiam estar levando escondido um sutiã.

Contra a opinião de muitas feministas, os clandestinos partidos comunistas atacavam quaisquer programas de prevenção da gravidez, com o argumento de que “estão querendo acabar com os pobres”. Assim, o fim de um desses programas acabou sendo introduzido entre nossas reivindicações. Só posso concluir que não é fácil o trabalho em frente e que talvez as feministas tenham cedido de mais, em nome das alianças com outros grupos organizados de mulheres.

Pela maior participação da mulher na vida política e social

Airton Soares
Deputado Federal MDB 336
Marco Aurélio Ribeiro
Deputado Estadual MDB 1517



O Primeiro Congresso da Mulher Paulista, de março de 1979

O movimento de mulheres, e principalmente os movimentos feministas consolidaram sua presença na vida política do país, especialmente em São Paulo. A decisão da ONU de transformar 1975/85 na Década da Mulher colaborou para o fortalecimento também do feminismo na academia. Em 1978 a Fundação Ford financiou o primeiro concurso de pesquisa sobre a mulheres, fortalecendo as pesquisadoras da área. o movimento de mulheres tinha crescido tanto que tivemos de nos reunir no Teatro Ruth Escobar, sede desse e de outros importantes debates e encontros da oposição à ditadura. Esse foi, na verdade, o Primeiro Congresso da Mulher Paulista, que terminou com uma proposta unitária de 3 prioridades de luta: 1. Lutar pelo princípio de igual salario para igual trabalho, dadas as diferenças salariais entre homens e mulheres; 2. Exigir um plano nacional de saúde da mulher e 3. Lutar pelas creches. O manifesto pelas creches conta com centenas de assinaturas de grupos de mulheres da periferia, dos sindicatos, das jornalistas, etc.

Foto *Movimento*

MOVIMENTO DE LUTA PELA CRECHE

Estamos aqui, no dia Internacional do Trabalho, como mulheres trabalhadoras. Trabalhadoras um pouco diferentes dos outros, e queremos explicar porque.

Somos diferentes, em primeiro lugar, porque não nos reconhecem como trabalhadoras, quando trabalhamos em casa 24 horas por dia para criar condições para todos descansarem e trabalharem. Não reconhecem, mas o nosso trabalho dá mais lucro que vai direto para o bolso do patrão.

Somos diferentes porque quando trabalhamos também fora, acumulamos os dois serviços - em casa e na fábrica. E sempre nos pagam menos pelo trabalho que fazemos. Trabalhamos mais e ganhamos menos.

Mas estamos aqui não para nos lamentar. Estamos aqui para dizer que viemos como mulheres se organizando para lutar pelos nossos direitos - direitos estes que interessam a todos os trabalhadores.

Nós, mulheres, começamos a lutar por nossos direitos a muito tempo - desde 1879, quando, no dia 8 de março 129 operárias textéis americanas morreram queimadas na fábrica por lutar pela redução da jornada de trabalho e por equiparação salarial.

Neste ano de 1979 comemoramos a data fazendo o 19 Congresso da Mulher Paulista. Nele, levantamos nossas principais reivindicações. E viemos aqui para colocá-las a vocês.

A nossa primeira reivindicação é por CRECHE. A mulher é que mais sente o problema. Isto todo mundo vê. Se bem que os filhos, como não são só filhos da mãe, interessam a toda a sociedade. A sociedade é que deve criar condições para que estes trabalhadores de amanhã possam se desenvolver em boas condições de saúde e de formação.

Por isto, começamos o MOVIMENTO DA LUTA PELA CRECHE, para a qual convidamos todos vocês a lutarem

Precisamos lutar pelas creches em nossos sindicatos, em todos os bairros, juntos e fortes. Porque é um direito nosso que ninguém pode nos tirar.

Queremos creches por período integral, inteiramente, financiadas pelo Estado e pelas empresas, perto dos locais de trabalho e de moradia, com nossa participação na orientação dada às crianças e com boas condições para o seu desenvolvimento - não aceitamos depósito de crianças.

Mas nossa luta não para aí. A mulher que trabalha fora sabe que é a primeira a ser despedida quando a situação aperta e é sempre readmitida com salário mais baixo.

Isto rebaixa o salário de todos os trabalhadores. Por isto devemos nos unir todos e lutar em nossas entidades de classe por um SALÁRIO IGUAL PARA TRABALHO IGUAL, e , que seja um salário decente e não de fome.

Queremos também que todos tenham iguais oportunidades de formação profissional e de emprego. E de boas condições de trabalho.

Iste vai muito mais no sentido de uma jornada de trabalho mais curta para todos, para que tenha emprego para todo mundo. E durante o dia, que a noite foi feita para homens e mulheres dormir.

Estamos aqui para dar o nosso apoio concreto a esta manifestação de 19 de Maio.

Anistia, comemorações e as festas do Nós Mulheres

O grupo Nós Mulheres era conhecido por suas festas de arromba. Arrecadar fundos mas também divertir-se muito. No ano de 1979 a comemoração foi sensacional. Alegria pelo retorno dos e das exiladas assim como pela libertação dos ainda numerosos presos e presas políticas. Aquele verão ganhou o apodo de verão da abertura. Muita gente participou da organização e da divulgação. Resolvemos fazer uma festa-quermesse no sentido de que começaria no final da tarde e não tinha hora para acabar.

O GRUPO "NÓS MULHERES" CONVIDA A TODOS E A TODAS
PARA SUA GRANDE FESTA NO "GALPÃO"
DIA 28 DE OUTUBRO A PARTIR DAS 19 HORAS.
RUA PRINCESA IZABEL, 379
BROOKLYN



TESÃO, TESÃO, TESÃO
ABAIXO A REPRRESSÃO!



Arquivo Pessoal

O local era perfeito, permitindo múltiplas atividades. O epicentro era o espaço para dança com a luz estetoscópica. Henfil desenhou um logo para a festa: A Graúna proclamando: Tesão, tesão, tesão. Abaixo a repressão. Espaço amplo que permitiu exibição de filmes, uma peça com Maria Alice Vergueiro, muitas música, muita dança. A foto abaixo foi tirada na manhã da festa e reuniu grande parte do grupo paulista mais feministas vindas do Rio de Janeiro.

O Segundo Congresso: 8 de março de 1980

O TUCA Teatro da Universidade Católica foi cedido pela reitora Nadir Kfourri para abrigar os dois dias do Segundo Congresso. Por um lado, o Congresso foi um sucesso em termos de adesão de mulheres e de cobertura jornalística. Por outro lado, não se pode dizer

que terminou bem, dadas as cenas de violência que se verificaram na plenária final, no TUCA. Frente ao crescente prestígio do movimento de mulheres, grupúsculos que atuavam dentro do MDB (o partido de oposição criado pela ditadura, enquanto que a ARENA era o partido da ditadura), como o auto intitulado MR-8, infiltraram-se no congresso para impor seus pontos de vista estreitos. O congresso foi alvo de ampla cobertura jornalística, sendo que o artigo mais completo foi escrito por Maria Carneiro da Cunha e publicado no *Folha de São Paulo*, em março de 1980. Naquele então o Nós Mulheres já se dividira em dois grupos. O primeiro, que manteve o jornal e o nome, em que militei e um segundo que adotou o nome de Associação de Mulheres e que se propunha principalmente a fazer um trabalho mais relacionado às mulheres da periferia.

A revista *Veja* também dedicou uma edição à questão do feminismo, em 24 de setembro de 1980, e a página que selecionei fala do ex-feminismo de Marília Gabriela e do meu otimismo feminista.



Foto *Movimento*



A ex-feminista Marília Gabriela: "Hoje me sinto igual às outras"

homens, se eles contribuírem. "Nunca me canso de lembrar que à mulher mutilada corresponde necessariamente um homem mutilado."

A apresentadora da Globo Marília Gabriela, 32 anos, responsável pelo programa matinal "TV Mulher", tem a obrigação profissional de captar as vibrações mentais da brasileira para fazer um bom programa todos os dias. Além do know-how de jornalista, Marília Gabriela — dois casamentos, um filho em cada um — viveu pessoalmente alguns dos problemas que suas telespectadoras abordam nas 400 cartas diárias enviadas ao programa. Foi feminista e largou esse estado. "Hoje, eu me sinto mais igual às mulheres, já não me destaco tanto do todo."

ESTUDAR PARA CONHECER — O programa "TV Mulher", no entanto, padece de alguma confusão na área do feminino. Reunindo o audacioso e paternal costureiro Clodovil, professoras de ginástica e aulas práticas de preparação de comida, o programa é influenciado pela salada de conceitos que persegue as mulheres. Ao lado de programação tão conservadora, oferece aulas de educação sexual onde a vontade de quebrar tabus muitas vezes atropela a eficácia dos ensinamentos. Mas, no fim das contas, "TV Mulher" é em si mesmo uma prova de que existe uma mulher especial a quem se deve dirigir mensagens específicas. Com esse programa, a televisão tenta descobrir a mulher.

A mulher brasileira começa a ser descoberta sobretudo porque começa a ser estudada. Empresas produtoras de bens de consumo para as quais ela é uma rainha procuram escapar, sem saber, de generalizações pouco inteligentes como as

que se fizeram no Palácio do Planalto diante dos resultados das eleições de 1974 em São Paulo. Acreditou-se no governo que o emedebista Orestes Quêrcia, alto, atlético e com rosto de galã de western-spaghetti, derrotara o sombrio professor Carvalho Pinto, da Arena, porque parecia bonito. Tolice. Foi necessário um ano para que uma equipe de pesquisadores liderada pelo professor Bolívar Lamounier ensinasse ao país que havia uma correlação direta entre o aumento da força feminina no mercado de trabalho e o aumento dos votos dados à oposição. A mulher das camadas mais baixas da população, que hoje prefere



A feminista Maria: "muito otimista"

um lugar numa fábrica ao fogão de uma patroa que não lhe dá seguro-saúde nem plenos direitos trabalhistas, votou na oposição exatamente pelo motivo oposto ao que o Planalto supunha: votou num candidato com silhueta de artista porque ele combatia um regime que ela, saindo da copa, entendera melhor.

"TRABALHAR PRIMEIRO" — Se alguém se desse ao trabalho de ler programas de partidos, veria que o do PMDB está atento para o fato óbvio de que, no ar, há algo além dos aviões de carreira. Lá está escrito: "O PMDB (...) sustenta as reivindicações das mulheres na divisão do trabalho doméstico". Maria Moraes, feminista pioneira e socióloga da Fundação Carlos Chagas, apresenta essa citação programática como prova de avanço. Uma prova microscópica. Afinal, o PMDB, na composição de suas direções em todo o país, é, como o PDS, um verdadeiro Clube do Bolinha. No entanto, Maria Moraes acredita que até mesmo declarações programáticas são um avanço. "Há cinco anos apenas qualquer reivindicação de melhoria na condição feminina era considerada heresia. Não há como ser pessimista. Há futuro para a mulher."

Espremeida entre uma educação antiquada e os ventos de um feminismo que ainda não entende e mal pratica, a mulher casada brasileira mostra que rompeu um ciclo. Foi educada por sua mãe de forma muito semelhante àquela que já ensinara à avó, no entanto dá à filha conselhos que construirão gerações de mulheres diferentes. Talvez a McCann e toda a bateria de sociólogos das universidades brasileiras estejam diante da última geração de donas-de-casa nas grandes cidades do país e, sobretudo, no Rio e em São Paulo. As velhas expressões "prendas do lar" e "doméstica" já começam a cair em desuso. Elas educam as filhas para serem mulheres, preferencialmente casadas, mas ambiciosamente independentes. "Minha mãe era uma carga do que queriam que ela fosse", diz uma das entrevistadas, enquanto outra acrescenta: "Minha filha tem que estudar para trabalhar. Trabalhar primeiro, acima de tudo". Assim, se algum dia alguém "achar bonito não ter o que comer", como fazia Amélia do samba, elas preferirão que esse estranho costume fique para os homens.

Feminismo

Congresso da mulher,
tumulto até positivo

MARIA CARNEIRO DA CUNHA

Reuniu-se na última quinta-feira, no Instituto de Arquitetos do Brasil, a coordenadoria do 2.º Congresso da Mulher Paulista, com a finalidade de realizar uma avaliação desse encontro, que se desenvolveu em meio a um clima muito poético, mas que alguns consideraram positivo.

Ficou decidido que será redigido um documento contendo as bandeiras principais do congresso, fundamentado nos relatórios de todos os grupos de discussão. Esse documento será enviado a todas as 54 entidades participantes, junto com outro em que serão explicados às bases os motivos do violento tumulto do final.

Fazem parte da comissão de redação, entre outros, Eneida Soler, da Frente Nacional do Trabalho; Rita de Lucca, da Associação de Mulheres; Rachel Moreno, do Movimento de Luta por Creches; Marise Egger do Centro da Mulher Brasileira; Ethel Leon, do grupo de mulheres do jornal "O Companheiro"; e Eteni O.P. Machado e Creivocin Silva do Sindicato dos Médicos.

Uma comissão de três pessoas escolhidas entre membros de entidades que fazem parte do Comitê Brasileiro pela Anistia, se encarregará de entregar a carta de apoio a Flávia Schilling no Consulado do Uruguai.

Politicamente, a decisão mais importante foi a exclusão da coordenadoria das representantes de diversas entidades: Departamento Feminino do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comissões de mulheres das Sociedades de Amigos de Bairro de São José e do Barro Branco, parte do DCE da USP e elementos do Departamento Feminino do PMDB. Houve um consenso geral de que foi nessas entidades que se concentraram os elementos que procuraram tumultuar o andamento do Congresso e seu afastamento foi considerado absolutamente necessário. Mas trata-se do afastamento de pessoas e não das entidades, que podem estudar o envio de outras representantes. Dentro do PMDB, as próprias integrantes da comissão executiva

pareceram maciçamente, infiltrando-se em diversas entidades, que sempre tentaram dominar." Para ela, eles têm uma visão política estreita e até retrógrada, pois afirmam taxativamente que não existe questão específica da mulher. "Ora, isso é ridículo, quando se sabe que em determinadas categorias de trabalhadoras, como as metalúrgicas, as mulheres chegam a ganhar 73% a menos que os homens nas mesmas funções", como lembra Maria Moraes. "O que eles conseguiram foi deixar claro, para muitas, a necessidade de um movimento independente de mulheres."

Para a representante do "Nós Mulheres", os pontos mais positivos foram o fortalecimento das tendências feministas dentro do movimento de mulheres e a demonstração da capacidade de mobilização da mulher.

Maria Lúcia Eluf, da Pró-Mulher, outra entidade feminista, é de opinião que o temário do Congresso era muito bom e se não foi totalmente preenchido, "isso se deveu a uma disputa de poder e às manipulações de certas correntes políticas no sentido de impor determinadas posições. "A proposta inicial de unir grupos feministas e não feministas numa luta comum em prol de uma ação política mais concreta a favor da mulher, se perdeu por causa da divisão entre facções político-partidárias e por falta de uma linha mestra que conduzisse e controlasse as ações acima dessas facções e em torno de uma proposta mínima". Mas ela não é pessimista. "Acho que o saldo foi positivo, porque fez as mulheres pensarem sobre seus próprios problemas, mas também acho que deve haver uma maior convivência entre os diversos grupos no decorrer do ano, para o amadurecimento de propostas comuns."

Regina Stella Moreira Pires, do Movimento de Luta por Creches e do Centro da Mulher Brasileira tem opinião semelhante sobre o acerto do temário. "Já é um fato positivo a mobilização de número tão grande de mulheres, com a finalidade

provisória divulgaram uma moção de repúdio às atitudes desses grupos, que mereceram a reprovação geral.

Quanto aos grupos feministas, eles se reuniram na noite anterior para integrar seus pontos de vista num documento que traduzisse uma posição comum, com vistas a futuras atividades. Isso não significa que deixarão de participar da coordenadoria mais ampla, junto com outros grupos de mulheres.

Pelo teor dos depoimentos de diversas integrantes de entidades feministas e não feministas, pode-se concluir que a maioria chegou à conclusão de que houve um saldo positivo, apesar dos tumultos e tentativas de manipulação.

Para Eneida Soler, da Frente Nacional do Trabalho, o Congresso representou um avanço no trabalho que vem sendo realizado há alguns anos por essa entidade, principalmente junto a mulheres da periferia. "Este ano foi possível aprofundar a discussão de certos temas que só puderam ser abordados de leve no ano passado, e isso foi conseguido por meio da divisão do temário em quatro grupos: (discriminação da mulher enquanto mulher, enquanto mãe; enquanto trabalhadora; e organização e participação política da mulher)", conforme Eneida. Ela também dá sua opinião sobre os tumultos. "Se conseguimos um saldo positivo, foi justamente porque a força deste encontro foi dada a essas discussões em grupos. Aqueles interessados em baderna têm mais experiência em manipulações em plenário, mas isso é bem mais difícil em grupos menores. Foi exatamente porque não conseguiram prejudicar o trabalho nos grupos, que partiram com força total no fim do Congresso, para impedir o seu encerramento normal. Mas tudo isso será explicado às bases naquele documento e num trabalho posterior de esclarecimento."

Para Maria Moraes, do grupo feminista "Nós Mulheres", as cenas do final do Congresso foram um "espetáculo deplorável pela violência e pelo anti-feminismo e impediram o clima de solidariedade que deveria reinar numa reunião desse tipo". Ela dá nome aos bois: "Se houve tentativa de manipulação, ela partiu principalmente do pessoal ligado ao jornal 'A Hora do Povo'. Provavelmente, ele não congrega nem 100 pessoas em todo o Brasil, mas lá com-

especifica de discutir seus problemas", diz ela. Mais: "Houve certamente uma vontade concreta de tumultuar por parte de certos grupos minoritários, que, não encontrando condições de impor suas propostas políticas nos grupos, tentaram fazê-lo na marra, jogando o plenário contra a mesa, gritando e agredindo fisicamente várias participantes. Eles estavam concentrados nas entidades mencionadas no documento que aprovou a exclusão desses elementos, dos trabalhos da coordenadoria."

Lia Zatz, da Associação de Mulheres, explicou que essa entidade foi das primeiras a defender a autonomia do movimento de mulheres, ponto que não tinha sido entendido por muitas mulheres pertencentes a outros grupos.

"Agora essa necessidade foi mostrada concretamente no Congresso", acredita ela. "Autonomia não quer dizer que se deva ser contra os partidos. As mulheres também devem participar ativamente deles, mas sem confundir as duas coisas, porque seu movimento, para ser eficaz, tem que ser amplo, abrangendo mulheres de todas as classes e de todas as tendências partidárias." Para Lia Zatz, os grupos que tentaram tumultuar o congresso são justamente aqueles que se opõem à autonomia do movimento de mulheres. "Isso também demonstra a necessidade de maior união entre os grupos feministas. E preciso que eles assumam e recuperem este nome."

DECORADORAS

Decorações em qualquer estilo Tel.: 203.4636

DEPILAÇÃO DEFINITIVA

Eliminação completa sem dor, marcas ou cicatrizes.
INSTITUTO PAULISTA DE
RADIOFISIOTERAPIA DELIRIANY MOHI
CRM 8732
R. Ipiranga, 490, 1.º andar - comp. 13/18,
das 9 às 19 h. Tel.: 288-3653
288-4843 - 288-5168 e 288-0275

DETETIVE
PARTICULAR

Rápidez - Sigilo
Solução
DISC.: 284-4170

DRA. CECILIA
BECHELLI
CORREIA

Médica dermatologista - CRM
13.681. Cursos e estágios no Brasil,
Europa e Estados Unidos.
Clínica, Cirurgia e Estética da Pele. Ca-
belos, Peles e Unhas.
Av. 9 de Julho, 2929 - Jd. Paulista
Fones: 289-0014 284-2563 e hora mar-
cada.



As correntes feministas

Associação das Mulheres 1976
 Grupo 8 de março 1978
 Pró-Mulher 1977
 Nós, Mulheres 1975
 Brasil Mulher 1975
 Centro da Mulher Brasileira 1975
 Grupo Somoas 1979
 Grupo de Estudo da Mulher 1979
 Ano Internacional da Mulher 1975
 Associação das Donas-de-Casa 1984

dependências da PUC de universitárias com sandálias de plástico a profissionais liberais sobre saltos altos, de jovens negras exibindo penteado afro a metalúrgicas e donas-de-casa convencionalmente penteadas.

DIVERGÊNCIAS — Havia até homens. E, para maior glória de um congresso de mulheres, esses homens, ao menos desta vez, nada fizeram para obter privilégios. Por exemplo: muitas mulheres levaram seus filhos e, logo na abertura do Congresso, convocaram os homens para cuidar das crianças nas nove creches improvisadas — uma atribuição que eles cumpriram sem reclamações. Outros homens participaram da discussão. Foi um grupo exclusivamente masculino, por sinal, que pôs em debate os temas mais polêmicos, como a prostituição e o aborto.

Comportamento

Elas têm a palavra

Brigas, polêmicas e muito barulho no auditório. São 3 500 mulheres testando sua força

Quando as luzes do teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) se apagaram às 17h30 de domingo passado, 9 de março, uma gritaria ensurdecedora de 3 500 participantes saudou o encerramento do mais importante encontro feminino já realizado no Brasil. O II Congresso da Mulher Paulista, no entanto, terminava de forma altamente frustrante para muitas das presentes. Além das cenas de pugilato promovidas por algumas mulheres no calor dos debates, com cotoveladas dirigidas aos seios das rivais e tapas indiscriminados, o Congresso chegou ao fim sem nenhuma conclusão oficial. Tanto que, para não deixar as coisas no ar, as organizadoras voltaram a se encontrar na quinta-feira passada, extraordinariamente, numa tentativa de chegar a alguns resultados — o

que não aconteceria, pela segunda vez, ao final de seis horas de discussões. Houve, porém, muitos resultados que não dependem de ser inscritos em documentos finais. "O saldo do Congresso é positivo", lembrava Maria Aparecida de Marco Sobral, do GEM — Grupo de Estado da Mulher —, "já que conseguimos mobilizar 3 500 mulheres para discutir problemas femininos". Algumas congressistas chegaram a comentar que, no mesmo fim de semana em que elas se reuniam na PUC, a festa de lançamento do Partido dos Trabalhadores em Osasco, uma cidade de trabalhadores da Grande São Paulo, não arremetava mais de 3 000 pessoas. Mais que uma questão de números, o II Congresso da Mulher Paulista conseguiu atrair uma variedade imensa de mulheres. Cruzavam as

Organizado por 52 entidades — dentre elas, apenas nove tipicamente feministas —, o Congresso deu prioridade ao tema da creche e da mulher trabalhadora. Essa inclinação já poderia prever-se antes mesmo do encontro, já que o próprio cartaz do Congresso era a fotografia de uma tecelã. De todo modo, houve um certo desentendimento quanto a prioridades do movimento feminista. Algumas entidades, como o Movimento 8 de Março, pretendem atuar numa esfera exclusivamente feminista. Outras organizações defendem uma militância que chamam de "dupla". "Achamos que a mulher, além de sua participação como feminista, deve atuar nos partidos políticos, nos sindicatos, nas comunidades de bairro", explicava Solange Padilha, do grupo Nós, Mulheres. No fundo, porém, as duas alas acreditam que "a problemática da mulher está estritamente ligada a uma estrutura social a ser combatida".

BATALHAS — Os tapas em plenário, porém, estouraram por outro gênero de desentendimento. Num manifesto assinado por dezoito das entidades organizadoras, as brigas foram atribuídas à responsabilidade de "setores que desrespeitaram o fato de que a luta das

Ruth Escobar e a frente de mulheres feministas

Se Carmen Barroso foi a peça chave da institucionalização dos estudos sobre a mulher e posteriormente estudos de gênero no Brasil, a grande figura do feminismo em ação chama-se Ruth Escobar. Agitadora cultural, jornalista, atriz, empresária, de enorme coragem pessoal, libertária e vanguardista. Foi ela quem financiou o primeiro número do Nós Mulheres ; quem cedeu seu o espaço do teatro Ruth Escobar para o Primeiro Congresso da Mulher Paulista em 1978; que introduziu práticas performáticas nas manifestações políticas; que criou em 1980, a Frente de Mulheres Feministas, reunindo feministas conhecidas como a própria Carmen Barroso; Eva Blay, Marta Suplicy, Rudá Abramo. Lia Fukui, Silvia Pimentel, Maria Malta Campos, Alda Marcoantonio, Ruth Cardoso, a cineasta Ana Carolina e muitas outras.

Frente de Mulheres Feministas apresenta

FORUM DE DEBATES SOBRE A MULHER

TEATRO RUTH ESCOBAR — Rua dos Ingleses, 209

12 de maio - PROSTITUIÇÃO

(2.a feira)

20:30 hs.

*Célia Rezende (filme); Eduardo Mulyaert Antunes;
Maria Sílvia (Leitura de depoimentos);
Rosa Maria Fisher Ferreira
Coordenação: Inês Castilho*

26 de maio - TRABALHO DOMÉSTICO E EMPREGO DOMÉSTICO

(2.a feira)

20:30 hs.

*Helecieth Saffiotti; Isabel Cleto de Sousa;
José Yunes; Ligia Moraes Leite; Maria Moraes
Coordenação: Cristina Bruschini*

9 de junho - A MULHER E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

(2.a feira)

20:30 hs.

*Aizila Nascimento; Carmen da Silva; Nilce Tranjan
Coordenação: Fúlvia Rosemberg*

21 de junho - A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E A MULHER

(Sábado)

15:00 hs.

*Agenor Parente; Almir Pazzianoto;
Evaristo de Moraes Filho; Felícia Madeira; Marty Cardone
Coordenação: Sílvia Pimentel*

Frente de Mulheres Feministas apresenta

FORUM DE DEBATES SOBRE A MULHER

TEATRO RUTH ESCOBAR - Rua dos Ingleses 209 - 2.ª FEIRAS, 20:30 H.

31 de março - A MULHER E A REFORMULAÇÃO PARTIDÁRIA

*Leonel Brizola - PTB / Almino Afonso - PMDB
Irma Passoni e Chico de Oliveira - PT
Herbert Levy - PP / Fausto Rocha - PDS
Apresentação - Ruth Escobar / Coordenação - Eva A. Blay*

14 de abril - VIOLÊNCIA SEXUAL NO COTIDIANO

*Anésia Pacheco Chaves; Cecília Prada
Maria Carneiro da Cunha; Martha Suplicy
Ruth Cardoso*

28 de abril - ABORTO

Branca Moreira Alves; Carmen Barreto; Elza Berquó

O 8 de março de 1981: O Terceiro Congresso da Mulher Paulista

O 3º Congresso marcou a ruptura do Nós Mulheres e outros grupos feministas com a chamada Coordenação que organizava os congressos. Nos reunimos e conversamos longamente sobre nossos projetos pessoais e sobre o estado de arte do movimento de mulheres.

Dessa reunião saiu o documento *Os velhos conceitos estão desgastados*, publicado na Folha de São Paulo no dia 8 de março de 1981. Assinaram o documento: Bró Jatobá, Marina Abreu, Cida Aidar, Cynthia Sarti, Márcia Vicenti, Maria Moraes, Eliane Moraes, Renata Pallotini, Heloisa Pontes, Silvia Lustig, Ilana Novinky, Sonia Barros, Inês Castilho e Vera Mangabeira.



Foto Movimento

mulher como uma torça de trabalho, que é, e como um ser que se desvenda e se conscientiza de sua condição existencial.

A mulher tem direito ao trabalho, e tem obrigação de manter sua independência econômica. Mas se ela defende esse direito, tem

Mas enquanto a mulher levanta os problemas da sua condição social, me parece, ela não está colocando em pauta para discussão os valores, os grandes valores, que criaram as bases da solidariedade humana.

Quando demoro para lhe levar a comida, às vezes, quando passam cinco ou dez minutos da hora habitual, ele me ataca de pontapés. Ele me bate no rosto, ele me chuta a barriga, ele me cospe, ele urra, ele se atira sobre mim, ele me derruba no chão,

ou as sensações de vida."

Mulheres lutemos pelo respeito à nossa participação social em geral e em todos os sentidos. Mas sem perder a ternura, sem perder o profundo e imensurável sentido de solidariedade humana.

Os velhos conceitos estão desgastados

Há sempre um profundo e velado autoritarismo em supor que se sabe a verdade e o caminho certo para os outros. As controvérsias que surgiram na organização do 3.º Congresso da Mulher Paulista são sistematizadas numa (falsa) divisão: entre aquelas mulheres que estão interessadas apenas na libertação do povo (essa entidade abstrata, sem sexo, cor ou idade) e outras, que estariam mais interessadas em olhar o próprio umbigo, numa atitude chamada de pequeno-burguesa, como se conhecesse a si mesma fosse privilégio de poucos e atitude sem importância.

Essa briga nos faz pensar muita coisa. Feministas, gostaríamos que a comemoração do Dia da Mulher se limitasse a uma enorme concentração de mulheres no dia 8 de março, algo como um passeio bonito, contra uma ordem masculina, dura, rígida e impessoal. Mas o feminismo nasceu viciado. Falamos de São Paulo, onde atuamos e conhecemos melhor. Quando começamos, lá por 1975, como todo movimento social, tínhamos que definir um interlocutor. Era a fase de auto-afirmação. A direita, refratária a qualquer mudança, era (e é) a inimiga. O feminismo é anticapitalista por excelência. Não há liberdade possível na miséria e na opressão. Além disso, como diz Marcuse, reivindicar um lugar para o feminino é, em si, uma exigência anticapitalista. O feminino, tal como concebido em nossa sociedade, é antitese do espírito capitalista: opõe-se à sua razão, eficiência, competição e produtivismo.

Dialogávamos com a esquerda, nossos aliados. Para eles, no entanto, o problema da mulher era secundário ou irrelevante, face à libertação de toda a sociedade. Ele seria resolvido depois... Era perante esses aliados que — pensávamos — devíamos nos justificar: convencê-los de que aquilo que dizíamos era importante. Pagamos um preço. Emprestamos da esquerda sua postura típica de militantes e sua linguagem (especialmente no que tem de doutrinário), usando-as para impor nossas idéias. Na prática, o feminismo negara aquilo

que é sua essência: a exigência da subjetividade no espaço político. Somos feministas porque somos mulheres. Não falamos em nome de... Não somos delegadas, nem redentoras. Somos oprimidas. Se é fundamental a perspectiva de unidade para dar força ao movimento de mulheres, isso não pode impedir que cada mulher fale por si, porque cada uma vive à sua maneira a condição de sexo oprimido.

É importante que as mulheres se juntem, organizadas, em qualquer espaço. Mas tem que ser do nosso jeito feminino de ver e fazer as coisas. Continuamos presas ao aprendizado político e cultural que, precisamente, queremos combater. Está aí a preparação do 3.º Congresso para confirmar. A briga tem a ver com disputa pela hegemonia, poder e direção da massa de mulheres que compõem o movimento feminino hoje — como se alguém tivesse a verdade para dar a alguém. Tudo isso em nome da organização, de um programa de lutas — raciocínio político linear que vem de uma concepção política e modo de ser masculinos.

Nós mulheres somos ligadas ao caos aparente da vida. Falamos ao mesmo tempo, sempre. Somos ligadas à emoção, à intuição, à terra, à fantasia, à magia. Uma concentração de mulheres, descobrindo seu ritmo, ao som de panelas, gemendo suas dores e amores coletivamente, como numa tribo, tornando-a música...

Menos discurso impregnado de conceitos desgastados pelo uso e abuso, menos nomes. Alguma coisa mais primitiva, visceral, como aquilo que nos une a todas e nos faz sentir na carne a dor da perda do amor da outra (oh Yoko, ô Ana do Santo), daquela que vai partir, que a gente reconhece de longe como igual, abaixo ou acima da escala social, na responsabilidade pelos encargos sombrios, subalternos, pelas sempre mesmas tarefas auxiliares, pela insegurança igual à nossa, estrutural quase, de quem foi obrigada a serboalhaticar quietinha a não criar problema, etc.

Aquela que, ao mesmo tempo, morre de inveja. O movimento feminista no Brasil se baseou em Marx, mas ainda não descobriu Freud, sequer para criticá-lo. E, críticas à parte, é preciso reconhecer que a inveja é básica na personalidade feminina. Do pênis? Na verdade, daquilo que o pênis, identificado com o phallus, significa: PODER. Despossuídas, temos inveja do poder. E inveja mal transada acaba vazando na própria mesa onde preparamos nosso pão, que amarga e apodrece. Em lugar de amor, trocamos ódio. A mulher vê a outra como rival. Consegue se solidarizar muito mais com a dor da outra, que as iguala, do que com a alegria e felicidade, que dá inveja.

O feminismo se defronta com a contradição de lidar com o subjetivo (a afetividade), num espaço onde as relações são objetivas e racionais. Atuou principalmente no plano político. Falou-lhe expressão cultural, embora muitas mulheres se desatacsem individualmente neste plano. Talvez, por isso, não houve criatividade na linguagem do movimento feminista. E isso que se busca agora. No ano que passou, fizemos (as feministas) duas passeatas. Numa fomos vestidas de negro: era um ato público em solidariedade às mães da Praça de Maio. Na outra, branco era a cor. Protestávamos contra a violência sexual. Foi bonito: a mudança no visual era uma tentativa de romper com as formas políticas tradicionais. O SOS Mulher, que atende casos de violência sexual, é um passo adiante nessa direção.

Não queremos ser iguais aos homens, competir no mercado de trabalho, essa coisa toda. O papo é outro. Falamos do direito à diversidade, sem desigualdades. Descobrir o feminino, como algo complementar ao masculino, não como seu negativo, sua falta. Criar, inclusive, espaço para que o homem possa ser frágil, emotivo e acabar com seu desempenho de ser humano completo e infalível. Afinal, se algo pode ser dito da es-

sência humana, é que somos todos carentes. Falamos de mudar o homem e a mulher. Sem ressentimentos: o feminismo é uma exigência de amor.

Há maneiras e maneiras de se fazer as coisas. É preciso descobrir a nossa, ligada à tradição ancestral das mulheres. Não ficar servindo de joguetes ao vírus do Poder, quer defendendo posições "populares", à custa de correntes de ferro, que ardem como chibatadas, ou "tradicionais", de um feminismo impregnado de concepções e objetivos de uma política partidária masculina, que não são nosos.

Reconheçamos-nos mulheres: caóticas, solidárias, solitárias, subversivas, impossíveis, amorosas, invejosas, sedutoras, inseguras, desamparadas e fortes. Só aí podemos partir e chegar, não tão eficientemente como acreditam os que vêm só a olho nu. Mas chega de Palavras de Ordem, de tentativas de Congressos para tirar Programas de Luta. Tudo isso é velho e está, até visivelmente, contaminado. Feminizar o mundo: a frase é de Yoko Ono.

GRUPO NOS MULHERES: Brô Jatobá, Marina Abreu, Cida Aídar, Márcia Vicepe, Cintia Sarti, Maria Morais, Eliane Morais, Renata Pallottini, Heloisa Pontes, Sílvia Lustig, Ilana Novinsky, Sonia Barros, Inês Castilho, Vera Mangabeira.



NA AGRODORA TEM TUDO PARA SEU JARDIM!

Sempre com atendimento especializado.

SEMENTES DE FLORES E HORTALICAS MUDAS FERRAMENTAS LIVROS FERTILIZANTES

PASSE AGUI PARA VER!
R. Cristóvão Colombo, 2
tel.: 36-3667

R. da Consolação, 208
Tel.: 257-1540.

Tudo para seu jardim e seus vasos.

PREÇO GRÁTIS GUIA DE COMPRA DE CVC 951 3P

As manifestações contra a violência sofrida pela mulher

A violência de gênero é uma das formas inequívocas do machismo e do conservadorismo social. Os assassinos de mulheres, na maior parte das vezes, ex maridos, noivos, namorados que não aceitavam o rompimento e matavam, eram absolvidos na justiça em nome de crime da honra ou em nome de crime do amor.

E o tema da violência e a necessidade de reagirmos contra os assassinatos de mulheres terminou por levar à criação do SOS Mulher em São Paulo. A questão do combate à violência foi a bandeira do Primeiro Congresso Feminista, realizado em de Valinhos, em 1980.

Em dia 31 março de 1981 Eliane de Grammont foi assassinada por seu ex marido Lindomar Castilho. A missa de sétimo dia, na Catedral da Consolação foi o ponto de partida de uma passeata de mulheres conta a violência, exigindo a punição do crime.



Foto: Blog R. Moreno



Mulheres em passeata exigem: PENA MÁXIMA PARA LINDOMAR

Reportagem: Ezio Ribeiro/Texto: Rosângela Petta/Fotos: Paulo Salomão

Na tarde do último sábado, perto de mil mulheres se reuniram na igreja da Consolação (S.P.), protestando contra o assassinato de Eliane.

Não mate, ame!" Quase mil vozes, na grande maioria femininas, gritaram palavras de ordem como essa na tarde do último sábado, em plena rua da Consolação, interrompendo o trânsito em

São Paulo. Eram as pessoas que foram assistir à missa de sétimo dia em memória de Eliane de Grammont, assassinada na madrugada de 31 de março pelo seu ex-marido, o cantor Lindomar Castilho.

Logo em seguida, mulheres, homens e até crianças saíram da igreja da Consolação e seguiram em passeata até o Cemitério do Araçá, onde Eliane foi sepultada. Vestiam preto e carregavam faixas que manifestavam toda a sua revolta. Organizações feministas, como o *SOS Mulher*, se faziam presentes distribuindo folhetos de protesto: "Ela não o quis. Ele a matou. São essas coisas que nós chamamos de violência e eles justificam como 'defesa da honra'".

Com lágrimas nos olhos, pediam

justiça. Muitas das mulheres entrevistadas exigiram pena máxima para Lindomar — o único meio de verem garantido o seu direito de ser livres e respeitadas, e não apenas uma propriedade do homem.



A atriz Eva Wilma compareceu à missa e foi levar seu apoio à manifestação.

24 TV contigo



Na cerimônia fúnebre, a dor das irmãs Helena e Carmem e da mãe (de óculos).

A interrupção da gravidez indesejada

A luta pela descriminalização do aborto foi uma das maiores derrotas do feminismo. E para isso pesou a influência conservadora da Igreja Católica e de todas as igrejas atuantes nas últimas décadas. Também da covardia da maior parte dos parlamentares em enfrentar o conservadorismo. E também pela falta de solidariedade dos movimentos homossexuais para quem essa questão não diz respeito.

Se fosse preciso apontar alguém como a maior militante da questão do direito da mulher a decidir sobre seu próprio corpo, essa pessoa seria Carmen Barroso, que foi a mais importante figura para a institucionalização dos estudos sobre mulher, com o apoio da Fundação Ford.

Você é a favor do aborto clandestino?

Article layout with multiple columns of text, a central illustration of a woman, and a signature 'ET: m. 23' at the bottom left.

As coisas, em se tratando de uma sociedade livre, não sempre são... Na grande maioria das vezes, o aborto clandestino é uma opção... Não corrigir as causas, punir as consequências... E a legislação? O Brasil é um dos poucos países que não possui uma legislação... A legislação de aborto, segundo... E os países com o nome, Brasil... Maria Moraes

Pág. 2 - BM

ABORTO: UM DIREITO DE TODA MULHER

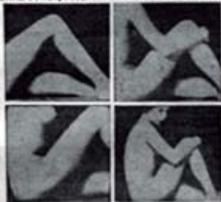
Ser mãe, evitar filhos, aborto, são problemas que a mulher brasileira enfrenta e que permanecem à sombra. São tratados de forma superficial, leviana, sentimental e repressiva. A sociedade tenta preservar o único papel que nos destinou: ser esposas e mães. Em nome de tão "honrado papel feminino", que nos ignora como pessoas, somos obrigadas a abrir mão de nossos direitos mais elementares, entre eles, a liberdade de dispor de nosso próprio corpo.

A discussão que atualmente se dá em torno do aborto, levantada inicialmente pelos grupos feministas, tende hoje a ser manipulada pelos meios de comunicação, que tentam silenciar a opinião de quem tem e deve ter o direito de decidir sobre o assunto. Nós mulheres, vamos começar a dizer o que pensamos sobre isso.

A falta de informação sobre o nosso corpo, sobre a sexualidade e métodos para evitar filhos faz com que a possibilidade de uma gravidez indesejada seja muito grande. E isto afeta a mulher de forma profunda, moral, psicológica e economicamente. Uma gestante jamais conseguirá emprego e se já tem, provavelmente, vai perdê-lo. São poucas as

garantias trabalhistas dadas à mulher grávida na atual legislação, juntas-se a isso as péssimas condições em que vive a maioria do povo brasileiro: salários baixos, falta de creches, de escolas, de hospitais.

Se uma mulher quer ter um filho, que se vires. A sociedade não lhe dá qualquer tipo de apoio. Se ela precisar ou quiser interromper uma gravidez, que se vires também. Caso tenha condições, recorre a clínicas clandestinas;



nas; se não, cai nas mãos dos "abortórios" ou nas garras dos hospitais públicos, onde a cunetagem a frio é a punição para quem rejeita o "ato sublime da maternidade", algo que a falta moral da sociedade não pode suportar.

No Brasil só existe até agora um projeto de legislação do aborto, do deputado João Mendez, e que é bastante limitado: preocupa-se apenas com a volta da permissão do "aborto sentimental" - para as vítimas de violência sexual.

Nós do Brasil Mulher, reivindicamos e lutamos pela legalização do aborto, livre e gratuito, como opção garantida à mulher que deseja realizá-lo, assim como acesso à informação, obtenção e controle do uso dos anti-concepcionais. No entanto, é necessário também que se garantam as condições à maternidade, pois muitas mulheres optam pelo aborto por não terem como criar um ou mais filhos. Assim, lutamos também para que o Estado assumira sua responsabilidade junto aos hospitais públicos, que se criem creches e se amplie o número de escolas, que se melhorem os salários e as condições de vida em geral.

A luta por creche tem muito a ver com a luta da mulher!

Você se pergunta o que tem a luta por creches a ver com a libertação da mulher? Tem tudo a ver! Olha só: — Mulher não nasceu para ser só mãe. 24 horas por dia, todos os dias de sua vida, desde o instante em que dá à luz. A gente também tem que ter tempo para se realizar como mulher, como ser humano, como trabalhadora, como ser político e social. — Quando a gente não tem condições, para se realizar nisso tudo, fica-se uma mulher frustrada, reprimida, fechada à força entre quatro paredes e quatro bebês. E você não pode comparar a inteligência de um bebê, com a inteligência de um bebê. Por mais que a gente tente conversar com as crianças e preencher todas suas necessidades, elas não preenchem as nossas necessidades. E nem podemos. E aí, a gente fica um pouco mais insatisfeita. — Mulher insatisfeita, reprimida, só pode espalhar reprocho e criar dependência em torno dela. O marido, os trabalhos, os filhos, na escola ou brincando, a mãe, trancada em casa sozinha. — Precisamos de tempo para viver, para respirar, precisamos de um tempo de silêncio para poder pensar. Precisamos de sossego para ir ao trabalho. Precisamos de um tempo para estudar, para ler um jornal, para participar de alguma reunião no sindicato ou no bairro, em outro lugar qualquer. É claro que precisamos também de um tempo para fazer, para diversão. Todo mundo precisa disso, não é isso aí? — Com isso tudo nossa vida fica mais cheia, mais animada, é mais satisfatória. Claro que vamos assim também ter nossos problemas para resolver. Mas pelo menos sentimos que estamos fazendo algo para enfrentar a vida e resolver os problemas, e não

ficar em casa sentada remoendo por dentro e torcendo para que o marido e os filhos resolvam a situação. — Para isso tudo, precisamos de tempo e cabeça tranquila. Com as creches. — Se elas forem do jeito que a gente quer, ou seja, toda financiada pelo Estado e a gente participando da orientação da educação das crianças. Assim podemos ficar tranquilos, e nos meter pela vida adentro, crescendo como indivíduos, como ser humano, como mulher. Os filhos não são só da mãe, é interessante a toda a sociedade é justo portanto que toda sociedade valde da criação e educação das crianças, de uma forma que permita a libertação do batalhão de mulheres que ficam presas, numa casa cuidando de seus rebentos, como se ela os tivesse gerado sozinha. — Com mais tempo para nos realizarmos como mulher, como ser humano seremos até mais mulheres. — O que a creche tem a ver com a libertação da mulher? Tem tudo a ver! Sem elas não há condições de ser nada além de uma mãe reprimida e repressiva, castigada e castigadora, pensada e pensativa. E ser mulher não é só ser mãe. É muito mais.

E como ainda a luta pro creches em São Paulo?

As reivindicações algumas vezes. Por outras vezes — as lutas e alguns momentos de protesto, que logo são apassivados por projetos de construção de R3 creches, no período de 3 anos. Foi feita uma campanha nos 11 Conselhos de Mulher Paulista de seis meses, apoiar e multiplicar os grupos nos bairros onde o pessoal está organizando e onde existem o Movimento de Luta Por Creches de diversas zonas vizias.

Além disso temos reivindicações — através manifestar, ato público, e a pressão ao COBES, pressão por a construção de creches. Mas, ao lado disso sabemos que a prefeitura não interessada em construir as creches, não vai mantê-las. Sua manutenção ficará por conta da comunidade. Ou, não vai manter o tempo problema. Como vamos lutar as creches? E qual o objetivo das creches que queremos? — Há mesmo alguma referência com as creches militares, onde a presença da mãe para orientação dos desenhos de cada criança, e sabemos as enormes dificuldades para manter essas creches. Isso deve estar sob que governo as creches totalmente financiadas pelo Estado. Não temos acesso ao se profiss, sem condições de obter as crianças. Precisa-se portanto a participação da comunidade em geral. Como vamos conseguir manter essas creches? Não há tempo para fazer a educação que elas acham melhor. Não queremos que nossos filhos não fiquem comprometidos entre si, mas, que aprendam a se usar para resolver juntos os problemas. Que a educação do momento não seja diferente da anterior, ou seja, ensinando os meninos a serem agressivos, e as meninas a serem passivas. Que aprendam a transferir o mundo melhor e não a obedecer oprimidos. — É verdade, conseguimos algumas coisas mas temos muito coisa para discutir e promover mais luta.



Conselho Diretivo do Sindicato Brasil Mulher: Sueli do Vale Borges (presidente), Rosalene Santa Cruz Leite (secretária de integração e parcerias), Amélia Almeida Telles e Iera Anjos Prado (secretárias de publicações), Elza Machado (secretária administrativa), Lúcia Maria R. Asses, Angéla Barba, Elizabeth Saretelli e Lúcia Amado. Diretora Responsável: Lúcia Beck, jornalista sindicalista. Editores: Amalinda Almeida Telles e Iera Anjos Prado. Redação: São Paulo: Carmo, Doris Swainman, Gilvane V. Coimbra, Paula Siqueira, Raquel Moreno, Rosalene Santa Cruz Leite, Vera Lúcia, Yari. Rio de Janeiro: Lúcia Amado, Maira Barros, Maria. Fotos: Jesus Carlos, Márcia. Diagramação: Madalena de Franco e João Paulo Basti. Secretária Gráfica: Fátima Prado. Departamento Jurídico: Maria Ramos de Souza e Luis Edson de Góes. Vendas: Rio de Janeiro: Em todas as livrarias Entre e Livres, Livraria Maru e R. Visconde de Paqueta 464 e na Livraria Leonardo da Vinci - Av. Rio Branco. Contato: Edições Jornalísticas AFA. Tiragem: 5000 exemplares. Sindicato Brasil Mulher: São Paulo - Rua Flávia, 142, sala 18, CEP 05423 Vila Madalena - Rio de Janeiro: Rua Rui Barbosa, 712 - Flamengo - 20000.



Na França em 1971 o aborto era severamente punido. Frente a um processo que revoltou as feministas, 345 mulheres entre artistas, cantoras, escritoras, médicas e advogadas assinaram um manifesto dizendo: eu também abortei. Simone de Beauvoir, Catherine Deneuve, Marguerite Duras, Agnès Varda, Cristine Delphy estão entre as signatárias. Cerca de 3 anos depois a interrupção voluntária da gravidez foi aprovada.

Tentando repetir o impacto aqui no Brasil, a jornalista Laura Capriglione propôs uma matéria, com direito a uma capa, em que inúmeras artistas, intelectuais, apresentadoras de TV e mulheres de várias classes sociais também afirmavam: eu abortei. Para nosso espanto, a revista não causou maiores reações e, em 2016, com o Congresso mais conservador e reacionário dos últimos 40 anos, uma projeto sobre “o direito do nascituro” está em tramitação!







Fúlvia e Cristina: das universidades para os "quetos"

COMPORTAMENTO

O parto dos anos 70

O que mudou na situação da mulher brasileira

Como a mulher brasileira atravessou a década de 70? Em que áreas ela conseguiu alargar seu espaço e participação? A mulher valorizou-se devidamente nesses anos todos? Para responder a tais perguntas, a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) recrutou, em 1981, oito cientistas da Fundação Carlos Chagas, chefiadas pela socióloga Carmem Barroso. Elas analisaram os dados estatísticos disponíveis e, a partir desses números, traçaram um amplo perfil feminino. O resultado, recém-chegado às livrarias do país, tanto confirma quanto surpreende a noção que o senso comum possui da condição da mulher no Brasil — algo como ser mãe, ter o lar quase invariavelmente como palco central de sua vida, estar sempre distante da escola, do emprego e da política.

De início, constatou a psicóloga Fúlvia Rosemberg, 40 anos, que "nunca tantas mulheres ingressaram nas escolas". Elas terminaram representando, ao fim dos anos 70, 51,1% das matrículas desde o 1º grau até a pós-graduação. Em 1971, a matrícula de moças nos cursos de 2º grau equivalia a 52,9% do total. No final da década, elas ultra-

passavam 55%, enquanto ousavam tornar-se franca maioria no ensino universitário — 60% de participação estimada em 1980. Mais ainda, romperam a barreira do mestrado, saltando de 26% em 1971 para 58,6% em 1980, e até do doutorado — de 17,3% para 49,4%. Isso não significa, no entanto, um passo definitivo rumo a uma melhor situação feminina no capítulo da escolaridade. Como no passado, a mulher ainda predomina nos cursos de humanas (52% de par-

ticipação nas matrículas em 1975) e letras (72%), de acordo com a pesquisa. Um quadro que inclusive já se firmava desde o 2º grau.

Algo de semelhante, por sinal, revelou-se na participação feminina no mercado de trabalho. Se por um lado ela se expandiu, por outro mantém-se restrita à atuação em "quetos" profissionais. Assim, segundo os dados estatísticos encontrados pela socióloga Cristina Bruschini, 38 anos, o índice de mulheres que trabalham subiu de 18,42% em 1970 para 35% em 1977. Para as mulheres com curso médio, a principal oferta concentrou-se no comércio e nas funções de secretária, professora primária e atividades paramédicas. Já no caso das jovens com formação superior, o magistério permaneceu a grande fonte de emprego.

O magistério fornece, aliás, um reflexo exato da natureza da expansão da escolaridade e profissionalização da mulher — um processo que não foi acompanhado pela ampliação das opções de trabalho. "Por um lado, há indícios expressivos de que a mulher preferiu cursar o secundário em detrimento do normal. Por outro, entre as universitárias absorvidas pelo mercado de trabalho, a maioria dedicou-se ao ensino secundário e superior", comenta Fúlvia Rosemberg. Significativamente, as profissões "femininas" são atividades de pior remuneração. "Não há dúvida", assegura Cristina Bruschini, "de que a mulher tende a ingressar no mercado de trabalho pelas portas que o homem deixa abertas, por não lhe serem atraentes economicamente".

A psicologia, como se sabe, foi



Marta Moraes: atividade política longe das instituições

*São dois livros: "Mulher, Sociedade e Estado no Brasil" e "A Educação da Mulher no Brasil".

A IMPRENSA FEMINISTA DOS ANOS 1975/1980

*Procuro a palavra
fenda
que não se cava
nem se lavra.
Procuro a palavra
ânsia
que me salve
de mim.*

(Lúcia Villares, 1980)

Primeiros Passos

O Brasil é o único país, dentro da América Latina, que conheceu desde os fins do século XIX uma imprensa feita por mulheres, e não somente para as mulheres, como sucedia na maior parte dos casos. O *Sexo Feminino*, de Francisca Senhoria Motta Diniz, editado em Minas Gerais, de 1873; o *Domingo*, de 1874, de Violante de Bivar e Vellasco, no Rio de Janeiro; *Myosotis* de Maria Heraclia, em Recife, 1875 e o *Echo das Damas*, de 1879, pertencente a Amélia Carolina de Silva Couto e editado no Rio de Janeiro testemunha a presença desta imprensa feminina na plena acepção da palavra, sintomaticamente localizada nos então principais centros urbanos do país. June Hahner (1980) fornece esta e outras informações sobre o movimento de mulheres no Brasil entre 1850/1930, demonstrando, ademais, que a presença feminina na imprensa, neste período, foi praticamente ignorada por estudiosos do tema imprensa e do tema mulher. Assim, ela comenta que Nelson Werneck Sodré, *A história da imprensa no Brasil* (Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1956) “menciona mais de mil jornais mas ignora qualquer dos periódicos feministas consideradas no presente artigo”, enquanto Heleieth I. B. Saffioti, *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade* (São Paulo: Quatro Artes 1969) a autora de extenso estudo sobre a mulher no Brasil, “não se refere a nenhum jornal feminista nem cita outra feminista do século dezanove além de Nísia Floresta” (Hahner, 1980, p. 104).

A imprensa feminina “alternativa” – entendendo-se por tal epíteto a independência frente aos grupos econômicos; o caráter artesanal com que é feita, a pequena circulação e ausência de propaganda paga – continua presente no século XX, mas com características distintas. Enquanto o *Momento Feminino*, que foi editado a partir de 1947, tinha sua existência totalmente subordinada ao semilegal Partido Comunista Brasileiro, o *Brasil-Mulher*, cujo número zero apareceu em outubro de 1975, manteve relações mais

ou menos tênues com organismos políticos e/ou tendências políticas semiorganizadas, não obstante ser dirigido e editado por mulheres. O *Brasil-Mulher* retoma a tradição do século XIX, em termos de imprensa feita por mulheres; perfila-se na linha de defesa dos direitos da mulher, inovando e ampliando o enfoque desta defesa, por um lado, mas persiste em subordinar esta luta a interesses mais amplos, negando na prática a contradição entre os dois sexos. Em outras palavras, busca legitimar-se frente aos interesses masculinos, afirmando sempre a comunidade de interesses entre os dois sexos e insistindo em “aprimorar” a mulher, tomando como paradigma o modelo masculino.

É o surgimento do *Nós Mulheres* – em junho de 1976, fruto da criação caótica de mais de vinte mulheres que, em sua maior parte, desconheciam a militância política organizada, pois estavam fazendo ali sua primeira experiência de intervenção social através da luta ideológica – que permite a conquista de um novo espaço ao privilegiar o tema mulher *tout court* e, principalmente, ao proclamar-se feminista, como vimos anteriormente, no seu primeiro editorial.

O *Nós Mulheres* também influenciou a linha editorial do *Brasil-Mulher* pois, apesar do silêncio guardado frente ao primeiro número do *Nós Mulheres* (quando uma solidariedade mínima obrigava saudá-lo, como fizeram outros órgãos da imprensa alternativa), as principais inovações temáticas deste último acabaram, muitas vezes, sendo incorporadas tal como sucedeu na matéria “mulher e música” e no tema sexo/sexualidade, por exemplo. Quando o *Brasil-Mulher* esteve mais subordinado à linha política de duas tendências semiorganizadas da esquerda brasileira quase que perdeu sua identidade feminina, aproximando-se dos padrões da imprensa “nanica” convencional, como o *Movimento* e o *Em Tempo*. Este foi, principalmente, o período seguinte à saída de Joana Lopes do jornal que fundara, como já foi assinalado, a partir do oitavo número, em agosto de 1977.

Se a maior ou menor adesão ao feminismo constitui a principal diferença existente entre os dois jornais, as afinidades mais evidentes

concernem à mesma adesão a uma tomada de posição anticapitalista e antitadadura. Só que a afirmação da necessidade do fim do capitalismo para a libertação da mulher assume características diversas para os dois grupos, quando se trata de explicar o caráter das transformações que deverão propiciar tal libertação. Ambos concentram-se na denúncia da miserável condição de vida do povo brasileiro, ainda mais sofrida pelas mulheres, vale dizer, entendem que a mulher é vítima especial da “exploração do sistema”. Mas, o NM também foi capaz de denunciar a opressão que o homem/igual (ou seja, das classes trabalhadoras) exerce sobre sua companheira tratando de colocar, ainda que muito timidamente, a discussão sobre o mais especificamente feminino, além das adversas condições de vida e de trabalho sofridas pelo conjunto das classe dominadas. Neste sentido, criou um espaço de denúncia e reflexão sobre a questão feminina. Mais importante do que isto, o NM conseguiu desenvolver um estilo original de pensamento feminista, respondendo de maneira dialética às permanentes acusações que os setores conservadores da esquerda faziam ao movimento de mulheres: “O feminismo vai dividir a luta dos trabalhadores”, “só a burguesia tem interesse na luta da mulher”; “como é que a mulher vai se libertar se é o capitalismo que oprime” e, mais frequentemente: “agora temos de lutar pelas liberdades democráticas; “depois lutaremos pelos direitos da mulher” (...) (SIC). Pensando no feminismo como movimento radical entenderam que ele era a perspectiva através da qual as mulheres defendiam e lutavam pela democracia.

Por isto, o editorial n. 6 de agosto de 1977, continua sendo o melhor exemplo de como as mulheres começaram a pensar na política partir de sua condição de sexo oprimido, entendendo e enriquecendo conteúdo manifesto da luta pela democracia:

É comum ouvirmos hoje em dia, das mais variadas pessoas e inclusive, de mulheres verdadeiramente democratas, as seguintes frases: ‘o feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos como o nosso’ ou ‘A luta pela emancipação feminina é importante, mas a luta pela

emancipação dos trabalhadores é muito mais importante. A tendência de todas nós, mulheres feministas, é a de responder a esta pergunta de uma maneira defensiva: Nós não separamos a luta pela emancipação feminina da luta mais ampla pela emancipação do ser humano em geral. Defensiva porque, ao dizermos isto, apenas estamos querendo mostrar que não somos contra os homens, que não somos contra isto e aquilo. Ou seja, dizemos o que não somos e o que não pensamos, mas não definimos claramente o que entendemos por emancipação feminina, por emancipação do ser humano e a ligação que existe entre essas duas coisas.

A grande aspiração da maioria do povo brasileiro, hoje em dia, é viver numa sociedade em que todos tenham suas necessidades básicas atendidas. Ou seja onde todos tenham o que comer, onde dormir, o que vestir, possam estudar, trabalhar, cuidar da sua saúde, se divertir, pensar, falar, agir, e se organizar livremente. Essa aspiração, nada mais é do que a vontade de viver numa sociedade democrática e onde haja uma justa distribuição da renda. É lógico que essa maravilha não vai cair do céu e que vai precisar de muita luta para que essa sociedade seja conquistada.

Assim, lutar para que a mulher contribua ativamente, junto com o homem, para as transformações da sociedade e também lutar pela emancipação feminina. A luta pela emancipação feminina é, portanto, parte integrante da luta por uma sociedade mais justa e democrática.

O fato é que a luta feminista não é só isso, ela vai além disso. A mulher sofre também uma opressão específica pelo simples fato de ser mulher. Ela tem mais dificuldade de arrumar emprego, principalmente se for casada e tiver filhos, ela é despedida do emprego se casar ou ficar grávida, ela ganha menos que o homem pelo mesmo trabalho, ela cumpre, quando trabalha fora, uma dupla jornada de trabalho, ela se responsabiliza sozinha pelo trabalho doméstico e pela educação dos filhos (tarefa que deveria ser em muitos aspectos assumida pelo estado, e, em outros, assumido, pelo casal) ela sofre constantes ataques sexuais, seja em casa, na rua ou no trabalho, Enfim, a mulher, não é tratada como um ser que tem os mesmos direitos e os mesmos deveres que o homem. São muitos os homens que acham que a mulher é e deve ser tratada como um ser igual ao homem. Mas são somente as mulheres, porque isto as toca diretamente, organizadas e lutando por suas reivindicações específicas, que terão a força necessária para mudar essa situação. Mas, nos

dizem – será que todos esses problemas específicos da mulher não serão resolvidos numa sociedade em que haja uma melhor distribuição de renda e uma maior participação política? – .

Sabemos que é somente numa sociedade que garanta a toda a população boas condições de existência, de trabalho, de estudo e liberdade e independência para se organizar política e sindicalmente, que estarão dadas as condições para se alcançar a emancipação feminina. Nesse sentido, pode-se dizer também que a luta por esse tipo de sociedade é parte integrante da luta pela emancipação feminina. Ou seja, a democracia brasileira, entendida dessa forma, precisa da mulher assim como a mulher precisa da democracia. Mas se esse tipo de sociedade é uma condição necessária para a emancipação feminina, essa condição não é suficiente. A história mostra que mesmo nas sociedades que já conseguiram alcançar um maior grau de igualdade e democracia, a mulher continuou a sofrer uma opressão específica. Enquanto a mulher não atingir a plena igualdade de direito e deveres é necessário, portanto, que exista uma luta organizada e independente de mulheres.

O feminismo, entendido dessa forma, serve não somente aos países subdesenvolvidos, mas a qualquer país onde ainda existam homens e mulheres oprimidos.

A Leitora Típica

O Brasil Mulher situa-se entre os que assumem a posição atualmente incômoda de discutir, informar, debater ideias e tenta em seu número deste Ano Internacional da Mulher, apesar do modesta tiragem de 5.000 exemplares – contribuir para elevar o nível cultural e de informação das mulheres que nos leem. Nem sempre teremos, como já nos indicou o número 0, a felicidade de atingir com nosso material editorial, a todas as classes sociais despertando o interesse indiscriminadamente. A tradição da informação dirigida às mulheres é articulada por homens e mulheres para a coisificação feminina como sujeito e como objetivo e a esse condicionamento a maioria

das leitoras de revistas femininas já se habituou
(*Brasil Mulher*, editorial do n. 15 dezembro de 1975).

A mulher é discriminada; ocupa os postos mais baixos nas empresas ligadas a produção de mercadorias e serviços; sindicaliza-se menos do que os homens; participa menos da vida política organizada eis as evidências que fundamentam o discurso das mulheres buscando legitimação e compreensão para a sua problemática. Lendo as coleções completas do BM e do NM percebe-se a dificuldade em romper com a subordinação; em chegar a formular corretamente a questão da opressão da mulher; em tomar consciência desta opressão, reconhecendo-se com sujeito da luta pela emancipação. Assim, o diálogo com a leitora é revelador das dificuldades do corpo editorial em expor abertamente as próprias dúvidas e o comprometimento pessoal com a luta das mulheres. Fala-se em “elevar o nível cultural da mulher” e a ideia é a transformar a mulher segundo o modelo masculino pois os parâmetros aceitos são exatamente aqueles que deveriam ser postos em questão. Em outras palavras, não se trata simplesmente de propor que as mulheres “avancem”, igualando-se aos homens nos espaços econômicos e políticos em que eles predominam, mas de entender as causas das diferenças. Não é o padrão que deve ser tomado como exemplo pelo operário: o fato de alguns poucos operários se transformarem em patrões não implica que todos pudessem fazê-lo. As mulheres bem sucedidas, neste sentido, são exceções que confirmam a regra da opressão. Pois para que as mulheres se igualem aos homens, em termos de participação econômica e política, é necessário que alguém ocupe os lugares e papéis que as mulheres hoje ocupam no espaço do “privado”.

A dificuldade em equacionar corretamente a questão feminina; em entender as múltiplas determinações sintetizadas no “ser mulher” constitui a principal dificuldade para as mulheres preocupadas em defender seus interesses de sexo oprimido sem perder de vista a contradição de classe. Enfim, feminismo e socialismo; como uni-los? Já vimos a resposta do NM e pela timidez do BM podemos imaginar

o isolamento relativo dos pronunciamentos do grupo NM, no citado editorial nº 6. Enquanto a unidade editorial do NM tinha muito a haver com o fato de que o grupo era fiel ao seu próprio desenvolvimento, não recebendo diretrizes prontas de tendências políticas não-nomeadas, o BM vivia um processo oposto. Inicialmente, ligado ao Movimento Feminino pela Anistia e, do ponto de vista das informações políticas, mais próximo a linha ortodoxa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), apesar da independência de suas editoras. Posteriormente, com a tomada de assalto por militantes afiliadas político-ideologicamente, tanto ao então pró-chinês Partido Comunista do Brasil (a preocupação com a questão da terra é sempre significativa a respeito) quanto a seus oponentes políticos (no interior da esquerda), remanescentes dos extintos grupos da nova-esquerda (pós-1968 e responsável pela luta armada) que, em meados dos anos 70 organizavam-se no movimento estudantil sob o nome de “Refazendo”. Em reuniões que não congregavam mais de uma vintena de mulheres, tínhamos representadas várias tendências semi-organizadas do país, quase todas bastante desinformadas em relação ao feminismo.

Esta problemática, como não poderia deixar de suceder, atingia de maneira especial a definição da leitora típica. Por um lado, porque a dificuldade em equacionar a questão feminina – e frente a desconfiança dos aliados da esquerda – fazia com que a melhor maneira de legitimar a militância feminista fosse através da defesa exclusiva da mulher operária e das mulheres das classes dominadas. Também o *Nós Mulheres* apontava a mulher operária – a da dupla-jornada – como símbolo de luta, por entendê-la como a mais oprimida entre os explorados (atualmente, a mulher símbolo seria, ademais de operária, negra e lésbica – eis uma diferença marcante do feminismo 75/80 para o feminismo de 80, do Encontro de Valinhos). Mas enquanto definíamos a leitora “privilegiada” (jargão de imprensa alternativa para designar aquele leitor cujos interesses – de classe – seriam defendidos prioritariamente do ponto-de-vista editorial) como sendo a mulher das classes trabalhadoras, o que praticamente

só deixava de lado as donas-de-casas das classes dominantes, o BM tratava de restringir ao máximo o leque de mulheres cujos interesses defenderia. Por trás desta questão encontra-se, portanto, o próprio programa político para o país que as feministas, enquanto militante de esquerda, defendiam. Assim, se para o PC do Brasil a revolução resultaria do cerco das cidades pelo campo (daí a importância estratégica do bloco operário-camponês, etc.) a figura da camponesa seria endeusada, mesmo que toda a redação do jornal nunca tivesse visto uma camponesa na vida. As operárias, como é evidente, constituíam figuras aplaudidas por todos. E o interessante é que quanto mais doutrinário fosse o agrupamento político – e mais distante estivesse da prática social concreta – mais esquerdistas eram suas feministas e mais abstratas suas “operárias”; “donas-de-casa da periferia”, etc. Neste sentido, a segunda fase do BM, dominado por mulheres com certezas políticas, que dispensavam maiores comprovações para falarem sobre e pela mulher operária, é a mais doutrinária e paternalista: substituindo as reportagens com pessoas e fatos por certezas tiradas de programas políticos, acadêmicos na linguagem e vazios de conteúdo o suficiente para não passarem de uma soma de generalidade de inspiração marxista.

As feministas, portanto, usaram as operárias como símbolo, legitimando-se com a bandeira de sua defesa. Ao mesmo tempo, usaram o símbolo como álibi, escondendo-se atrás dele (não estou incorrendo em subjetivismo e falando de mim; estou sendo científica e falando dela, a operária...). As mais doutrinárias, evidentemente, eram as que mais temiam receber a pecha de “pequeno-burguesas” e epítetos similares, de intenções insultuosas. Assim, terminaram por reduzir a questão feminina quase que exclusivamente à operária: as outras mulheres não tinham qualificação suficiente para serem oprimidas. Além disso – e o que é mais grave – reduziram a operária a um conceito, empobrecendo a dimensão de sua luta, por melhores condições de luta e de trabalho. Finalmente, enquanto Joana Lopes, no acima citado editorial nº 1 do BM abordou de maneira honesta

o problema do público leitor, concluindo que dificilmente o jornal seria tão universal quando o desejado, as responsáveis pela segunda fase do BM partiam da premissa de que leitora símbolo e público leitor eram exatamente idênticos, escamotenado o fato de que jovens universitárias e de classe média – de condição similar a das editoras do BM e do NM – constituíam o público mais receptivo do jornal, não obstante o fato dele ter sido bastante distribuído entre os clubes de mães com as quais feministas mantinham contato. Assim, em maio de 1978, as feministas do BM ainda produziam editoriais em que esclareciam seu compromisso *“com a luta pela libertação da mulher, especialmente a trabalhadora, a operária, a empregada doméstica e mesmo a dona-de-casa da periferia, que faz o impossível com o salário do marido”* (editorial do n° 12).

Desta maneira, a leitora típica tornou-se uma fantasia que não deixava de ser, ao mesmo tempo “projeção”, no sentido psicanalítico do termo. Imagem construída pelas próprias redatoras, a leitora se definia primeiramente, como vimos, por sua classe social. Assim, se achamos importante dialogar (monologar seria mais preciso) com as operárias, imediatamente imaginamos/fantasiemos “a operária”. Pobre, com problemas de dupla jornada, cansada ao final do dia. Enfim, somos capazes de enumerar todas suas desgraças cotidianas, mas, excluindo o fundamental – a operária vive, ama, sofre, ri, chora e é de carne-e-osso – e falamos então com uma abstração. Com nossa fantasia de operária; perfeitamente caracterizada do ponto de vista da inserção na esfera produtiva mas dessexualizada enquanto pessoa. Nossa operária não tem sexo: é só uma máquina de trabalhar em casa e na fábrica. Concedemos que tenha consciência de classe mas lhe negamos direito às emoções. Projetamos nela todos nossos medos, inseguranças e falta de perspectiva. É porque “ela” poderia não entender direito é que não falávamos dos abortos, do prazer, do amor, do ressentimento, da identidade feminina. Dizíamos que “ela” deveria estar muito preocupada com o problema do custo de vida para poder pensar no resto. Com isto, fugíamos de nossos

próprios temores; da dificuldade em falar da nossa opressão, quando alguma eram esposas convencionais que viviam com homens que lhe causavam repulsa física.

É evidente que os métodos de trabalho das feministas terminaram por influir neste conceito de leitora típica. O NM que indiscutivelmente defendia uma concepção mais ampla de feminino, considerando importante prestigiar literatas, como Lygia Fagundes Telles e Carolina de Jesus (que unia esta condição à de ex-favelada); atrizes/cantoras como Norma Bengel; teatrólogas como Leila Assumpção, contava também com maior número de jornalistas profissionais. Estes dois fatos conjugados explicam a maior preocupação deste jornal com reportagens, depoimentos, material colhido do cotidiano da cidade. Como íamos conversar com espírito menos pré-concebido (sem termos a operária revolucionária como meta e “ganhá-la” ou “ampliá-la” para a Causa, como objetivo) ouvíamos mais, isto é, aprendíamos mais. É por isto que falamos e ouvimos operárias, donas-de-casa, faveladas, empregadas domésticas, como o *Brasil Mulher*. Mas, também, de ascensoristas, margaridas, mulheres negras, torcedoras do Corinthians, prostitutas, mulheres intelectuais de classe média etc. Ao mesmo tempo, existia uma maior preocupação em ser fiel aos depoimentos: a matéria realizada com operárias da Fábrica Arno, por exemplo, não tinha outro objetivo do que dar espaço para que as mulheres que fabricam eletrodomésticos quando questionadas sobre sua reação, frente ao acúmulo de queixas que tinham realizado a respeito das condições de trabalho e do desrespeito masculino na fábrica, a resposta foi publicada na íntegra não obstante o certo desalento que ela trazia: “Não se faz nada. Ficamos comentando uma com a outra. Só reparando...” (NM n. 6).

Ademais, na medida em que o trabalho de distribuição do jornal era também um momento de discussão e conscientização dos grupos de mulheres com as quais tínhamos contatos, o resultado é que, pouco

a pouco, fomos comprovando na prática a universalidade de certas sensações; o mal-estar do “ser mulher”; o sentimento de sofrer uma injustiça sem conhecer exatamente suas proporções. Jung, em *Resposta a Jó* (1979, p. 59) fala do “processo de libertação de um estado de inconsciência muda e impotente”. Muitas vezes, os encontros entre feministas e mulheres moradoras da periferia, participantes de clubes de mães, provocaram efeitos semelhantes, como se a reflexão da outra sobre sua condição impulsionasse a auto reflexão e a libertação de emoções e percepções reprimidas. Quanto mais entendíamos a condição da mulher maior a concretude dos personagens que passaram a povoar as páginas dos jornais, e maior segurança na exposição de temas até então considerados “delicados”. Passamos a distinguir o discurso sobre os clubes de mães, dos responsáveis ligados à hierarquia católica, que também falavam de mulheres-modelos e não das necessidades e anseios daquelas que iam todas as quintas-feiras às reuniões dos clubes de mães. De fato, eram as freiras, e não as mulheres que se reuniam sob sua supervisão, que reduziam a questão sexual a esfera da procriação e entravavam discussões sobre aborto e divórcio. Em outras palavras, testemunhamos, como repórteres do *Nós Mulheres*, a limitação dos espaços concedidos pela Igreja à organização das mulheres: limitação perfeitamente coerente, diga-se de passagem, com os cânones e valores da religião católica. O que implica, por outro lado, que esta forma de organização só leva em conta a mulher enquanto membro de uma comunidade pobre, logo, sofrendo problemas ligados à ausência de equipamentos básicos (água/esgoto/energia elétrica/transporte) e coisas no estilo: mulheres que deveriam ser organizadas por sua condição socioeconômica e nunca a partir de seus problemas como sexo oprimido.

Mulher Fragmentada

Unir os pedaços em que a mulher está dividida, proposta do 2º Congresso da Mulher Paulista, é tocar no ponto sem equacionar de maneira correta a questão da opressão feminina. A descoberta da identidade – do sentido e dos limites do “ser mulher – passa pela compreensão da dinâmica que integra e dá coerência aos pedaços “mãe; “esposa”; “dona-de-casa”; “operária”, etc. Em outras palavras, o que distingue a operária do operário não é a capacidade de trabalho, inteligência, produtividade e tampouco se reduz à maior exploração de que a mulher é vítima no processo de produção, ao receber menor salário por igual trabalho, dificuldades em ascender na carreira. A distinção fundamental é que o homem, quando trabalha, cumpre aquilo que a sociedade espera dele; está quites com “seu dever”, enquanto que a mulher não se desliga do trabalho doméstico, tanto no sentido de desgaste material – a energia física gasta no lavar, passar, cozinhar, cuidar das crianças – quanto no espiritual – o desgaste psíquico por estar constantemente preocupada com o cuidar, velar, preocupar-se com doenças, etc. Esta diferença fundamental existe e se reproduz graças à assimétrica e desigual divisão do trabalho no interior da família.

A fragmentação imposta pela vida social entre trabalho e lazer (a própria oposição entre trabalho e prazer, cronometrando e definindo o tempo a passar nas fábricas; o tempo gasto em transportes e o pequeno tempo para a vida privada), já é uma maneira de despedaçar os indivíduos. A ela se deve a rigidez do “ser homem” e “ser mulher”.

A própria organização das mulheres na última década e meia é bastante sugestiva das dimensões da fragmentação: unidas em torno de sua condição de mães (os clubes de mães), de dona-de-casa (associações de donas-de-casa) e, via de regra, atuando nos exatos limites destes papéis familiares, na medida em que o objetivo

subjacente a tais espaços de atuação reside mais em fazer a mulher participar de experiências coletivas/comunitárias a partir de sua condição familiar do que propriamente fazer a crítica desta condição. E o fato de que as primeiras interlocutoras das feministas fossem exatamente essas mulheres – organizadas como mães e donas-de-casa – pesou significativamente na linguagem e conteúdo de nossos jornais.

Quando conhecemos nossas leitoras de carne-osso – pois nos deslocamos até seu bairro de residência, levamos os jornais para a discussão, escutamos sua maneira de entender o que foi escrito e as matérias que mais lhe agradaram – estamos também nos comprometendo com seus problemas. E como as mulheres – nos primeiros contatos e diante da presença de estranhos – falam principalmente dos problemas comunitários (pois foi exatamente um deles – a água; o posto de saúde; etc. – que propiciou as primeiras tentativas de trabalho organizado) a maior solicitação que recebíamos era a de denunciar tais problemas, colaborando no sentido de pressionar as autoridades competentes. Nesta medida, as matérias sobre condições de vida na periferia tinham presença marcante em ambos jornais feministas. Mas, por outro lado, reduzimos a problemática destas mulheres às suas condições materiais de existência, limitando-os a retratar o mais visível a muitas vezes, naquelas reuniões em que quinze ou vinte mulheres, com a presença de alguém da hierarquia católica (padre ou freira) expunham seus problemas, tínhamos a sensação de assistir uma peça de papéis bem definidos, onde cada um já conhecia de antemão o que diria o outro. Com o tempo, aprendemos que falar com mulheres através de um coletivo de trabalho e ouvir os objetivos deste último e nunca a mulher concreta. O que dona Maria dizia na reunião do clube de mães era bem diferente do que ela viesse posteriormente dizer em um grupo de discussão não hierárquico, tal como se observou no 1º Congresso da Mulher Paulista.

Parque das Américas /Parque do Lixo

– um bairro que não tem pior, nem muito melhor que os outros.

Por isso, talvez seja um bom retrato da maioria dos nossos bairros da periferia.

Mas seriam essas condições de vida adequadas e satisfatórias para a população?”

(Título e “chamada” de matéria de página inteira no *Nós Mulheres* n. 2 setembro/outubro de 1976).

O LESTE DE SÃO PAULO

A região Leste situa-se na periferia de São Paulo e compreende vários bairros: São Francisco (...). Essa região tem uma população de mais ou menos 50 mil habitantes. Os homens são em sua maioria operários e as mulheres, empregadas domésticas.

Como diz uma de suas moradora – Como todo bairro da periferia de São Paulo, é um bairro muito pobre. Aqui, o salário mais alto de uma pessoa que tem cinco pessoas para sustentar, é de Cr\$ 1.800,00.

A Zona Leste 2, como toda a periferia de São Paulo, não possui as condições mínimas para que sua população leve uma vida ao menos sadia.

(Título, “chamada” e primeiro parágrafo de matéria de página inteira publicada no *Nós Mulheres* n. 3, novembro/dezembro de 1976).

As matérias sobre condições de vida em bairros de periferia – que não se afastavam do modelo acima, ou seja, uma radiografia da pobreza em que o exemplo era menos importante do que a acusação implicará aos responsáveis pela manutenção do *status quo* foram, pouco a pouco, sendo substituídas por ampla cobertura ao Movimento pelo Custo de Vida e reportagens com a Associação das Donas de Casa e Associação das Empregadas Domésticas. O *Brasil Mulher*, na verdade especializou-se primeiramente no tema “custo de vida” e, a partir de 1978 principalmente, concentrou-se na questão da participação sindical feminina: estes dois, assim como a importância dada a luta pela anistia, são marcantes em termos de presença editorial. Também no *Nós Mulheres* estes temas aparecem mas existe uma maior presença de matérias sobre figuras de mulher (desde o

primeiro histórico sobre o feminismo brasileiro aos depoimento de escritoras, cantoras, prostitutas, etc.) e reivindicações por creches.

Anistia não é perdão: é um direito.

Tiradentes condenado e executado por ter lutado pela liberdade de sua pátria e hoje um herói do Brasil.

(Título e “chamada” de matéria de página inteira, BM n. 2/1976).

CUSTO DE VIDA: o mutirão chega à Praça da Sé.

As mulheres vão se juntando na escadaria da Catedral da Sé. No começo são poucas, mas depois de algum tempo já são bem mais de 100. Populares começam a ficar curiosos para ler os cartazes carregados por elas: “Somos contra a carestia”, “o preço do custo de vida sobe de elevador enquanto nosso salário sobe pela escada”, “Como pode um povo viver nessa carestia”.

Essas mulheres estão vindo de bairros bem distantes do centro. Demoraram mais de uma hora para chegar na Praça da Sé. São na grande maioria do donas-de-casa, moradoras na periferia. Foram elas que organizaram o mutirão de coleta de assinaturas para o abaixo-assinado que o Movimento do Custo de Vida lançou três meses atrás. Esses mutirões já vem sendo realizados nos bairros: grupos de pessoas interessadas nessas lutas, vão de casa em casa colher assinaturas e mostrar a necessidade de participação nesse movimento, muitos moradores dos bairros, a partir desse tipo de encontro, passam a aderir ao movimento”.

(Título e “chamada” e dois primeiros parágrafos de matéria página inteira publicada no BM, n. 13/junho de 1978).

MULHER NA CHAPA DA OPOSIÇÃO

A mulher precisa tomar seu lugar como participante consciente, não como espectadora. Para tanto, é necessário que participe politicamente das entidades de classe.

A luta que norteia as divisas da Chapa 2 dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, é a luta de todos nós, “por salários compatíveis com o real aumento do custo de vida, pelo cumprimento dos direitos conquistados pelos trabalhadores, por salários iguais para todo trabalho igual, pelo adicional de insalubridade, contra a explo-

ração de mão-de-obra feminina, pelo incentivo à mulher na participação da vida sindical, pela garantia de emprego da mulher durante a gestação, pela criação de berçários nas empresas, por liberdades sindicais”, pelo direito de viver”.

(Título e dois primeiros parágrafos de matéria de página inteira. BM n. 11, março de 1978).

Este era o estilo: autoritário: impositivo – *“A mulher precisa tomar seu lugar como participante consciente”* – e simplista – *“para tanto é necessário que participe politicamente das entidades de classe”*. Deslindar a complexidade do “porque a mulher não participa” supõe, como já falamos anteriormente, entender os papéis femininos e masculinos no interior da família, a dupla moral sexual, enfim, o patriarcalismo dominante. Senão, estamos chamando as mulheres de comodistas pois tudo se resume a “participar”, como se elas não participassem de inúmeras outras atividades; como se elas não fossem, muitas vezes, impedidas pelo machismo do marido/pai/homem-da-casa de frequentar o sindicato (“Mulher direita fica em casa só sai para ir na Igreja”), como se não existisse o problema de não ter com quem deixar os filhos, enfim, como se sua decisão de participar do sindicato dependesse apenas de boa vontade. Mas se as matérias “didáticas”, através das quais as editoras passavam seus recados políticos eram, em geral, tão doutrinárias e superficiais o mesmo não acontecia quando as operárias eram entrevistadas. No mesmo número do BM, por exemplo, em matéria de três páginas são publicados os resultados de pesquisa com operárias participantes do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica. Algumas frases das entrevistadas:

Fazemos o mesmo trabalho mas não ganhamos igual: os homens são registrados como prensistas e as mulheres como práticas de injetora. Isso não tá certo. Pelo menos serviço tem que ganhar a mesma coisa, a não ser que o homem faça um serviço que a mulher não tem condição de fazer.

Os homens são mais unidos, se reúnem, eles ameaçam a mulher ela se conforma mais.

Não há união entre as mulheres. Os homens tem mais força, por isso as mulheres ficam por baixo. Eles são todos homens e se protegem. O dono da fábrica é homem e acha que o homem trabalha mais. Acho que a virgindade deve ser conservada porque os homens dão importância a isso e se a mulher não é mais virgem eles não confiam. Virgindade é problema que não vale mais. Hoje em dia é até errado casar cedo demais. Aborto é errado. Deve ter a criança. o que é feito, é feito. Sim, deve fazer o aborto. Sei que fazer é errado, a gente deve evitar ficar grávida, mas deve-se também evitar que venha alguém no mando pra sofrer. Cabe ao homem sustentar a casa e a mulher cuidar dos filhos. Ter um lar é bom porque arruma a vida da gente; se o marido trabalha, a gente não precisa trabalhar. Quero abandonar o trabalho já estou cheia. A mulher, trabalha em casa e na fábrica, se desgasta mais, envelhece e o homem fica todo boneco. O homem só faz o trabalho de casa quanto não tem nenhuma mulher que faça por ele. Ser casada ter filhos e uma responsabilidade muito grande. Sem saber como estão os filhos, não se trabalha direito. Acho que devia dividir o serviço de casa com o marido, caso a mulher trabalhe fora. Não concordo com hora extra, pra mulher, que tem que cuidar da casa. Homem pode porque não tem o que fazem em casa, fica à toa. Se os homens acham que são melhores do que as mulheres então trabalhem à noite. Mas tem que ter tempo também pra namorar?.

(BM, n. 11, março 1978)

Entre o discurso das feministas sobre as operárias e discurso das operárias sobre si mesmas, existia, nestes primeiros anos de contato, um visível abismo. Paulatinamente, como já acentuamos, as mulheres falando de sua situação concreta enriqueceram as matérias comprovando, apesar das feministas não tirarem naquele então, as consequências políticas, a importância do trabalho comunitário quando acompanhado da prática de reflexão em grupos. Uma reportagem exemplar, neste sentido, foi realizada pelo *Brasil Mulher* (n. 12 maio de 1978) junto a Associação das Donas de Casa:

Burgo Paulista é um bairro da periferia de São Paulo. Fica a mais de uma hora de distância do centro da Penha, por ruas estreitas e mal asfaltadas, estragadas por um trânsito intenso, lá não tem água encanada, esgoto ou telefone. E o centro do bairro é uma capelinha, “a igreja do Padre Xavier”. A Associação das Donas de Casa do Burgo Paulista é parte de uma associação maior, que reúne mulheres de todos os bairros da Zona Leste de São Paulo. Essa associação existe desde 1963 e foi formada, inicialmente, por mulheres que trabalhavam na Ação Católica Operária (ACO). Com os homens, elas discutiam problemas relacionados à produção, às condições de trabalho e aos salários. Mas começaram a sentir necessidade de se reunirem separadamente – só as mulheres – para discutir os problemas delas. “Sabe? Alguns problemas interessam mais as mulheres, são problemas que, elas têm que enfrentar mais de perto do que o homem, que fica o dia inteiro fora de casa, trabalhando”. Hoje, a associação já tem núcleos funcionando em vários bairros e tem um lema. *Amizade, Formação, Ação.*

A ação inclui as lutas por melhorias no bairro, pesquisas, e também trabalhos como que elas fizeram para participar das comemorações do 8 de março, e que ficou conhecido como “Jogral da Zona Leste”. E tem mais coisas que o grupo faz junto. Discute, como disse a Cida, a educação das crianças: se deve ser a chamada “educação libertadora”, se as mães devem ou não usar a repressão. Outro problema que debatem muito nos grupos é o relacionamento com o marido. “No começo foi difícil, o pessoal tinha vergonha de falar”, explicaram. Conversando, elas descobriram que a maioria das mulheres não sente prazer em nenhuma relação sexual. Descobriram, também, que a falta do prazer e decorrência da “educação de ser inferior ao homem”: “Porque casou, tem obrigação de dar”, disse uma: E arrematou: “Mas não pode ser assim. Tem que ter prazer”. Todas elas sabem que a indiferença sexual pode ser razão para desquites e separações. “Tinha uma moça que estava nessa situação. E ela conversava com a gente e dizia: pra que eu quero esse homem? Só pra me sustentar, né? Aí nos conversamos com ela, e ela conversou com o marido. Tem muita gente que melhora, sai da associação e discute com os maridos, em casa”. É o caso de Maria José, que antigamente chorava muito cada vez que o marido ameaçava de separação. “Eu achava que mulher sem

marido não prestava. Hoje, eu cheguei à conclusão de que ou a gente presta ou a gente não presta. Pode bater porta, bater guarda-roupa, mas a minha opinião é essa. Acho que hoje eu teria coragem de viver sozinha, ia ser difícil, mas agora eu vivo com meu marido porque quero, não porque ele traz dinheiro ou me dá nome”.

É o que e que os maridos pensam? Uns acham que esta certo elas se reunirem e discutirem os problemas do bairro. Eles dizem que não podem fazer nada, são operários e “são mais observados”. Outros não ligam que a mulher participe, “mas não dão valor”. E tem alguns que acham que é coisa de quem não tem o que fazer: “o meu marido fala que é tudo putaria”, reclama uma das associadas. E arremata: “Eles não gostam disso porque sentem que cada vez mais perdem as rédeas... Mulher participante quer ser dona de seu nariz, tem opinião e eles não estão acostumados com isso”.

Mas o grande problema de fato era enfrentar a questão do opressor. Enquanto operária a mulher é explorada pelo patrão capitalista; enquanto assalariada em geral pelo empregador; assim abrir as baterias contra o patrão, o empregador, e os poderes constituídos representa tarefa política de amplo respaldo no interior da oposição. Mas quando o opressor se individualiza – não é mais o “regime ou o “sistema” nem exclusivamente o “capital” – a questão passa para a esfera daquilo que, precisamente, é entendido como domínio privado: as relações afetivas e familiares entre homens e mulheres. Neste sentido, a sucessão de temas privilegiados esclarece bastante esta necessidade – inconsciente, é claro – de tratar do externo (o patrão, o governo, etc.) e não do privado (o marido, o amante, o pai, etc.). Assim, o mesmo processo que levava as feministas a falarem dos problemas e da opressão da “outra” (a operária; a mulher pobre, etc.), fugindo dos seus próprios problemas e opressão, está na base da dificuldade em tratar da questão fundamental: o opressor direto.

Os marxistas estão cansados de saber que a destruição do capitalismo supõe o término da relação social que sustenta a realimenta; a reprodução do par proprietário dos meios de produção versus proprietário da força-de-trabalho. Esta diferenciação

elementar não elimina, entretanto, as dificuldades de se atuar na prática, de definir os caminhos e as lutas que ponham fim ao par oprimido/opressor. De um lado, está o opressor pouco consciente ou pouco disposto a abrir mão de seus privilégios; do outro, o oprimido, tentando ter consciência temerosa, também, de fazer face a aquele que o oprime.

O face-a-face com o patrão – com quem temos pouco laços de amor – já é difícil. Como enfrentar o opressor no cotidiano, quando ele é o pai, o irmão, o marido? Entende-se, então, porque a imprensa feminista, permanece sempre na opressão particularizado na figura dos inimigos comuns dos explorados.

E neste sentido, a figura da operária era especialmente oportuna, por aliar as duas opressões e nos permitir, portanto, tratar principalmente daquela que se processa na fábrica. Em relação ao trabalho doméstico: jogar sua responsabilidade aos poderes públicos, reclamando creches, lavanderia coletiva, etc. Dividi-lo com os operários, os maridos? Nunca! Eles também chegam cansados. É por isto também que a única maneira de divulgar a existência das donas-de-casa (dos Clubes de Mães e Associações de Donas-de-Casa) enfim, das mulheres que exerciam em tempo integral a atividade doméstica, não tendo nenhum patrão em cima do qual pudéssemos jogar a culpa de tudo, era falar de suas condições de vida e nunca delas mesmo. Elas personificavam a miséria do custo de vida, da falta de transportes, da inexistência de postos de saúde, etc. Por isto, enfim, a necessidade de fragmentação: algumas mulheres personificando a miséria das condições de vida no capitalismo; outras a super-exploração da força-de-trabalho; outra a falta de direitos políticos. Cada uma contando a história de uma forma de opressão, ao mesmo tempo que denunciando os excessos da opressão sobre o sexo feminino. Mas nenhuma delas trazendo a questão integral, o realmente específico: a opressão masculina.

Trabalho e Política: os eixos temáticos da imprensa feminista

A crescente participação feminina nas atividades remuneradas extra lar, como bem registram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD), (apontando a porcentagem de 33% de mulheres no total da população economicamente ativa, em 1978) constitui uma das razões pelas quais o tema mulher/trabalho e largamente majoritário nas páginas da imprensa feminista. Mas, a predileção das feministas pelo tema trabalho está também relacionada a convicção de que a autonomia econômica da mulher é condição necessária para sua emancipação. Primeiramente, dado o fato de que existe uma diferença essencial entre depender ou não do marido como única fonte provedora de recursos monetários da família. Em outras palavras, mesmo que o trabalho doméstico executado fosse reconhecido em sua condição de trabalho, as mulheres que o exercem gratuitamente continuariam dependendo do marido como provedor de recursos monetários.

A segunda ordem de razão do tema mulher/trabalho diz respeito à importância da prática de trabalho coletivo para a tomada de consciência do caráter do sistema capitalista. É vivendo que se aprende, diz o ditado, o que, deduziam as feministas, implica na necessidade da experiência das fábricas e outras unidades de produção capitalista. Daí a importância-símbolo da mulher operária: aquela que vive a condição de classe operária tanto através da família (o pai, o marido) quanto através da sua subordinação direta à lógica do lucro. E como os jornais feministas eram também anticapitalistas a passagem da mulher à condição operária era vista como um avanço relativo. Hoje, outras possibilidades de conscientização são levantadas, assim como estão sendo criados novos espaços de atuação política. Mas, alguns anos atrás, quando a experiência da organização pela base ainda engatinhava – e estava bastante circunscrita a área de atuação da

Igreja – a importância da luta operária era supervalorizada. Já vimos a crítica realizada pelo BM à não participação da mulher nos sindicatos: crítica que, como já se tornara um hábito, incriminava a vítima. Em artigos como esse prevalecia a omissão de outro dado importante: se as mulheres participam pouco dos sindicatos (e conhecemos as razões de ordem familiar que concorrem grandemente para esta ausência), os homens também são pouco ativos. Em poucas palavras, a classe operária brasileira, em grande medida, ainda enxerga seu sindicato como uma espécie de instituição de prestação de serviços médicos, jurídicos, etc., participando pouco tanto da vida sindical quanto da luta operária propriamente dita. Inúmeras são as razões históricas que explicam tais fatos mas tem sido a prática – e o reinício de um autêntico sindicalismo a partir das bases, visível nos últimos anos – que vem transformando a relação do operário com a luta pelos seus interesses de classe. Dados cedidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, conhecido exatamente por representar um dos setores operários mais combativos, informam a existência de cerca de 400 mil trabalhadores na categoria, dos quais apenas 65 mil são associados ao sindicato: isto é, apenas 13% de sindicalização em 1980.

O reanimar das lutas operárias, a partir de meados dos anos 70, demonstrou a presença marcante das mulheres, capazes não somente de prestar decisiva contribuição no período de greves como, também, demonstrar suficiente capacidade de mobilização para organizar os vários congressos de mulheres trabalhadoras, já citados anteriormente. O 1º Congresso das Metalúrgicas recebeu enorme ressonância nas páginas do BM e do NM; sua importância, neste sentido, foi mais acentuada que o próprio 1º Congresso de Mulheres em São Paulo.

O estilo das matérias com operárias não variava muito. As péssimas condições de trabalho eram acentuadas; falava-se da dupla jornada a que estão submetidas as mulheres por também realizarem o trabalho doméstico, a inexistência de creches apesar da legislação a respeito e, invariavelmente, apontava-se para a necessidade da

sindicalização. Em relação a algumas propostas – como a liberalização do trabalho noturno – tiveram atuação marcante, denunciando suas consequências negativas que o ponto-de-vista oficial omitia.

Trabalhando a noite a mulher faria todo o trabalho da casa, cuidaria dos filhos no momento em que estes dão mais trabalho e passaria ao marido apenas o cuidado com as crianças enquanto dormissem. Estaria assim caracterizada totalmente a tão falada & denunciada dupla jornada de trabalho em toda sua extensão. Dormir, mesmo, que é bom e necessário só quando as crianças dessem uma folguinha, fossem brincar ou para escola.

E esse não é o único problema. Todas, as entrevistadas por *Nós Mulheres* falam em seu medo de serem assaltadas, violentadas, no caminho de ida e volta do trabalho. Esta é, aliás mais uma característica de uma sociedade machista que simplesmente não respeita a mulher que é vista a noite nas ruas. o que fazer, então, diante de tal situação? Se a mulher trabalha de dia, deixa as crianças sozinhas – dada a falta de creches que deveriam ser mantidas pelas empresas com mais de 30 funcionárias, como manda a lei – e quando chega em casa ainda tem que fazer todo o trabalho doméstico. Além disso, ganha menos. Se, por outro lado, trabalha a noite, enfrenta a situação já exposta. Que fazer?

Talvez lutar para que caia a proibição legal do trabalho noturno, dando forma de lei a uma realidade que já está aí faz tempo. Reivindicar então, que na nova legislação sejam previstas maneiras de proteção a esse trabalho. Que sejam dadas condições de segurança para que a mulher possa transitar sem os temores atuais. Talvez.

Sim, talvez. Porque se um dia a nossa sociedade puder assegurar tais direitos, é bem provável que não seja mais necessário, para ninguém, o trabalho na hora em que todos devem dormir.

O que não tem talvez, é a necessidade de sobreviver, de criar os filhos.

O que não tem talvez é a necessidade de adequar as leis à realidade, e a urgência de não permitir, que leis como a que garante estabilidade da mulher grávida, por exemplo, encontrem em seu próprio texto ‘jeitinhos’ para não serem cumpridas, pois se sabe que geralmente a mulher que engravida é demitida, mesmo que com seus direitos pagos.

Enfim, e uma situação tão delicada que chega quase a ser o drama de um condenado à morte, ao qual é dado o ‘direito’ de escolher entre morrer na forca ou por

fuzilamento. Trabalhar de dia ou à noite?
Acorda, menina, que é hora de trabalhar, papai está
trabalhando, mamãe também já vai.

(*Nós Mulheres* n. 5, junho/julho de 1977).

Os depoimentos constituíam outra maneira de abordar a questão, proporcionando uma riqueza de detalhes e emoções que uma matéria não alcançaria:

“Pagamento”. Pagamento é a última coisa que os patrões pensam em pagar, pra gente. Eles pensam em tudo, em passar a mão nas empregadas, cantar as empregadas, há até aquelas que se vendem por um lugarzinho mais alto que as outras, mas o fator moeda, aí é mais difícil. Inclusive na última firma que eu trabalhei tinha um mestre que não era de cantar, não. Ele era muito bonito. Quer dizer... em terra de cego, quem tem um olho e rei. Mas ele era o único que tinha um olho. Ele tinha um sorriso tão bonito que por causa disso todo mundo ficava quieto e topava qualquer coisa. Só pra ver o homem sorrindo era pra ele não ficar danado. Quando eu entrei na firma, elas ficaram tudo na marcação, achando que era mais uma para entrar no rol. Mas eu não, eu sempre entrei na firma pra ganhar dinheiro. Então quando o aumento não apareceu eu perguntei pras moças: ‘vocês foram falar?’, porque elas eram mais velhas de firma, tinham mais amizade com o homem. ‘Vocês perguntaram pro chefe aí quando é que vai sair o aumento?’ ‘Ah, eu fui falar com ele, mas o seu José disse que vai sair no mês que vem’ e não sei mais o que. Aí eu disse: ‘O homem sorriu e vocês calaram todas’. Todo mundo desconversou e eu disse: ‘Isso mesmo, o dia que o vendeiro aceitar o meu sorriso como pagamento da mercadoria que eu levo pra casa, eu aceito mas quando ele não aceitar, eu também não aceito’. O homem ficou na marcação comigo, ficou de mal, até eu ter que apelar pra ser mandada embora. Eu tinha um patrão que já chegava e vinha pondo as mãos nos ombros de todo mundo. Aí, um dia eu perguntei pra ele meio na brincadeira, porque é que ele fazia isso. Ele disse: ‘é porque eu gosto de por as mãos nas bonitas e como eu não posso fazer isso só com as bonitas, eu tenho que por as mãos em todas, senão fica mal’.

Geralmente os patrões só aceitam homens como chefe. Mulher quando é chefe, fica de chefe de sala de pano, onde você compra roupa, uma chefinha assim de terceira

categoria, porque chefe mesmo é homem, todos eles. Mulher tem capacidade, mas eles não põem mulher como chefe. Em todos os lugares em que trabalhei, era tudo homem: o gerente, o mestre, o contramestre, era tudo homem. Desde o ajudante. Agora, tem vigia mulher. Em todas as fábricas, desde as menores até as maiores, existem as espiãs. Isto é o maior problema das tecelagens. Eu acho que quando a gente descobrisse um devia, linchar, ele ou ela, no caso. Porque eu não admito isso. Na têxtil Mococa tinha as vigias que ficavam marcando no relógio quantos minutos você ficava no banheiro. Eu acho que isso é uma escravidão desgraçada, porque se a pessoa está desarranjada, está frita, porque tem que marcar hora pra entrar e pra sair”.

“TODOS OS CHEFES SÃO HOMENS”

“E o banheiro em geral é fora. Não sei se você conhece uma tecelagem: a gente tem que passar o fio numa malhinha muito pequenininha e depois o pente e mais ou menos como o buraquinho de uma agulha e você tem que enfiar os fios um por vez. E os pentes são muitos fininhos, muito mais fino que pente fino, e você tem que ter uma lâmpada perto e uma vista muito boa. As luzes geralmente ficam muito embaixo pra você enxergar e nesse caso ela esquenta, temperatura lá dentro não é brincadeira, é sempre quente. Agora você sai de lá fora em baixo de chuva, é fogo. Tanto que eu fiquei com quatro bicos de papagaio, é uma calcificação na espinha, de friagem de ir ao banheiro na chuva, e a luz prejudica os olhos, a maioria do pessoal usa óculos, eu também uso. As condições de trabalho em geral são uma tristeza. Geralmente não se tem bebedouro, a pessoa tem que levar uma moringuinha de água e por embaixo dos teares. Agora, não, ultimamente parece que estão dando em cima e está havendo um pouco de limpeza. Mas no tempo que eu estava trabalhando era uma porcaria. Não tinha lugar pra comer. Não tinha lugar pra sentar. As vezes você comia mesmo no meio dos teares, sentava num banquinho ou caixão, na caixa das espulas, e comia aí mesmo, amontoada como qualquer coisa, uma coisa triste. Mas quem é que vai andar atrás da lei? Quem olha a lei? Os fiscais entram aí, entram no dinheiro e pronto. Não verificam e se verificam fazem olho cego”.

(*Nós Mulheres*, n. 1 junho de 1976).

Enquanto as matérias com entrevistas ou os depoimentos publicados na íntegra proporcionavam informações e reflexões sobre a condição operária, fugindo, em geral, ao doutrinário e ao simplismo, o material editado sob a rubrica “política” revelava não somente a própria mediocridade da compreensão política das redatoras dos jornais feministas como sua atitude elitista frente à leitora. Em outras palavras, ainda pensávamos política no seu sentido mais restritivo – limitada à vida parlamentar e ao funcionamento da máquina burocrático-administrativa – ao mesmo tempo que reduzíamos ainda mais esta problemática para “ficar no nível da nossa leitora”. Esta concepção paternalista era típica das mulheres responsáveis pelas matérias políticas que, via de regra, expressavam os pontos de vista das tendências com as quais se identificavam. A contribuição do *Nós Mulheres* às eleições municipais de novembro de 76 foi uma matéria no estilo “popular-didático” em que o povo terminava sendo responsabilizado por situações evidentemente criadas pelo terror político-policial dos anos anteriores. Algumas frases exemplificam bem esta postura:

Se até agora a população tinha, uma atitude conformada (sic) diante de seus problemas, a situação começa a mudar, tanto que vários trabalhadores decidiram disputar eles mesmos as eleições (...).

Esta nova atitude de querer participar na solução dos problemas aparece neste trecho do jornal da Associação das Donas de Casa (...).

(*Nós Mulheres*, n. setembro/outubro 1976).

A participação nas eleições transforma-se, assim, no resultado da “atitude de querer participar: a população agora resolveu querer participar...” Seria difícil encontrar estilo mais superficial e despido de emoções do que o imperante nas matérias políticas dos jornais feministas. Em que algumas palavras mágicas deveriam dizer aquilo que o artigo não conseguia - condições de vida e trabalho, participação, povo, democracia.

A própria ilustração das matérias e dos temas exemplifica a dificuldade em desvincular política de estereótipos: o *Brasil Mulher* n° 14, de novembro de 1978, tem sua contracapa ocupada por uma charge em que DÁ-LHE POVO é a legenda para um negro desdentado – camisa listrada, sandálias havaianas – que dá uma banana (para o governador) enquanto coloca na urna o voto MDB.

A figura masculina demonstra bem como a “política geral” era pensada em termos dos homens: inconscientemente assumia-se a visão dominante da maior qualificação/seriedade que o sexo masculino concede a um tema, enquanto que as mulheres são mais próprias para simbolizar situações mais frívolas. Ao mesmo tempo, cumpre assinalar o conteúdo populista, da utilização de um negro: a questão do racismo praticamente inexistia nas páginas do *BM*.

O didatismo político aliava-se ao machismo das colocações em que a leitora era desrespeitada duas vezes: por ser considerada pobre ela também era pensada como intelectualmente incapaz e, por ser mulher, ainda mais incapaz e conformista. Este é o caso da matéria de página inteira do *Brasil Mulher* n° 93, uma contribuição as eleições de 76, em que a “chamada” pergunta: “*A mulher votará baseando-se em seus desenvolvimento emocional, acomodando-se ou de forma mais participante?*” o enunciado contém uma implícita censura ao “emocional” que, não se sabe bem porque, é sinônimo de “acomodação”. A matéria, ademais, demonstra profunda ignorância acerca da participação política da mulher brasileira, assim como do fato de muitas das pioneiras do feminismo terem pertencido às classes sociais dominantes, graças ao que tiveram acesso ao saber dominante, como professoras, intelectuais, etc. Basta lembrar os nomes de Nísia Floresta. Berta Lutz, etc. sem se dizer do Partido Republicano Feminino, criado em 1910 (antes mesmo do voto feminino), que tinha como presidente de honra a mulher do então presidente da República, Orsina da Fonseca! (Hahner,1980). Mas nada melhor do que a transcrição de alguns trechos do incriminado artigo:

Embora a mulher tivesse direito de voto desde 1932, ela passa a participar, mais ativamente da política no Brasil a partir da década de 60, quando começa a mudar a composição do emprego feminino. Acentua-se a presença da mulher nas profissões liberais, nas fábricas, etc. E a partir dessa mudança na composição do trabalho da mulher que ela passa a inter interesses a defender, (pasmem: até então ela não teria interesses a defender!!!), e a participar do processo político.

Os argumentos de que o voto feminino é irracional, aleatório, não são inteiramente justos, (mas são, então, parcialmente justos..).

(*Brasil Mulher* n. 3).

Era, contudo, sobre o tema específico – a organização das mulheres – que a maior ou menor maturidade política das feministas revelava-se ainda claramente. Porque falar da opressão em termos gerais, ou, ainda, utilizar-se da opressão da mulher para denunciar a miséria ou a pobreza, não implicava em maiores trabalhos do que copiar o ponto de vista político dos jornais alternativos de tendências ideologicamente próximas ao maoísmo; ortodoxia soviética, trotskismo, etc. Quando se tratava da proposta de alternativas de luta comum para as mulheres, só o *Nós Mulheres* ousava defender a organização feminina a partir de seus problemas específicos (se bem que não chegávamos a aprofundá-los muito), insistindo sempre na necessidade de desenvolver este espaço unitário, além do estímulo para que as mulheres participassem de associações comunitárias, sindicatos e partidos. Analisando o conjunto dos números do *Brasil Mulher* esta omissão salta aos olhos, ainda mais que a insistência na participação sindical e partidária constituía uma das tônicas do jornal. Ele só foi tratar da questão, pressionado pelo próprio amadurecimento da reflexão do conjunto das feministas, no seu último editorial, de setembro de 1979, tendo de reproduzir um texto da *Associação das Mulheres* sobre o tema autonomia. Sintomaticamente, o último editorial do *Nós Mulheres*, de junho de 1978, também

falava da autonomia relacionando-a a temas importantes, como a heterogeneidade do corpo social, a diversidade de interesses a serem levado em consideração – da natureza a relação mais profunda entre homem/mulher – e a parcialidade do economicismo:

1978. ALGUMA COISA ESTÁ MUDANDO.

É verdade que as mulheres sempre estiveram presentes na história; mas foram mantidas nos bastidores. Entretanto, as mudanças nas condições históricas trouxeram a necessidade da participação direta da mulher na produção, marcando a sua presença no cenário das lutas sociais. Hoje, esse é um fato visível. Em nosso país, as mulheres não só participam ao lado só homens na conquista da democracia, como também, e isso é novo, dão a essa luta uma outra dimensão, reivindicando seus direitos enquanto mulheres.

Mas não apenas as mulheres. Na luta por melhores condições de vida e trabalho, surgem movimentos específicos de setores diversos da população. Os negros organizam-se pelo fim da discriminação racial; os índios defendem o direito de viver em suas terras; os homossexuais fazem-se reconhecer através de um jornal. Cada vez mais, discute-se a família, a moral, a sexualidade, a condição dos velhos e a educação das crianças. Os movimentos ecológicos vem alertar contra violência e a devastação da natureza. Esses fatos estão aí, basta abrir os olhos para vê-los. Cabe perguntar sobre o seu significado.

Uma coisa parece clara é a história é quem se encarrega de nos mostrar: a transformação das estruturas econômicas e sociais não é suficiente para a libertação de homens e mulheres. Se ela é, sem dúvida a condição necessária de qualquer revolução, ela, por si só, não garante, a transformação de todos os níveis da existência humana. Mesmo nos países socialistas restam muitas questões a serem resolvidas. A questão da democracia não é um problema solucionado nem sequer nesses países. É parte implícita de qualquer revolução democrática o fim de todo e qualquer tipo de discriminação.

Alguns dirão que, para aqueles que sentem fome e frio, a questão econômica é a única (ou a mais) premente. Concordamos, no entanto, isso não invalida o argumento de que a batalha deve ser travada em todos os campos. Seria negar o grande desafio que nos é colocado:

a transformação da sociedade envolve mudanças profundas no pensamento, na arte e nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres.

Se fazer política significa deixar que o “individual” se mantenha fragmentado, separado do “social” e esquecer que somos homens, mulheres, velhos, crianças, negros, brancos ou índios, com os problemas específicos dessa diversidade de condições, então, certamente resultará daí apenas uma mudança parcial, nunca uma verdadeira revolução.

O feminismo aparece dentro dessa nova concepção de política. Se as ideias feministas ainda não conseguiram uma organicidade que permita às mulheres atuar como um movimento social organizado alguns passos importantes já foram dados. Pela primeira vez, em nosso país, as forças democráticas incluem em seu programa político as reivindicações das mulheres e preocupam-se com a sua participação efetiva. Nos sindicatos o mesmo acontece. A questão principal é, então, como manter o autonomia da organização das mulheres democratas, enquanto um movimento social específico, garantindo que ela seja incorporado a luta pela democracia, não de forma isolada, mas como parte Implícita dessa luta.

E com essa problemática que nos defrontamos”.

Sexo e família na imprensa feminista

O silêncio não deixa de ser uma das maneiras de se falar de um assunto tal como revela a ausência da questão sexual nos jornais feministas: eloquente prova das dificuldades de se enfrentar diretamente temas proscritos pela moral burguesa. Enquanto se tratou de denúncias ou proposições doutrinárias e abstratas as feministas repudiaram a repressão sexual de que a mulher é vítima e que tem na dupla moral sexual seu aspecto central, como bem observara Freud ao relacionar as neuroses do homem moderno ao conteúdo da moral sexual de nossa cultura. Mas, quando o próprio processo de amadurecimento das mulheres dos jornais feministas levou ao

questionamento da prática comum e às características pessoais de cada uma, e estas, por sua vez, ao “subjetivo” e à sexualidade feminina, neste momento as feministas recuaram, alegando razões de ordem política. Em outras palavras, quando era preciso falar das coisas, aberta e despojadamente, as feministas tentaram fugir ao enfrentamento das questões das pessoais (que muitas vezes explicavam a dificuldade no trabalho unitário) sob o pretexto de que “trata-se de discutir politicamente e não pessoalmente”. E lançavam o “político” para a exclusiva responsabilidade de fatores externos tentando assim justificar a timidez no trato das questões relacionadas a moral sexual: afinal a Igreja não perdia oportunidade para reafirmar o casamento indissolúvel; o sexo para fins procriativos; o pecado da lascívia, sem se dizer da condenação mais do que veemente do aborto. Além disso, argumentava-se, as mulheres pobres poderiam não absorver colocações mais críticas a respeito da moral sexual e da família, devendo estar mais preocupados com o custo de vida.

Concomitantemente a esta dupla ordem de razões – que não eram apenas desculpas dado o reboquismo das feministas e a determinadas tendências ascéticas da esquerda brasileira – existia o problema bem mais complicado relacionado à ignorância das feministas com respeito a sexualidade em geral e a feminina em particular. Ignorância explicável, diga-se de passagem, não somente pelos imperativos morais dominantes como, principalmente, pelo caráter de enigma assumido pela sexualidade feminina, como atesta a relativa escassez de obras científicas a respeito. Em síntese, ademais do medo de se expor existia pouca reflexão e elaboração teórica que permitisse um falar fluente por parte desta geração de feministas pós-maio 1968. Neste sentido, basta observar a relação do movimento feminista, no período 75/80, com a psicanálise e, em particular com a obra de Freud.

De fato, herdaram da esquerda brasileira uma grande desconfiança da ciência do inconsciente, como se percepção da importância dos grupos sociais mais amplos, e das classes sociais,

implicasse no esvaziamento da problemática pessoal. Excluindo Reich, que aprofundou uma linha de pensamento freudiano, os marxistas pouco avançaram na compreensão das consequências profundas da ordem familiar e social para estruturação psíquica do indivíduo. A violência, então, passou a ser relacionada aos aparelhos repressivos de Estado e analisada exclusivamente da perspectiva da esfera pública. Ora, para as mulheres, justamente a opressão familiar é o primeiro elo de uma cadeia que pode, também, incluir a exploração de classe. E a desqualificação do tema família, enquanto objeto de reflexão e ação política, terminou por distanciar os jornais feministas das questões mais específicas de seu sexo. A esta ordem de considerações soma-se a intolerância contra Freud, cuja obra continha evidentes e previsíveis limitações, impostas pela própria ordem familiar, política e econômica de sua época. Porque erigiu o “falo” como símbolo do poder – e como poderia deixar de ser diferente em uma ordem patriarcal? -aprofundou-se na sexualidade masculina (mas, inúmeras vezes, confessou não ter conseguido entender a sexualidade feminina) e, em inúmeras passagens, pecou por moralismo e antifeminismo. A obra de Freud permaneceu incompreendida pelas feministas que, assim, deixaram de conhecer reflexões fundamentais sobre sua condição.

Atualizando a disputa entre materialistas e idealistas

O corpo biológico da mulher e sua relação com o gênero continua um terreno de enfrentamentos ideológicos e de incertezas científicas. Como se “humaniza” o corpo biológico? Como se constrói o gênero? Qual a relação entre sexo e gênero? O que pode se explicar pelos hormônios e o que permanece sem resposta, dada a inesgotável plasticidade característica dos seres humanos?

Neste sentido, as feministas e as teorias queer permanecem presas à questão colocada por Simone de Beauvoir, quando afirmou

que ninguém nasce mulher (ou homem). Torna-se. Como dar conta desse tornar-se? Do meu ponto de vista, a melhor resposta foi sugerida pela filósofa Judith Butler que à questão: pode-se escapar do gênero? afirmou o seguinte:

Na verdade, não. Mesmo que às vezes possamos e que por vezes nos vejamos fora das normas, sempre nos relacionamos com aquilo pelo qual somos chamados, interpelados. Podemos recusar e mudar gêneros, tentar viver fora das normas, mas lidamos com um mundo social que vai desafiar isso. Mesmo a quebra mais radical de gênero tem de lidar com instituições, discursos e autoridades que buscarão designações pelo gênero. É uma luta.

O resultado é que a política do corpo – que fala da repressão sexual; do rebaixamento das expectativas humanas; da violência, etc. – reduziu-se à denúncia sobre as condições de saúde da população, sobre os efeitos negativos da pílula e esclarecimentos sobre a fisiologia feminina. Os jornais feministas colocaram-se contra o planejamento familiar tal como o entendia o governo, denunciando a violência das esterilizações, por exemplo. Mas nunca chegaram a aprofundar a discussão da revolução permitida pelas anticoncepcionais, única maneira de se separar o prazer da procriação. Omitiram-se também sobre a questão do aborto, como se o problema residisse simplesmente em estar a favor ou contra e não na proposta de solução para milhões de abortos clandestinos, realizados em péssimas condições higiênicas. O *Brasil Mulher* nº 13, de julho de 1978, toca na questão de maneira fria, impessoal, terminando por permanecer em posição neutra. O medo de enfrentar a Igreja pesava evidentemente nesta omissão, mas as causas mais profundas vinculam-se a própria definição do espaço e dos temas que os jornais feministas tratariam. E como quem cala, consente, o silêncio sobre a vida familiar e sexual das mulheres não deixava de ser um compromisso implícito dos limites em que a imprensa feminista atuaria. Assim, o divórcio, direito evidente dos cidadãos, veio pela metade, numa tentativa de conciliação governamental com

as forças mais reacionárias que apoiavam. Frente a ele, o *Nós Mulheres* nº 6 opta pelo esquerdismo doutrinário, acusando-o por não ter sido “resultado de uma reivindicação popular, espontânea”(SIC) e porque “não será regulamentação do divórcio que alterará o quadro do relacionamento homem/mulher nem a concepção de casamento existente em nossa sociedade”(e outras considerações no estilo, deixando o leitor sem saber, afinal, se o jornal defendia a situação anterior. Mas o mesmo tempo neste mesmo número do jornal aparecia a primeira matéria em que a questão sexual era tratada de maneira a incluir, se bem que timidamente, a importância do prazer:

E é isso também que fica reduzida, na maior parte dos casos, a vida sexual das mulheres agradar ao marido e procriar. No entanto, a sexualidade é muito mais do que isso; é uma fonte inesgotável de prazeres físicos e psicológicos, de enriquecimento e de ampliação da afetividade. (...)

(...) é preciso destruir os preconceitos; é preciso enxergar o próprio corpo não como instrumento do prazer do outro mas como fonte de prazer para ambos os sexos; é preciso ver que o sexo é bom, saudável e que o amor é uma das necessidades mais vitais de homens e mulheres.

(*Nós Mulheres*, n. 6).

Lindonéia ou o Peso da Vida, matéria que Maria Rita Kehl escrevera para o jornal *Movimento* e que a censura proibira, foi editada no *Nós Mulheres* número 1 e constitui, pela força da história e da narração, a honrosa exceção em que a opressão sexual é tratada na sua maneira mais cotidiana (e mais escondida): a mulher obrigada a viver perto de um homem que não ama. E sua fuga da situação opressiva através da “loucura”: ela foi internada como maníaco-depressiva crônica. Esta matéria aparece em um espaço que pretendia retratar a violência cotidiana que terminou, sintomaticamente, desaparecendo nos outros números do jornal. A chamada para a matéria dizia: “A violência de todos os dias, essa que aos pouquinho vai acabando com as pessoas. Uma violência que não é feita só de pancada, mas às vezes até é feita de amor e boa intenção“. De fato, a estória de Lindonéia, dona-

de-casa e mãe, de 28 anos, casada com um homem que a repugna sexualmente e culpando-se por desejar outros homens, toca em um ponto nevrálgico da opressão feminina, que é a proibição social da mulher reconhecer-se como sujeito do desejo. Ela, depois de narrar os horrores de sua vida conjugal, conta que:

Bem que tem vez que eu vejo uns moços assim bonitos na rua, cabelo grande calça justinha, me dá uns pensamentos de beijar eles, de abraçar eles, mais novos e mais bonitos que o Dito.

– Tem uns que mexe comigo, diz que eu sou bonita, nem trair ele não posso. Não é por causa de pecado, que pra isso de pecado já era, mas é que ele não merece. Gosta tanto de mim, que culpa ele tem de eu não ter atração? Mulher que casa e não atrai o marido é que tem toda culpa. Mulher tem que amar o homem que casou na Igreja com ela. Depois, como é que eu posso querer ficar com a fama de mulher que não presta que larga o marido? Eu tenho minha filhinha pra criar e não quero que os outros chame ela de filha de uma coisa que eu não sou. A gente não deve ser aventureira. Esses moços da rua é muito bonito, mas quero ver qual deles vai ser bom como o Dito, me dar sustento e garantir o futuro da menina? Eu sozinha não consigo, tenho até medo de pensar.

A vida de Lindonéia exemplifica portanto, afirmações de Freud sobre a relação entre repressão social e doenças nervosas no caso da mulher:

Sob as atuais normas culturais o casamento deixou de ser, há muito tempo, o remédio geral para todas as afecções nervosas da mulher. Nós, médico, já sabemos que, contrariamente, é para ‘suportar’ o casamento as mulheres tem de possuir grande saúde, e tratamos de dissuadir nossos clientes de contrai-lo com jovens que já de solteiras tenham dado mostras de nervosismo originado no casamento seria a infidelidade conjugal. Mas quanto mais severamente uma mulher foi educada e mais seriamente se submeteu às exigências da cultura, tanto mais horror lhe inspira este recurso, e seu conflito entre seus desejos e seus deveres busca um refúgio na neurose. Nada protege mais seguramente sua virtude do que a enfermidade (Freud, 1973, p. 1 257).

De fato, comenta, a conduta sexual de uma pessoa constitui uma espécie de protótipo de outras reações suas, vale dizer, aqueles que perseguem com maior tenacidade seus objetivos sexual demonstram também maior energia para a consecução de outros fins, ao passo que os que renunciam rapidamente a satisfação de seus instintos sexuais também demonstram maior propensão à resignação e à conciliação. Ora, a repressão aos instintos sexuais é ainda maior no casos de mulheres causando danos aprofundados e revelando como a sujeição das atividades sexuais sujeita também a mente.

Nas mulheres pode-se facilmente comprovar um caso especial deste princípio da condição prototípica da vida sexual com respeito ao exercício das demais funções. A educação lhes proíbe toda elaboração intelectual dos problemas sexuais, o quais lhes inspiram sempre a máxima curiosidade, e lhes atemorizam com a afirmação de que toda curiosidade é pouco feminina e denota uma disposição viciosa. Esta intimidação coarta sua atividade física e diminui em seu ânimo o valor de todo o conhecimento, pois a proibição de pensar se estende além da esfera sexual, em parte como consequência das de relações inevitáveis e, em parte, automaticamente, processo análogo ao provocado pelos dogmas no pensamento do homem religioso ou as ideias dinásticas no dos monárquicas incondicionais (Freud, 1973, p. 1258/9).

A citação tão longa justifica-se pelo empenho de manter *ipsis litteris* a formulação de Freud, extremamente esclarecedora das relações entre a incorporação inconsciente de valores paralisantes e amorfos e a estruturação de um Eu empobrecido, acorrentado à dominação cultural. Aquilatar a importância da contribuição de Freud para os dias correntes, pois poucos formulariam tão precisamente o nó da questão da opressão feminina, é portanto, render homenagem a um homem que conseguiu se libertar teoricamente dos limites culturais de sua época histórica, abrindo espaço para a mais radical das Ciências: a psicanálise.

Anexos

Correspondência França/Brasil

A influência do feminismo europeu, especialmente do francês, já foi objeto de muitos estudos à diferença do tema das relações entre as feministas no Brasil e os grupos de brasileiras no exterior. Dado o fato de que muitas de nós tínhamos nos conhecido no exílio, no Chile e na França principalmente, como era o caso de feministas do NÓS MULHERES, não é de se estranhar a proximidade que existia entre grupos feministas de brasileiras no exterior e no Brasil.

Pouco sobrou do arquivo do Nós Mulheres mas achei uma carta, datada de 17 de dezembro de 1976, do Círculo de Mulher Brasileira, coletivo feminista formado no exterior, a partir do numeroso contingente de exiladas vindas do Chile em consequência do golpe de Pinochet. Muitas dessas exiladas militavam no grupo Campanha, criado no Chile em 1972 por trotskistas brasileiros, com o lema de “Fazer do exílio uma campanha”. Regina Carvalho teve uma atuação fundamental para que o grupo incorporasse o feminismo e é uma das autores do manifesto de fundação do Círculo. O comprometimento dessas feministas com a revolução socialista é sublinhado no primeiro ponto do documento que propõe a “criação de um movimento autônomo de mulheres com base na luta de classes”. Esse primeiro documento é assinado pelo Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias, Por uma tendência feminina revolucionária, Paris, novembro de 1975.

É interessante observar, na carta ao lado, o estilo militante da esquerda radical e a proximidade entre seus pontos de vista e o expresso no editorial do primeiro número do *Nós Mulheres*.

Paris, 17 de dezembro de 1976.

A redação do jornal **Nós Mulheres**

Somos um grupo de mulheres brasileiras vivendo na França que, sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, resolveram reunir-se para debater, aprofundar e tomar uma real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. Opressão essa que aparece não só na perpetuação dos "nobres" papéis que nos foram atribuídos - doméstica-esposa-mãe - mas no conjunto das nossas atividades e na nossa personalidade.

Consideramos entretanto que essa opressão, embora específica, não se reflete da mesma forma para todas as mulheres de modo a permitir uma mesma unidade na luta e na organização. Assim, guardando nossa autonomia enquanto mulheres - cabe essencialmente a nós a nossa libertação - integrarmos nossa luta à de todos aqueles que reconhecem no sistema a causa primeira da existência mesma da exploração e da opressão.

Ao mandar essa carta buscamos abrir um contato permanente com vocês que permita a troca de artigos, jornais, análises, documentos, favorecendo a abertura de um debate em torno das questões centrais que se colocam hoje para o movimento feminista. Assim estaremos contribuindo para o seu enriquecimento e fortalecimento.

Por outro lado, poderemos vulgarizar aqui no exterior as lutas que as mulheres brasileiras vêm enfrentando e reagatá-las para o conjunto de sócios do Movimento Feminista Internacional. Um exemplo disso é o artigo que publicamos no "Information des Femmes" sobre o combate à carestia, e que mostra de que forma e em que frentes a mulher trabalhadora vem se organizando. Além disso estaremos mais próximas da realidade brasileira, acompanhando no cotidiano todo tipo de experiências que contribuem para a materialização de uma consciência feminista.

Pensamos dentro em breve criar um boletim aberto a todas as discussões ainda pendentes sobre a liberalização da mulher, e onde circularão nossas posições sobre temas que estamos aprofundando, tais como a essência do Movimento Autônomo, a questão do controle da natalidade no Brasil (Bemfam e outros), a especificidade do Código Civil em relação à mulher, a dupla jornada de trabalho, etc...

Segue também o "compte-rendu" do processo de uma companheira brasileira violada na Bélgica e que está sendo divulgado em toda a imprensa feminista, da forma mais solidária, enquanto esperamos a sentença.

Ficamos aguardando uma resposta e todas as contribuições e material que vocês possam enviar.

Abraços.
Círculo de Mulheres Brasileiras.
Liliane MACCAYAN

CIDADANIA E A LUTA PELOS DIREITOS DA MULHER

A propósito da cidadania

Historicamente a cidadania instaura-se a partir dos processos de lutas que culminaram na Declaração dos Direitos Humanos dos Estados Unidos da América do Norte e na Revolução Francesa. Esse é o momento da transformação política em que o princípio da legitimidade não mais se baseia nos deveres dos súditos e sim nos direitos dos cidadãos (BOBBIO, 1992). A partir de então, a História registra lutas e conflitos visando a universalização desses direitos e sua especificação em termos de direitos das mulheres, dos negros,

dos homossexuais, das crianças. Assim, pode-se afirmar que em sua acepção mais ampla a cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia:

A experiência coletiva da aprendizagem do exercício da cidadania é lenta e muitas vezes turbulenta. Mas insubstituível, tanto no que se refere ao voto quanto a formas superiores da participação democrática, como o autogoverno local e as múltiplas formas de auto-gestão social. Nisso parece-nos consistir o essencial de sua força enquanto valor ético-político: a democracia é uma forma que, embora suscetível de ser preenchida por múltiplos conteúdos, é a mais apropriada para exprimir o interesse coletivo, tal como o entende a coletividade (MORAES, 1989, p. 35).

Os direitos de cidadania abrangem o acesso aos bens e serviços culturais e aos serviços relacionados à manutenção da saúde, à educação universal e ao usufruto de toda uma série de conquistas trazidas pelo desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, a situação concreta de cada sociedade define os patamares e os limites do exercício da cidadania. É evidente que disparidades na distribuição de renda afetam o acesso e o consumo de bens, como acontece no Brasil, que há décadas se situa entre os cinco países de maior desigualdade social no mundo. É por isso que, na realidade histórica, a divisão das classes sociais implica numa permanente tensão entre os interesses daqueles que estão excluídos da riqueza e seus atuais detentores.

Da mesma maneira, outras assimetrias sociais e culturais impossibilitam a universalização da cidadania. No começo do século passado, para a esmagadora maioria das mulheres brasileiras a cidadania efetiva se reduzia à viver como boa católica, entre as quatro paredes da casa ou da Igreja. Sem direito a voto, deserdadas do patrimônio familiar em detrimento do irmão, excluídas do ensino fundamental, as mulheres dependiam da tutela masculina. O casamento era o espaço da submissão da esposa ao marido, cuja autoridade se baseava em seu papel de provedor e de guardião da

moralidade familiar. A outra opção era permanecer solteira na casa dos pais.

O processo histórico através do qual as mulheres exigiram e construíram sua cidadania foi conturbado, com idas e vindas e está ainda incompleto. Nas páginas que se seguem será dado especial destaque aos movimentos políticos e sociais organizados pelas brasileiras tendo em vista a superação da discriminação da mulher. Nos locais de trabalho, em casa, nas ruas, nos sindicatos, grupos de bairro e no movimento feminista as mulheres, aos poucos, tiveram direitos reconhecidos e transformaram sua realidade social.

As vias das transformações da família e da condição da mulher

Nos últimos cinquenta anos, um conjunto de circunstâncias relacionadas à crescente urbanização do país e às profundas transformações da economia paulista e brasileiras, alteraram usos e costumes, projetos de vida e valores. As famílias paulistas da época da cafeicultura obedeciam aos padrões de numerosos filhos e casamento indissolúvel. A religião católica, em perfeita consonância com a ordem civil, zelava pela moral cristã através de sua influência nas escolas, nas igrejas, etc. A moral sexual cristã impregnava todas aquelas instituições que deveriam ser laicas, tornando o catecismo matéria obrigatória, estigmatizando pessoas que se desquitavam e se opondo violentamente ao sexo desligado de fins reprodutivos.

A rapidez das transformações econômicas provocou enorme tiveram sobre o antigo modelo familiar, com um número de mulheres cada vez maior ingressando no mercado de trabalho. A expansão das cidades e do assalariamento da mulher permitiram o rompimento do elo essencial na reprodução da família conjugal: a dependência econômica da mulher ao homem. Daí a importância da autonomia financeira das mulheres (a consigna de “o trabalho liberta”). O salário

e a pílula anticoncepcional, desvinculando a sexualidade da tarefa de gerar filhos, permitiram o começo da implosão da família tradicional¹.

As lutas históricas pelos direitos políticos e civis

Ao longo da história do Brasil as mulheres não permaneceram omissas ou passivas. Na verdade, os estudos sobre a condição feminina realizados nas últimas décadas demonstram que se tratou menos de um silêncio por parte das mulheres do que do silêncio por parte da historiografia, seja devida a inexistência da documentação ou dificuldade de acesso a documentos manuscritos.

Na América Latina, o Brasil foi o primeiro a conhecer, desde os fins do século XIX, uma imprensa feita *por* mulheres, e não somente *para* as mulheres, como sucedia na maior parte dos países da região. *O Sexo Feminino*, de Francisca Senhora Motta Diniz, editado em Minas Gerais, de 1873; *O Domingo*, de 1874, de Violante de Bivar e Vellasco, no Rio de Janeiro; *Myosotis*, de Maria Heraclia, em Recife, 1875 e o *Echo das Damas*, de 1879, pertencente a Amélia Carolina de Silva Couto e editado no Rio de Janeiro, testemunha a presença desta imprensa feminina na plena acepção da palavra, não por acaso localizada nos então principais centros urbanos do país.

As mulheres também se organizaram em defesa dos escravos, integrando o movimento abolicionista: a Sociedade da Libertação (criada no Rio de Janeiro em 1870) e a Sociedade Redentora (criada em São Paulo no mesmo ano) constituem exemplos (HANNER,

³ Os dados do Censo de 2000 revelam que a tendência à diminuição da fecundidade e da média de filhos por família; o fenômeno das mulheres sem companheiro: os homens “circulam” pelas mulheres sempre se casando com mais jovens e as mulheres tem mais chances de um companheiro até os 30 anos.

1980, p. 75) de como estavam conectadas com as lutas sociais de seu tempo.

No começo do século XIX, com a consolidação do sistema capitalista, o avanço tecnológico e o crescimento da maquinaria, intensificou-se a utilização da mão-de-obra feminina. Não existia uma legislação que protegesse os interesses da classe operária e as mulheres eram as mais exploradas, com jornadas de trabalho de até 16 horas. No jornal anarquista *Terra Livre*, em 1906, um manifesto de operárias tecelãs denunciava as péssimas condições de trabalho:

Companheiras! É necessário que recusemos trabalhar também de noite, porque isso é vergonhoso e desumano. Em muitas partes, os homens conseguiram a jornada de 8 horas, já desde 1856; e nós que somos do sexo fraco, temos que trabalhar até 16 horas! o dobro das horas de trabalho deles, que são sexo forte! Pensai, companheiras, no vosso futuro de mães, e que, se continuarmos a consentir que nos depauperem, nos tirem o sangue deste modo, depois, tendo perdido a nossa energia física, a maternidade será para nós um martírio e nossos filhos serão pálidos e doentes. E vós, os que sois nossos pais, certamente nos ajudareis, porque não temos força para trabalhar, muitas vezes até 11 horas da noite! Não deveis falar só quando estamos em casa, mas na cara dos nossos desumanos patrões, cujos negócios crescem dia a dia. Ide à noite protestar, a bengalada, se for preciso, contra esses vilíssimos ladrões! Vinde, quando tardemos, arrancar nos com energia às garras dos ávidos exploradores! Tereis muito que perder? Que nos dão eles, os abutres, em paga de tanta fadiga? Um salário ridículo. Uma miséria! (HANNER, 1978, p. 78).

Uma figura feminina destaca-se na luta pelos direitos da mulher: a zoóloga e ativista Berta Maria Júlia Lutz. Ela lutou incessantemente pelo direito ao voto e ao trabalho, tendo conquistado uma vaga de secretária do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1919, numa época em que o funcionalismo público não era aberto às mulheres. No mesmo ano, Berta Lutz integrou a delegação brasileira que representava o Brasil no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O ano de 1919

também foi importante pela criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que defendia o direito ao voto para a mulher.

Em agosto de 1922, a Liga transforma-se na Federação Brasileira para o Progresso Feminino F. B. P. F., dirigida por Bertha Lutz. Entre os principais objetivos da Federação, segundo seus estatutos, constava: 1. promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina; 2. proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino e 6. assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos (SAFFIOTTI, 1969, p. 258).

A Fundação do Partido Republicano Feminino, em 1910, comprova a importância da luta pelo voto entre mulheres da classe média, professoras primárias e profissionais liberais. Sua presidente, a professora primária Leolinda de Figueiredo Daltro, reivindicava, além de uma abrangente emancipação a não-discriminação das mulheres no funcionalismo público.

Em 1927, Juvenal Lamartine, Presidente do Rio Grande do Norte, iguala, para ambos os sexos, o direito de votar e ser votado neste Estado. Enquanto isto, intensificava-se em todo o país a campanha pelo direito da mulher ao voto, na qual desempenhou papel destacado a Liga Eleitoral Independente, onde mais uma vez temos a importante atuação de Bertha Lutz.

Após a eleição da Assembléia Constituinte de 1934, que assistiu a primeira eleição de uma representante feminina, as emancipacionistas brasileiras passam a lutar por novos objetivos. Entre eles destaca-se a aprovação do Estatuto da Mulher, projeto de lei de Bertha Lutz na Câmara Federal, cujo ponto mais original consiste em assegurar à mulher casada sem renda própria “10% da renda do casal para suas próprias despesas, em atenção aos serviços por ela prestados ao lar”⁷.

O Golpe de Estado de 1937 e a ditadura Vargas inibem o incipiente movimento de mulheres no Brasil, assim como a grande maioria dos movimentos populares. Somente em 1942, quando da

entrada do país na Segunda Guerra Mundial, as mulheres passam a se reorganizar nas campanhas do então denominado esforço de guerras (TOSCANO, 1975, p. 56).

O período do pós-guerra foi marcado por um recrudescimento das atividades relacionadas à conquista das liberdades democráticas. No Rio de Janeiro, as mulheres fundaram, junto à União Nacional dos Estudantes – UNE, o Comitê das Mulheres pela Anistia que, uma vez conquistada a anistia política, se transformou no Comitê das Mulheres pela Democracia. Já nas Ligas Femininas, criadas em 1944 e atuantes até 1964, os objetivos eram bastante genéricos: luta contra a demolição das favelas; campanhas para a instalação de creches e de bibliotecas infantis; luta pela independência econômica nacional (campanha do petróleo) e, finalmente, contra a carestia” (TOSCANO, 1975, p. 57).

Os anos 1960 vão dar origem a uma divisão no movimento de mulheres. Assustadas com a revolução do jovens, com a mini saia, as pílulas anticoncepcionais e com o fantasma do comunismo, os movimentos conservadores entram em cena, ocupando as ruas para desestabilizar o governo de João Goulart. A organização das mulheres conservadoras realiza-se principalmente em torno da defesa da religião e da família, pretensamente ameaçadas pela orientação governamental de cunho nacional-trabalhista. Assim, estruturam-se o Movimento de Arregimentação Feminina – MAF; a União Cívica Feminina; e a Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, a partir de 1962, com presença ao menos nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Com o golpe de Estado de abril de 1964 e a instauração da ditadura militar, as mulheres de classe média e alta mobilizadas na luta contra o “comunismo” cedem a cena para as estudantes universitárias e a resistência armada. A partir daí emerge uma nova vertente do movimento de mulheres: as organizações feministas.

O movimento de mulheres e a conquista da democracia

Uma das dimensões mais relevantes do movimento feminista no Brasil foi ter contribuído para a construção de uma nova experiência de cidadania, forjada na prática da reivindicação na arena pública. Sem jamais abdicar de suas “questões específicas” – aborto, direitos da maternidade, igualdade salarial, etc. – o movimento mulheres, tal como acontecera na ditadura Vargas, foi o primeiro a levantar a bandeira da anistia política, atuando em conjunção com as demais forças e movimentos que compunham a oposição à ditadura militar instaurada em 1964. Mais do que isso, foi uma das forças que inovaram o campo das lutas sociais e renovaram as práticas políticas.

O movimento feminista, desde seu início, aparece comprometido com a luta pelas “liberdades democráticas” e com a luta pela anistia. O “Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia”, que passou a circular em 1974, coletando assinaturas de apoio, afirmava que:

Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da Mulher, assumimos nossa responsabilidade de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo as aspirações de amor e justiça. Eis por que, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que forem atingidos pelos atos de exceção (...) (*Brasil Mulher*, 9/10/1975, p. 8).

A declaração oficial da ONU batizando 1975 como “Ano Internacional da Mulher” constitui uma referência fundamental para a compreensão do movimento de mulheres no Brasil até os dias de hoje. A iniciativa da ONU foi particularmente importante para as mulheres brasileiras por ter propiciado um espaço de discussão e organização, numa conjuntura política marcada pelo cerceamento das liberdades democráticas.

As comemorações do Ano Internacional da Mulher permitiram que as mulheres, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, pudessem falar de seus problemas específicos e dar os primeiros passos no sentido de ampliar este debate para outros setores sociais.²

Um outro fato digno de nota foi o aparecimento do primeiro grupo e a primeira publicação feminista: o *Nós Mulheres*, jornal que viveu oito números, de 1976 a 1978. Em seu primeiro editorial, denunciava a opressão sexual da mulher e a decisão de “fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas”.

Nos três anos seguintes ao Ano Internacional da Mulher, os grupos feministas de São Paulo ampliaram o espaço político para a questão feminina, ao atuarem junto a organizações femininas ligadas à Igreja e a trabalhadoras sindicalizadas como as metalúrgicas, as bancárias e as jornalistas. A militância feminista nos Clubes de Mães processava-se através da discussão de seus jornais e nas reuniões de debates.

¹⁰ Os primeiros cinco anos de feminismo foram marcados pela atuação de alguns grupos que continuam até hoje atuando e de outros que terminaram desaparecendo. Os grupos veteranos que permanecem atuando estão concentrados em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco: Centro da Mulher Brasileira (Rio de Janeiro); Sociedade Brasil Mulher (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia); Centro da Mulher Brasileira, 10 Grupo Nós Mulheres, Associação das Mulheres, Pró-Mulher (todos em São Paulo) e Ação-Mulher (Pernambuco). A partir de 1979 o processo de formação de grupos acelera-se e ganha mais representatividade em termos nacionais. Alguns destes grupos estão relacionados a outras iniciativas anteriores, como é o caso de Costela de Adão, de Porto Alegre, que reúne feministas que já tinham atuado sob o nome de Grupo de Feministas de Porto Alegre. A própria rapidez com que surgem novos grupos, aliada às comunicações ainda precárias entre grupos de diferentes Estados do país, dificulta a enumeração exaustiva. A partir de 1980, em que o tema da violência sexual passou a ser debatido com maior intensidade, novas formas de organização tiveram origem, agrupando feministas independentes e feministas pertencentes a grupos.

Junto à Associação das Donas-de-Casa, que reunia mulheres da zona Leste de São Paulo, criada em meados dos anos 1960, os mesmos métodos foram utilizados, o que fortaleceu os laços entre as mulheres dos grupos feministas e de associações comunitárias. Também a Associação das Empregadas Domésticas, existente desde 1962, recebeu a colaboração das feministas, tanto no sentido de divulgar sua existência como no de participar de reuniões e debates.

Esses são os traços mais marcantes da relação entre entidades comunitárias de mulheres de baixa renda e trabalhadoras, por um lado, e os grupos feministas, por outro. Relativamente às mulheres de classe média, profissionais e estudantes, a atuação das feministas, nos primeiros anos, restringiu-se à participação em mesas-redondas sobre a questão feminina, não empreendendo um trabalho de conscientização mais direto.

Com o decorrer dos anos, as estudantes e profissionais passaram a se organizar por iniciativa própria, participando, então, dos encontros com outras organizações dos movimentos de base e de feministas, tais como os Congressos da Mulher (GOLDBERG, MORAES e SARTI). O movimento feminista tinha a dupla tarefa de enfrentar o discurso conservador da direita e ao mesmo tempo impor-se no seio da oposição de esquerda.

O 1º Congresso da Mulher Paulista, em março de 1979, comprovou a existência do movimento feminista mesmo para setores que negavam a importância ou necessidade da organização específica das mulheres. A partir desta data as forças políticas atuantes no país passaram a considerar a participação feminina e, em consequência, incorporar reivindicações feministas a seus programas e objetivos.

As resoluções mais unânimes retiradas do 1.º Congresso foram as de estimular a luta por creches e a de formalizar a coordenação composta por entidades femininas e feministas dispostas a levarem um trabalho conjunto. Nesse sentido, criou-se o Movimento por Creches, como uma tentativa de aglutinar as várias iniciativas que já

vinham ocorrendo, principalmente entre as moradoras dos bairros da periferia.

Além de encontros estaduais a partir de 1979, as militantes realizavam encontros nacionais, buscando a elaboração de um programa comum de lutas. As resoluções do 1.º Congresso da Mulher Paulista, referentes ao controle da natalidade, igualdade de direitos trabalhistas e saúde da mulher, foram incorporadas pelos diferentes grupos oriundos de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

O 2.º Congresso da Mulher Paulista, em 1980, cuja organização esteve a cargo de 52 entidades, das quais nove declaradamente feministas, reuniu cerca de quatro mil mulheres por dois dias e constituiu outro marco importante para o movimento de mulheres. Ali estiveram reunidos numerosos grupos de mulheres de classes e situações sociais muito distintas; estudantes, operárias, donas-de-casa, empregadas domésticas, moradoras de bairros residenciais ou da periferia. A heterogeneidade dos grupos presentes foi indício da qualidade nova que a luta da mulher trouxe para o movimento popular (MORAES, 1980, p. 80).

As conquistas democráticas e os impasses do neoliberalismo

O Encontro Feminista de Valinhos (SP), em 1980, marcou uma inflexão importante no movimento de mulheres. Foi a primeira vez que um encontro de mulheres utilizou a designação “feminista”. A presença forte do movimento lésbico impulsionou o tema da violência contra a mulher. Daí nasce a idéia de uma entidade de autodefesa da mulher: o SOS-Mulher, criado em São Paulo em outubro do mesmo ano através do esforço conjunto de feministas independentes e de vários grupos, entre os quais o “Nós Mulheres” e o grupo “Lesbos feminista”.

Ao mesmo tempo, em Minas Gerais foi inaugurado o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, com a participação dos grupos feministas existentes e, no Rio de Janeiro, criou-se a Comissão de Violência. Todas estas organizações visavam oferecer atendimento jurídico-psicológico às mulheres vítimas de todos os tipos de violências sexuais.

Outro fato digno de nota é a criação, por uma parcela importante da oposição de um novo partido político, o Partido dos Trabalhadores. Fundado oficialmente em 1980, o PT adotou um avançado programa feminista e abrigou dezenas de feministas em suas fileiras.

A década de 1980 conta também com duas importantes conquistas das forças de oposição contra a ditadura militar: a anistia política e o retorno ao voto, com eleições para os governos de Estado, em 1982. O processo de redemocratização fortaleceu os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos da mulher. Campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres por crimes “de honra”; a denúncia do sexismo nos livros escolares e as campanhas contra o assédio sexual são algumas das conquistas que marcaram o final da Década da Mulher.

A presença da militância feminista contou com o respaldo popular, como no caso das passeatas em protesto aos assassinatos de mulheres com o nome de “crime de amor”, tal como aconteceu com Helena de Gramont, jovem jornalista assassinada a tiros pelo ex-marido. “Quem ama não mata” tornou-se uma palavra de ordem que não mais deixou o movimento de mulheres.

Por ocasião das primeiras eleições livres, em 1982, a oposição conquistou o governo do Estado de São Paulo e, pela primeira vez, foi criado o Conselho da Condição Feminina que teve importante atuação na luta pelos direitos da mulher. Em 1985 foi inaugurada, na cidade de S. Paulo, a primeira Delegacia Especializada da Mulher. Uma das principais dificuldades da mulher vítima da violência

masculina é ter de se submeter aos exames de corpo de delito e outros constrangimentos de uma delegacia comum. Daí a importância histórica de tais delegacias que se espalham aos poucos por todo o país.

As sementes plantadas pelas feministas deitaram muitas outras raízes, como se observa tanto no tocante à ampliação da oferta de creches quanto nas importantes mudanças da legislação, incorporadas à Constituição de 1988, uma das mais avançadas do mundo. As mulheres passaram a ter os mesmos direitos que os homens no interior da família, houve o reconhecimento legal das uniões conjugais de fato e os direitos da concubina. O exame de aferição de paternidade e o respeito à palavra da mulher no momento do registro civil foram duros golpes no patriarcalismo nivelando os direitos de filhos nascidos dentro ou fora de casamentos legais ou das uniões consensuais.

No que diz respeito ao trabalho, é importante assinalar os direitos conquistado pelas empregadas domésticas, segundo maior contingente ocupacional feminino no Brasil¹³.

No plano internacional, graças à pressão dos grupos militantes, a questão da mulher não saiu mais da pauta das prioridades. Desde então o Brasil vem ratificando importantes acordos internacionais, como, em 1984, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (CEDAW) da ONU.

O primeiro artigo desta Convenção apresenta uma abrangente definição.

Toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha como por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos

¹³ Salário mínimo, décimo terceiro, repouso semanal remunerado, gozo de férias anuais remuneradas de 30 dias, licença gestante, licença paternidade, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e aposentadoria.

humanos, liberdades fundamentais nos campos político, econômicos, social, cultural ou em qualquer outro campo.

Na mesma direção, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos da ONU, realizada em junho de 1999, reconheceu que os direitos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais (artigo 18 da Declaração de 1993).

A consolidação dos direitos das mulheres, com respaldo das normas e dos organismos internacionais, como a ONU, foi um importante passo no sentido da democratização da cidadania feminina. Ao mesmo tempo, sua realização ficou na dependência das especificidades históricas de cada país. No Brasil, a efetivação de tais direitos constituem o grande vetor das atividades feministas bem como de grupos de direitos humanos e dos socialistas das várias tendências. Com a instalação do Tribunal Internacional, em 2001, os direitos humanos passaram a ser considerados superiores aos limites das nações. Alargaram-se os horizontes da cidadania.

Cidadania e Gênero

Termo derivado do latim *genus* e utilizado pelo senso comum para designar qualquer categoria, grupo ou família que apresente os mesmos sinais em comum. Empregado como conceito pela primeira vez em 1964, por Roberto Stoller, serviu inicialmente para distinguir o sexo (no sentido anatômico) da identidade (no sentido social ou psíquico). Nessa acepção, portanto, o gênero designa o sentimento (social ou psíquico) da identidade sexual, enquanto o sexo define a organização anatômica da diferença entre o macho e a fêmea. (...) Por esse ponto de vista, o gênero é uma entidade moral, política e cultural, isto é, uma construção ideológica,

enquanto que o sexo se mantém com uma especificidade atômica⁴.

As lutas pelos direitos da mulher enriqueceram as disciplinas das ciências humanas e sociais com contribuições teóricas e novas categorias de análise, como as considerações sobre a questão do “gênero”. Neste sentido, Simone de Beauvoir tornou-se a maior figura do feminismo do século XX. Foi ela quem questionou o lugar da mulher nas sociedades patriarcais e a necessidade de uma luta específica que não se resumiria em igualdade econômica. Ao acentuar que mulher é uma construção social, tornou-se a primeira formuladora do conceito de gênero.

A ampla literatura que hoje constitui o estudo de gênero tem uma história que pode ser resumida da seguinte maneira: num primeiro momento, entre 1970-80, dominaram os estudos sobre a mulher e o principal impulso da produção *de e sobre* mulheres estava relacionada às dimensões mais contestadoras e políticas. Posteriormente, a partir da década de 1990, uma das ramificações importantes dos estudos de mulheres foram os estudos de gênero desenvolvidos dentro das universidades e instituições acadêmicas de pesquisa.

No Brasil, as feministas de vanguarda militavam na esquerda. Muitas delas tinham vivido exiladas em algumas capitais europeias, absorvendo, principalmente, a experiência das feministas francesas e italianas. A influência das teses e temas do feminismo europeu, próximo das correntes socialistas e marxistas, marcou portanto a primeira fase do feminismo brasileiro e de sua produção teórica.

Já nos Estados Unidos o feminismo seguiu um rumo próprio, alheio ao marxismo e mais ligado aos movimentos de “insubordinação civil”, potencializados pela grande derrota político-militar dos Estados Unidos no Vietnã. A luta libertária incluía as questões

¹⁴ Vide o verbete “gênero” in: ROUDINECO, E. e PLON. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 291.

relacionadas à autoridade dos mais velhos e ao conservadorismo do *american way of life*. A Universidade de Berkeley tornou-se a vanguarda dos movimentos contestadores e o pensamento de esquerda exercia-se por meio de personalidades como o professor Herbert Marcuse, autor de *Eros e Civilização*. Como se sabe, Marcuse não acreditava na capacidade revolucionária do proletariado industrial e voltava suas esperanças para os novos movimentos de jovens universitários, “hippies”, feministas, negros e ativistas do movimento homossexual.

A expansão dos movimentos feministas reflete-se na edição de jornais, panfletos e livros sobre temas relacionados à situação da mulher na sociedade. Em várias das capitais do mundo ocidental surge um mercado editorial em torno do “estudos sobre a mulher”. Aos poucos, as instituições de amparo à pesquisas e universidades incorporam em seus currículos disciplinas relacionadas à história das mulheres, abrindo espaço para novas abordagens. A própria sistemática das pesquisas e censos começa a ser questionada, especialmente com respeito ao ocultamento do trabalho feminino exercido nos limites do espaço familiar. Gradativamente, os estudos sobre a questão da mulher assumem também a dimensão de novas perspectivas de análise.

Dessa maneira, a área temática que hoje chamamos de “estudos de gênero” foi antecedida historicamente pelos “estudos sobre a mulher”, comprovando a passagem gradativa do movimento social para a esfera acadêmica. Os “estudos sobre a mulher” dominaram nos anos em que a militância feminista estava nas ruas ao passo que os “estudos de gênero” denotam a entrada na academia de uma certa “perspectiva de análise”. Não se trata mais de denunciar a opressão da mulher mas de entender, teoricamente, a dimensão “sexista” de nosso conhecimento e os riscos das generalizações.

Robert Stoller⁵, em artigo publicado em 1964, foi o primeiro a propor a utilização de uma categoria que diferenciase a pertinência

⁵ “A contribution to the study of gender identity”, IJP, 45, 1964. p. 220-6.

anatômica (o sexo) da pertinência a uma identidade social ou psíquica (gênero). Para o autor, o “sentimento de ser mulher” e o “sentimento de ser homem” são mais importantes em termos de identidade sexual do que as características anatômicas. Tal dicotomia apresenta-se, por exemplo, no caso do transexualismo.

Nem todos concordam com a disjunção proposta por Stoller. Alertando para os riscos da dissociação radical entre a biologia e a cultura, Marie Langer, com muita propriedade, declara que “como psicanalista e médica, e, certamente, também como mulher, não posso imaginar uma identidade feminina e masculina sólida se o sexo biológico está em desacordo com ela”¹⁶. O que não significa negar a plasticidade da sexualidade humana nem os notórios “deslocamentos” do feminino e do masculino provocados pelas próprias mudanças e conquistas que transformam a situação das mulheres.

Enquanto afirmação de que o sexo biológico é sobre-determinado pelos valores e atributos que a cultura lhe confere, a categoria gênero se presta tanto ao uso das feministas marxistas como a de qualquer pesquisador interessado nas conseqüências sociais da assimetria sexual. Já a perspectiva feminista ressalta a dimensão da opressão universal sobre as mulheres, guardadas as diferenças regionais e culturais, e busca nas estruturas objetivas as marcas inequívocas da desigualdade: por exemplo, as mulheres ganham menos e trabalham mais, no conjunto da população mundial.

No decorrer dos anos 1990, em decorrência do impacto político do feminismo e de novas perspectivas de análise, o uso da categoria gênero tornou-se mais freqüente, sendo introduzido nas universidades e instituições acadêmicas em várias partes do mundo ocidental, inclusive o Brasil. O conceito gênero foi absorvido pelas disciplinas relacionadas ao estudo da subjetividade, especialmente

¹⁶ In: BLEICHMAR, Emilce. *O feminismo espontâneo da histeria*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1988, p. 33.

a psicanálise e sua utilização significou um importante instrumento de politização das ciências sociais, na medida em que torna visível as relações de poder e dominação masculina existentes em nossa sociedade.

Os anos 1990 e a escalada da violência social

A década dos anos 1990 caracterizou-se pela consolidação do poderio norte-americano e o colapso da União Soviética. O cenário internacional passou a ser regido pelas políticas econômicas neoliberais, frontalmente opostas ao chamado Estado de Bem Estar Social. A especulação financeira, a hegemonia do Fundo Monetário e os desequilíbrios gerados pelas transformações no capitalismo levaram ao aumento do desemprego e ao enfraquecimento dos sindicatos.

No Brasil da transição democrática, no início da década de 1980, estavam em cena as forças sociais e organizações surgidas durante a década anterior, na luta contra a ditadura militar, como os movimentos de direitos humanos, as associações de moradores, de donas-de-casa, o movimento contra carestia e os clubes de mães organizados pela Igreja católica. O reconhecimento de sua importância política despertou o interesse de organismos internacionais dispostos a investir em iniciativas democráticas fora do setor público. Foi o começo da institucionalização de parte do movimento feminista, com a adoção do formato de “organização não-governamental” e com uma pauta de prioridades fixadas pelos financiadores e sua política de financiamento.

A importância da Fundação Ford no campo das ciências sociais no Brasil é comprovada pelos importantes financiamentos que beneficiaram instituições de pesquisas como o Centro Brasileiro de Pesquisas-CEBRAP e a Fundação Carlos Chagas, além dos inúmeros

encontros e seminários relacionados à pós-graduação em Ciências Sociais. Com o tempo, ficou claro também o poder de influência das financiadoras no sentido de definir os temas e as questões prioritárias.

Ao mesmo tempo, diferentemente do modelo americano, as organizações e instituições ligadas aos movimentos sociais assumiram formatos flexíveis e a parceria com o setor público expandiu-se à medida em que prefeituras e governos comprometiam-se mais com as forças populares organizadas. O combate contra todas as formas de violência contra a mulher constitui um exemplo privilegiado da articulação entre movimento social, financiadoras privadas (nacionais e estrangeiras) e setor público.

A questão da violência social e, no caso da mulher, a violência sexual, doméstica e familiar, tornou-se o grande tema da contemporaneidade. O tema da violência é primordial quanto se trata de direitos de cidadania na medida em que democracia é incompatível com todas as formas de violência que atingem a integridade física, moral e psicológica de uma pessoa. A violência de gênero é manifestação das relações históricas de poder do homem contra a mulher e que se reproduzem na prática cotidiana. Na verdade, como bem observa a socióloga Heleieth Saffioti, há uma verdadeira conspiração de silêncio que impede o dados mais abrangentes que pudessem qualificar e quantificar as ocorrências de violências de gênero.

Nestas condições, delegacias de mulheres foram essenciais não apenas para melhorar o atendimento das mulheres vítimas de violência, como também para permitir um melhor conhecimento sobre as circunstâncias da agressão e o grau de proximidade familiar ou afetiva com as vítimas e na qualificação dos agressores. Observou-se que cerca de setenta por cento dos agressores são maridos/amantes/pais das agredidas.

Daí a importância de políticas sociais que cuidem da vítima segundo seu estatuto de cidadã, amparando-a no caso da agressão. No caso da violência doméstica esse esforço concentrou-se na mudança no atendimento do posto de saúde às vítimas de violência. Algumas

dessas iniciativas foram tomadas por feministas que trabalham na área da saúde, como a Casa de Saúde da Mulher da Escola Paulista de Medicina, um dos oito serviços da cidade de São Paulo que atendem mulheres vítimas de violência sexual e da violência doméstica.

Considerado uma espécie de *território fora do alcance da lei*, conforme afirma a advogada feminista Leila Linhares, da CEPIA (*Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação*), a família constitui-se em espaço de arbítrio e violência, dentre outros fatores, devido à cumplicidade e indiferença social em relação ao que ocorre no universo “privado” do lar, encontrando, assim, uma *condescendência social* que *obstaculiza sua denúncia e cria as bases da sua impunidade*.

O relatório da IV Conferência Mundial da Mulher, da ONU, Beijing, China, 1995, afirma: a violência contra a mulher constitui obstáculo a que se alcance os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz”. A Plataforma de Ação de Beijing recomenda, em seu parágrafo 124, que os governos devem, dentre outras medidas, proceder:

À adoção, aplicação, revisão e análise de leis pertinentes, a fim de assegurar sua eficácia, para eliminar a violência contra a mulher e ao investimento na formação de pessoal judicial, legal, médico, social, educacional, de polícia e serviços de imigração, com o fim de evitar os abusos de poder conducentes à violência contra a mulher, e sensibilizar tais pessoas quanto à natureza dos atos e ameaças de violência baseadas na diferença de gênero, de forma a assegurar tratamento justo às vítimas de violência.

No âmbito do sistema regional da OEA (Organização dos Estados Americanos) de proteção aos direitos humanos, as mulheres brasileiras dispõem de uma Convenção Interamericana para “Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher” (Convenção de Belém do Pará, OEA, 1994), ratificada pelo Brasil em 1995. A Convenção de Belém do Pará, inclusive, estabelece, em seu art. 6º, que o direito de toda a mulher a viver livre de *violência* abrange o direito de ser livre de toda forma de *discriminação*.

A Convenção define *violência contra a mulher* como:

Qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada” (art. 1º). E, ainda, estabelece que esta violência pode ocorrer “no âmbito da família ou na unidade doméstica, ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não da mesma residência com a mulher, incluindo, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual (art. 2º, a).

Ressalte-se a importância desta Convenção, pois ademais de incorporar o conceito de *gênero* à definição de violência contra a mulher, explicita que esta pode ser física, sexual ou psicológica, e que pode ocorrer tanto no âmbito público como na esfera privada, abrangendo um amplo conceito de violência doméstica e intrafamiliar.

Como a mulher transforma sua identidade?

Se desde a primeira infância a menina fosse educada com as mesmas exigências, as mesmas honras, as mesmas severidades e as mesmas licenças que seus irmãos, participando dos mesmos jogos, prometida a um mesmo futuro, cercada de mulheres e homens que se lhe afigurassem iguais sem equívoco, o sentido do “complexo de castração” e do “complexo de Édipo” seria profundamente modificado. Não se trata, bem entendido, de suprimir com uma penada todas as dificuldades que a criança tem de vencer para se transformar num adulto; a educação mais inteligente, mais tolerante não a poderá dispensar de realizar sua própria experiência à sua própria custa; o que se pode pedir é que não se acumulem gratuitamente obstáculos em seu caminho.⁷

¹⁷ BEAUVOIR, op. cit., p. 496. Estou ciente que já utilizei a mesma citação em outros textos, mas é porque ela merece.

Eis o “xis” da questão: derrubar os obstáculos adicionais que a sociedade coloca na vida das mulheres. Simone de Beauvoir estava perfeitamente cônica de que as mulheres de seu tempo já estavam rompendo com as barreiras e que “parece mais ou menos certo que atingirão dentro de um tempo mais ou menos longo a perfeita igualdade econômica e social, o que acarretará uma metamorfose interior”¹⁸.

As condições necessárias para a almejada igualdade econômica e social entre homens e mulheres ainda não foram conquistadas em nenhuma parte do mundo. As ciências sociais nos ensinam que as sociedades resistem às mudanças e que o mundo que temos para viver tem uma história que nos antecedeu e nos sucederá. No Brasil, cada vez mais as mulheres incorporam a vida profissional como uma questão que lhes diz respeito, e cada vez menos o casamento é uma profissão. No entanto, as desigualdades persistem pois as mulheres, que constituem atualmente de 40 a 50% da força de trabalho, continuam ganhando menos do que os homens e segregadas em alguns nichos profissionais, especialmente relacionados ao “cuidar”.

Ademais das desvantagens que enfrentam no trabalho, as mulheres carregam também grandes responsabilidades na esfera familiar. Maternando as crianças pequenas, cuidando do cotidiano familiar, as mulheres exercem tarefas domésticas estimadas que perfazem jornadas semanais de 40 horas, em comparação à média masculina de 6 horas semanais segundo dados da pesquisa *A mulher brasileira no espaço público e privado* da Fundação Perseu Abramo, com dados de 2001. A partir desta pesquisa domiciliar foi possível constatar que mesmo quando dividem as tarefas provedoras com seus maridos as mulheres ainda fazem trabalho doméstico, acumulando tarefas. Tal situação foi definida como “a dupla jornada de trabalho da mulher” pelas feministas e permanece pela ausência de políticas sociais que beneficiem as crianças e que barateiem o

¹⁸ BEAUVOIR, op. cit., p. 496.

acesso de certos serviços. Escolas maternas e secundárias em tempo integral, por exemplo, constituem um avanço no sentido da oferta de equipamentos sociais.

Uma outra questão delicada diz respeito às creches. Indiscutivelmente elas são de extraordinária valia. Mas elas devem vir acompanhadas de um conjunto de leis que protejam os direitos da maternidade e da crianças, favorecendo a amamentação infantil e a relação da mãe ou daquela que vai desempenhar as funções maternas, de amor e proteção. A mudança da identidade feminina deve ser entendida como o reconhecimento de suas capacidades e a possibilidade de escolha. Os anticoncepcionais seguros permitiram separar as relações sexuais da maternidade/paternidade. A luta pela liberalização do aborto sempre foi justificada pelo direito ao próprio corpo e o direito à escolha da maternidade.

Atualmente, as mulheres enfrentam o dilema de compartilhar desejos diferentes: uma vida profissional e casar e ter filhos. E a questão da mulher e das crianças extrapola os limites da família: é uma questão de direitos humanos da criança que tem de ser adequada mente tratada pelos adultos que são os responsáveis pelos cuidados das crianças. Este é outro direito de cidadania que está especificado em termos de “Estatuto da Criança e do Adolescente”. A criança tem direito a ter uma mãe que cuide dela e a mãe precisa do reconhecimento social da importância da maternidade. Ora, não obstante a abertura no leque das oportunidades de trabalho e de vida, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas crianças e as mães só constituem quase quase 25% das situações familiares em S.Paulo, no final do milênio. As creches e outras formas de socialização precoce não preenchem as demandas afetivas da criança. O dilema trabalho versus maternidade ainda atormenta as mulheres.

Nessas condições, como negar que as mulheres continuam sofrendo os efeitos combinados da exploração de classe e da discriminação sexual?

Bibliografia

ALVAREZ, S. E. *The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the brazilian transition on democracy*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.

ARANTES, Antonio A. “Cultura e Cidadania” in *Cidadania*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. (2 volumes). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1960.

_____. *Sob o signo da História*. (2º volume). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

BESSA, Karla A. M. (org.). Gênero, trajetórias e perspectivas, revista *Cadernos Pagu*, volume 11, 1998.

BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. Trad.de Sérgio Bath, 4ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos n. 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Vol. 2 da coleção A era da informação: econômica, sociedade e cultura, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

COSTA, Albertina de O. e BARROSO, Carmem (org.) *Mulher, mulheres*. São Paulo: Cortez, 1983. Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 1977.

JELIN, Elizabeth. “Cidadania e alteridade”: o reconhecimento da pluralidade” in: *Cidadania*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24.

GOLDBERG, Annete. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político”. *In: BIB*. n. 28, Rio de Janeiro, 1989.

HAHNER, June. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. HAHNER, June. Feminism, women’s rights and the suffrage movement in Brazil: 1850-1932. *Latin America Research Review*, 15(1):65-111.

KOVARICK, Lúcio. Cidade e Cidadania: cidadão privado e subcidadão público. IPHAN, 1996.

LERNER, Julio (coord.). *Cidadania – Verso e Reverso*. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Imprensa Oficial, 1997/1998.

MOORE, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Lisboa, Edições Cosmos, 1967. UNICAMP/UFRS, 1986.

MORAES, João Quartim de. A democracia: história e destino de uma idéia. *OAB- A Revista da Ordem dos Advogados*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência Feminista dos Anos Setenta*. Textos n. 5. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/ Araraquara, 1990.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em movimento : o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo. Editora Nobel/Conselho da Condição Feminina, 1985.

MOREIRA ALVES, Branca. *Ideologia e Feminismo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Francisco. Crise econômica e pacto social *in: Novos Estudos Ceprab* n. 13, outubro de 1985. p. 3-13.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Globalização. In: *Direito Global*, 1º ed., Max Limonad, 1998, São Paulo.

PONTES, Heloisa André. *Do palco aos bastidores. O SOS-Mulher e as práticas feministas contemporâneas*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP-SP, 1986.

PRADO, Danda. *Ser esposa: a mais antiga profissão*. S. Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

PIMENTEL, Silvia e PANDJIARJAN. Direitos Humanos a partir de uma perspectiva de gênero in: *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo – Centro de Estudos*–, n. 53, junho dez. 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes; mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B e ALMEIDA, Suley. *Violência de Gênero – Poder e Impotência*, Revinter, 1995.

SARTI, Cynthia. A panorama of Brazilian feminism in: *New Left Review* n. 173, Londres, 1989.

SILVA, Amélia da. Esfera pública e sociedade civil – Uma (re)invenção possível. In: *São Paulo em Perspectivas*, Vol. 8, n. 2, Abr-jun/94, p. 61.

TELLES, Vera. Questão social: afinal, do que se trata? in: *São Paulo em Perspectiva*, volume 10/n. 4/out-nov 1996.

TOSCANO, Moema. *Mulher: trabalho e política*, caminhos cruzados do feminismo. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975.

**DIREITOS HUMANOS E O MOVIMENTO
DE MULHERES NO BRASIL¹**

**Em torno do tema: A conexão entre biografia de mulheres
e pesquisas sobre temas de extrema violência e morte**

Pensar as implicações mais profundas de algumas escolhas acadêmicas ou temas de pesquisa faz parte da própria tradição de auto-reflexividade do pensamento sociológico. Uma das importantes contribuições da psicanálise para as ciências humanas reside justamente

¹ Publicado na Coleção Primeira Versão, n. 96, IFCH-UNICAMP, setembro/2001, p. 17-36.

na compreensão das dimensões subjetivas de nossas atividades intelectuais e das dimensões inconscientes da atividade humana. O próprio impulso de pesquisar constitui um dos mecanismos da sublimação² de que fala Freud. Logo, a conexão entre biografia e pesquisa adquire um caráter mais geral, aplicável em maior ou menor escala às pesquisas no campo das ciências humanas.

Na presente sessão do Congresso de Ciências Sociais e Humanas de 2001, da Université de Laval, do Canadá, o que está em questão é a escolha de temas que envolvam situações de extrema violência. O desafio maior do tema proposto é exatamente a particularidade deste tipo de escolha. Por que algumas pessoas pesquisam temas e situações envolvendo crueldade, violência, morte e dor? Existem aqueles que falam a partir da tortura física e psicológica a que foram submetidos. Outros relatos concernem às pessoas ligadas afetivamente ou por laços de sangue às vítimas da violência. A importância da preservação da memória de massacres étnicos é também o ponto de partida de muitas pesquisas. A leitura dos resumos dos trabalhos que serão apresentados no presente Congresso mostra essa diversidade de motivações. Os relatos podem variar mas existe a concepção comum de que é preciso superar uma determinada experiência traumática e que a melhor maneira de se livrar da presença da dor é conseguir transformá-la em ação contra as causas da violência.

Assim, seja para transcender uma experiência pessoal muito dolorosa, para expiar culpas ou ainda, para registrar a versão dos vencidos na história, dedicar-se a um objeto que trata da violência

² Sigmund Freud conceituou o termo em 1905 para dar conta de um tipo particular de atividade humana (como a criação artística, literária e intelectual) sem relação aparente com a sexualidade mas que extrai sua força de um deslocamento da pulsão libidinal para um alvo não sexual mas que corresponde a uma atividade socialmente valorizada (LAPLANCHE. p. 638).

e/ou de suas consequências implica em um ato de reparação. É uma maneira de fazer justiça, mesmo que a posteriori.

Pertenço à geração de mulheres para as quais os livros de Simone de Beauvoir, especialmente o *Segundo Sexo* e *Memórias de uma moça bem comportada* tiveram uma importância decisiva: ajudaram a nomear um mal estar difuso e a entender a situação da mulher como produto da história e da sociedade.³ Nesse sentido, minha experiência pessoal constitui um caso similar ao de outras mulheres que descobriram o feminismo em meados dos anos setenta.

Por outro lado, também faço parte da geração de intelectuais latino-americanos cuja vida foi afetada pela violência das ditaduras militares que oprimiram nossos países nas décadas de 1960, 1970 até meados de 1980. Hoje, uma das grandes questões que unificam a América Latina reside no enfrentamento da grande questão das terríveis violações aos direitos humanos, brutal em todos os países mas especialmente tenebroso no caso da Argentina. As “locas” eram as mães, hoje, avós da juventude argentina dizimada nos anos setenta e oitenta. Também no Chile e no Uruguai as perdas ainda estão sendo contabilizadas. No Brasil, as proporções foram menores mas também muito cruéis: mais de 10 mil pessoas presas arbitrariamente e torturadas e mais de 300 mortos e/ou desaparecidos políticos.

Como outros jovens de minha geração participei do movimento estudantil e militei na esquerda tornada clandestina pelo golpe militar de 1964. Quando a repressão político-militar nos atingiu diretamente, com o assassinato de meu marido, em 1970, fiz a rota do exílio semelhante a outros latino-americanos, vivendo em

³ No Brasil, integro a geração de cientistas sociais que realizou a transição entre temas e questões dos movimentos sociais e a institucionalização da “questão da mulher” que se transformou aos poucos em “estudos de gênero”. Nesse sentido, a conexão entre biografia e objeto de pesquisa é uma constante em minha vida profissional (a tese de doutoramento em ciência política, defendida na USP em 1982 e tem o sugestivo nome de “Família e Feminismo” e a tese de livre-docência (defendida na UNICAMP em 1997) atende pelo nome de “Vinte Anos de Feminismo”).

Cuba, no Chile e na França. Retornando ao Brasil, em 1975, militei como feminista e socialista vindo, posteriormente, a transformar minha militância em objeto de pesquisa.

A partir de 1969, as denúncias sobre as violações dos direitos humanos mais elementares tornou o Brasil internacionalmente conhecido como o campeão das torturas a presos políticos. O tratamento perverso infringido aos oponentes políticos já tinha uma longa tradição na história do Brasil, especialmente no período da ditadura Vargas (1930/45).

A morte sob tortura de meu marido e pai de minha filha, em 1970, transformou a questão do esclarecimento das circunstâncias de sua morte e da responsabilidade do Estado numa tarefa que levou cerca de 30 anos e que ainda não terminou. Em 1995, o governo federal aceitou formar uma comissão para examinar as denúncias e reconhecer a responsabilidade do Estado Brasileiro para com os mortos e desaparecidos políticos (Lei 9.140 de 1995). No entanto, todo o ônus das provas ficou por conta dos familiares pois o Estado não se empenhou em abrir o os arquivos dos órgãos repressivos.

A preparação do dossiês obrigou aos envolvidos no processo a constituição das provas. Nesse processo, houve que consultar os arquivos do Instituto Médico Legal; as referências contidas nos processos julgados pela Justiça Militar e buscar as testemunhas de fatos ocorridos há cerca de trinta anos. O trabalho da Comissão foi o de analisar os dossiês em que se apresentava o caso e as comprovações. Pode-se bem imaginar as dificuldades da apresentação de provas de atos que foram cometidos na clandestinidade pelas órgão repressivos, especialmente no caso das famílias de mais baixa renda e de menores recursos. Apesar das dificuldades, pouco a pouco estamos refazendo histórias que se passaram há cerca de trinta anos; não somente para fazer justiça à memória das vítimas da repressão política mas para evidenciar a atualidade e urgência da questão dos direitos humanos no Brasil.

A dimensão mais positiva dos meus sofrimentos pessoais foi ter conseguido superar o ódio e o desejo pessoal de vingança transformando-os em um sentimento de solidariedade para com os que são vítimas da violência. O meu objeto de pesquisa acadêmica constitui uma das dimensões de minha atuação no vasto campo dos “direitos humanos”. Porque a questão formulada como “direitos humanos” diz respeito ao reconhecimento dos direitos do Outro. Os direitos humanos são uma conquista histórica e um projeto de um grande pacto moral entre as diversas comunidades humanas.

Nós, os descendentes de europeus que colonizaram as América, somos herdeiros de uma história de violências cometidas contra os mais fracos e desprotegidos. Os colonizadores europeus – que, em 1500, aportaram no território que hoje é o Brasil – encontraram povos indígenas que foram dizimados no decorrer dos séculos. Outros povos e culturas das Américas sofreram a violência do brancos colonizadores e desbravadores. Pode-se dizer que a América começa com uma sucessão de genocídios e holocaustos: milhões de africanos são reduzidos à condição de escravidão e vendidos como a força-de-trabalho que alimentará a riqueza do grandes comerciantes de então. Com a proibição da exportação de escravos africanos por parte da Inglaterra o tráfico negreiro criou grandes fortunas.⁴ Esse e outros assassinatos em massa constituem a herança deixada pelos colonizadores nas Américas. Reconhecer as atrocidades cometidas é uma das formas de reparar um passado do qual nem sempre podemos nos orgulhar.

⁴ Como acontece, hoje, com o chamado tráfico de drogas, sempre que encontravam uma patrulha inglesa os navios negreiros jogavam sua carga ao mar, para se livrar das prova do delito.

Em torno do objeto de pesquisa: Preservar a memória, atualizar os projetos

“Nada do que aconteceu pode ser considerado perdido para a história”, afirma Walter Benjamin. Cumprir recuperar os fatos e feitos daqueles que são os vencidos da história não somente para impedir que sejam silenciados para sempre mas, principalmente, porque é necessário atender a suas reivindicações e preencher uma esperança que não foi cumprida.

A pesquisa *Documentos e memórias da repressão militar e da resistência política: Brasil – 1964/1985*⁵ procurou resgatar a memória das mulheres e homens que foram assassinados pela ditadura militar brasileira, como forma de manter vivas as esperanças pelas quais muitos de minha geração foram mortos. O projeto visa sistematizar, recuperar e preservar dados da memória histórica concernentes às violências cometidas pelo regime militar brasileiro contra oponentes políticos.⁶ Essa documentação encontra-se depositada no Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP e tem sido fundamental para a constituição dos dossiês relativos aos mortos e desaparecidos políticos.

A importância da reconstituição dos fatos – decisiva no caso dos mortos e desaparecidos políticos – não diz respeito apenas à recuperação da memória. Na verdade, o reconhecimento das

⁵ O projeto foi apoiado pelo CNPq a quem, mais uma vez, agradeço com empenho.

⁶ Apesar dos muitos trabalhos recém publicados sobre o tema e dos resultados da própria Comissão Especial (Lei 9.140 de 1995), designada pela Presidência da República, as informações estão dispersas e precisam ser unificadas. A principal fonte de informações é o Projeto “Brasil: Nunca Mais” (6 tomos e 12 volumes, Arquidiocese de São Paulo, 1985); com cópia dos inúmeros processos que correram na Justiça e onde a denúncia de tortura e maus tratos foi oficialmente feita, com nomes e circunstâncias;

b) Outra fonte importante são os dados do Comitê Anistia Internacional e Comitê Brasileiro pela Anistia .

atrocidades do passado comprova a continuidade de uma situação de violência e arbítrio por parte dos detentores do poder e a truculência das polícias militares, como tem sido largamente denunciado pelas instituições de defesa dos direitos humanos⁷. As repetidas matanças de indígenas, o mau trato dos presos comuns e o massacre do Carandiru, a violência contra os trabalhadores rurais e os “sem-terra”, a brutalidade com que crianças e adolescentes são tratados pela FEBEM são alguns dos exemplos mais citados pela mídia.

Outra dimensão importante da pesquisa foi sua relação com a Comissão de Justiça e Paz de S.Paulo e com a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Recentemente, pela Lei 10.726 de 2001, o Governo Estadual de São Paulo ampliou os direitos de reparação às vítimas de torturas, sequestros e outras formas de violência perpetradas sob a responsabilidade do governo estadual. As previsões acerca dos atingidos varia entre 1.500 a 10 mil oponentes políticos no período 1964-79. Entre as vítimas crianças e mulheres grávidas. Infelizmente, os fatos que serão levados ao conhecimento público e que foram apurados pelos organismos de defesa dos direitos humanos não pertencem a um passado já superado.

At last but not least temos a dimensão pouco comentada – a mais sigilosa e mais escondida – das relações entre grupos empresariais e a repressão para-militar. Muitos empresários participaram da mobilização política que antecedeu o golpe militar, apavorados com as reformas estruturais que o presidente eleito João Goulart dispunha-se a implementar. A grande imprensa esteve ao lado dos golpistas de 1964, assim como uma facção da Igreja Católica. Com o progressivo “endurecimento” do regime militar, um ativo grupo de empresários passou a apoiar as práticas semi-clandestinas de extermínio dos oponentes políticos, financiando e dando

⁷ O mais contundente documentação a respeito dos direitos humanos no Brasil no ano 2000 encontra-se no relatório do Centro de Justiça Global em parceria com Global Exchange.

apoio logístico aos militares e policiais envolvidos na famigerada Operação-Bandeirantes, em São Paulo.

Não é por mera coincidência que, hoje, alguns dos grandes grupos econômicos que operam no país mantêm os mesmos laços de cumplicidade e proximidade com a “segurança privada” fornecida pelas máfias que controlam o comércio de drogas. Faz parte da tradição oligárquica no Brasil o uso de matadores profissionais cuja principal tarefa é aterrorizar e garantir o poder dos senhores locais. Os “jagunços” nordestinos remontam à época colonial. Hoje a omissão do Estado na questão da defesa do cidadão estimula o desenvolvimento da indústria da segurança privada e a transformação da cidade em redutos com muros altos, grades e guardas particulares. É a arquitetura do medo. Nas regiões pobres os moradores ficam à mercê da “lei” dos traficantes que dominam a maior parte das favelas no Rio de Janeiro e em São Paulo.⁸ A violência e a impunidade dos “justiceiros” de hoje é muito parecida com a truculência e a impunidade dos torturadores e algozes da oposição política na época da ditadura militar. São demonstrações inequívocas do esgarçamento do tecido social e da violência que precisam ser superados para o estabelecimento de uma verdadeira cidadania democrática.

A “nova esquerda” e a revolução dos jovens dos anos sessenta

A grande onda revolucionária dos anos sessenta congregou duas aspirações juvenis: a libertação pessoal da opressão familiar e a transformação da realidade social. A dimensão romântica dos jovens

⁸ O caso do hipermercado *Carrefour* em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, em dezembro de 2000, comprovou as consequências desumanas e absurdas da “justiça” dos traficantes que condenaram à morte através de tortura a duas mulheres pegas roubando 8 frascos de protetor solar.

e a dimensão utópica de seus projetos já foi apontada em muitos trabalhos e reflexões sobre o tema. O ponto em comum das revoltas juvenis é a urgência e a radicalidade de seus propósitos. Nesse sentido, a influência de Ernesto “Che” Guevara foi e continua sendo fortíssima, pois, como todo herói, morreu por um ideal generoso e, mais do que isso, com um apelo à dimensão afetiva da política porque *hay que endurecerse sin perder la ternura*. O rompimento com o comunismo oficial, a renovação teórica e a busca de novas e mais eficientes formas de atuação política consituem um legado comum da “Nova Esquerda” que se desenvolveu nos anos sessenta. Flacks et alii (1989), no *Beyond the Barricades*, sintetizam bem as principais características de seus participantes:

New Leftists envisioned a permanent fusion of the everyday and history. Because they were committed to activism, because they believed that their own self-fulfillment depended on implementing their social responsibility, they shared a strong sense that their own lives ought to somehow implement that fusion, that, as they came to put it, the personal is political and vice versa. In the heat of sixties action, and, under the illusion of impending revolution, few gave serious thought, while they were students, to how such fusion might practically be accomplished for the long pull over the life course. (FLACKS et alii, 1989, p. 10)⁹

Como não lembrar que, nos anos 1960, o exemplo da resistência do Vietnã à invasão americana, bem a derrocada do ditador Fulgêncio Batista, em Cuba, serviram de bandeira de luta para os jovens de várias partes do mundo ocidental? As revoltas

⁹ Tradução minha: “O militantes da Nova Esquerda imaginavam uma permanente fusão do dia a dia com a história. Porque estavam comprometidos com o ativismo e porque acreditavam que sua realização pessoal dependia do preenchimento de sua responsabilidade social, eles compartilhavam do sentimento que suas próprias vidas deveriam implementar de alguma maneira essa fusão, pois, como foi colocado, o pessoal é político e vice versa. No calor da ação dos anos sessenta e, sob a ilusão de uma revolução iminente, poucos se preocuparam, enquanto foram estudantes, em como tal fusão poderia acontecer ao longo do curso da vida”.

estudantis, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e outros países democráticos colocavam na ordem do dia o duplo desejo revolucionário: sexual e social. Romper com o moralismo e a hipocrisia e, ao mesmo tempo, revolucionar o mundo. A famosa prédica de Marx a respeito da necessidade da *práxis*, da transformação da sociedade na prática e não somente em teoria traduz bem o estado de espírito de muitos da geração dos anos sessenta.

Na América do Sul, a repercussão das manifestações estudantis assumiu a dimensão de uma luta política contra as ditaduras militares, repressivas e moralizadoras. Os *tupamaros*, no Uruguai e os *montoneros* na Argentina atraíam jovens intelectuais, vanguardas sindicais e velhos militantes políticos. No Brasil, os estudantes universitários e secundaristas aderiram às teses da luta armada como meio de derrubar a ditadura militar, desiludidos com aquilo que lhe parecia ser o imobilismo da esquerda tradicional.

As ditaduras militares

A tortura é o método de interrogatório usual das ditaduras e o fato de ser exercida por psicopatas sádicos não lhe tira o caráter de instrumento para um determinado fim. Ao contrário: sempre se entrega a tarefa a um especialista com as melhores qualificações (...). O sadismo perverso não é visto como doença que inabilite um sargento, um oficial ou um policial para torturar. Ao contrário, é o credencial para torná-lo apto a torturar. É uma condição básica – *sine qua non* –, tal qual a um classificador de perfumes se exige olfato apurado (TAVARES, 1999, p. 265).

O Brasil, a Argentina, o Uruguai e outros países da América Latina foram vítimas de ditaduras militares sanguinárias nos anos 1960 e 1970. É difícil uma avaliação exata do número de pessoas atingidas no período das ditaduras militares dado que a repressão político-militar

desenvolveu o método de desaparecer com os corpos. Em termos quantitativos, a ditadura argentina superou os recordes, com cerca de 30 mil casos de mortos e desaparecidos. O terrorismo imposto pela direita militar argentina e seus inúmeros e inescrupulosos aliados foi particularmente cruel com as mulheres e crianças. São mais de quinhentas crianças “desaparecidas”, sequestradas pelos torturadores e entregues a famílias desejosas de adotar crianças, especialmente entre os próprios militares. Quem caminha hoje na capital da Argentina, Buenos Ayes lerá o “*Ni olvido, ni perdón*” gravados nos muros. Sempre impressiona a visão da *Plaza de Mayo*, onde as mães e familiares dos mortos e desaparecidos criaram um dos mas longos, tenazes e importantes movimentos de denúncia das atrocidades cometidas, ao caminharem em torno da praça exibindo cartazes com os nomes e as circunstâncias do desaparecimento de seus filhos e filhas.

Os anos de chumbo

Daí em diante, o Brasil mudou. O medo se incorporou ao cotidiano. A delação e o colaboracionismo fizeram do dedo-duro um dos suportes do regime. Começava-se a falar baixinho ou a nada dizer e a tudo calar. O bom patriota era o brasileiro com medo, domesticado pelos tambores militares (TAVARES, 1999, p. 265).

No seu pungente relato *Memórias do esquecimento*, Flavio Tavares acentua a dimensão “pedagógica” da truculência militar: o medo e a intimidação visavam não somente aniquilar os oponentes que tinham passado para a resistência armada como, mais além, calar a sociedade em seu conjunto. Ao transformar o combate à “subversão interna” como a principal tarefa das Forças Armadas de um país os militares utilizaram largamente da propaganda intimidava; da “demonização” dos oponentes; da repressão e violências extremas. Essa descrição

cabe às inúmeras ditaduras e regimes militares que assolam a América Ibérica e, muito especialmente, às sinistras ditaduras da Argentina, do Chile, do Uruguai e do Brasil, todas elas unidas pelos elos da “Operação Condor”, que unificava a repressão política no Cone Sul, especialmente nos anos setenta e início dos anos oitenta. As vítimas da repressão militar foram brutalizadas, torturadas e assassinadas. E, como se não fosse suficiente a destruição dos corpos físicos, seguiu-se a tentativa de ocultamento das mortes e de desaparecimento dos corpos. A tentativa de “matar a morte” fazendo desaparecer o principal indício do crime: o corpo da vítima.

O feminismo brasileiro e a conquista da democracia engendrando a democracia

When the left turned toward organizing ‘mass base for the revolution’ in Brazil’s urban periphery in the mid-1970, many former guerrilheiras and student activists direct their efforts at the women of the popular class. Early feminists saw themselves as the vanguard of what was to be a united, cross-class mass-based Brazilian women’s movement (ALVAREZ, 1997, p. 96).

Um das dimensões mais importante do feminismo no Brasil foi ter contribuído para a construção de uma nova experiência de cidadania, forjada na prática da reivindicação na arena pública. Sem jamais abdicar de suas “questões específicas” – aborto, direitos da maternidade, igualdade salarial, etc. – o movimento de mulheres foi o primeiro a levantar a bandeira da anistia política, atuando em conjunção com as demais forças e movimentos que compunham a oposição à ditadura militar brasileira. Mais do que isso, foi uma das forças que inovaram o campo das lutas sociais e renovaram as práticas políticas.

O reconhecimento da importância do feminismo brasileiro, levou a pesquisadora norte-americana Alvarez (1990) a cunhar

a expressão *engendering* a democracia no Brasil, para acentuar a dimensão *gender* no processo de redemocratização do país. Como outros estudiosos do tema, (como MORAES; GOLDBERG) ela observa o impacto que o feminismo e outros movimentos sociais exercem no país, criando outras esferas de atuação na sociedade civil e novas formas de “fazer política” através de redes de solidariedade e intercâmbio. Em estudo mais recente, Alvarez (1997) ressalta os benefícios da interpenetração entre feminismo e movimentos populares dizendo que “the manifold implications of the feminists with popular women’s organization significantly re/ shaped the discourses and practices of both movements”¹⁰.

O movimento feminista desde seu início aparece comprometido com a luta pelas “liberdades democráticas” e inicia, em 1975, a campanha nacional pela anistia. Durante a Década da Mulher, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, as feministas conseguiram organizar-se em torno de seus problemas específicos, pondo em contato mulheres de diferentes setores sociais. Dadas as profundas diferenças culturais e sociais dentro da sociedade brasileira, a qualidade e o alcance do movimento de mulheres variou enormemente, sendo que seu desenvolvimento mais forte concentrou-se nos principais centros urbanos.

As restrições impostas pela ditadura militar ao direito de organização política e sindical forçaram a oposição a limitar seus objetivos a questões locais, como os movimentos contra o custo de vida, os clubes de mães e associações de vizinhos, movimentos por creches e postos de saúde. O contato direto entre militantes políticos e movimentos populares e sua interpenetração transformaram radicalmente a prática política no país. Ademais de estimularem a criação das futuras “organizações não-governamentais” que têm,

¹⁰ Tradução minha: “as principais implicações das feministas com as organizações populares de mulheres modificaram significativamente os discursos e as práticas de ambos movimentos”.

atualmente, uma presença muito forte na arena política brasileira, uma parcela importante da oposição criou um novo partido político, o Partido dos Trabalhadores. Fundado oficialmente em 1980, adotou um avançado programa feminista.

O processo de redemocratização fortaleceu os grupos anti-vistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos da mulher. Campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres por crimes “de honra”; a denúncia do sexismo nos livros escolares e as campanhas contra o assédio sexual são algumas das conquistas que marcaram o final da Década da Mulher. Por ocasião das primeiras eleições livres, em 1982, a oposição ganhou o governo do Estado de São Paulo e, pela primeira vez, foi criado o Conselho da Condição Feminina que teve importante atuação na luta pelos direitos da mulher. Esses são alguns dos fatos que ajudam a contextualizar a importância do movimento de mulheres na reconquista da democracia e a especificidade de sua participação que gerou novas formas de militância.

A participação das mulheres na Resistência à Ditadura e a “questão de gênero”

De modo geral, os homens-prisioneiros se despiam fácil, mas as mulheres se negavam e resistiam. Primeiro argumentavam. Com paciência ou com ira, perguntavam se o torturador faria isso com a mulher, a mãe, a irmã ou a filha. Depois, empurravam o sargento que lhe ia arrancar a blusa ou a saia. Outras vezes, mentiam e se diziam menstruadas, sem saber que provocavam, assim, um sadismo abominável e abjeto: dois ou três se atiravam sobre a prisioneira e, subjugada, ela era apalpada e cheirada nos órgãos sexuais, enquanto lhe arrancavam a roupa. E, logo, “bolinada” por aquelas mãos habituadas ao sangue, que tocavam a pele e o sexo não como carícia nem para amar, mas para destruir ou marcar a ferro, como uma rês. E, como ela já estava no chão, deitada e

inerte, abriam-lhe as pernas e – para começar e não como requinte final, como era a norma – metiam-lhe o cabo elétrico diretamente na vagina. Nesses casos, o major M.F. costuma gritar para o sargento: “Calma, calma. Não coma a sobremesa antes do feijão.” E aquele pequeno e poderoso estado-maior da tortura, ali reunido em torno da presa, ria e ria muito, uma gargalhada galhofeira, festejando o triunfo (TAVARES, 1999, p. 267).

Em abril de 1996 realizou-se na Unicamp um seminário nacional sobre o tema “A Revolução Possível. Uma homenagem às vítimas da ditadura militar”, no qual, pela primeira vez se abria espaço para a *discussão da mulher como protagonista na resistência à ditadura militar e como vítima de uma violência específica*. Fato que se aliou ao insólito de ter a universidade, também pela primeira vez, aberto as portas para um evento com esse conteúdo político, cujo pressuposto fundamental foi *o repúdio total e absoluto a toda e qualquer forma de tortura*.

Dizer *não ao esquecimento* não significou restringir a violência policial à ditadura militar mas chamar a atenção para uma violência impregnada tanto no Estado como na sociedade brasileira. Lembrar o passado foi uma forma de pensar o presente. O evento procurou todo o tempo ressaltar a *atualidade* do que estava sendo dito, sobretudo diante de uma plateia atenta e em sua maioria jovem, ou seja, que não viveu, nem assistiu aos acontecimentos relatados.

Na primeira discussão pública realizada sobre as violências a que foram submetidas as mulheres no período da ditadura militar, foram registrados os depoimentos e as reflexões de quatro ex-militantes na resistência à ditadura militar. A primeira manifestação foi de Criméia de Almeida, da Comissão dos Mortos e Desaparecidos, uma sobrevivente da chamada “Guerrilha do Araguaia”, foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Falando inicialmente da passagem da luta política à clandestinidade e da opção pela luta armada, ressaltou o processo instaurado pelos atos institucionais criados pela ditadura militar, através do qual um cidadão comum, que havia feito uma opção política, tornava-se um criminoso. Seu discurso, em seguida, concentrou-se no lugar ocupado pela mulher

nas organizações de esquerda, enfatizando sua discriminação. Atribui sua posterior entrada no movimento feminista às experiências vividas, naquele momento, como mulher.

Criméia de Almeida foi presa grávida. Mostrou em seu depoimento o paradoxo de que, de um lado, a esquerda exigia da mulher “um comportamento masculino”, o que criava inevitáveis conflitos com o que era especificamente feminino, a gravidez. Do outro lado, a repressão utilizou a gravidez como mais um instrumento para torturar a mulher. Criméia chamou a atenção, ainda, para o significado do fato de que, se a participação feminina foi menor do que a masculina, segundo os dados apresentados no dia anterior por Marcelo Ridenti, a importância da participação feminina aumenta inequivocamente no resgate à memória, na denúncia e na defesa dos presos políticos, em todos os países onde houve repressão política, sendo o caso das Mães da Praça de Maio, na Argentina, um dos exemplos desta perseverança, o de mais ampla repercussão internacional.

Rose Nogueira, ex-militante da ALN (Ação Libertadora Nacional) foi presa quando seu filho tinha pouco mais de um mês. Seu depoimento foi eloquente no que se refere ao uso que a repressão fez do corpo feminino e da maternidade na tortura, deixando marcas físicas e psicológicas, que nunca se apagaram. Jornalista desde os 17 anos, Rose acentuou a importância de lembrar que os torturadores daquela época não eram agentes “excepcionais”, mas funcionários que pertenciam às Forças Armadas. Muitos mantiveram seus cargos e foram, inclusive, promovidos, sendo o Major Brillante Ustra, posteriormente adido militar do Brasil no Uruguai – citado em todos os depoimentos, inclusive em dia anterior pela atriz e ex-deputada Bete Mendes – um dos casos exemplares dessa impunidade.

Eleonora Menicucci de Oliveira, socióloga, doutora em Ciências Sociais, ex-militante da POLOP (Política Operária), iniciou seu depoimento cumprimentando as organizadoras do seminário pela

coragem de trazer o tema da mulher para o resgate da história daquele período. Seu depoimento foi particularmente dramático no relato com respeito aos sofrimentos que lhe infringiram. Relatou os maus tratos sofridos por sua filha, com um pouco mais de um ano na época, sob seus olhos, nua e indefesa no chão gelado da câmara de tortura. M. de Eleonora disse que, no seu caso pessoal, o feminismo, ao qual se engajou, representou a possibilidade de lidar com a subjetividade “engessada” neste período de intensa luta política.

Os depoimentos foram contundentes em dois aspectos: ressaltaram como *a relação mãe-filho foi utilizada pela repressão na tortura à mulher* e como *o corpo feminino foi utilizado e vilipendiado*, sendo seu sofrimento objeto de um prazer sádico por parte dos agentes da repressão. Falavam do corpo da mulher em sua dimensão política e cultural, ou seja, de um corpo tratado a partir da concepção do que é ser mulher em nossa sociedade¹¹. É importante ressaltar o fato de que os responsáveis pela tortura sempre foram e continuam sendo, no Brasil, do sexo masculino.

A impunidade em questão: a atualidade dos direitos humanos

A transição brasileira para a democracia foi concebida pela cúpula militar dominante como um processo “lento, gradual parcial”. Por força do próprio aniquilamento dos resistentes guerrilheiro dos anos 1970 e da hegemonia militar foi possível aos militares que comandaram a “transição para a democracia” limpar seus arquivos e remanejar alguns dos mais notórios torturadores. No América Latina os militares e seus cúmplices se auto-anistiarão através de leis e decretos que coibiram qualquer punição às arbitrariedades cometidas. Ora, como salientam as

¹¹ Esses relatos estão registrados em vídeo no IFCH da UNICAMP.

normas contemporâneas do Direito Internacional, um dos primeiros compromissos dos governos democráticos, após sua posse, é a reparação dos atos delituosos das ditaduras militares. Mais ainda, considera-se que determinados tipos de crime, como a tortura, não são passíveis de anistia.

Foi somente a partir dos compromissos internacionais assumidos pelo país no plano dos direitos humanos que foram conquistadas as condições para o reconhecimento dos crimes praticados pelo Estado. A primeira lei federal reconhecendo a responsabilidade do Estado só foi decretada em 1995 e o Estado de S. Paulo esperou até 2001 para assumir a responsabilidade dos crimes pregressos. Que o Estado reconheça seus erros é algo novo no país. A impunidade e a violência fazem parte da história nacional e têm suas raízes no autoritarismo das classes dominantes e na subordinação dos aparelhos de Estado aos interesses dos ricos e poderosos. As denúncias dos movimentos de direitos humanos e de familiares dos presos políticos mortos e desaparecidos conquistaram direitos de reparação que, pouco a pouco, estão sendo ampliados para os demais setores da sociedade. É uma das dimensões mais importantes deste processo: a instauração de uma ótica jurídica que parte do direito da vítima e da necessária reparação.

Apurar os crimes; reparar as vítimas e punir os responsáveis constituem três momentos necessários para o estabelecimento da justiça e da verdade. No Brasil, a apuração dos fatos a apuração dos fatos sempre ficou por conta dos particulares, sendo que até hoje as Forças Armadas não abriram seus arquivos. Insistir no resgate da verdade e dizer não ao esquecimento é chamar a atenção para uma violência que impregna a sociedade e o Estado. Lembrar o passado é uma forma de buscar recursos para pensar o presente.

Bibliografia

ALVAREZ, S. E. *The Politics of Gender in Latin America: Comparative Perspectives on Women in the Brazilian Transition on Democracy*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.

BEAUVOIR, Simon. *O Segundo Sexo* (2 volumes). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1966.

BOURDIEU, Pierre. La dominantion masculine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 84, p. 3-311, sept. 1990.

CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering*. Berkeley. University of California Press, 1978.

BARROSO, Carmem (org.). *Mulher, Sociedade e Estado*. São Paulo: Cortez, 1983.

FLACKS, Richard, e WHALEN, Jack. *Beyond the barricades. The sixties generation grows up*. Temple University Press, Philadelphia, 1989.

FRANCHETO, Bruna e outros. Antropologia e Feminismo. in: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. n. 1 R. Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas* (3 vol.). Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político*. In: BIB n. 28. Rio de Janeiro, 1989.

MITCHELL, Juliet. *L'Age de femme*. Paris: Editons des Femmes, 1974.

_____. *Psycoanalysis and Feminism*. Allen Lane and Pantheon Books, 1974.

MORAES, M. L. Quartim de. *Mulheres em Movimento*. São Paulo: Conselho da Condição Feminina, 1985.

_____. *A Experiência Feminista dos Anos Setenta*. S. Paulo: Textos UNESP, 1990.

**FEMINISMO, MOVIMENTOS
DE MULHERES E A (RE)CONSTRUÇÃO
DA DEMOCRACIA NO CONE SUL¹**

Introdução

Brasil, Chile e Argentina compartilham da pesada herança das ditaduras militares – que cronologicamente se inicia no Brasil em 1964; irrompe brutalmente no Chile em 1973 e em seguida na

¹ Trabalho apresentado no 51º Congresso Internacional dos Americanistas, Santiago, Chile, 13-18 de 2003) e publicado na revista *Margem Esquerda* número 2: nov. 2003/maio 2004.

Argentina – deixando um rastro de sangue e irreversíveis sequelas sociais. A longa permanência da tutela militar, o terrorismo de Estado, com o assassinato e desaparecimento de oponentes políticos, a crise econômica internacional, as desastrosas políticas neoliberais são processos que essas três nações compartilham assim como a lenta (re)emergência da esquerda e os novos movimentos sociais.

Não obstante o reconhecimento de que todas as três transições realizaram-se sob a tutela militar, a presença ativa dos movimentos sociais criou novas alternativas políticas de reconstrução da esquerda latino-americana. E, os movimentos liderados ou integrados majoritariamente por mulheres, quer na defesa dos direitos humanos quer nas propostas feministas, constitui um fato novo, cuja potencialidade ainda permanece viva nos dias de hoje. O objetivo deste texto é o resgate histórico e a avaliação das potencialidades atuais dos movimento de mulheres e feministas que constituem uma das forças sociais presentes no cenário político da América Latina.

Neste sentido, a experiência brasileira está na ordem do dia, tanto pela eleição presidencial que elegeu o opositorista e ex-metalúrgico Lula, quanto pela importância assumida pelo Fórum Social Mundial, inovadora proposta de representantes das várias correntes que atuam nos movimentos sociais brasileiros. No Brasil, a longa transição democrática conheceu um leque variado de iniciativas populares e políticas que incluem um novo sindicalismo operário, rompendo com o tradicional modelo do paternalismo estatal e da subordinação sindical, como também a emergência de movimentos mais relacionados à reivindicações do cotidiano além da formação do Partido dos Trabalhadores. Oficialmente fundado em 1980, o PT reuniu tanto ex-militantes da esquerda armada quanto lideranças sindicais e movimentos de base sob influência dos defensores da Teologia da Libertação.²

² A partir da conquista da prefeitura de Porto Alegre e do governo do Rio Grande do Sul, que em muitas de suas gestões elaborou novas instituições de participação

Ao lado destes movimentos urbanos e dos primeiros experimentos de democracia participativa, a extrema concentração da propriedade fundiária no Brasil, da deterioração das condições de vida, originou o radical Movimento dos Sem-Terra-MST. Vamos encontrar também, nas lutas do campo, no Brasil e no México, a presença dos ativistas da Teologia da Libertação. A Teologia da Libertação congrega religiosos e religiosas com ativa participação entre os pobres e oprimidos, daí a existência da Pastoral da Terra, da Pastoral da Criança, etc. participando ativamente dos movimentos sociais no país e constituindo uma das matrizes da esquerda brasileira, juntamente com a matriz marxista que, por sua vez, apresenta diversas ramificações. No campo da esquerda comunista, o maior partido existente é o Partido Comunista do Brasil.

Assim, as duas grandes matrizes da esquerda brasileira e latino-americana de modo geral são o marxismo e a doutrina cristã³, na sua versão de esquerda, da Igreja dos oprimidos, que gerou o guerrilheiro Padre Camilo Torres na Colômbia; os frades dominicanos do grupo guerrilheiro da Ação Nacional Libertadora-ALN e hoje é uma das forças mais atuantes dentro do PT Também nas lutas do campo, no Brasil e no México, a presença da Teologia da Libertação, se dá até mesmo entre os zapatistas. Essa dupla origem unifica a história da esquerda latino-americana.

No entanto, foge ao escopo deste trabalho aprofundar a importante questão das matrizes teórico-políticas das esquerdas brasileiras. O objetivo é historiar o surgimento e as características do feminismo e ativismo em torno dos direitos das mulheres na América Latina e o impacto da intensa militância e do programa de luta

da população, como é o conhecido caso dos “orçamentos participativos” que se transformaram em referência internacional, o PT consolidou-se como alternativa de governo.

³ Para um aprofundamento desta questão vide SADER, Emir. *Quando novos personagens entram em cena*/ Paz e Terra, 1983.

desenvolvidos pelos movimentos sociais a partir dos 1970. O interesse pelo movimento de das mulheres tem a ver com a originalidade de suas demandas e de suas propostas de atuação.

Na América Latina, como em outras partes do mundo, a dupla experiência do patriarcalismo doméstico e do machismo na política levou as feministas a defenderem a autonomia do movimento de mulheres e as instituições verticais, sem hierarquias e monolitismos. Grupos feministas, mulheres da periferia que frequentavam as atividades das comunidades eclesiais de base, operárias metalúrgicas, empregadas domésticas politizadas e “infiltradas” políticas de vários grupos clandestinos eram alguns dos personagens principais presentes nos encontros e congressos de mulheres, com plataformas de lutas que incluíam direitos específicos (igual salário a igual trabalho) como se observa na experiência brasileira entre 1974/1982.

O potencial político e mobilizador desta primeira fase do feminismo atraiu a atenção dos organismos preocupados em influenciar o movimento social no sentido da integração ao sistema. Aos poucos, sob a hegemonia norte-americana, é dada a partida da transformação do movimento espontâneo em “ONGs” que, no Brasil de hoje são mais de 250 filiadas a Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais-ABONG e um número semelhante sem filiação. Nesse processo, os grupos feministas e/ou defensores dos direitos da mulher conheceram uma extraordinária expansão tornando-se, muitas vezes, em interlocutoras privilegiadas dos governos, como acontece no Brasil e no Chile, em que as feministas transformaram-se em técnicas e operadoras de políticas sociais de gênero.

É importante assinalar a atuação dos organismos internacionais com respeito à aceitação dos governos pós-ditadura militar da agenda dos direitos da mulher, na forma de assinatura a convênios e cartas. O ponto inicial foi o Ano Internacional da Mulher em 1975 e, em seguida, as Conferências Internacionais sobre a Mulheres realizadas em Nairobi em 1985 e em Beijing em 1995. Em cada uma dessas

conferências ampliava-se o âmbito das políticas sociais na medida em que foi sendo reconhecido que alterar a situação desigual da mulher implica em alterar a divisão sexual do trabalho e superar o acesso desigual aos bens e poder político.⁴

A pressão internacional em prol da agenda de mulheres foi parcialmente assumida pelos governos beneficiários de financiamentos internacionais. Muitos governos latino-americanos assimilaram o discurso e das demandas feministas ao mesmo tempo que os reduziam e enquadravam em termos de políticas sociais que – dado o enorme contingente populacional (especialmente mulheres) vivendo na pobreza – ficaram muito próximas da filantropia. O movimento de mulheres em geral e o feminismo em particular oscilam entre a institucionalização e a contestação, entre estar no governo ou pressionar o governo como movimento social. Sem se falar nas oposições entre as feministas críticas ao modelo masculino e patriarcal e as feministas “essencialistas” que defendem os valores femininos como a doçura, a maternidade, a sexualidade difusa, etc.). Neste sentido, para melhor acompanharmos a trajetória dos movimentos de mulheres e dos vários feminismo que estão presentes em nossas sociedades latino-americanas é importante fazer uma retrospectiva das quatro últimas décadas tendo, como foco o Brasil, Chile e Argentina e as circunstâncias históricas das ditaduras militares.

⁴ Assim chegou-se à atual política de “transversalização” isto é, a perspectiva de gênero em todas as políticas sociais como maneira de superar a pouca importância efetiva dos conselhos da mulher dos anos 80.

Ditaduras Militares e Movimentos de Mulheres

O Brasil inaugura em 1964 a sucessão de golpes e ditaduras militares dentro dos três países da trilogia ABC que congrega os países economicamente mais fortes do Cone do Sul. As condições políticas em que se dá o rompimento da legalidade democrática no Chile e no Brasil são assemelhadas: em ambas, governos legitimamente eleitos, cujos atos não feriam os pressupostos constitucionais, conhecem uma polarização social fortíssima e golpes de Estado com o apoio norteamericano – dentro da lógica do anticomunismo como desculpa para conter quaisquer transformações econômico-sociais. É importante assinalar que nestes países amadureciam processos de organização das camadas rebeldes como foi o caso das Ligas Camponesas dos anos 60, um atuante movimento dos sem-terra. Também os movimentos estudantis já estavam em ebulição, como aconteceu com a longa greve que opôs alunos ao poder universitário em torno do aumento da participação estudantil em 1962 na Universidade de São Paulo-USP (o que explica sua radicalização sob o autoritarismo militar.) Sem se falar do movimento político de cabos e sargentos dentro das forças armadas⁵.

O que estou tentando acentuar é que as ditaduras militares refletem o medo das classes dominantes em perder ou mesmo dividir o poder e a permanente “criminalização” dos movimentos populares. No Brasil, a questão social sempre foi tratada como uma “questão da polícia”, nas palavras do presidente da República Washington Luís Pereira de Souza, no anos 1920.⁶ A ditadura Getúlio Vargas (1930-45) enquadrou o movimento sindical numa estrutura “pelega” que, a

⁵ Alfred Stepan, estudioso do tema, calcula que cerca de 20% dos oficiais brasileiros foram atingidos por expurgos após o golpe de 1964 (Apud/Quartim, op. cit. p. 38)

⁶ Último presidente antes da revolução de 1930 que pôs fim a chamada ‘primeira república’ de partido único, representando as oligarquias rurais que perderam força econômica para a burguesia industrial.

partir de meados dos anos 1950, começa a ser questionada. O Partido Comunista Brasileiro que ao longo da história do país desfrutara de poucos anos de legalidade começa a gozar, no governo Goulart (1962-4), de uma semi-legalidade.

Portanto, o golpe militar de 1964 veio impedir a democratização da sociedade brasileira e a expansão dos direitos de cidadania. Os militares cercearam as liberdades fundamentais e exerceram sua autoritária tutela em benefício das oligarquias do Nordeste e dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

A intolerância com respeito à oposição política mantinha-se através das draconianas leis de exceção. O todo poderoso ministro Delfim Neto realizava o programa de “modernização”: da economia, amparado pelos órgãos clandestinos incumbidos do terrorismo de Estado, como a famigerada Operação Bandeirantes e o DOI-Codi. Foram os anos do “Brasil ame-o ou deixe-o”, no qual cerca de 400 pessoas foram mortas ou “desaparecidas”, enquanto outras 5 mil passavam pelos tribunais militares.

O Brasil foi o primeiro a praticar sistematicamente o terror contra os oponentes e tem a primazia na introdução dos mecanismos cruéis da tortura e desaparecimento de oponentes políticos, servindo como modelo para a ditadura chilena⁷. A repressão política brasileira notabilizou-se pelo sequestro de suspeitos (que eram encapuçados e levados para o para-oficiais de tortura e extermínio) e inaugurou a era do desaparecimento físico dos oponentes: sem corpo não há delito. Foi a etapa dos desaparecimentos. Centenas no Brasil, milhares na Argentina e no Chile, em que a esquerda, legal e legítima, foi exterminada pela aliança das forças armadas, igreja católica e direita política, com a omissão criminosa dos democratas cristãos.

⁷ Como esquecer que os primeiros brasileiros a desembarcar após o golpe foi uma “missão” de especialistas em tortura e repressão que logo passaram a interrogar os brasileiros presos no Estádio Nacional?

Assim, a experiência que nos unifica resume-se a poucas palavras: ditadura militar, terrorismo de Estado e neoliberalismo. Primeiramente, as longas e sinistras ditaduras que dizimaram os oponentes, cercearam manifestações culturais e intelectuais e integraram seus países à hegemonia do capitalismo norte-americano. Em segundo lugar, temos as consequências sociais das políticas de cunho neoliberal aplicadas com maior ou menor violência em quase todos os países latino-americanos. É esta a experiência que nos une e nos faz compartilhar da mesma insegurança social, do mesmo desemprego e do rompimento da sociabilidade. Finalmente, como contraponto a essas duas amargas experiências, há que considerar a experiência mais positiva do movimentos sociais atuantes no processo de democratização da democracia.

A emergência do feminismo na maior parte dos países da América Latina se faz no quadro do terrorismo de estado imposto pelas ditaduras militares, outro fator importante pois sempre conectou os movimentos emergentes à causa da democracia, pela liberdade de expressão, organização e de consciência, as clássicas bandeiras do Iluminismo. No Brasil, a inquestionável presença do feminismo como porta voz dos direitos de cidadania às mulheres – alargando o próprio conceito de direitos humanos – soma-se à atuação de muitas feministas no movimento pela anistia e na luta dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos⁸.

As perseguições políticas levaram ao exílio centenas de brasileiros que encontraram no Chile um local de refúgio. Intelectuais cassados, como ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, trabalhavam nos órgãos oficiais ainda instalados, como a CEPAL e a Flacso. Outros, ademais, eram professores

⁸ E. Jelin, no artigo Mulheres e Direitos Humanos. *Estudos Feministas*, n. 1/94, p. 117-49, comenta que o movimento dos familiares das vítimas dos militares – as mães e avós da Praça de Maio – desenvolveu se separadamente do feminismo argentino.

nas universidades chilenas⁹. Isso nos anos do governo democrata-cristão de Eduardo Frei¹⁰. No começo dos anos 1970, enquanto a ditadura militar brasileira – no poder desde 1964 – aniquilava a resistência armada e mantinha a oposição democrática nos limites da clandestinidade (com as sucessivas *cassações de direitos políticos*) os jovens de esquerda viram se abrir uma nova esperança: o projeto de unidade das esquerdas e de transformação pacífica para o socialismo. O *Programa Comum*, na França, unia comunistas e socialistas e, no Chile, a *Unidad Popular*, com a mesma aliança, venceu as eleições de 1971, com quase quarenta por cento dos votos. O programa de transformações no poder econômico previa o controle pelo Estado de cerca de uma centena de empresas estratégicas, no setor industrial, bancário, etc.

A reação das classes dominantes chilenas não se fez tardar: a direita chilena estimulou todo o tipo de boicote: da sabotagem industrial ao financiamento de greves de caminhoneiros com o apoio explícito dos Estados Unidos. A experiência histórica da construção do socialismo através da via democrática, representada pelo governo Salvador Allende, terminou a ferro e fogo pela direita civil unida ao exército comandado pelo general Pinochet, que passa para a história como um dos maiores violadores dos direitos humanos.¹¹

⁹ A economista da Cepal e ex-deputada pelo PT, Maria da Conceição Tavares, era professora no curso de pós graduação da ESCOLATINA, da Universidad de Chile assim como José Serra. Ela foi conselheira do governo Allende, como é atualmente do governo Lula.

¹⁰ Eduardo Frei (que terminou por se unir à direita contra Allende, colaborando no golpe militar).

¹¹ Os muitos brasileiros que viviam no Chile na época do presidente Allende, asilados contra a opressão da ditadura militar brasileira, são testemunhas da inqualificável brutalidade com que o general Pinochet e uma direita sanguinária trataram todos aqueles que não concordavam com eles. Os militares golpistas, sob o comando do general Pinochet, bombardearam com aviação Santiago, encheram os quartéis e até o estádio de futebol com milhares de suspeitos, isto é, de cidadãos que apoiavam seu presidente legitimamente eleito. Todos nós lembramos dos gritos que

Após o golpe militar do general Pinochet, processou-se o êxodo dos exilados brasileiros do Chile para a Europa, especialmente para a França, dado o apoio recebido dos socialistas e comunistas franceses, acostumados à solidariedade internacional. A capital francesa tornou-se, então, um eixo importante de referência para a esquerda brasileira. O contato com a realidade cotidiana de um país europeu, com educação, saúde e outros direitos garantidos pelo Estado, alargou o horizonte pessoal e político dos exilados e seus familiares.

O número de mulheres exiladas multiplicou-se rapidamente e, já no final de 1973, foi criado, em Paris, pelas militantes oriundas da esquerda armada e do partido comunista, um fórum semanal de discussões com a dupla tarefa de pensar teoricamente a questão da mulher e estudar a realidade da mulher brasileira. Da bibliografia obrigatória constava o clássico *A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Engels, e os escritos de Juliet Mitchell¹².

se ouvia à noite, dos dedos quebrados do violonista Miguel Parra e de tantas outras atrocidades. Durante os 11 dias que sucederam o golpe todas as comunicações por avião foram suspensas entre o Chile e o Mundo, impedidas: era o tempo da “limpeza”. Depois, mantiveram o silêncio dos cemitérios, governando com o terror e a tortura e sob estado de sítio. Vimos casas de amigos serem invadidas e muitos brasileiros serem presos por sua condição de estrangeiros e nunca mais aparecerem. O próprio governo chileno reconheceu sua responsabilidade nesses desaparecimentos.

¹² Em Janeiro de 1975, a revista *Debate*, órgão de discussão de oriundos da esquerda armada, com sede em Paris, publica o primeiro artigo sobre a questão feminina, com chamada na capa. Nele e em artigos subsequentes, a preocupação fundamental consistia em atualizar a análise marxista da questão feminista, na busca de legitimação teórica para a luta feminista.

O Feminismo Brasileiro e a Conquista da Democracia

O reconhecimento da importância do feminismo brasileiro, levou a pesquisadora norte-americana Alvarez (1990) a cunhar a expressão “engendering”¹³ a democracia no Brasil, para acentuar a dimensão “gender” no processo de redemocratização do país. Como outros estudiosos do tema, (GOLDBERG, MORAES, SARTI, etc.) ela observa o impacto cultural, em termos de novas identidades e sociabilidades, do feminismo e de outros movimentos sociais no país, criando novas esferas de atuação através de redes de solidariedade e intercâmbio. Em estudo mais recente, Alvarez (1997) ressalta os benefícios da interpenetração entre feminismo e movimentos populares dizendo que “the manifold implications of the feminists with popular women’s organization significantly re/shaped the discourses and practices of both movements”.

Na verdade, após os anos (1970-75) em que a repressão militar liquidou fisicamente muitos dos oponentes, o movimento feminista desde seu início aparece comprometido com a luta pelas “liberdades democráticas”, exercendo um papel ativo na campanha nacional pela anistia já em 1975, começo da Década da Mulher da Organização das Nações Unidas – ONU. Durante esses anos, especialmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, as feministas conseguiram se organizar em torno de seus problemas específicos, pondo em contato mulheres de diferentes setores sociais. Dadas as profundas diferenças culturais e sociais dentro da sociedade brasileira, a qualidade e o alcance do movimento de mulheres variou enormemente, sendo

¹³ When the left turned toward organizing ‘mass base for the revolution’ in Brazil’s urban periphery in the mid-1970, many former guerrilheiras and student activists direct their efforts at the women of the popular class. Early feminists saw themselves as the vanguard of what was to be a united, cross-class mass-based Brazilian women’s movement (Alvarez, 1997, p. 96).

que seu desenvolvimento mais forte concentrou-se nos principais centros urbanos.

As restrições impostas pela ditadura militar ao direito de organização política e sindical forçou a oposição a limitar seus objetivos a questões locais, como os movimentos contra o custo de vida; os clubes de mães e associações de vizinhos, movimentos por creches e postos de saúde, entre outros. Assim, umas das principais características assumidas pela resistência popular foi a criação de novos e inventivos tipos de organização. O contato direto entre militantes políticos e movimentos populares e sua interpenetração transformaram a prática política no país. Ademais de estimularem a criação das futuras “organizações não-governamentais” que têm, atualmente, uma presença muito forte na arena política brasileira, uma parcela importante da oposição criou um novo partido político, defensor do socialismo e da democracia e o mais avançados dos programas feministas, o Partido dos Trabalhadores-PT.

O processo de redemocratização fortaleceu os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos da mulher. Campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres por crimes “de honra”; a denúncia do sexismo dos livros escolares, as campanhas contra o assédio sexual são algumas das conquistas que marcaram o final da Década da Mulher. Como veremos adiante, a transformação do contexto político, em que a militância feminista marcou uma presença e uma originalidade organizativas inéditas, resultado desta e outras militâncias, ampliaram o cenário do embate político e, fundamentalmente, da relação com o Estado.

Neste processo, ressalta a atividade de financiadoras estrangeiras, especialmente a norte-americana Ford Foundation. Foi a experiência institucional realizada através da Fundação Ford que serviu de paradigma para a institucionalização de grupos e militantes feministas e pela introdução da ideologia e das práticas das “organizações não-governamentais”, as ONGs. Outra financiadora

importante tem sido a holandesa NOVIB que atua até hoje. Assim, a constituição das ONGs foi o primeiro passo da institucionalização de uma série de grupos e propostas de trabalho e a fixação de uma agenda comum que, no começo era ditada pelo movimento e depois passou a ser trazida de fora.

Por ocasião das primeiras eleições livres, em 1982, a oposição ganhou o governo do Estado de São Paulo e foi criado o primeiro Conselho da Condição Feminina, inspirado no similar francês. Esse é o ponto de inflexão. A partir de então abriu-se um campo de atuação dentro do aparelho de Estado. Delegacias especiais para mulheres, serviços de atendimento às vítimas de violência e programas de saúde das mulheres foram sendo criadas em várias cidades do Brasil. Ao mesmo tempo, os conselhos da condição feminina foram perdendo sua autonomia e se transformando em órgão diretamente subordinados às políticas do governador do momento o que, via de regra, significou sua despolitização e perda de eficácia.

A relativa despolitização do movimento correspondeu ao seu enquadramento dentro de regras jurídicas e do “mercado financiador” monopolizado pela Ford, Rockefeller e MacArthur frente a uma oferta cada vez maior de serviços para a mulher, transformando gradativamente as feministas em profissionais competentes de políticas sociais. Do ponto de vista acadêmico, as pesquisadoras feministas viram a vitória da perspectiva feminista no alargamento dos estudos de gênero mas, ao mesmo tempo, a categoria gênero começou a ser utilizada como categoria axiológicamente neutra e dos estudos da mulher passamos para “masculinidades” e “corporalidades”. São dimensões da penetração política e ideológica do feminismo.

Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil de 1995-2002) e com a criação da *Comunidade Solidária* novos postos de trabalho e novas teias entre governos e os conselhos, mostrando uma fragmentação e muita tensão entre feministas “tucanas” e petistas, por exemplo. Isso sem se falar naquelas que constituíram uma sociedade fechada de dimensão internacional,

sempre presentes nos grandes eventos e muitas vezes defendendo as propostas hegemônicas norte-americanas (fundamentalismo, empoderamento...). São elas as funcionárias, técnicas e militantes do *jet set* das organizações internacionais.¹⁴

A trajetória do pequenos grupos heróicos para o feminismo institucional, e a luta pelo poder dentro aparelhos de Estado assemelha-se muito em todos os países latino-americanos. Corresponde a um ciclo em que a complexidade aumenta conforme os movimentos sociais conquistam maior espaço e conhecem as contraditórias consequências de “ser governo”. Análise muito semelhante foi realizada, alguns anos antes, por Anele Goldberg (1989) que assinala a opção “participacionista-liberal” segundo a qual parte da esquerda “que se havia formado em torno da ideia de “revolução” e de “socialismo” foi sendo paulatinamente redirecionado. Também Yumi Garcia dos Santos¹⁵ observa que:

Apesar da forte influência das reivindicações feministas na elaboração de novos programas nacionais de desenvolvimento, é o discurso de gênero carregado de “tradução político-cultural” que parece prevalecer no processo de transformação social rumo à modernidade.

Verdade é que existem alguns casos de ONGs atuais oriundas de grupos feministas pioneiros que passam para o formato de ONGs e trabalham em parceria com governos municipais e estaduais, é o caso do SOS Corpo de Recife, entre outros. Nesse sentido, concordo com Alvarez no que diz respeito aos ganhos da institucionalização e da participação nos aparelhos de Estado. Pois como alerta Francisco de Oliveira, a luta de classes localiza-se

¹⁴ Costumo dizer que existe uma divisão do trabalho em que as mais poderosas fazem o “social” enquanto que as militantes de base fazem o “movimento”.

¹⁵ A incorporação da Perspectiva de Gênero como Política de Desenvolvimento: Motivações, Institucionalização e Desdobramentos. Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 2002, p. 92.

na questão do orçamento da União e nos critérios de divisão dos investimentos públicos.

O movimento de mulheres no Chile

Na história política do Chile, os movimentos operários e sindicais sempre tiveram uma ligação muito forte com os partidos socialista e comunista, diferentemente do Brasil e da Argentina cujos trabalhadores e sindicatos terminaram sendo tutelados, respectivamente, pelo vargismo e pelo peronismo. Nesse sentido, a luta de classes no Chile sempre foi menos camuflada. Ao mesmo tempo, a separação entre as classes é também uma relação de opressão étnica em que a classe dominante descende de europeus, os mestiços constituem uma categoria híbrida e as populações indígenas são as mais exploradas, com muita pouca miscigenação. A direita chilena congrega não somente as classes possuidoras como a Igreja Católica com a exigência do casamento indissolúvel e proibição do aborto.

As chilenas só conquistaram o direito de votar e serem votadas em 1949, sendo que as brasileiras puderam exercer tal direito desde 1932. É através do movimento sindical e partidário que as mulheres ganham relevo. Assim, em 1957, três mulheres são eleitas para a direção da Central Única de Trabalhadores – CUT e, no ano seguinte, Inés Enriquez, primeira mulher deputada, apresenta um projeto de lei sobre o aborto. No começo dos anos 1960, as mulheres representam cerca de 22% dos assalariados e, em 1965, Fidelma Allende é eleita dirigente nacional da CUT.

Mas é com a eleição de Salvador Allende que as mulheres conquistam direitos que tornam o Chile um modelo de política anti-discriminação. O extraordinário avanço registrado no período 1970-73 incluiu não somente a reforma de leis obsoletas, como o estímulo nunca visto da participação das mulheres no esfera

pública, na criação de equipamentos sociais visando aliviar as mulheres da dupla jornada de trabalho. Allende criou a Secretaria Nacional de Mulheres e estimulou a participação das mulheres nas empresas estatizadas e nas Juntas de Abastecimiento y Precios, JAP, organizações de bairro que desempenharam o papel de controle popular dos abusos e sabotagens econômicos além de servirem como postos de venda de alimentos¹⁶. Para facilitar as condições de vida dos trabalhadores foram criados comedores populares; a licença maternidade dobrou de 45 para 90 dias; garantiu-se leite gratuito para as grávidas e foram criados 73 novos jardins da infância.

As reformas previstas e postas em prática nos poucos anos que governou incluíram: estímulo à participação das mulheres em todas as esferas e o mais avançado programa de políticas sociais. As propostas de Allende eram muito avançadas para uma sociedade conservadora e patriarcal em que o medo do socialismo uniu as mulheres proprietárias¹⁷ que ocuparam as ruas batendo panelas e boicotando o governo. No dia 11 de setembro de 1973 um golpe militar comandado pelo general Augusto Pinochet, derruba pela força o governo democrático e pacifista de Salvador Allende. Pablo Neruda, o grande poeta chileno que morreu dias depois do assassinato de Allende, deixou seu testemunho:

Donde estuvo, en los países más lejanos, los pueblos admiraron al presidente Allende y elogiaron el extraordinario pluralismo de nuestro gobierno. Jamás en la historia de la sede de las Naciones Unidas, en Nueva York, se escuchó una ovación como la que le brindaron al presidente de Chile los delegados de todo el mundo. Aquí en Chile se estaba construyendo, entre inmensas dificultades, una sociedad verdaderamente justa, elevada sobre la base de nuestra soberanía, de nuestro orgullo nacional, del heroísmo de los mejores habitantes de Chile. De nuestro lado, del

¹⁶ Em oposição aos *clubes de vecinos* das classes médias e altas que conspiravam contra o governo Allende.

¹⁷ Carolas, tal como acontecera no Brasil em 1963-4 com a “Marcha da família por “Deus e pela propriedade”.

lado de la revolución chilena, estaban la Constitución y la ley, la democracia y la esperanza.

Estas palavras resumem bem a transcendência do projeto de Allende e as esperanças que acompanharam seu governo. O golpe de Estado foi uma calamidade para a classe trabalhadora e para todos os setores progressistas, com prisões e assassinatos em massa, o país por anos vivendo em estado de sitio. Passados 30 anos pode-se avaliar o atraso que tal golpe significou para a sociedade chilena e o lento que tem sido reconquistar alguns direitos. Mais ainda, foi um terrível golpe para minha geração que, após a autocrítica da luta armada, jogava toda sua esperança na experiência chilena da transição pacífica para o socialismo. Foram os anos de chumbo.

No processo de reconquista da normalidade democrática alguns movimentos de mulheres e algumas ativistas destacaram-se, como a socióloga feminista Julieta Kirwood, que foi professora-pesquisadora do programa Flaco-Santiago de 1972 a 1985, data de sua morte. Ligada ao feminismo e ao movimento sindical, Julieta encabeça um movimento feminista de oposição à ditadura com o lema “democracia no país e em casa”. Esse grupo e o coletivo “Mujeres por la vida” (1983) participam dos protestos e movimentos contra a ditadura de Pinochet.

O atual governo do socialista Ricardo Lagos instituiu políticas sociais para as mulheres – mais voltadas para a questão da pobreza, educação etc. do que propriamente para a questão de gênero. A proibição do divórcio e do aborto, a discriminação dos filhos nascidos fora do casamento legal são os melhores índices a esse respeito. Em outras palavras, o conteúdo moralista e conservador da direita acirrada a contradição entre os gêneros e gera uma radicalização das demandas no sentido da “democracia no país e em casa”.

Como vemos, o processo chileno, a partir de 1990 também conheceu as mesmas tensões na passagem do “feminismo heróico” para o “institucionalizado”. O processo de institucionalização do feminismo chileno implicou nos mesmos problemas já detectado

no caso brasileiro. Cotejando as críticas de Goldberg às perdas e empobrecimento da nova fase institucionalizada no Brasil, com o ponto de vista de Schild sobre o Chile, evidencia-se a mudança de discursos e práticas ocorrida no movimento de mulheres.

Verónica Schild avaliando a dialética entre formas estatais e movimentos sociais conclui que:

De modo geral, as agências do governo recrutam ativamente profissionais das ONGS para desenvolver, implementar, bem como avaliar, programas sociais. Não é preciso dizer que não se trata de uma relação fácil. Uma queixa comum por parte das profissionais das ONGS é que sua abordagem dos programas sociais enfatiza “processos”, enquanto que as agências realçam “resultados” e “produtos” (...). Porém, em última análise, se quiserem sobreviver, as ONGS devem se adaptar a essa “mercaderização” de seus objetivos e ao impacto dessas mudanças na sociedade (SCHILD, 2000, p.166).

O movimento de mulheres na Argentina

As argentinas conquistaram mais tardiamente o direito político de votar e serem votadas pelas mãos de Eva Duarte Perón, em 1947. Como em todos os países da América Latina, a Argentina também teve no catolicismo sua religião de influência, o que explica a proibição do divórcio e a permanência de leis inferiorizando a mulher no casamento e a predominância do poder masculino, existente na prática e assegurado por lei.

Ao mesmo tempo, suas elites europeizadas, o alto padrão de vida das classes médias e o desenvolvimento econômico do país permitiram que os argentinos se sentissem do primeiro mundo. Por outro lado, o peronismo teceu uma enorme rede de interesses influenciando nos sindicatos e em todas as esferas da vida política e foi no seu interior que se deram os grandes embates.

A grande força renovadora foi constituída pelo movimento das Madres y Abuelas de Plaza de Mayo.¹⁸ Em abril de 1977, mães, que se conheceram através da mesma peregrinação que faziam em busca de notícias de seus filhos e filhas desaparecidos nos sequestros realizados pelas forças político-policiais, decidiram se encontrar uma vez por semana na Plaza de Mayo, no coração de Buenos Aires. Assim nasceu o movimento que se tornou o maior símbolo da resistência às ditaduras militares argentinas. Dois depoimentos a respeito da radical resposta que as mães deram ao processo dos desaparecidos políticos:

No *Fóro Temático de Psicoanálisis*¹⁹ encontramos uma série de textos que tratam da relação entre psicanálises e política. Dois em especial merecem ser citados. O do argentino Osvaldo Saidón que analisa a importância da lição política das mães da Plaza de Mayo diante do terrorismo de Estado que aniquilava seus filhos. Ele descreve o incessante caminhar das mães, todas as quintas-feiras, exigindo seus filhos e filhas de volta. As mães rejeitam as instituições do mundo político e jurídico que estão definitivamente instalados na cumplicidade com o Estado terrorista:

Las madres trabajan de otro modo. Tan simple, tan poco instituido, que los burócratas, los hombres de Estado, cada tanto salen de sus casillas, se irritan, muestran su intolerancia con lo que escapa a su captura.
Ellas están ahí, con su presencia, su cuerpo de madres sin hijos. Eso basta y sobra para que todo el mundo sepa lo que pasó, desde que comenzó la primera ronda por la plaza. Sólo no ven los que no quieren, o los que para ver precisan de las prótesis del sistema, los jueces, los discursos, los medios de comunicación.
(...)

¹⁸ E. Jelin, no artigo *Mulheres e Direitos Humanos*. *Estudos Feminista*, n. 1/94, p. 117-49, comenta que o movimento dos familiares das vítimas dos militares – as mães e avós da Praça de Maio – desenvolveu separadamente do feminismo argentino.

¹⁹ Psiconet.com//foros/egp.

Las madres de la plaza habitan un mundo de cuerpos, simplemente intensifican su accidente, expanden sus propiedades. Actuando así, ellas conjuran toda tentativa de psiquiatrización, no pretenden una respuesta personológica, ni una solución a sus conflictos subjetivos. Quieren lo que todos los “normales” pregonan: verdad, justicia y sus hijos. Y esa prédica salpica a todos, produce un efecto de implicación que, en su efectividad, deja de lado la producción de todos los equipamientos de información y propaganda (televisión, diario, etc.).

A psicanalista argentina Gilou Garcia Reynoso, no arigo *Relaciones del psicoanálisis con lo social y el político*, sublinha o papel das mães no sentido da recuperação da memória história e no enfrentamento à política de desaparecimento dos corpos:

La función de las madres es simbolizante, convoca a recuperar la memoria. Con su intervención discordante, interrumpen el mandato de silencio y olvido, y hacen oír una voz cuya inadecuación es la de la emergencia del inconsciente, del saber inconsciente que habita la ciudad, aplastado por el discurso de la Unidad y de la omnipotencia; logra decir lo indecible, para quien quiera oír. “Discurso loco”, que dice la verdad, desafiando irónicamente la lógica del sentido común, y lo hace estallar. Su insistencia y el vacío en el que cae su reclamo pone en, acto un “sin sentido” cargado de efectos explosivos. “Locas” porque dicen la verdad, pero no locas porque no hablan solas; se hacen oír incluso fuera de las fronteras. Por encima del mutismo y la sordera, con su acción y su discurso, denuncian al mismo tiempo la tragedia y el cortejo de imposturas que la hace posible. Si no se puede recuperar la memoria, la palabra, el riesgo es del retorno en lo real de aquello que no pudo ser simbolizado. Las madres pudieron decir No y, rescatando el símbolo de la negación, ayudaron a recuperar un margen de libertad. La intervención de las madres en la plaza pública, conjuntamente con la acción de otros organismos que dieron asistencia a las víctimas, y la acción de las abuelas luchando para recuperar a los niños secuestrados y privados de su genealogía, constituye un capital simbólico de gran alcance ético. También es ejemplar la intervención psicoanalítica que describí en relación a los habitantes de la plaza. El trauma histórico destruye los lazos sociales y aplasta la subjetividad, con niveles de gravedad variable.

Cerca de 25 anos após, elas prosseguem em sua luta, ampliada em termos de uma grande e radical frente em prol dos direitos humanos e pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos. As atividades do grupo incluem uma militante universidade marxista do povo e uma poderosa rede de apoio em todas as partes do mundo.

A desastrosa Guerra das Malvinas sela o fim da ditadura militar, ao reverter parte do apoio que ainda gozavam um grande movimento dirigido por de Raúl Alfonsín culmina com sua eleição para a presidência em 1.983. Ele criou a CONADEP (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas) que poderia ter assumido um relevante papel no esclarecimento dos crimes cometidos pelas ditaduras militares não fosse a decisão de Carlos Saúl Menem (1988-98) que indultou os terríveis crimes com a leis do *Punto Final* e *Obediencia Debida*. Daí a importância do movimento das mães e avós e sua palavra-de-ordem: *Ni olvido, ni perdón*. E a profundidade da crise política (e econômica) em que se encontra afundada a Argentina.

Não obstante a presença crescente de moradores de rua, vítimas da brutal crise que deixou mais de 60% da população abaixo do nível da pobreza, das mobilizações de protesto e da profunda revolta contra os governantes, a crise argentina revela a inexistência de uma liderança partidária que se contraponha ao peronismo com todos seus vícios populistas e seu fisiologismo. Nesse contexto, é uma mulher, Elisa Carrió, da esquerda mais radical e candidata do protesto (voto-bronca), deputada do partido Argentina por uma Republica de Iguais (ARI).

Além da força presença feminina no cenário político argentino através da presença cotidiana das *madres y abuelas*, que militam pela ruptura do modelo capitalista e da própria candidatura de Elisa Carrió, os diversos tipos de feminismo (universitários e acadêmicos; militantes de ONGs, etc.) também obtiveram conquistas institucionais de amplo alcance, como a criação do *Consejo Federal de la Mujer* que pelo Decreto n. 892 de 1996 aumentou sua influência ao ser incorporado ao mais alto nível de formulação de políticas públicas, com orçamento próprio.

Impasses do feminismo

A expansão do capitalismo com sua divisão desigual entre as nações; a incontestável supremacia norte-americana, declaradamente ativa na sabotagem aos governos progressistas da América Latina, bem como a imposição do modelo neo-liberal sustentado pelos organismos internacionais controlados pelos norte-americanos, como o Fundo Monetário Internacional, constitui o elemento unificador dos problemas de crise fiscal, endividamento externo, desnacionalização da economia e sucateamento das empresas estatais que caracterizam a realidade latino-americana. A lógica do capitalismo, com a crescente mercantilização de todas as relações sociais, com a extinção de formas alternativas de existência e sobrevivência econômica, impõe a todos o modelo do consumismo, do modismo, do narcisismo ao mesmo tempo em que aumenta as condições de vida da maior parte do globo são cada vez mais subordinadas aos ditames da acumulação do capital.

Nessas condições, quais as possibilidades de resistência e de emancipação? De que maneira a opressão de classe se inscreve na subjetividade? Quais os limites da solidariedade entre as mulheres?

Até aqui temos falado das “mulheres”, acentuando a opressão que as unifica. Mas outros determinantes sociais vão definir seu destino final enquanto indivíduos. As classes sociais e as “raças” inscrevem-se em cada mulher em particular, gerando outras formas de opressão e conflito de interesses, como denotam as relações entre patroas e empregadas domésticas. A grande consequência política desta diversidade é a fragmentação das mulheres, que são cooptadas pelo sistema e reproduzem suas estruturas perversas. A moda e a beleza, por exemplo, podem ser consideradas índices do poder persuasivo das ideologias dominantes e da capacidade do capitalismo de perverter o consumo e influir no desejo. Razão tem Herbert Marcuse em *Eros e Civilização* (1955) e *Ideologia da Sociedade Industrial* (1964), ao denunciar a capacidade do capitalismo em, por

um lado, des-erotizar a vida cotidiana e, por outro, instrumentalizar a sexualidade, canalizando as energias libidinais para o consumismo supérfluo e para uma “dessublimação repressiva”.

O fato das mulheres terem sua participação na vida social determinada por três elementos qualitativamente distintos – sexo, classe e etnia-raça – explica em parte as fraquezas e os limites dos diversos movimentos femininos que a história conhece. Todas as mulheres sofrem a mesma discriminação sexual e têm, neste sentido, reivindicações comuns. Mas a impossibilidade de transformar estas reivindicações numa plataforma única, de sensibilizar todas as mulheres em relação a esta plataforma, está dada pelas contradições situadas no âmbito da divisão de classes. A análise das plataformas reivindicativas de diversas correntes norte americanas e europeias mostra não somente concepções distintas no referente às causas da opressão da mulher mas, principalmente, que as reivindicações feitas dependem muito do grau de desenvolvimento econômico e social de cada sociedade.

Assim, se as feministas em geral defendem o fim dos “fundamentalismos”, as feministas socialistas e comunistas também são contra o fundamentalismo do Mercado e do Capital. Como observa Alda Facio, o feminismo concerne especificamente as relações de gênero. Nesse sentido, existem feministas de direita ou pouco preocupadas com a luta de classes:

No estoy planteando que no pueda haber mujeres que se sientan o se definan como feministas y que también sean de derecha o de centro o de lo que sea. Es más, posiblemente haya muchas mujeres de derecha que en su vida personal sean más feministas que muchas de nosotras. Mujeres que hayan trabajado el sexismo interiorizado con más ahínco y determinación. Y esto es una parte importantísima de ser feminista. Sin embargo, ser feminista a nivel individual no es lo mismo que ser parte de un movimiento. Las feministas podemos estar en todos lados: en el Estado, en las agencias de cooperación, en la ONU, en las ONGs, y hasta en movimientos religiosos, artísticos, o que luchan contra otras formas de discriminación e intolerancia. Pero sostengo que el movimiento feminista, como tal, tiene

que ser progresista, es decir, de izquierda, como lo fue desde sus inicios y en sus distintas etapas, de lo contrario tiene poco que ofrecerle a la gran mayoría de las mujeres que siguen siendo pobres.²⁰

O feminismo de esquerda considera que a inegável inferioridade social da mulher na maior parte do mundo, isto é o fato de que as mulheres são oprimidas enquanto tal, é inseparável do fato das mulheres estarem divididas pela estrutura de classes. Nesse sentido, a questão das políticas sociais tem de ser vista pela dupla ótica de seus evidentes limites mas também de sua importância redistributiva. O reconhecimento dos problemas de cooptação e da institucionalização trazidos pela absorção de parte dos movimentos sociais aos aparelhos de Estado, tem seu contraponto na importância das políticas sociais e no fato de que hoje, mais do que nunca, parte da luta pela reapropriação da riqueza gerada pelo trabalho inscreve-se nas políticas sociais.

Na verdade, o impacto das políticas neoliberais coloca na ordem do dia a questão da reconquista do Estado de bem-estar social. Cabe à Nancy Frazer(1989) o mérito de ter alertado para as consequências negativas que o encolhimento do welfare representa para as mulheres. Também insiste ela no fato de que o ataque ao estado de bem-estar não era só um capricho do governo Reagan mas uma necessidade oriunda da crise capitalista denominada por James O'Connor da “crise fiscal do estado”. De fato, acentua Frazer, as mulheres são afetadas porque “women constitute the overwhelming majority of social-welfare state” (FRAZER, 1989, p. 147). Não só constituem as beneficiárias, junto com as crianças, como também representam o maior contingente de trabalhadores do setor público ligado aos serviços sociais. Nesse sentido, nos Estados

²⁰ Alda Facio, agosto de 2001. Globalización y Feminismo Tema del IX Encuentro Feminista, Costa Rica 2002. por Alda Facio 17 de agosto de 2001 RIMA: Red Informativa de Mujeres de Argentina. URL: http://www.rimaweb.com.ar/feminismos/alda_facio_globalizacion.html.

Unidos e em outras partes do mundo o desmonte dos benefícios sociais tem uma clara dimensão de gênero.

Concluindo

O descontentamento das mulheres com sua condição – o mal-estar feminino – assumiu formas variadas. As famosas histéricas estudadas por Freud e seus corpos contorcidos eram o sintoma disso. Com muita propriedade, a psicanalista argentina Emile Dio Bleichmar denominou seu livro de *O feminismo espontâneo da histeria*. Se a sociedade de hoje não fabrica mais histéricas como antigamente o mal-estar feminino aparece na anorexia, nas tentativas de escapar ao tempo através das operações plásticas e da cosméticos, na obsessão consumista e em outras formas de expressão do empobrecimento pessoal na contemporaneidade.

A expansão e a penetração do modo de produzir capitalista aumenta a proporção daqueles e daquelas que precisam vender sua força de trabalho para poder sobreviver. O processo de concentração das riquezas alarga o fosso entre as condições de vida e o poder dos ricos frente à uma massa crescente de desempregados. O desequilíbrio estrutural do capitalismo diz respeito exatamente à incapacidade das “forças do mercado” para planejar e estabelecer um equilíbrio entre oferta e procura. A América Latina, como periferia ou semi-periferia das nações capitalistas hegemônicas, sofre as consequências de sua subordinação, ao ter sua capacidade de inversão produtiva reduzida pela permanente drenagem de recursos através do pagamento de royalties e da dívida externa.

Esse é um ponto crucial das divergências entre o feminismo liberal e o feminismo socialista. Enquanto que as liberais advogam a bandeira da igualdade entre os sexos, sem referência às hierarquias

de classe, as socialistas entendem que a emancipação das mulheres exige a superação do patriarcalismo e do capitalismo. Nesse sentido, a oposição ao neoliberalismo transformou-se na bandeira unitária de luta, tanto nos encontros latino-americanos de feministas que se realizam anualmente desde 1981, quanto no Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Neles estão presentes muitos dos projetos e movimentos sociais do período das ditaduras militares. O encontro das esperanças e da experiência do passado com os projetos do futuro permite a ressignificação dos movimentos sociais e o aprofundamento de suas lutas.

Bibliografia

ALVAREZ, Sonia. E. *The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the brazilian transition on democracy*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

BARROSO, Carmem (org.) *Mulher, Sociedade e Estado*. São Paulo: Cortez, 1983.

BLEICHMAR, Emilce. *O feminismo espontâneo da histeria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BOBBIO, Norberto. *El tiempo de los derechos*. Madrid: Editorial Sistema, 1991.

BOURDIEU, Pierre. La domination masculine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n. 84, p. 3-311, sept. 1990.

CORRÊA, Mariza (org.). Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX. Campinas: *Cadernos Pagu* (12) 1999.

FACIO, Alda. Globalización y Feminismo Tema del IX Encuentro Feminista. Costa Rica 2002.

FRAZER, Nancy. *Unruly Practices*. Power, discourse and gender in contemporary social theory. University of Minnesota Press, 1989.

GODINHO, Tatau (org.). *Mulher e Política*. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

GOLDBERG, Anette. “Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político”. In: BIB. n. 28, Rio de Janeiro, 1989.

HAHNER, June. Feminism, women’s rights and the suffrage movement in Brazil: 1850-1932. *Latin America Research Review*, 15(1):65-111.

KUCINSKY, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

LOPEZ, Eernesto. A construção do controle civil: Argentina, Brtasil e Chile in SAINT- PIERRE, H. L. e MATHIAS, L. S. (org.) *Entre votos botas. As forças arnadas no labirinto latino-americano do novo milênio*. Franca: UNESP, 2001.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista de Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro(4), 1967.

MORAES, João Quartim de. *Liberalismo e Ditadura no Cone Sul*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humans, 2001.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência Feminista dos Anos Setenta*. Textos n. 5. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/ Araraquara, 1990.

_____. *Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo. Editora Nobel/ Conselho da Condição Feminina, 1985.

MOREIRA ALVES, Branca. *Ideologia e Feminismo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.

PESQUISA “A mulher brasileira nos espaços públicos e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001.

PIOVESAN, Flávia. “Direitos Humanos e Globalização”. In: *Direito Global*, 1º ed., Max Limonad, 1998, São Paulo.

SADER, Eder e GENTILI, T. (org.). *Pós neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Paz e Terra, 2000.

SADER, Emir. *Quando novos personagens entram em cena*. Paz e Terra, 1983.

SCHILD, Verónica. Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas “novas democracias”. In: *Cultura política e movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

TARUCCI, Mónica. ¿Posmodernismo o posfeminismo? Una reflexión desde la antropología in *La Producción Oculta. Mujer y antropología, III Congreso Argentino de Antropología Social*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto.

TCACH, César. Argentina 1983: ¿Reinstauración o refundación de la democracia? *Idéias* 6(2)7(1).

DIREITOS HUMANOS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL¹

O mal estar social da globalização

Em março de 2006 um acontecimento imprevisto ocupou as manchetes mundiais: a juventude francesa voltou às ruas. Em Paris e outras cidades francesas milhares de jovens encabeçaram protestos e manifestações contra o projeto de lei do Contrato Provisório de

¹ Artigo publicado no livro *Direitos Humanos e Questão Social na América Latina*, organizador por Silene de Moraes Freire e editado pela Gramma (p. 65-80), Rio de Janeiro, 2009.

Trabalho (CEP), que permitiria a contratação sem ônus trabalhista para os menores de 26 anos. Foram apoiados pelos sindicatos e o setores descontentes com as políticas neoliberais de perda de direitos trabalhistas. As imagens e fotos das passeatas e a determinação dos manifestantes tornaram inevitável a lembrança de maio de 68 e de suas bandeiras de luta. No caso, foram os próprios manifestantes que se declararam herdeiros da Revolução, da inesquecível Comuna de Paris, homenageando seus mortos.

Mas, como sabemos, a história nunca se repete. Não é a mesma juventude nem o mesmo contexto histórico. Em poucas palavras, a economia globalizada francesa do ano 2006 é bastante diferente do capitalismo próspero dos anos 1960-70. Comentando os acontecimentos de Paris, Antonio Negri ressalta que:

Obviamente, o movimento atual tem raízes problemáticas e completamente diferentes das do “jolie mai” de 1968. O Maio de 68 eclodiu como uma primavera de vida contra a opressão do pleno emprego industrial, ao passo que o março de 2002 nasce diante das angústias da crise do pleno emprego (COCCO; NEGRI, s. d).

Diferentemente dos anos de prosperidade, a massa de trabalhadores sofre hoje os efeitos da nova divisão internacional do trabalho, com os deslocamentos e fragmentação do processo produtivo. Afinal, a “exclusão” social é fruto dos saldos da produtividade e do grau de exploração da força de trabalho e da extraordinária potencialização das forças produtivas. Os sindicatos por categorias se enfraquecem e os “movimentos sociais” saem às ruas tentando defender as conquistas trabalhistas de muitos anos de luta contra a corrente da flexibilização das regras de contratos trabalhistas. Em todo o mundo desenvolvido, o espectro do desemprego debilita a resistência sindical e fragmenta a união dos explorados.

Viviane Forrestier, autora do *Horror econômico*, entrevistada sobre os acontecimentos franceses, assim resumiu a situação de um número crescente de pessoas que precisam trabalhar para viver:

O desempregado virou uma pessoa supérflua. Vivíamos numa civilização que explorava os homens, agora ela os elimina. Fazemos chantagem com o desempregado, o obrigamos a aceitar o que lhe for oferecido. Ele fica sem alternativas. Isso é ditadura. Dizemos que quando alguém perde seu emprego perde sua dignidade. Ao dizer isso, culpabilizamos os desempregados. Tornamos a vítima culpada.²

Nosso ponto de partida é, portanto, a constatação de que vivemos hoje uma situação que foi parcialmente antecipada por Marx, que admirava a pujança produtiva do capitalismo, mas nunca perdeu de vista as contradições entre a expansão produtiva e os limites da realização do capital; vale dizer, as crises periódicas e o preço a ser pago pela força de trabalho. O que Marx não previu foi a perda de importância relativa do proletariado e o fato de que há muito deixou de exercer qualquer papel de vanguarda.

Dessa constatação decorre a questão central do presente texto: quais as forças sociais que impulsionam mudanças e quais forças se opõem? Quais são as bandeiras de luta em cada situação nacional concreta? Quais as repercussões do governo Lula na América Latina? Quais perspectivas se abrem com os novos governos de esquerda na Venezuela, Uruguai e mais recentemente, a eleição de Michele Bachelet para a presidência do Chile e do “cocalero” Morales para a presidência da Bolívia? Finalmente, quais as perspectivas “antissistêmicas” dos atuais movimentos sociais na América Latina?

² Entrevista de Viviane Forrester editada por Flávia Varela, *Estado de São Paulo*, 2 abr. 2006, Aliás, J3.

Movimentos sociais antissistêmicos: séculos XIX e XX

A utilização do “antissistêmico” como critério de qualificação nos permite entender a dupla dimensão das lutas sociais³. De um lado, temos os elementos de continuidade entre as lutas e revoluções inspiradas em ideais libertários dos dois últimos séculos: elas são antissistêmicas, implicam o objetivo de superar a ordem político-social existente. Por um lado, as rupturas experimentadas depois do esgotamento de certas experiências que se pretendiam revolucionárias e anticapitalistas, como sucedeu tanto na luta pela libertação nacional, que opôs países colonizados contra seus colonizadores, especialmente na África e na Ásia, quanto no caso dos partidos e movimentos socialistas e comunistas. Ambos os movimentos, por outro lado, diziam-se revolucionários e pretendiam mudar o sistema capitalista. Ambos constituíram partidos que foram por muito tempo perseguidos e, via de regra, colocaram na pauta a questão da tomada do poder, entendida como tomada do poder de estado.

As dificuldades na construção de sociedades mais democráticas foram seguramente o maior problema enfrentado por todas as revoluções socialistas, não obstante leis e políticas que ampliaram o acesso à educação e à saúde, diminuindo também as desigualdades sociais. Mas nosso foco de interesse reside exatamente naquilo que Wallenstein define como um novo tipo de movimento social, surgido nos anos 60/70, os movimentos da Nova Esquerda, incluindo feministas, verdes e “minorias” raciais/étnicas. Os enfrentamentos da Nova Esquerda dos anos 60 não se deram de maneira uniforme. Enquanto que nas capitais europeias estudantes e os movimentos feministas lutaram contra o sistema por meio de manifestações

³ Imanuel Wallenstein introduziu a categoria “antissistêmico” para se referir tanto aos movimentos sociais clássicos do século XIX e meados do século XX quanto aos atuais movimentos antiglobalização.

e pressões de massa, na maior parte dos países latino-americanos a radicalização estudantil terminou por se transformar em luta armada contra as ditaduras militares que se instauraram nessas mesmas décadas.

As vias da transição democrática em países da América do Sul

A enorme interferência militar na história política da América Latina tem sido objeto de estudo de especialistas de várias línguas e tendências. Do conjunto dessas contribuições, “A construção do controle civil: Argentina, Brasil e Chile”, artigo escrito pelo sociólogo argentino Ernesto Lopez (2001), é de extrema valia para o aprofundamento das convergências e especificidades da transição democrática nos três países que constituem nosso objeto de estudo. Lopez ressalta inicialmente que “o histórico é, por definição, único, mas que sempre pode haver semelhanças, parentescos (...) (e o que) verdadeiramente justifica uma comparação é a possibilidade de melhorar a percepção e a compreensão de um fenômeno no que este tem de próprio e singular” (2001, p. 94).

Utilizando a distinção feita por Guillermo O’Donnel entre transições pactuadas e transições por colapso, Lopez cria uma tipologia que inclui Brasil e Chile na categoria das transições pactuadas e a Argentina na categoria das transições resultantes de colapsos (no caso, a Guerra das Malvinas). Sua tipologia trabalha também com a questão do tipo de regime que se segue à passagem do poder das mãos dos militares para os civis, o grau de autonomia das forças armadas e o grau de controle que exercem sobre os aparelhos de Estado. Nesse caso, o Brasil e a Argentina constituem uma transição pactuada “moderada”, enquanto o Chile é um “caso duro”. Nas palavras de Lopez:

Sem entrar em considerações particulares [...], pode-se mencionar que o regime chileno nasceu marcado duramente por garantias e salvaguardas – a maioria das quais é constitucional – que favorece um papel tutelar das Forças Armadas sobre o sistema político. O regime legal/institucional brasileiro inicialmente manteve certas garantias – por exemplo, uma passagem gradual do poder aos civis – mas foi mais flexível. Pode-se dizer que graduou tanto a transferência do poder ao mundo civil como a própria retirada dos militares. Um marco adicional desta previsão gradual rumo à “brandura” está no fato de que houve uma reforma constitucional no Brasil, convocada e realizada durante um governo civil e plenamente democrático. Pode-se dizer, em compensação, que o regime argentino nasceu “moderado” devido ao colapso militar (LOPEZ, 2001, p. 103).

Uma das razões óbvias do desmoronamento das ditaduras militares foi a crise econômica e monetária da maior parte das economias latino-americanas. A burguesia estava disposta a viver em regimes politicamente repressivos sempre que sentia ameaçada no seu direito de propriedade. Assim foi no Brasil, no Chile, na Argentina. No entanto, os inevitáveis desmandos provocados pelo poder e pela autonomia militar terminaram por incomodar até mesmo os maiores apoiadores do regime, especialmente os grandes grupos econômicos e o sistema financeiro nacional.

A difícil transição: as políticas neoliberais na América do Sul

Na década dos 90 ocorreu a grande capitulação frente às políticas neoliberais, executada por governos que tinham sido eleitos pela oposição democrática. Com exceção do Chile, onde a privatização e a abertura da economia constituíram a política econômica dos asseclas de Pinochet, para apagar do país toda e qualquer lembrança do socialismo de Salvador Allende, nos outros países foram governos

eleitos democraticamente os grandes responsáveis pelas desastrosas políticas neoliberais que empobreceram os latino-americanos.

No Brasil, foi ao longo dos dois mandatos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que o patrimônio das empresas públicas foi dilapidado, com privatizações mais do que vantajosas para o capital estrangeiro. Mas, talvez, uma das mais nefastas feridas provocadas pela imposição dos interesses econômicos dos Estados Unidos não seja econômica, mas resida na sensação de que impotência e humilhação tenham se tornado uma forma de identidade nacional. A submissão à hegemonia norte-americana, via Fundo Monetário Internacional, traduz-se no pagamento de uma dívida externa exorbitante. Hoje, para a maior parte da América Latina, o problema da dívida é crucial e seu enfrentamento depende de uma vontade política que os governantes, com exceção da falida Argentina, não têm conseguido demonstrar.

O desemprego crescente, fruto das políticas recessivas neoliberais, debilitou sobremaneira os sindicatos e outros movimentos de trabalhadores urbanos, enquanto os funcionários públicos das áreas da saúde e educação viram seus salários corroídos. As instituições públicas perderem qualidade, criando dois segmentos de serviço nas áreas da educação e da saúde: o sistema público de pior qualidade, para os pobres, e a educação e saúde privadas de melhor qualidade para os ricos. A perda da importância relativa da “questão operária” pode ser observada no fato de que, a partir do final dos anos 90 e começo dos anos 2000, as greves e manifestações de funcionários públicos aumentaram em todos os países da América Latina, enquanto o movimento operário perdia força diante dos patrões. Diferentemente dos anos de prosperidade, a força de trabalho sofreu uma desvalorização com os deslocamentos e a fragmentação do processo produtivo.

O retorno do reprimido

À medida que as ditaduras militares perdiam força e as correntes políticas oposicionistas conquistavam parcelas do poder de Estado, parte dos movimentos sociais passou a integrar o poder, na forma de conselhos, como dos direitos da mulher, empregos públicos e na institucionalização das chamadas organizações não-governamentais (ONGs). A proliferação dessa forma de atuação, que também se transformou em atividade remunerada e empregos para profissionais liberais e militantes, criou uma influente rede de “trabalhadores da área social” financiados por agências estrangeiras e doadores nacionais, como sucede com as grandes fundações. Tal é o caso da Fundação Abrinq e do Instituto Ayrton Senna, modelos da nova filantropia brasileira.

Mas, ao lado dessas correntes filantrópicas laicas e religiosas, também cresceram os movimentos com propósitos nacionalistas, contrários às privatizações, e de influência camponesa. No Brasil, o já citado Movimento dos Sem Terra (MST), mas também os movimentos camponeses no Paraguai (2002), Peru, Bolívia e Equador, todos com as plataformas de luta antiprivatização. Conforme observa o uruguaio Raúl Zilebech (2003), foi a mobilização social que depôs presidentes no Equador e na Argentina e regimes corruptos e o terrorismo de Estado no Peru e na Venezuela.

Nesse artigo, Zilebech (2003) expõe as novas características dos movimentos sociais, que enfrentam um extraordinário aumento da produtividade do trabalho, da concentração e acumulação de capital, bem como a obsolescência veloz da força de trabalho menos qualificada. Os movimentos zapatistas, sem-terra e outros não só herdaram uma mesma herança política (Teologia da Libertação, insurgência indígena e guevarismo) como também, fruto dessa convergência, apresentam uma característica comum: “la territorialización”.

De todas las características mencionadas, las nuevas territorialidades son el rasgo diferenciados más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica. A diferencia del viejo movimiento obrero y campesino (en el que estaban subsumidos los indios), los actuales movimientos están promoviendo un nuevo patrón de organización del espacio geográfico, donde surgen nuevas prácticas y relaciones sociales (...). La tierra no se considera sólo como un medio de producción, superando una concepción estrechamente economicista. El territorio es el espacio en el que se construye colectivamente una nueva organización social, donde los nuevos sujetos se instituyen su espacio, apropiándose-lo material y simbólicamente.

Sem desconsiderar a importância de tais movimentos, cabem algumas ponderações. Primeiro, o que o autor chama de territorialização tem sido a marca constante dos movimentos camponeses ao longo da história, e não apenas da última década. Segundo, existe uma diferença muito grande entre os movimentos étnicos (das populações nativas camponesas que constituem a massa dos explorados, como no Peru, Equador e Bolívia) e os movimentos de camponeses e trabalhadores rurais que estão lutando por terra. Boa parte dos “sem-terra” constitui-se de “sem-trabalho”, desempregados rurais e urbanos. Muitos, devido à concentração de atividades em agricultura de exportação de alta concentração de capital, já haviam se tornado há décadas assalariados do campo. Na sua esmagadora maioria, a população concentra-se hoje em torno de cidades ou vilarejos, que, pela energia elétrica, vão sendo ligados à televisão com seus universos culturais alternativos.

Há, portanto, um limite ao conceito de territorialização, a começar pela sua própria definição. Ademais, a inventividade e a resistência de todos esses movimentos sociais não modificam o fato de que há uma enorme diferença entre o significado de “território” para determinado grupo étnico, que nele vê suas raízes culturais, e para um acampamento do MST, que ocupou uma fazenda

considerada improdutiva, muitas vezes distante do local de origem dos acampados.

Pesquisas realizadas nos acampamentos do MST comprovam, por exemplo, um problema no que concerne às perspectivas dos jovens: apesar do romantismo de alguns autores que tratam sobre o tema, a vida cotidiana é difícil e o problema da continuidade dos estudos leva muitas moças a verem no casamento (com alguém da cidade) sua única opção de uma vida melhor. Diferentemente de algumas populações indígenas mais arraigadas a seus costumes, para muitos “sem-terra” permanecer no campo, nas atuais condições, constitui muito mais uma imposição (por falta de opção) do que uma escolha.

A prática política como prática instituinte

A busca da unidade entre conhecimento e ação, vale dizer, da apreensão do político como práxis intelectual transformadora, constitui o eixo do materialismo moderno e contemporâneo. Nesse sentido, Antonio Negri inicia seu artigo “Machiavel segundo Althusser” com a pergunta: O que significa pensar politicamente? E responde: “Não se trata de dar soluções pensadas (abstratas) ao problema colocado, e sim soluções imediatamente agenciadas na e pela coletividade” (NEGRI, 1997, p. 139-58)

Comentando as diferentes fases da leitura sobre Maquiavel na trajetória de Althusser, Negri ressalta a importância do conceito de *virtú* e da definição da política como práxis, “como prática fundadora”. Com isso, Althusser supera o determinismo das leis históricas e abre espaço para o “materialismo do acaso”, das possibilidades em aberto. Nesse registro, o sujeito é recolocado como ator do processo histórico.

A política como prática instituinte, como “prática que constrói o político”. Essa definição flexível nos preserva dos determinismos e da futorologia. Assim sendo, o objetivo desse texto é dar continuidade à discussão sobre os temas e discursos que compõem hoje o cenário latino-americano e, mais especificamente, sul-americano. Se a eleição de Lula foi uma espécie de *avant-première* de governos progressistas no Cone Sul, com a eleição de Kirchner e sua decisão de não pagar a dívida externa, vale dizer, no “calote” dado no FMI, tivemos uma outra demonstração de que algo de novo está acontecendo na América do Sul. Depois, a esquerda venceu no Uruguai e mais recentemente no Chile, de novo. Só que desta vez, uma mulher. Não por coincidência uma ex-exilada política. E, agora, Morales fala em refundar a Bolívia e no retorno à unidade pré-América:

Éramos um só continente, chamado Abiyala, no qual vivíamos como irmãos. Nos dividiram com fronteiras, bandeiras, hinos. Assim fracionados não poderemos sobreviver. Não só os indígenas, mas todos nós. Precisamos voltar ao nosso grande Abiyala (ESP, entrevista a Lourival Santa’Anna, A18, 27 jan. 2006).

Na sua extensa entrevista concedida ao jornal *Estado de S. Paulo* (A18, 21 jan. 2006), o ministro de relações exteriores da Bolívia (tradição nacionalista) David Choquehuanca, ex-dirigente da Confederação, líder sindicalista, formado em Cuba, falando o espanhol com forte sotaque aimará, propõe democratizar a democracia: “Quem deve tomar decisões não são os deputados, ou ministros, mas o povo. Precisamos fortalecer as organizações sociais. Isso se chama “Pachacútec” – as coisas mudam. Estamos cansados da partidocracia. Queremos democracia direta”.

Assim despontam os novos intelectuais orgânicos, novos sujeitos políticos. A dolorosa experiência das ditaduras militares ressignificou a luta pela democracia na América Latina. A esquerda aprendeu a respeitar a democracia que, com todos os seus limites, é ainda a melhor forma de governo:

A cidadania democrática só cria raízes num povo ao longo da experiência coletiva da aprendizagem do exercício da cidadania, que é lenta e muitas vezes turbulenta. Mas insubstituível, tanto no que se refere ao voto quanto a formas superiores da participação democrática, como o autogoverno local e as múltiplas formas de autogestão social. Nisso parece-nos consistir o essencial de sua força enquanto valor ético-político a democracia é uma forma que, embora suscetível de ser preenchida por múltiplos conteúdos, é a mais apropriada para exprimir o interesse coletivo, tal como entende a coletividade (Morales, 1989, p. 32)

Aberturas para a América do Sul

O receituário econômico neoliberal acentuou a pobreza e a desigualdade na maior parte dos países sul-americanos. Assim terminaram as ilusões do acesso ao primeiro mundo do consumo pela evidência de que o consumismo norte-americano não pode ser imitado pelo restante do mundo por esgotamento dos recursos naturais. O rebaixamento da política a espetáculo de mídia (a teatralização e a mercantilização da política) caminha conjuntamente com a mercantilização e o rebaixamento espiritual das novas seitas, de inspiração oriental ou mais simplesmente de reformatação do cristianismo, como é o caso da Igreja Universal.

Esse é o contexto histórico em que novas forças políticas estão tentando entrar no sistema de direitos jurídicos, em vários países do cone sul, diferentes entre si, mas iguais na desigualdade social e na discriminação das populações nativas. A América do Sul congrega diversos povos e sociedades tribais tendo em comum o *habitat*, como é o caso da Amazônia politicamente dividida entre Brasil, Peru, Venezuela e Guianas) e os dos Andes. Do ponto de vista da visibilidade política, eles são os novos sujeitos, que reafirmam os ideais

revolucionários e contestadores de outros tipos de trabalhadores sem terra, como os Chiapas e o MST.

Aqui reside outra diferença com respeito aos jovens de 68, cujas críticas eram contra o autoritarismo familiar, o moralismo sexual, etc., próprios de uma classe média esclarecida. Nada a ver com o ponto de vista das sociedades tribais que resistiram e sobreviveram à conquista. Trata-se de populações que conservam a mesma língua (como o quéchua e o aimará) e tradições culturais anteriores à colonização espanhola e lusa. Assim sendo, seus projetos políticos se enquadram nas lutas de “libertação nacional”.

O prestígio de que goza o presidente brasileiro no exterior alimenta-se em grande parte das fantasias e projeções sobre a eleição de Lula (e sobre o próprio Lula, bom de cena), mas também de alguns fatos concretos que marcaram sua gestão. Um deles foi uma generosa política para a América Latina⁴. Lula desempenhou um papel importante na consolidação da unidade latino-americana. Por outro lado, o governo Lula aceitou a hegemonia do capital financeiro e deixou os banqueiros abocanharem a parte do leão – ao mesmo tempo em que não abriu mão das grandes estatais e de uma política mais “nacional-desenvolvimentista” (Barros de Castro, Guido Mantega). A atual figura forte do governo, Dilma Roussef, exMinistra da Energia, faz parte da geração revolucionária dos anos 60-70, tendo sido presa e torturada por 21 dias consecutivos pela ditadura militar.

Assim, por um lado, é verdade que as esquerdas estão em crise e as propostas de mudanças radicais foram transformadas em políticas públicas de caráter assistencialista. Por outro lado, a vitória das esquerdas neste começo do segundo milênio constitui uma

⁴ É indiscutível que o governo Lula foi marcado por uma forte orientação latino-americana, na qual se sobressai a figura do historiador Marco Aurélio Garcia, professor da Unicamp. Perseguido pela ditadura militar, viveu no Chile de Allende, morou na França nos anos 70 e foi um dos fundadores do PT. O apoio de Lula foi determinante para a estabilização do governo Hugo Chavez e o colocou como líder natural. A partir de então os laços se estreitaram entre o Brasil e seus vizinhos.

nítida rejeição ao modelo neoliberal que aumentou a pobreza e a desigualdade social. Com todos seus limites, o fato objetivo é que tais governos comprometem-se mais com políticas sociais e que de alguma maneira melhoram a qualidade de vida dos afetados. Chico de Oliveira observou com agudeza que a luta hoje é pela repartição dos recursos orçamentários. É extraordinário que todo o ato de atendimento às demandas de melhoria de vida para os pobres seja taxado de “populismo”. Se Chavez é populista ou não interessa menos do que saber quais são os resultados objetivos do uso que seu governo está fazendo do orçamento público. E é essa razão pela qual – não obstante o ataque cerrado dos partidos de centro e de direita e do apoio da mídia no processo de desqualificação de Lula – a maior parte do povo brasileiro mantém seu apoio ao presidente petista que, muito provavelmente, será reeleito.

Perspectivas pouco otimistas

A garantia de emprego sonhada pelos jovens significa que o “direito ao trabalho” volta à cena política. Mas, dado o incontestável fato de que o sistema capitalista é baseado em reduzir os custos de produção, a força de trabalho se faz cada vez menos necessária, aumentando a exploração do conjunto dos trabalhadores. O mundo contemporâneo convive com uma massa de pessoas de diferentes nacionalidades, vindas das regiões mais pobres em busca de trabalho. Países tradicionalmente receptores de imigrantes transformaram-se em exportadores de mão-de-obra. Os brasileiros descendentes de japoneses constituem a mão-de-obra barata do Japão e uma importantíssima fonte de divisas para o Brasil. A população brasileira trabalhando nos EUA aumentou vertiginosamente. Os bolivianos escolhem ser explorados no Brasil, pois em São Paulo ao menos têm a garantia de escolas para os filhos.

Essas massas humanas que se deslocam em busca da sobrevivência constituem o paradigma dos “sem direitos”, daquela parte da população mundial que, em diferentes partes do mundo, são “não-cidadãos”. Para o filósofo italiano Giorgio Agamben, vivemos hoje um permanente “estado de exceção” político, dado que, em várias partes do mundo, criou-se a possibilidade “legal” de um espaço onde justamente não existe legalidade de qualquer espécie. Ele lembra que o USA Patriot Act, de 2 de novembro de 2001, permitia ao Attorney General “guardar em detenção” o estrangeiro suspeito de atividades que pudessem colocar em perigo “a segurança nacional dos Estados Unidos”. Mas o estrangeiro tinha de se expulso do país ou acusado de algum crime. Depois disso, Bush conseguiu ir ainda mais longe ao “anular radicalmente todo estatuto jurídico do indivíduo, criando assim um ser juridicamente inominável e inclassificável” (AGAMBEN, 2003, p. 13). Nessas condições, como manter a ficção jurídica dos “direitos inalienáveis de todos os homens”, a começar pelo direito à própria vida?

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. *État d'exception - Homo Sacer*. Paris: Seuil, 2003.
- FORRESTIER, Viviane. *Horror econômico*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- LOPEZ, Ernesto. A construção do controle civil: Argentina, Brasil e Chile. In: SAINT-PIERRE, H. L. e MATHIAS, L. S. (Orgs.). *Entre votos e botas. As Forças Armadas no labirinto latino-americano do novo milênio*. Franca: UNESP, 2001.
- MORAES, João Quartim de. *A democracia: história e destino de uma ideia*. OAB – A Revista da Ordem dos Advogados. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Pós-modernismo, marxismo e feminismo*. Margem Esquerda, Boitempo Editorial, 2003, n. 2, p. 95.

NEGRI, Antonio. Machiavel selon Althusser. *In: Lire Althusser aujourd'hui*. Paris: Editions l'Harmattan, 1997.

NEGRI, Antonio e COCCO, Giuseppe. *O trabalho de luto*. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, p. 3.

PALAU, Marielle. *Luchas sociales obligan a retroceder al gobierno y detienen el proceso de privatización*. Observatorio Social de América Latina. Sep. 2002, año III, n. 8.

WALLENSTEIN, Immanuel. *Que significa hoy ser un movimiento anti-sistémico*. Observatorio Social de América Latina. Buenos Aires, ene. 2003, pp. 179-84.

ZILEBECH, Raúl. *Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos*. Observatorio Social de América Latina. Ene./abr. 2003, año IV, n. 10.

ENTREVISTA À REVISTA BRASILEIROS

mulheres | entrevista

“AS BRASILEIRAS ENTENDERAM QUE TÊM DIREITOS”

A afirmação é de **Maria Lygia Quartim de Moraes**. Socióloga, doutora em Ciências Políticas e feminista, ela, ao lado de outras mulheres, com muita teoria e atitude, ajudou a construir o atual questionamento da sociedade. Para Maria Lygia, os recentes movimentos no País são espontâneos e por isso mobilizadores

texto CÂNDIDA DEL TEDESCO e FERNANDA CIRENZA foto LUIZA SIGUEM

MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES teve a sorte de nascer em uma família que tratava bem as mulheres. Filha do meio, entre dois meninos, de uma dedicada dona de casa e de um pai bacharel em Direito, que fez um pouco de tudo – foi gerente de banco, vendedor, diretor financeiro –, o casal tinha como verdadeiro negócio a cultura. Aluna rebelde do tradicional e conservador Sacre Coeur de Marie, Maria Lygia encontrou em *O Segundo Sexo*, obra de Simone de Beauvoir, a “munição” perfeita para, mais tarde, se tornar o que é: socióloga formada pela USP, com cursos de pós-graduação na França e no Chile, além de doutora em Ciências Políticas, também pela USP, e professora titular da Unicamp.

Viúva do economista Norberto Nehring, que militou na Aliança Libertadora Nacional, grupo de resistência armada à ditadura, liderado por Carlos Marighella, Maria Lygia viveu em Cuba com o marido e a filha, então com 5 anos. Era 1969. No ano seguinte, Norberto foi assassinado pelas forças da repressão. Antes e depois do dramático episódio, Maria Lygia viveu na França, no Chile e de novo na França. Foi lá que estreitou seu relacionamento sério com o feminismo. “Era um movimento forte de mulheres ligado aos movimentos sociais, totalmente de esquerda.”

Enquanto a ditadura no País liquidava os oponentes, o movimento feminista no Brasil começava a surgir comprometido com a luta pelas liberdades democráticas. Maria Lygia estava lá. Em 1975, ano que marca a década da mulher da ONU, em uma confluência protagonizada por Paulo Evaristo Arns, “homem de uma coragem incrível”, a imprensa alternativa e os trabalhos de base, feministas brasileiras, Maria Lygia incluída, começam a dar os seus recados e forçam até mudanças em leis.

Há 30 anos casada com o advogado Rubens Naves, ela conta, a seguir, fatos marcantes e fundamentais para a situação da mulher no Brasil, como a criação do Conselho da Condição Feminina e das delegacias de mulheres, além das conquistas consolidadas na Constituição de 1988. Com propriedade, fala também da história do feminismo, que se confunde com a sua própria, e não poupa a burocracia das ONGs.



mulheres | entrevista

Brasileiros – *A senhora já disse que a primeira forma de dominação na história é a opressão às mulheres. Mantém esse pensamento?*

Maria Lygia Quartim de Moraes – Hoje eu seria menos segura em afirmar isso. Mas de todas as hipóteses que existem a respeito das narrativas históricas, essa relação entre mulher, propriedade privada e a garantia de que os frutos da mulher serão do homem procede. As mulheres foram dominadas não porque não fossem importantes, mas porque são importantíssimas. Elas foram, inclusive, portadoras de boa parte dos avanços ligados à agricultura doméstica. Mas acho complicado falar em “situação da mulher”, em abstrato, porque ela varia de sociedade para sociedade.

Historicamente, houve alguma sociedade avançada com relação à mulher?

Os egípcios, enquanto não havia Islamismo, foram a sociedade mais avançada com relação aos direitos da mulher. Vale a pena ler os livros de Nagib Mahfuz sobre a sociedade egípcia nos milênios dos faraós. Nas civilizações asiáticas, que não conheceram o Humanismo, Iluminismo, etc., a situação social das mulheres permaneceu inferiorizada. Os gregos eram democratas, mas não com as mulheres, que não participavam das decisões políticas. Também entre os turcos as mulheres tinham um status inferior e assim por diante.

Mas as civilizações evoluíram...

A primeira religião que disse que os homens são todos iguais porque tinham alma foi o Cristianismo, o que para mim é revolucionário porque tinha essa democracia das almas, igualando homens e mulheres perante Deus. Mas até esse argumento pode ser torcido quando o interesse econômico falou mais alto: no tempo da escravidão, a Igreja chegou a afirmar que os negros não tinham alma e por isso podiam ser escravizados, diferentemente dos índios. Ou seja, não dá para falar em “evolução” ou “progresso” de modo absoluto nem generalizando. Basta um Congresso evangélico e retrógrado, por exemplo, para botar em risco direitos já adquiridos pelas mulheres, como o do aborto em caso de estupro. Minha geração lutou pela criação do Conselho da Condição Feminina (*criado no Estado de São Paulo em 1983, por meio de decreto; dois anos depois, é organizado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*). Mas é ridículo achar que instituições dependentes dos governos possam representar os interesses das mulheres. Afinal, tudo vai depender do partido no poder. Também sou crítica com respeito ao trabalho de muitas das

“Essa relação entre mulher, propriedade privada e a garantia de que os frutos da mulher serão do homem procede. As mulheres foram dominadas não porque não fossem importantes, mas porque são importantíssimas”

ONGs que lidam com a questão, pois a maior parte delas transformou-se em instituições burocráticas, muitas vezes cabides de emprego. Para as feministas dos anos 1970, o mais importante foi desconstruir o discurso sobre a inferioridade “natural” da mulher, que afirmava, por exemplo, que nós mulheres temos menor capacidade intelectual.

Mas ainda se usa esse argumento de que a mulher é mais sensível, mais fraca, mais maternal...

Tem a questão do corpo biológico, claro. Não nego que haja diferenças porque seria negar o óbvio, mas minha questão é o que se constrói em cima das diferenças. A gente diz que os africanos têm dom para a dança, mas também deve ter muito pé torto lá na África. Na verdade, eles têm uma cultura em que a música e o canto são importantes. A questão é que nem todas as mulheres se sentem confortáveis com o modelo dito feminino. E quem não está satisfeito tem o direito de reclamar. Não precisa usar o título de feminismo, diga só que defende seus direitos. Afinal, por que uma mulher estaria de acordo em ganhar menos e ser vítima de ataques sexuais? Digamos que uma grande parte das mulheres do mundo inteiro tem alguma queixa com relação às discriminações que sofrem. É como a luta de classes: enquanto alguém explorar o outro haverá uma possibilidade de revolta, de contestação. Assim, acho que toda mulher deveria ser feminista. Mas, se a palavra assusta, não a use. Mas continue lutando pela sua dignidade na relação entre homens e mulheres. Para mim, o feminismo é um projeto de novas relações entre mulheres e homens e um projeto libertador. Mas, por outro lado, e isso é importante, o feminismo é uma estratégia política, mas não um fim em si mesmo, na medida em que precisamos desconstruir a “mulher”. É o que Simone de Beauvoir faz no *Segundo Sexo*.

Qual a diferença entre as mulheres da sua geração e as de hoje?
 Coube à minha geração esse trampo de desconstruir um discurso hegemônico. Hoje as mulheres se sentem com direitos e mais à vontade para reclamar de coisas que lhes parecem abusivas. Meninas que, apesar de nunca terem lido nenhuma teoria feminista, são capazes de dar um basta: “Chega, fim do abuso”. Esses movimentos atuais, no mínimo, expressam um pensamento de repúdio às discriminações. Mas não existe hoje uma central feminista da qual emanam diretrizes ou palavras de ordem.

Que lição a gente tira?

Que nada é permanente. Há coisas que servem em certo momento e depois não servem mais. O meu feminismo era justamente acabar com os estereótipos. Logo, é a própria ideia de mulher que eu coloco entre aspas. Por isso sou contra a luta identitária. Em certos momentos, digo que sou feminista, defendo, acho que tem discriminação sim, que as mulheres continuam sendo maltratadas, têm os piores salários, etc. Butler (a filósofa americana Judith Butler) diz que o feminismo é uma tática, não um ponto de vista. O identitarismo parte da ideia de que há uma essência da mulher, e não acho que exista uma essência de mulher nem de homem. Quando Simone fala do processo que nos torna mulheres ou homens, já se coloca o problema da “desconstrução”. Se a inadequação com o gênero é o resultado dos limites rígidos dos papéis sociais que constituem o gênero, sobra pouco espaço para os meninos sensíveis e românticos e para as meninas empreendedoras e transgressoras.

Qual a luta atual?

Hoje não se usa a cor dos olhos como referência na carteira de identidade. Vamos lutar para que chegue o

momento em que ser gay, isso ou aquilo não terá a menor importância. Um dos traços marcantes da obra e do discurso de Butler é sua fluidez, sua capacidade de lidar com ambiguidades e evitar o dualismo do sim ou não. Nesse sentido, existe uma enorme coerência em toda sua trajetória intelectual: evitar quaisquer tipos de normas e regras que criem ou possibilitem o “abjeto”; o que não importa, os corpos inumanizados, para usar uma expressão da filósofa italiana Andrea Cavarero. Sua militância é libertária, mas não identitária. O feminismo de modo geral é uma luta contra as imensuráveis discriminações sofridas pelas mulheres. Ao mesmo tempo, parte do feminismo é contra os identitarismos que implicam essências. Mas quem vai mais longe nessa reflexão anti-identitária é a Beatriz Preciado (filósofa espanhola), autora do *Manifesto Contrassexual*, que acho genial por ser uma provocação que nos ajuda a questionar o binarismo sexual. No fundo, trata-se de repensar o contrato social, que não pode ter como base a diferença entre homem e mulher. Esse binarismo que atravessa o social pode e deve ser superado.

E a ideia de desconstrução da mulher?

Descobri que não começa com Simone de Beauvoir, mas com Erasmo de Roterdã, que foi um humanista. E qual é a grande premissa do Humanismo? Que o homem é a medida das coisas. Ele diz que ninguém nasce homem, o homem se constrói, é responsável pelo que faz, ideia que vai dar no Existencialismo. E a Simone usou isso para a mulher.

E o conceito da desconstrução?

Beauvoir não fala exatamente em desconstrução, diz que ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Assim, a primeira questão diz respeito exatamente ao processo de construção do ser mulher. A corrente teórica que se inicia com Beauvoir é conhecida como construtivista. Quem vai falar em desconstrução é a nova geração de feministas, a partir das reflexões de filósofos como Jacques Derrida, Deleuze e Foucault. Butler, por exemplo, coloca em questão a própria matriz heterossexual. Não que seja contra a heterossexualidade, mas é contra a que cria uma divisão entre corpos abjetos e desprezíveis, e aqueles que estão enquadrados como certos. Na verdade, para Butler, a questão dos corpos não reconhecíveis como merecedores de respeito marca toda sua obra, desde seu primeiro livro, *Gender Trouble*, nascido de sua indignação com a discriminação e descaso de que foi vítima a primeira geração contaminada pelo HIV. A partir daí, Butler, corajosamente,

“Basta um Congresso evangélico e retrógrado, por exemplo, para botar em risco direitos já adquiridos pelas mulheres, como o do aborto em caso de estupro”

mulheres | entrevista

tomou a defesa dos palestinos (o que lhe valeu a condenação do lobby sionista) e, mais atualmente, dos precarizados, dos exilados e de todos aqueles que sofrem perseguições políticas.

O capitalismo não permite a diversidade?

Não acho que o capitalismo seja contra o feminismo, desde que este não seja anticapitalista. A questão das discriminações de gênero ou cor não é fundamental para o capitalismo. Ao contrário. Há uma florescente indústria dirigida aos gays e às mulheres.

A senhora fala sobre tomada de consciência e agora, com as manifestações de mulheres, gentilezas masculinas, como pagar conta, podem ser interpretadas como opressão?

O meu critério é assim: quem tem mais dinheiro paga, só que, em geral, quem tem mais são os homens. Quando saio com amigas mais duras, eu pago. Não saber receber algo é complicado. As pessoas precisam ter a generosidade de dar e de receber. Uma coisa é educação e gentileza, outra, bem diferente, é o machismo.

O bom senso ficou em segundo plano?

Nas Ciências Sociais, da USP, ouvi queixas de meninos sobre bullying de mulheres. Não duvido que as meninas possam fazer bullying. Estudei 12 anos em um colégio de mulheres e sempre houve as vítimas das piadas e perseguições. Vejo o mesmo nas escolas atuais. Quantas meninas não sofrem de anorexia por terem sido chamadas de gordas? Com relação ao bom senso, penso que a Beatriz (Preciato) defende um ponto de vista de que precisamos de uma moral sexual mais abrangente do que essa que nos sufoca. Precisamos de uma legislação que garanta, por exemplo, a interrupção da gravidez não desejada, é essa a questão. Há um seriado na Netflix que se chama *Modern Family*, o engraçado é que a família moderna é a coisa mais antiga que existe! O casal homossexual é um grande estereótipo, com um dos parceiros fazendo o papel feminino e outro o masculino e querendo brincar de papai e mamãe. Tenho saudades daquela tropa de gays dos anos 1970, que fazia oposição à ditadura militar, tinha o jornal *Lampião*... Pois o problema não é criar de novo a família, é romper com a família burguesa tradicional, ir para a frente, procurar formas novas. Sei que não é fácil, mas

“Não saber receber algo é complicado. As pessoas precisam ter a generosidade de dar e de receber. Uma coisa é educação e gentileza, outra, bem diferente, é o machismo”

tem uma coisa muito conservadora e reafirmadora do binarismo masculino versus feminino.

Há quem defenda que as gentilezas masculinas são feitas para manter as coisas como são.

Butler diz que ninguém muda de identidade como se muda de roupa. Quando ela fala da performatividade de gênero não quer dizer que trocamos de identidades, como no teatro. Para ela, é muito difícil escapar do gênero. Se eu não tivesse sido educada pela minha mãe, que era uma ótima dona de casa e nos proporcionava o bem-estar da comida bem-feita, das frutas e flores, muito provavelmente eu teria uma outra relação com o mundo doméstico. Acho interessante em Simone de Beauvoir o fato de que ela analisa os mitos da feminilidade e mostra que, se isso fosse universal, deveria aparecer igual sempre. Mas não, em cada autor estudado por Simone a imagem que aparece é diferente, variando do feminino como pureza ao feminino como degradação. Em algumas sociedades, a mulher é o perigo, a traidora, a traiçoeira, a sensualidade bruta porque é a natureza, e não a cultura. Ela mostra que até na construção do eterno feminino não há um discurso único. *O Segundo Sexo* é um trabalho incrível. Foi a primeira obra em que me apoiou. Eu morei numa casa em que as mulheres eram queridas, isso facilita. Mas a Beauvoir me deu munção para enfrentar esse discurso.

Qual é a realidade de hoje no Brasil?

O feminismo dos anos 1970 teve de construir um discurso contra os preconceitos vigentes. Houve o *boom* dos estudos sobre a mulher que depois passaram a ser estudos de gênero. Tive o prazer de participar da criação do Neim, núcleo de estudos interdisciplinares sobre a mulher, na Universidade Federal da Bahia, em 1983.

Dez anos depois, foi criado o Pagu -Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp. Todos esses núcleos continuam ativos. Mas o momento atual é principalmente o que eu chamaria de "feminismo espontâneo". As brasileiras acham que têm direitos, que ninguém merece ser estuprada porque está de shortinho. Mas, para enfrentar esse tipo de coisa, é preciso dizer: mesmo que eu seja assediada, vou usar esse short porque posso. De fato, o espaço público tem sido conquistado pelas mulheres aos poucos.

A senhora acha que hoje existe um movimento de mulheres no País?

Dito com esse nome ou não, as mulheres estão mais ativas do que nunca. E sempre que falo dos feminismos gosto de lembrar que, se as palavras movem, os exemplos arrastam. Minha geração foi arrebatada pelo exemplo de Leila Diniz (1945-1972). Apesar da ditadura militar, seu modo de vida e sua liberdade foram um exemplo para nós, assim como suas escolhas amorosas: a gravidez fora do casamento (e o conseqüente rompimento com o estigma da mãe solteira) e a fotografia grávida de biquíni, numa exaltação erótica do corpo da mulher grávida, em direta oposição à caretiça da época. Hoje, existe uma nova geração de jovens brasileiras utilizando blogs e fanzines, organizando grupos de protesto pontuais, como esse da resistência ao assédio no metrô ou o movimento contra as tentativas reacionárias do Congresso em relação aos direitos das mulheres e dos homossexuais.

Então, está mais fácil para as mulheres?

Gostaria de pensar que as minhas netas têm menos restrições nas suas escolhas, mas não há como negar que vivemos uma realidade cada vez mais complexa e difícil. O trabalho é a questão mais problemática. De um lado, a precarização do emprego for-

mal fez crescer o número de trabalhadores autônomos. Com a crise, vieram as demissões. Mas isso vale para homens e mulheres. A questão é que elas ainda ganham cerca de 30% menos do que os homens. E isso é doído porque, de um lado, existe uma sociedade que obriga as pessoas a trabalharem até mais tarde, e por outro tem menos emprego. Como fica? Não tenho nenhuma receita pronta, mas sei que a tendência inexorável do capitalismo é a concentração de riquezas, o incremento da tecnologia e o desemprego.

O Brasil produziu um movimento feminista?

Durante a ditadura, todos os movimentos sociais ficaram proibidos. A Igreja Católica teve um papel importante na retomada das organizações populares, criando um espaço para a militância nas comunidades de base, especialmente com grupos de mulheres da periferia, que estavam às voltas com problemas de carestia, falta de creche, etc. Havia nisso um feminismo incipiente? Acredito que sim. Mas foi muito importante o fato

“E sempre que falo dos feminismos gosto de lembrar que, se as palavras movem, os exemplos arrastam. Minha geração foi arrebatada pelo exemplo de Leila Diniz”

de muitas de nós, nos anos 1970, termos saído do País e absorvido o feminismo francês e italiano, que é o feminismo de esquerda.

Mas foi um movimento de massa?

É difícil falar do feminismo como movimento de massa no Brasil porque nosso nível de cidadania era e continua sendo baixíssimo, apesar de todos os progressos alcançados durante a redemocratização. O Brasil entrou no século 20 com os resquícios da escravidão. Na Primeira República só votavam os homens alfabetizados e com renda, só existia um partido, o republicano. Até 1930, só o Rio Grande do Sul contava com dois partidos. Até 1985 o Brasil conheceu poucos anos da chamada normalidade republicana. Minha geração, a do pós-Segunda Guerra Mundial, teve a sorte de crescer entre 1945-64. Vale dizer, para nós o regime presidencialista era uma realidade e nossa luta era por um governo popular que fizesse as reformas sociais de que o País precisava. De qualquer forma, houve pouco tempo para criarmos movimentos sociais fortes. Na primeira fase da ditadura, de 1964 até final de 1968, ainda foi possível manter a força e o protagonismo do movimento estudantil, especialmente dos jovens universitários. Acho que as revoltas de 1968 comprovam a importância da juventude como protagonista político, no mundo inteiro. Não procede a afirmação de que 1968 tenha começado na França e sido copiado aqui. Ao mesmo tempo que acontecia o maio francês, em São Paulo os estudantes estavam derrubando o palanque do governador nomea-

mulheres | entrevista

do pelos militares, Abreu Sodré. Ou seja, no Brasil pós-golpe, a questão principal era derrubar a ditadura e as mulheres entraram de cabeça na luta política e também na luta armada. Algumas foram para a clandestinidade, outras presas, torturadas e mortas, outras foram exiladas... Em 1975 as coisas começam a mudar: a ONU proclamou o Ano Internacional da Mulher. Foi aí que se organizaram os primeiros encontros de mulheres, com o apoio decisivo de Dom Paulo Evaristo Arns – aliás, um homem de uma coragem incrível. Meu ativismo feminista começou nos anos de exílio na França, alimentado pela importância do feminismo francês. Em 1973 escrevi um texto sobre a questão feminina, que circulou clandestinamente no Brasil e que foi publicado em 1976 na prestigiosa revista *Estudos Cebrap*. A imprensa alternativa foi para mim um espaço fabuloso, que me ensinou a escrever sob censura e me pôs em contato com o melhor da oposição intelectual do momento. Era possível fazer uma agitação em torno do tema mulher. Os jornais feministas não eram censurados porque a ditadura não levava a questão feminina a sério. Eu fui uma das participantes do *Nós Mulheres*. Vira e mexe, matérias que eram censuradas no *Movimento*, acabavam sendo publicadas no *Nós Mulheres*. A censura prévia da ditadura achava que aquilo era coisa de mulher, logo sem perigo...

A imprensa oficial feminina também era forte, não?

Boa parte das militantes feministas trabalhava na Editora Abril. As revistas *Claudia*, *Nova* tiveram sua importância, especialmente a *Claudia*, quando Carmen da Silva era colunista. Mas isso foi nos anos 1960. Em meados dos anos 70, a imprensa alternativa propunha uma visão muito mais realista da situação da mulher, ao colocar em cena as trabalhadoras. Em 1976, Raimundo Pereira teve a ideia de fazer uma matéria sobre o Primeiro de Maio, pegando apenas o trabalho da mulher. O número ficou incrível, com matérias fortes sobre as condições de trabalho das mulheres nos canaviais, nas fábricas e nos serviços. Uma denúncia das condições de exploração da força de trabalho feminina. Mas a matéria foi integralmente censurada.

Daí, o que aconteceu?

Nós éramos convidados pelos estudantes, eu viajei o Brasil inteiro para falar das matérias censuradas. Foi quando o feminismo começou a se espalhar também. Eram intelectuais, militantes, mas tinha um País inteiro. Um dos movimentos continua até hoje, o SOS Mulher, que tem um trabalho impor-

tante no Recife. Havia também um movimento feminista expressivo no Rio de Janeiro e em Salvador.

Era um feminismo mais político?

A minha tese é essa. O feminismo brasileiro foi e continua sendo um feminismo político. Nos Estados Unidos, existe um movimento forte de mulheres de direita, mas não sei se elas se consideram feministas. Tem mais, quando as pessoas comparam o Brasil com os EUA, digo: a gente precisa comparar o País com a França, que tem a ideia da República, em que o Estado é visto como agente importante para a melhoria das coisas. Nos EUA, o Estado é opressor, as pessoas veem com desconfiança tudo o que vem dele e desprezam quem precisa do Estado porque é o “looser”. 70% da população americana acredita em Deus. 70% dos franceses não acreditam em Deus. Então, nos EUA o feminismo cresceu na base dos direitos civis. E na França, na base dos direitos civis e sociais.

Fala-se em segunda onda do feminismo. O que acha?

Essa coisa de segunda onda é totalmente americana. De repente surge um termo novo, imposto pela hegemonia norte-americana e nosso complexo de colonizados nos faz engolir tudo acriticamente. É mais ou menos como o terceiro setor, são categorias despolitizadas, muito a gosto do pensamento conservador. Temos o Estado, o mercado e o terceiro setor. Isso lá é divisão de sociedade? É uma babaquice. É uma divisão e cada uma dessas divisões não é inocente. O que seria o terceiro setor? Tudo o que não é Estado e mercado: sindicatos, entidades filantrópicas, tudo o que é gato pingado é terceiro setor. Tenho ojeriza, não uso terceiro setor para nada. De ONG não tem mais como fugir, porque tem a Abong, né? Quando Franco Montoro ganhou as eleições (*governo de São Paulo, 1983*) a gente conseguiu o Conselho da Con-

“Quando as pessoas comparam o Brasil com os EUA, digo: a gente precisa comparar o País com a França, que tem a ideia da República, em que o Estado é visto como agente importante”

dição Feminina, e as delegacias da mulher. Em suma, uma plataforma fundamental que era ter organismos específicos para a mulher.

Esses organismos atendem às demandas femininas?

Antes de existir a delegacia da mulher, aquelas que sofriam violência sexual eram obrigadas a passar por outra violência: serem atendidas numa delegacia comum, um recinto masculino. A Eleonora Menicucci, ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, quando ainda era professora na Universidade Federal de São Paulo, concebeu uma política especial para mulheres vítimas de estupro, com atendimento policial, psicológico e médico. O atendimento, o direito à chamada “pílula do dia seguinte”. Hoje, para ver o nível de atraso em que estamos, a bancada evangélica quer proibir a pílula do dia seguinte! Da mesma forma, nunca o aborto foi tão criminalizado! Mas as coisas são complexas. Você sabe por que temos o divórcio? Não foi o movimento feminista que conseguiu. Foi Geisel, um ditador, protestante, para afrontar a Igreja Católica em 1977.

Um ganho por um caminho absurdo?

Tem outra característica brasileira que é o jeitinho. Quando o aborto era proibido, na França, dava até guilhotina. Em 1971 houve um julgamento num caso de aborto, 300 e tantas mulheres famosas, mesmo que não tivessem abortado, assinaram um manifesto dizendo “Eu também abortei”. Catherine Deneuve, Simone de Beauvoir, todas elas. Três anos depois, saiu a lei legalizando o aborto na França. Aqui a gente tem essa coisa conservadora que não pune, mas ao mesmo tempo não dá direito. É uma questão de origem social. E as principais vítimas são as mulheres pobres que não podem se oferecer um aborto seguro.

A gente tem uma presidenta mulher...

Quero falar do desrespeito de que ela foi vítima, publicamente, na Copa. As pessoas estavam com raiva dela e fizeram um tipo de coisa que nunca se fez antes e acho que tem a ver com machismo. Que tipo humano é esse que xinga a presidente de seu país em um campeonato mundial? E ver a turma dos banqueiros, que ganham bilhões de lucros semestrais, encabeçando as vaiais? E pensar que essa gente recebeu tantas benesses do governo! É uma elite econômica voraz, mal educada e machista. Agora, acho que nossa presidente falhou ao não punir seus agressores. Abriu-se aí um péssimo precedente.

O que é machismo, professora?

É o conjunto de atitudes que coloca a mulher em um lugar desqualificado. Além de outras formas de violência física. Mas vamos pegar só o machismo educado, não o violento. O educado é quando uma mulher fala e os homens dão um risinho benevolente. “deixa falar”. Ou você fala e a pessoa não presta atenção. Tive uma amiga, que trabalhava no sistema financeiro e era uma fera. Ela fez carreira no Citibank e conta que, no começo, quando ela chegava numa reunião e era a única mulher e muito *mignonzinha*, os caras já iam dando coisa para ela segurar (*risos*). E tinha tanto machismo que ela teve que se dirigir direto ao *staff* dos EUA, porque lá existia uma lei federal que punia a discriminação salarial por motivo de gênero. Isso é machismo.

É praticado só pelos homens?

Claro que não. Dizem até que o machismo é uma ideologia, uma forma de ser, um conjunto de pensamentos conservadores e preconceituosos. As mulheres também podem ser muito machistas. Elas ainda educam os homens como se tivessem direito a privilégios. Isso é unânime. Eu achava interessante porque minha mãe não fazia diferença entre meus irmãos e eu.

Voltando um pouco para esse protagonismo atual, como a Marcha das Vadias.

No Brasil, a Marcha das Vadias foi quase um replique de uma coisa que começou no Canadá. Não foi um movimento espontâneo no sentido de estar reagindo a um fato concreto. Na passeata “Somos Todas Prostitutas”, nos anos 1970, saímos às ruas para denunciar um delegado que abusava de prostitutas. Eduardo Suplicy lá estava, como sempre esteve ao lado do feminismo. Mas a figura mais especial do período foi a Ruth Escobar, por todo o vanguardismo de seu teatro, que foi palco

“Que tipo humano é esse que xinga a presidente de seu país em um campeonato mundial? E ver a turma dos banqueiros, que ganham bilhões de lucros semestrais, encabeçando as vaiais?”

mulheres | entrevista

de inúmeras reuniões políticas e de fóruns feministas na década de 1970. A Ruth tinha um especial talento para coreografias. Quando teve o assassinato da Ângela Diniz (1976) e o subsequente julgamento de seu assassino Doca Street, fomos todas vestidas de preto com matracas. Foi uma passeata incrível. Naquele tempo, as pessoas convocavam umas às outras pelo telefone, isso é uma história e seu contexto. Outra coisa é um grupo como o Femen (*grupo feminista surgido na Ucrânia*). Aquelas meninas tiram a roupa com qual proposta, além de fazer uma provocação? É muito fácil criticar, mas qual é a pauta positiva?

A senhora está dizendo que antes as pautas eram objetivas?

Nós queríamos mudanças na legislação brasileira e conseguimos. Duas advogadas fizeram as emendas para a mudança do Código da Família, que foram incorporadas pela Constituição de 1988. O código dizia: na família o homem é o chefe e a mulher sua melhor auxiliar. O homem decidia tudo. Até uns 15 anos atrás, a mulher não ser virgem ainda era uma razão para anulação de casamento. Uma provocação que faço quando vou falar com gente bem mais jovem é: “Olha, vocês acham que feminismo não está com nada, mas, se não fossem as feministas, vocês ainda estariam sob o jugo dos seus maridos!”. Quando me casei era obrigado mudar o sobrenome. E quantos crimes foram cometidos com a desculpa da honra? A honra dos homens está no meio das pernas das mulheres?! Se eu namorar outro a honra do homem está abalada? Vai ao dicionário e leia a definição de mulher e homem. A palavra “mulher” serve como xingamento, vai de mulherzinha para baixo. Homem não. Todas as coisas ligadas ao feminino podem ser usadas de maneira pejorativa e isso também é machismo.

O que é tabu hoje entre as mulheres?

Acho que tem “n” feminismos, “n” mulheres, “n” questões. É algo disperso.

Qual a demanda de uma mulher como a senhora, intelectual, estabilizada economicamente, e de uma negra, pobre?

A Beatriz Preciato diz que o feminismo vitorioso é o branco, e que não incluiu as negras, as mestiças. Acho essa afirmação discutível, pois o feminismo letrado e das classes médias conquistou muitos direitos que valem para mulheres de todas as classes sociais. Mas para não virar um feminismo de fachada, a luta tem de partir das próprias negras

e pobres. Só elas saberão defender seus interesses específicos, ou o que elas entenderem como tais. Não acredito nessa coisa de que alguém possa servir de “libertador”. Ou o povo assume a luta, ou...

Então as lutas são várias?

Há questões que interessam a todo mundo, homens e mulheres. Uma delas é a creche. A questão do direito das mulheres de decidir se vão ter filhos ou não é inalienável. Se quiser ter filho, ótimo. Mas a questão do binarismo homem-mulher é muito mais forte e presente do que se imagina, tanto que muitos movimentos de direitos homossexuais não encampam a questão do aborto porque não diz respeito aos gays.

O que a senhora acha das políticas públicas?

Elas são insuficientes. A única coisa que avançou é a luta contra a violência de gênero. O que não impediu que as mulheres continuem sendo as principais vítimas da violência familiar. Mas, como resultado da política de conciliação conservadora do governo e, dado o peso das bancadas evangélicas, vivemos um momento de retrocessos.

E a lei Maria da Penha?

Digamos que é um caso extremo, de mulher que sofre uma violência absurda. E pelo menos a lei terminou com a impunidade completa, ainda que falte uma política de mediação familiar. Em Porto Alegre, durante a época áurea das prefeituras petistas, eles tinham um programa com relação à violência, faziam um trabalho com o agressor – porque há mulheres que não querem se separar do cara. Não estou falando de estupro, porque nesse caso o agressor vai para a cadeia. Estou falando de violência em família mesmo, que é a que mais acontece. Essas políticas de mediação são muito eficazes, mas dão trabalho.

“A honra dos homens está no meio das pernas das mulheres?! Se eu namorar outro a honra do homem está abalada? Vai ao dicionário e leia a definição de mulher e homem. A palavra “mulher” serve como xingamento”

E os partidos ideológicos do Congresso?

O Congresso não reflete a maioria do País. Reflete os partidos que tiveram dinheiro suficiente, corrupção e tal, para chegar lá. São poucos os partidos ideológicos, como o PSOL e o PCdoB. O resto virou tudo partido fisiológico, estão lá para permanecer no poder. Todos, infelizmente. Mais à direita, menos à direita, alguns com programa social, alguns com programa antissocial, de criminalização dos movimentos sociais. Veja o Alckmin (Geraldo Alckmin, governador de São Paulo) com as escolas estaduais. E situações tragicômicas de uma lei antiterror defendida por um “ex-terrorista”, Aloysio Nunes Ferreira (senador, PSDB-SP). O Aloysio sabe como é fácil alguém te chamar de terrorista. Mas uma coisa é o Bolsonaro, que foi Bolsonaro a vida inteira. O que faz um cara com a história do Aloysio virar essa coisa vergonhosa?

A senhora acha que esses movimentos que passam pelas redes sociais, como #foracunha ou #primeiroassedio, colaboram ou prejudicam?

Eles foram espontâneos e claro que colaboram. Pessoas se colocarem como sujeitos, promoverem uma ação, lutarem contra alguma coisa que incomoda é positivo. Eu não tenho a mesma plataforma que essas meninas, com certeza. Já não me assediam mais, é uma das vantagens da velhice (risos). Mas sofri muito com isso, está certo? É horrível! Nos anos 1970, a Marta Suplicy, na fase áurea de sua atuação como feminista, tinha um programa de rádio no qual ela questionava essa coisa de passar a mão. E perguntava: você gostaria que eu passasse a mão no seu pinto? (risos) Realmente, se uma mulher faz alguma coisa assim com os homens, eles ficam apavorados.

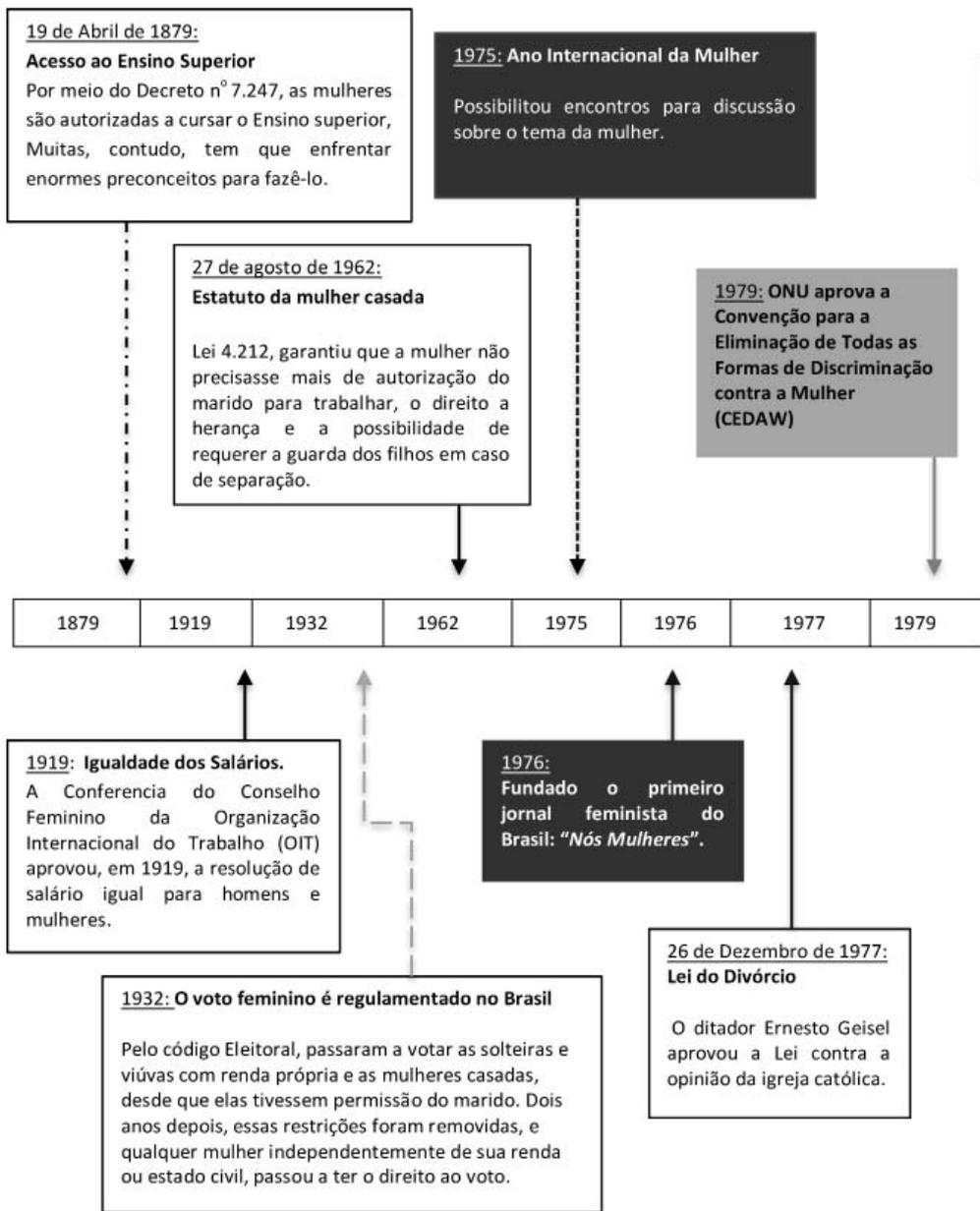
Também tem uma pressão sobre os homens, de ser machão, abordar as mulheres...

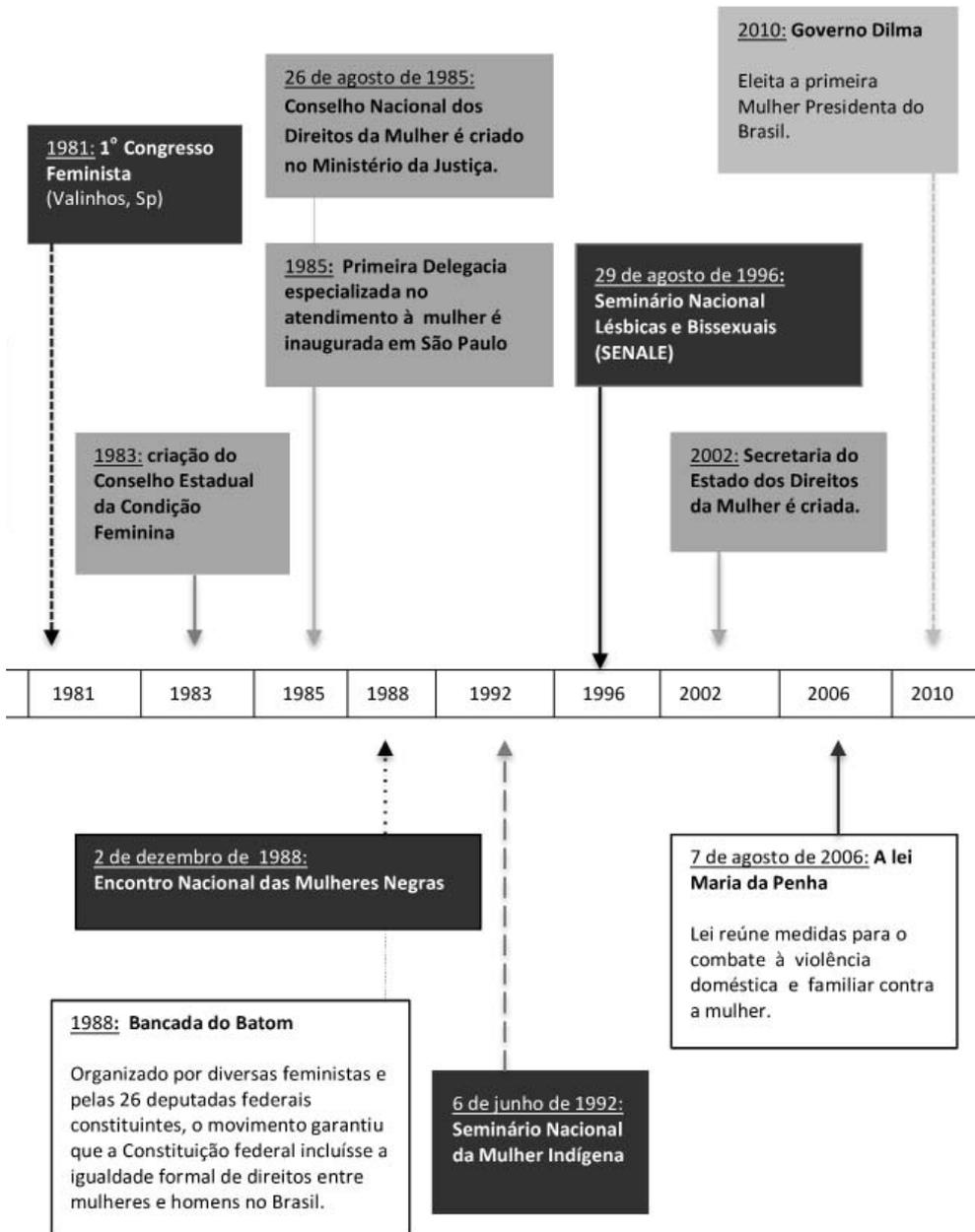
Sem sombra de dúvida. O culto do macho deve ser um cansaço. Mas o que se vê hoje é outra coisa. Tem mais espaço para os homens fazerem o que eles tinham vontade de fazer e não podiam, que é cuidar de criança, cozinhar... Não é que o homem cuida de criança como a mulher, ele cuida de criança como homem, tem outra maneira de se relacionar com o espaço doméstico. É outra forma, e boa porque tem a diferença. Mas ainda tem os machistinhas, que nasceram com o sexo dominante e, como se sentem fragilizados nessa situação, reagem com agressão. Daí a quantidade de violências gratuitas que as mulheres estão sofrendo. É aquela história, o feminismo nunca matou ninguém, o machismo mata todo dia.

“Na geração de minha mãe as mulheres desquitadas eram desconsideradas e viviam sofrendo assédio. Muitas usavam dupla aliança para fingir que eram viúvas”

Mas a sexualidade também mudou. Antes, era comum a mulher se casar, ter filhos, cuidar da casa, não?

Tem uma coisa que acho fundamental na luta das mulheres: se sentir bem no seu corpo, poder sair na rua, almoçar com alguém ou sozinha, se sentir bem e não achar que é uma espécie de leprosa porque está sozinha. Indiscutivelmente houve um notório avanço. Na geração de minha mãe as mulheres desquitadas eram desconsideradas e viviam sofrendo assédio. Muitas usavam dupla aliança para fingir que eram viúvas. E a maior parte delas dependia financeiramente do marido. Quando voltei ao Brasil, em 1975, uma mulher sozinha tinha muita dificuldade em alugar um apartamento em seu nome. Também é indiscutível que as conquistas tiveram um preço, pois as mulheres assumiram maiores responsabilidades no trabalho, mas não conseguiram diminuir sua carga de serviços domésticos e familiares. E ainda há toda a pressão pela aparência física. Eu gostaria muito que as meninas de hoje não acordassem duas horas mais cedo para lavar e secar os cabelos. E que não perdessem tanto tempo com os selfies! Apesar disso, sou otimista com respeito às novas gerações e gosto imensamente de conviver com os jovens. Vocês nem imaginam quanto aprendi com minhas netas! E não foi uma alegria ver os jovens tomarem as escolas que seriam desativadas pelo programa de “reorganização” do governo Alckmin? |





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
TRAJETÓRIA 9
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
13081– 970 – Campinas – São Paulo – Brasil

Endereço para correspondência

IFCH/UNICAMP
Setor de Publicações
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Rua Cora Coralina n. 100.
CEP: 13083-896 – Campinas – SP
Tel. / Fax.: Publicações (19) 3521.1603 / Livraria (19) 3521.1604
pub_ifch@unicamp.br
<http://www.ifch.unicamp.br/publicacoes>
<http://www.facebook.com/publifch>

O conteúdo é de total responsabilidade do autor